Nordeste 2010
os Sentidos do Voto II

Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Hugo Cortez
José Antonio Spinelli
(Organizadores)

Nordeste 2010
os Sentidos do Voto II

Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Luiz Otávio de Melo Cavalcanti

COORDENADORA
DA EDITORA MASSANGANA
Rosângela Mesquita

Ana Elyzabeth de Araujo Farache
Anco Márcio Tenório Vieira
Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes
Patrícia Maria Uchoa Simões
Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Túlio Augusto Velho Barreto de Araujo

Hugo Cortez
José Antonio Spinelli
(Organizadores)

Nordeste 2010
os Sentidos do Voto II

Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste

Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

ISBN 978-85-7019-661-3
@ Dos organizadores

Reservados todos os direitos desta edição.
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br
Av. 17 de Agosto, 2187 – Ed. Paulo Guerra – Casa Forte
Recife, PE – CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321 | Telefax (81) 3073.6319

Presidente da FundaçÃo Joaquim Nabuco
Luiz Otávio de Melo Cavalcanti
Coordenadora da Editora Massangana
Rosângela Mesquita
Projeto GrÁfico / Capa
Antonio Laurentino
Editoração Eletrônica
Débora Prazim
RevisÃo
Estagiários: Mariana Loreto e Wilck Camilo

Foi feito depósito legal. Impresso no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco)

B827d Cortez, Hugo | Spinelli, José Antonio
Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II
Análises interpretativas dos resultados eleitorais
nos estados do Nordeste | Hugo Cortez e José Antonio
Spinelli (Orgs.). – Recife: Fundação Joaquim Nabuco,Editora
Massangana, 2016.
436 p.
ISBN 978-85-7019-661-3
1.Política. 2. Eleições, Nordeste, Brasil. I. Título

CDU 324 (81)

Sumário

Apresentação | 09
Hugo Cortez & José Antonio Spinelli

O cenário político brasileiro pós-eleições de 2010 e a política estadual | 13
Fátima Anastasia & Marta Mendes da Rocha

Eleições 2010 no Maranhão: incertezas eleitorais e insegurança jurídica | 51
Arleth Santos Borges

As eleições de 2010 no Piauí: novas possibilidades para o governismo | 97
Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

As eleições governamentais piauienses entre 1982 e 2010: velhas teses e novas tendências | 131
Cléber de Deus & Adriano Craveiro & Sara Epitácio

As eleições de 2010: os subsistemas partidário-eleitoral e partidário-parlamentar e o realinhamento das elites políticas no estado do Ceará | 157
Filomeno Moraes

Rio Grande do Norte: o discreto charme da velha oligarquia sertaneja | 179
José Antonio Spinelli Lindoso

Entre o preconceito e a realidade: investigando a vitória de José Serra na Região Metropolitana de Natal na eleição presidencial de 2010 | 203
João Emanuel Evangelista de Oliveira
& Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Paraíba: o reordenamento da dicotomia política | 263
Hermano Nepomuceno Araújo

Alagoas: o resultado eleitoral | 325
Alberto Saldanha

Sergipe: as eleições de 2010 | 341
José Ibarê Costa Dantas

Bahia: a paz dos vencedores. Liderança, partido e elite política após as eleições de 2010 | 377
Paulo Fábio Dantas Neto

Os autores | 429

Apresentação

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), por intermédio da sua Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes), e contando com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem a satisfação de entregar à comunidade acadêmica e ao público interessado em geral o presente volume, que reúne os trabalhos referentes ao XII Simpósio Observanordeste, intitulado Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II, realizado pela Fundaj em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), representada por seu Centro de Recursos Humanos (CRH), seu Grupo de Pesquisas Instituições Políticas Subnacionais e sua Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), no Auditório do CRH, situado no Campus de São Lázaro, cidade do Salvador-BA, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010, com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e do Instituto Integro.

O XII Simpósio Observanordeste foi mais um evento presencial componente das atividades do Observatório Social do Nordeste[1], um programa permanente da Fundaj, desenvolvido também em meio virtual na esfera da sua Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes), de caráter interinstitucional, conduzido em articulação com instituições públicas e privadas, não somente acadêmicas, cujos objetivos são constituir uma plataforma integrada de reflexão sobre a realidade socioeconômica e cultural, a política regional e o estímulo, bem como a viabilização da produção e da difusão do conhecimento gerado sobre tal realidade.

[1] Cf: <www.fundaj.gov.br/observanordeste>.

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), por intermédio da sua Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes), e contando com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem a satisfação de entregar à comunidade acadêmica e ao público interessado em geral o presente volume, que reúne os trabalhos referentes ao XII Simpósio Observanordeste, intitulado Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II, realizado pela Fundaj em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), representada por seu Centro de Recursos Humanos (CRH), seu Grupo de Pesquisas Instituições Políticas Subnacionais e sua Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), no Auditório do CRH, situado no Campus de São Lázaro, cidade do Salvador-BA, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010, com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e do Instituto Integro.

O XII Simpósio Observanordeste foi mais um evento presencial componente das atividades do Observatório Social do Nordeste , um programa permanente da Fundaj, desenvolvido também em meio virtual na esfera da sua Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes), de caráter interinstitucional, conduzido em articulação com instituições públicas e privadas, não somente acadêmicas, cujos objetivos são constituir uma plataforma integrada de reflexão sobre a realidade socioeconômica e cultural, a política regional e o estímulo, bem como a viabilização da produção e da difusão do conhecimento gerado sobre tal realidade.

O XII Simpósio Observanordeste foi dedicado à análise e debate dos resultados das eleições do ano de 2010, nos nove estados do recorte tradicional da Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Reuniu cientistas sociais e políticos de todos estes estados no objetivo de proceder à apreciação de cada um dos qua-

dros eleitorais locais, bem como de elaborar uma compreensão conjunta sobre a realidade eleitoral regional e nacional naquele ano. O evento deu sequência à tradição já firmada no programa de acompanhamento constante dos episódios eleitorais regionais, tendo em conta a valorização das nossas realidades políticas próprias no quadro federativo nacional, nem sempre devidamente consideradas em suas importâncias e peculiaridades, no circuito acadêmico e na grande mídia.

O volume atual dá continuidade a uma tradição editorial do Observanordeste iniciada com sua terceira edição virtual, intitulada Eleições 2002: continuidade & mudança, de dezembro de 2002, sequenciada com os livros: Nordeste 2004: o voto das capitais (CORTEZ; HERMANNS, 2004); Nordeste 2006: os sentidos do voto (CORTEZ; SPINELLI, 2010); e Nordeste 2008: o voto das capitais II (CORTEZ; SPINELLI, 2010).

Ao leitor que sentir falta neste volume da análise do caso do estado de Pernambuco, informamos que tal ausência se faz por motivo de força maior, que impossibilitou o autor responsável de produzi-la em tempo hábil. Portanto pedimos desculpas. Também nos explicamos pelo fato de os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte serem contemplados com dois textos cada: são trabalhos que se somam e complementam, no caso do primeiro, com a agregação de uma perspectiva histórica importante para a adequada compreensão do presente e, no caso do segundo, com o tratamento específico de um tema intrigante no contexto não somente estadual, mas também regional.

A Fundaj agradece neste livro a todos aqueles que contribuíram mais proximamente para o sucesso do seu XII Simpósio Observanordeste – Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II, pelo que fica imensamente grata: à conferen-

cista da abertura do evento, profa. Fátima Anastasia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aos expositores e coordenadores das três mesas de debates, a Magnífica Reitora da UFBA, profa. Dora Leal Rosa, ao Diretor da FFCH, prof. João Carlos Salles Pires da Silva, à Diretora do CRH, profa. Iracema Brandão Guimarães, à Presidente do Instituto Integro, Francisca Vasconcelos, a toda a equipe administrativa da FFCH, à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e, muito especialmente, ao prof. Paulo Fábio Dantas Neto (UFBA/FFCH), coorganizador do evento em Salvador.

Hugo Cortez
Analista em Ciência & Tecnologia da Fundaj
secretário Executivo do Observanordeste

José Antonio Spinelli
Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

O cenário político brasileiro pós-eleições de 2010 e a política estadual[1]

Fátima Anastasia
Marta Mendes da Rocha

Introdução

Como as eleições de 2010 distribuíram os principais atores da política brasileira (nacionais e subnacionais)? Quais são suas agendas prioritárias e como elas informam a distribuição dos atores nos sistemas de solidariedade e de interesse (PIZZORNO, 1966)? Este capítulo apresenta uma análise do cenário político brasileiro após as eleições de outubro de 2010, nas quais foram escolhidos: o novo presidente do país, os governadores dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal e os novos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembleias Estaduais. Interessa examinar, à luz dos resultados eleitorais de 2010, os lugares atribuídos pelas urnas (e pelas regras) aos principais atores da política brasileira e indagar: Quem governa? Como governa? Para quem governa?

No Brasil do século XXI, já se pode afirmar que algumas escolhas que expressam os melhores interesses dos cidadãos (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999) foram alçadas à categoria de Políticas de Estado e, portanto, não se

[1] Este capítulo foi elaborado a partir de conferência proferida por ocasião do XII Simpósio Observanordeste, realizado em Salvador-BA, em dezembro de 2010. As informações aqui apresentadas foram atualizadas até fevereiro de 2011. O texto mobiliza também dados e análises produzidos para apresentação realizada na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em novembro de 2010, sobre o cenário político pós-eleições de 2010. As autoras agradecem a José Dias Neto e Melissa Lima pelo auxílio na coleta dos dados.

encontram mais ao sabor de conjunturas eleitorais e de idiossincrasias de eventuais governantes. Exemplos disso são a política de estabilidade econômica, inaugurada no governo Itamar Franco e mantida por Fernando Henrique Cardoso e Lula, e as políticas de combate à pobreza e às desigualdades sociais que deram a tônica dos dois governos de Lula. Pode-se esperar, portanto, a reafirmação dessas escolhas, no governo que se inaugura em 2011, em que pesem as possíveis turbulências que se anunciam no cenário econômico, com os sinais de recrudescimento de tendências inflacionárias.

Sabe-se que o presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), arranjo institucional praticado no Brasil, é caracterizado pela combinação de procedimentos que dispersam poderes entre os atores políticos (presidencialismo, representação proporcional, multipartidarismo, federalismo) com outros que concentram poderes nas mãos do Executivo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; ANASTASIA; NUNES, 2006). Tais características justificam a definição de três eixos analíticos, para informar a análise dos resultados eleitorais e dos primeiros movimentos realizados pelos atores, e a mobilização do conceito de jogos aninhados (TSEBELIS, 1990), para apreender as estratégias de atores que se movem em múltiplas arenas[2] e em contextos decisórios contínuos (SARTORI, 1994), propícios à produção de ganhos de troca (barganha), bem como à troca de informações e de argumentos.

Serão considerados os seguintes eixos analíticos: 1) Eixo Legislativo-Executivo; 2) Eixo Governo-Oposição; 3) Eixo Federativo. A depender do tema em questão, os diferentes atores vão priorizar as preferências, intensidades

[2] [...] Jogos em múltiplas arenas são jogos com *payoffs* variados; o jogo é jogado na arena principal, e as variações de recompensas nesta arena são determinadas por eventos que ocorrem em outra ou em outras arenas. A natureza do jogo final muda, dependendo da magnitude dessas recompensas, se os atores podem ou não comunicarem uns com os outros, e se o jogo é ou não repetido no tempo (TSEBELIS, 1990, p.10).

de preferências e os recursos advindos de seu posicionamento em um ou outro desses eixos analíticos, o que definirá a escolha, por cada um deles, da arena principal do jogo (TSEBELIS, 1990).

O principal jogo aqui considerado se refere à distribuição dos poderes de agenda (e de veto) entre os atores relevantes, nos próximos quatro anos, e envolve: 1) a nova composição do governo federal; 2) o novo mapa político da Federação brasileira; 3) a nova correlação de forças na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Este capítulo busca oferecer subsídios para o tratamento dessas questões a partir da análise: (a) dos resultados das eleições para o Executivo e o Legislativo em nível nacional e de suas implicações para a composição do governo federal e para a correlação de forças no Congresso Nacional; (b) dos resultados das eleições nos estados e suas consequências para o equilíbrio de forças e para as relações federativas; (c) das principais tendências relacionadas à dinâmica política entre os Poderes Executivo e Legislativo, entre governo e oposição e entre as esferas nacional e estadual.

Os resultados das urnas

Eleição presidencial

A coligação que elegeu Dilma Rousseff em outubro de 2010, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contava, no primeiro turno, com outros nove partidos: PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PCdoB. Já a coligação de José Serra, encabeçada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reunia outros cinco partidos: PTB, PPS, DEM, PMN e PTdoB. Vale assinalar (Quadro 1) a tendência ao crescimento, ao longo do tempo, do número de partidos no interior das coligações em competição: a coligação de Dilma foi a que reuniu o maior número de partidos desde o retorno das eleições diretas, em 1989.

Quadro 1: Coligações Eleitorais no Brasil (1994-2010)

Ano	Candidato	Partido	Coligação	1º turno (n/%)		2º turno (n/%)	
1994	FHC	PSDB	PFL-PTB	34.350.217	54,3	-	-
	Lula	PT	PSB-PCdoB-PPS-PV-PSTU	17.112.255	27,0	-	-
	Outros	-	-	11.823.161	18,7	-	-
1998	FHC	PSDB	PFL-PPB-PTB-PSD	35.922.692	53,1	-	-
	Lula	PT	PDT-PSB-PCdoB	21.470.333	31,7	-	-
	Ciro Gomes	PPS	-	7.424.783	11,0	-	-
	Outros	-	-	2.883.751	4,2	-	-
2002	Lula	PT	PCB-PL-PMN-PCdoB	39.436.099	46,4	52.772.475	61,3
	José Serra	PSDB	PMDB	19.694.843	23,2	33.356.860	38,7
	Garotinho	PSB	PGT-PTC	15.176.204	17,9	-	-
	Ciro Gomes	PPS	PDT-PTB	10.166.324	12,0	-	-
	Outros	-	-	440.545	0,5	-	-
2006	Lula	PT	PRB-PCdoB	46.646.814	48,6	58.277.094	60,8
	Geraldo Alckimin	PSDB	PFL	39.950.856	41,6	37.522.266	39,2
	Heloísa Helena	PSOL	PSTU-PCB	6.572.099	6,8	-	-
	C.Buarque	PDT	-	2.537.022	2,6	-	-
	Outros	-	-	250.865	0,3	-	-
2010	Dilma Rousseff	PT	PRB-PDT-PMDB-PTN- PSC-PR-PTC-PSB-PCdoB	47.651.434	46,91	55.752.529	56,05
	José Serra	PSDB	PTB-PPS-DEM-PMN-PTdoB	33.132.283	32,61	43.711.388	43,95
	Marina Silva	PV	-	19.636.359	19,33	-	-
	Plínio	PSOL	-	886.816	0,87	-	-
	Outros			283.261	0,28		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O exame da distribuição geográfica dos votos dados a Dilma e a Serra no 2º turno do pleito de 2010 permite constatar um claro divisor de águas recortando o mapa do Brasil: Dilma ganhou em todos os estados do Nordeste, na maioria dos estados da região Norte (Amazonas, Pará e Amapá), em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Serra saiu vitorioso nos estados do Sul e do Centro-Oeste, em São Paulo, Espírito Santo, Acre e Roraima. Vale assinalar que outro mapa eleitoral será desenhado a partir dos resultados das eleições para governadores, como se verá adiante.

Diferentemente das coligações eleitorais que deram suporte à candidatura FHC, em 1994 e em 1998, formadas por partidos situados em posições contíguas no espectro ideológico e traduzidas em coalizões governativas de centro-direita, a coligação eleitoral organizada por Lula, em 2002, era vazia ao centro, composta por partidos situados à esquerda e à direita do espectro ideológico (INÁCIO, 2006). Pode-se atribuir à não contiguidade ideológica da coligação eleitoral e da coalizão política de sustentação do primeiro governo Lula a crise política ocorrida em 2005, que teve por epicentro o episódio do Mensalão. Aprendida a lição, e incorporado o PMDB às forças governistas já no início do segundo governo Lula, verificou-se, em 2010, a reedição de uma coligação eleitoral contígua, composta por partidos distribuídos ao longo do espectro ideológico e com grande heterogeneidade interna. Vale perguntar sobre os custos (e os riscos) de governar com parceiros tão díspares (ANASTASIA; INÁCIO, 2008).

Eleições para a câmara dos deputados e o senado federal

Fechadas as urnas e contados os votos, pode-se afirmar que a oposição, no Congresso Nacional, encolheu signi-

ficativamente. A observação da evolução das bancadas partidárias (1990-2010), na Câmara dos Deputados (CD) e no Senado Federal (SF), permite analisar o desempenho longitudinal dos partidos políticos brasileiros e verificar quem sai fortalecido e quem sai enfraquecido do pleito de 2010.

Considerados em conjunto os resultados para a CD e o SF, os principais partidos de sustentação do governo Dilma ganharam musculatura no pleito de 2010. Em uma trajetória claramente ascendente, desde 1990, o PT sai das urnas com a maior bancada da CD e a 2ª maior bancada do SF. O PMDB, embora tenha perdido algumas cadeiras na CD, relativamente a 2006, posicionou-se como a 2ª maior bancada na Casa e a primeira do Senado. O PSB, por sua vez, vem crescendo paulatinamente desde 1990 e conquistou, em 2010, a 5ª maior bancada na CD.

Por contraste, PSDB e DEM perderam cadeiras em ambas as Casas: o PSDB, que ocupava 19,3% dos assentos da CD, em 1998, conseguiu eleger apenas 10,3% dos 513 deputados federais. O DEM, que, em 1998, havia conquistado a maior bancada da CD, com 20,5% dos assentos, foi rebaixado, em 2010, para o 4º lugar, com minguados 8,4% dos assentos. No Senado, o DEM perdeu seis das oito cadeiras que colocou em disputa.

Quadro 2: Distribuição percentual das bancadas partidárias eleitas – Câmara dos Deputados (1990-2010) [3]

PARTIDO (%)	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PT	35	49	59	91	83	88
	(7,0)	(10,0)	(11,5)	(17,7)	(16,2)	(17,2)
PMDB	108	107	83	76	89	79
	(21,5)	(21,0)	(16,2)	(14,8)	(17,3)	(15,4)
PSDB	38	62	99	70	66	53
	(7,5)	(12,1)	(19,3)	(13,6)	(12,9)	(10,3)
DEM[1]	83	89	105	84	65	43
	(16,5)	(17,4)	(20,5)	(16,4)	(12,7)	(8,4)
PR[2]	-	-	-	-	-	41
	-	-	-	-	-	(8,0)
PP[3]	-	-	60	48	41	41
	-	-	(11,7)	(9,4)	(8,0)	(8,0)
PSB	11	14	18	22	27	34
	(2,2)	(2,7)	(3,5)	(4,3)	(5,3)	(6,6)
PDT	46	34	25	21	24	28
	(9,1)	(6,6)	(4,9)	(4,1)	(4,7)	(5,5)
Outros	192	158	64	101	118	106
	(37,4)	(30,8)	(12,5)	(19,7)	(23,0)	(20,7)
Total	513	513	513	513	513	513
	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)

Fonte: TSE/Banco de Dados CEL-DCP. Eleições 2006.

Notas:

[1] PFL até 2007.

[2] Resultado da fusão entre o PL e o Prona em outubro de 2006.

[3] Antigo PPB, que se formou em 1995 a partir da fusão entre PRP, PP e PPR.

---

[3] Os dados são os divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), imediatamente após as eleições, em outubro de 2010. Algumas mudanças no tamanho das bancadas ocorreram, posteriormente, em função do impedimento de deputados eleitos pela Lei da Ficha Limpa e da substituição, no ato da posse, de eleitos por suplentes de outros partidos da coligação.

Quadro 3: Distribuição percentual das bancadas partidárias na posse – Senado Federal (1990-2010)

PARTIDO	1995	1999	2003	2007	2010
PT	5	7	14	10	15
	(6,2)	(8,7)	(17,3)	(12,3)	(18,5)
PMDB	22	27	19	17	20
	(27,2)	(33,3)	(23,5)	(21,0)	(24,7)
PSDB	10	16	11	14	10
	(12,3)	(19,7)	(13,6)	(17,3)	(12,3)
DEM (antigo PFL)	19	20	19	18	[5]
	(23,5)	(24,7)	(23,5)	(22,2)	(6,2)
PSB	1	3	4	3	3
	(1,2)	(3,7)	(4,9)	(3,7)	(3,7)
PDT	6	2	5	5	4
	(7,4)	(2,5)	(6,2)	(6,2)	(4,9)
PR	-	-	-	-	4
	-	-	-	-	(4,9)
PP	-	4	1	1	5
	-	(4,9)	(1,2)	(1,2)	(6,2)
Outros	18	2	8	13	14
	(22,2)	(2,5)	(9,9)	(16,0)	(17,3)
Total	81	81	81	81	81
	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

A coligação de apoio a Dilma, integrada por 10 partidos, elegeu 311 deputados e 38 senadores. A coligação de Serra, formada por 6 partidos, conquistou 136 cadeiras na Câmara dos Deputados e 10 assentos no Senado Federal. Com a incorporação do PP (41 deputados e 5 senadores) e do PTB (21 deputados e 6 senadores), a coalizão governista atingiu 373 deputados (72,7%) e 59 senadores (72,8%).

Outro interessante ângulo de observação dos resultados eleitorais refere-se à evolução do grau de nacionalização dos partidos políticos brasileiros. Lima Júnior (1980) chamou a atenção para a existência, no país, de subsistemas partidários estaduais e para o caráter regional de algumas agremiações. Tal afirmação permanece válida nos

dias atuais. Em 2010, o PMDB, partido mais nacionalizado da política brasileira, elegeu deputados federais em todas as Unidades da Federação, o que ocorreu pela primeira vez desde a eleição de 1990. Em 2006, o partido não elegeu representante para a CD em Sergipe e, em 2002, não se fez representar no Amazonas, Amapá e Roraima.

O PT, segundo partido com maior grau de nacionalização, não elegeu, em 2010, deputados federais em 3 estados: AL, RR e TO, assim como em 2006. Em 2002, não obteve representação em AL, AM e RR.

Os principais partidos oposicionistas, PSDB e DEM, não elegeram representantes em seis estados[4]. Vale ainda observar a concentração da representação do PSDB em São Paulo (24,5% do total de sua bancada na CD).

4 O PSDB, em 2010, não elegeu representantes no AM, DF, PI, RR, RO e SE; e o DEM no AC, AL, CE, DF, ES e RR.

Quadro 4: Distribuição percentual das bancadas partidárias eleitas por estado da Federação – Câmara dos Deputados (2010)

UF	DEM	PDT	PMDB	PP	PR	PSB	PSDB	PT	Outros	Total
Acre	0	0	1	1	0	0	1	2	3	8
	(0,0)	(0,0)	(1,3)	(2,4)	(0,0)	(0,0)	(1,9)	(2,3)	(2,8)	(1,6)
Alagoas	0	0	2	1	1	1	1	0	3	9
	(0,0)	(0,0)	(2,5)	(2,4)	(2,4)	(2,9)	(1,9)	(0,0)	(2,8)	(1,8)
Amapá	1	1	1	0	0	0	1	2	2	8
	(2,3)	(3,6)	(1,3)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(1,9)	(2,3)	(1,9)	(1,6)
Amazonas	1	0	1	2	1	0	0	1	2	8
	(2,3)	(0,0)	(1,3)	(4,9)	(2,4)	(0,0)	(0,0)	(1,1)	(1,9)	(1,6)
Bahia	6	4	2	4	3	0	2	10	8	39
	(14,0)	(14,3)	(2,5)	(9,8)	(7,3)	(0,0)	(3,8)	(11,4)	(7,5)	(7,6)
Ceará	0	1	6	1	2	4	1	4	3	22
	(0,0)	(3,6)	(7,6)	(2,4)	(4,9)	(11,8)	(1,9)	(4,5)	(2,8)	(4,3)
Distrito Federal	0	1	1	0	2	0	0	3	1	8
	(0,0)	(3,6)	(1,3)	(0,0)	(4,9)	(0,0)	(0,0)	(3,4)	(0,9)	(1,6)
Espírito Santo	0	3	2	0	0	2	1	1	1	10
	(0,0)	(10,7)	(2,5)	(0,0)	(0,0)	(5,9)	(1,9)	(1,1)	(0,9)	(1,9)
Goiás	3	1	4	2	1	0	3	1	2	17
	(7,0)	(3,6)	(5,1)	(4,9)	(2,4)	(0,0)	(5,7)	(1,1)	(1,9)	(3,3)
Maranhão	1	0	5	1	1	1	3	1	5	18
	(2,3)	(0,0)	(6,3)	(2,4)	(2,4)	(2,9)	(5,7)	(1,1)	(4,7)	(3,5)
Mato Grosso	1	0	1	1	2	1	1	1	0	8
	2,3)	(0,0)	(1,3)	(2,4)	(4,9)	(2,9)	(1,9)	(1,1)	(0,0)	(1,6)
Mato Grosso do Sul	1	0	3	0	1	0	1	2	0	8
	(2,3)	(0,0)	(3,8)	(0,0)	(2,4)	(0,0)	(1,9)	(2,3)	(0,0)	(1,6)
Minas Gerais	3	2	7	5	7	1	8	8	12	53
	(7,0)	(7,1)	(8,9)	(12,2)	(17,1)	(2,9)	(15,1)	(9,1)	(11,3)	(10,3)

Pará	1	1	4	0	1	0	3	4	3	17
	(2,3)	(3,6)	(5,1)	(0,0)	(2,4)	(0,0)	(5,7)	(4,5)	(2,8)	(3,3)
Paraíba	1	1	5	1	1	0	2	1	0	12
	(2,3)	(3,6)	(6,3)	(2,4)	(2,4)	(0,0)	(3,8)	(1,1)	(0,0)	(2,3)
Paraná	2	0	6	3	1	1	3	5	9	30
	(4,7)	(0,0)	(7,6)	(7,3)	(2,4)	(2,9)	(5,7)	(5,7)	(8,5)	(5,8)
Pernambuco	2	2	1	2	2	5	2	4	5	25
	(4,7)	(7,1)	(1,3)	(4,9)	(4,9)	(14,7)	(3,8)	(4,5)	(4,7)	(4,9)
Piauí	2	0	2	1	0	1	0	2	2	10
	(4,7)	(0,0)	(2,5)	(2,4)	(0,0)	(2,9)	(0,0)	(2,3)	(1,9)	(1,9)
Rio de Janeiro	2	3	8	3	8	3	2	5	12	46
	(4,7)	(10,7)	(10,1)	(7,3)	(19,5)	(8,8)	(3,8)	(5,7)	(11,3)	(9,0)
Rio Grande do Norte	2	0	1	0	1	1	0	1	2	8
	(4,7)	(0,0)	(1,3)	(0,0)	(2,4)	(2,9)	(0,0)	(1,1)	(1,9)	(1,6)
Rio Grande do Sul	1	3	4	6	0	3	1	8	5	31
	(2,3)	(10,7)	(5,1)	(14,6)	(0,0)	(8,8)	(1,9)	9,1)	(4,7)	(6,0)
Rondônia	0	1	1	1	0	1	0	1	3	8
	(0,0)	3,6)	1,3)	2,4)	(0,0)	2,9)	(0,0)	1,1)	(2,8)	(1,6)
Roraima	1	0	2	1	1	0	1	0	2	8
	(2,3)	(0,0)	(2,5)	(2,4)	(2,4)	(0,0)	(1,9)	(0,0)	(1,9)	(1,6)
Santa Catarina	3	0	5	2	0	0	2	4	0	16
	(7,0)	(0,0)	(6,3)	(4,9)	(0,0)	(0,0)	(3,8)	(4,5)	(0,0)	(3,1)
São Paulo	6	3	1	2	4	7	13	16	18	70
	(14,0)	(10,7)	(1,3)	(4,9)	(9,8)	(20,6)	(24,5)	(18,2)	(17,0)	(13,6)
Sergipe	1	0	2	0	1	1	0	1	2	8
	(2,3)	(0,0)	(2,5)	(0,0)	(2,4)	(2,9)	(0,0)	(1,1)	(1,9)	(1,6)
Tocantins	2	1	1	1	0	1	1	0	1	8
	(4,7)	(3,6)	(1,3)	(2,4)	(0,0)	(2,9)	(1,9)	(0,0)	(0,9)	(1,6)
Total	43	28	79	41	41	34	53	88	106	513
	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	100(0,0)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

As eleições para governadores

Em que pese o alto grau de fracionamento do sistema partidário brasileiro, as eleições de 2010 distribuíram o governo dos 26 estados mais o Distrito Federal, para o período de 2011-2014, entre apenas seis partidos. O PT lançou candidatos a governador em oito unidades da Federação e venceu em cinco delas (AC, BA, DF, RS e SE), sendo quatro no primeiro turno e um no segundo. Já o PSDB, partido que conquistou o maior número de governos estaduais, lançou candidatos em doze estados e saiu vitorioso em oito deles (MG, SP, PR, AL, TO, GO, RR e PA), quatro no primeiro turno e quatro no segundo. O PMDB conquistou o governo de cinco estados (RJ, MA, RO, MT e MS) e o DEM obteve apenas os governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte.

Vale destacar o desempenho do PSB que conquistou seis governos estaduais, três no primeiro turno (CE, ES e PE) e três no segundo (AP, PB e PI). Esse foi o melhor resultado de sua história, conferindo ao partido maior importância no jogo político nacional e maior proeminência na região Nordeste do país.

Quadro 5: Número de governos estaduais conquistados por cada partido (1994 – 2010)

PARTIDO (%)	1994	1998	2002	2006	2010
PT	2	2	3	4	5
	(7,40)	(7,4)	(11,11)	(14,81)	(18,51)
PMDB	9	5	3	7	5
	(33,33)	(18,51)	(11,11)	(25,92)	(18,51)
PSDB	6	8	7	7	8
	(22,22)	(29,62)	(25,92)	(25,92)	(29,62)
DEM (PFL até 2008)	2	7	4	3	2
	(7,40)	(25,92)	(14,81)	(11,11)	(7,40)
PSB	2	2	4	2	6
	(7,40)	(7,40)	(14,81)	(7,40)	(22,22)
PPR[5]	3	-	-	-	-
	(11,11)	-	-	-	-
PDT	2	1	2	1	-
	(7,40)	(3,70)	(7,40)	(3,70)	-
PTB	1	-	1	-	-
	(3,70)	-	(3,70)	-	-
PPB (atual PP)	-	2	1	1	-
	-	(7,4)	(3,70)	(3,70)	-
PPS	-	-	2	2	-
	-	-	(7,40)	(7,40)	-
PMN	-	-	-	-	1
	-	-	-	-	(3,70)
TOTAL	27	27	27	27	27
	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)	(100,00)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Ao longo do tempo, observa-se um crescimento do PT, que passou de dois governos estaduais, em 1994, para cinco em 2010; uma curva descendente do PMDB, que passou de nove para cinco governos estaduais no mesmo período; a estabilidade do desempenho do PSDB; e o enfraquecimento expressivo do DEM, desde 1998, quando havia conquistado oito governos estaduais.

A observação longitudinal dos resultados das eleições para governadores permite constatar uma tendência à

[5] Em 1995, fundiu-se com PP e PRP para formar o PPB (atual PP).

concentração dos governos estaduais em torno de poucos partidos. Os dados sugerem que, de fato, são distintas as estratégias dos partidos relativamente aos níveis nacional e estadual da disputa eleitoral, com impacto sobre os resultados. Observe-se, por exemplo, que poucos partidos têm se apresentado como alternativas viáveis e competitivas nas eleições para o Executivo estadual, e que o pleito estadual nem sempre espelha a eleição nacional, evidenciando a tendência do arranjo federativo no sentido da dispersão de poder.

Como mencionado anteriormente, são bastante distintos os padrões de distribuição geográfica dos votos entre os partidos políticos, quando se examina os resultados das eleições para presidente e para governadores. O recorte norte-sul observado no pleito presidencial é substituído por um corredor oposicionista que atravessa o país, quando o foco se dirige para os resultados estaduais: o PSDB elegeu governadores em Roraima, Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Alagoas. O DEM saiu vitorioso em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte. E o PMN conquistou o governo do Amazonas.

Pode-se perceber, por meio da análise de tais resultados, que os partidos políticos brasileiros se diferenciam em relação aos objetivos e arenas que priorizam. O que permite compreender, por exemplo, por que, desde 1994, a disputa para o cargo de presidente tem girado em torno de apenas dois partidos – PT e PSDB –, enquanto outras agremiações também importantes no cenário nacional, como o PMDB, definem outros objetivos, como a conquista de cadeiras nas Casas Legislativas, em nível nacional e estadual, e de postos na burocracia do Poder Executivo (MELO, 2010).

Outro contraste é observado quando se considera o reduzido número de partidos que conquistaram governos

de estado em 2010 – apenas 6 – com o elevado número de agremiações que se fazem presentes na Câmara dos Deputados – 22 – e nas Assembleias Estaduais – de 9 em Santa Catarina a 21 em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

O desempenho diferenciado dos principais partidos brasileiros, nas eleições majoritárias e proporcionais e nas eleições nacionais e estaduais, reforça a tese de Lima Júnior (1980) de que os partidos brasileiros apresentam graus diferentes de nacionalização e traçam seus objetivos e estratégias a partir de uma racionalidade contextualizada, que considera as diferentes arenas nas quais eles atuam e as peculiaridades regionais e locais concernentes à sua força e tamanho e ao grau de competição política.

A variação no desempenho e na força dos partidos nas diferentes unidades da Federação e nas regiões sinaliza também como o arranjo federativo brasileiro pode se constituir como mecanismo de dispersão de poderes e de multiplicação dos atores com poder de agenda e de veto, com importantes implicações sobre a dinâmica política do país.

A coalizão governativa

No arranjo institucional que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão, a exemplo do que se observa nos regimes parlamentaristas (SANTOS, 2006), o chefe de governo constrói sua base de apoio no Legislativo por meio da distribuição de cargos. Essa estratégia é assegurada por sua prerrogativa constitucional de escolher livremente os membros de seu gabinete e a qualquer momento substituí-los. A distribuição de cargos entre os parceiros da coalizão governativa é fundamental para assegurar apoio no Legislativo e implica compartilhamento de poder relativamente às decisões sobre políticas públicas.

No caso brasileiro, além de compatibilizar critérios técnicos e políticos, o presidente precisa levar em conta a dimensão federativa ao montar seu gabinete. A depender das escolhas feitas, o gabinete pode espelhar mais ou menos o peso dos partidos da coalizão no Legislativo (AMORIM NETO, 2000) e contemplar, em diferentes graus, as diferentes regiões do país.

O Quadro 6 apresenta dados sobre a composição dos ministérios e secretarias no segundo biênio do segundo mandato do governo Lula e no primeiro de Dilma.

Quadro 6: Ministérios e Secretarias (Lula/2008 e Dilma/2011)

Ministério	Partido/Estado (2008)	Partido/Estado (2011)
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	PMDB/PR	PMDB/SP
Casa Civil	PT/RS	PT/SP
Cidades	PP/RJ	PP/BA
Ciência e Tecnologia	PSB/PE	PT/SP
Comunicações	PMDB/MG	PT/PR
Cultura	PV/BA	Sem partido
Defesa	PMDB/RS	PMDB/RS
Desenvolvimento Agrário	PT/RS	PT/BA
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Sem Partido/SP	PT/MG
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	PT/MG	PT/RS
Educação	PT/SP	PT/SP
Esporte	PCdoB/BA	PCdoB/BA
Fazenda	PT/SP	PT/SP
Integração Nacional	PMDB/MG	PSB/PE

Justiça	PT/RS	PT/SP
Meio Ambiente	PT/AC (PT/RJ)	Sem partido
Minas e Energia	Sem partido (PMDB/MA)	PMDB/MA
Pesca e Aquicultura	PT/SC	PT/SC
Planejamento, Orçamento e Gestão	PT/PR	PT/SP
Previdência Social	PT/SP (PT/CE)	PMDB/RN
Relações Exteriores	Sem partido/SP	Sem partido
Saúde	PMDB/RJ	PT/SP
Trabalho e Emprego	PDT/RJ	PDT/RJ
Transportes	PR/AM	PR/AM
Turismo	PT/SP (PT/SP)	PMDB/MA
Secretaria	**Partido/Estado (2008)**	**Partido/Estado (2011)**
Secretaria Geral da Presidência	**PT/MG**	PT/SP
Secretaria de Comunicação Social	**Sem partido/RJ**	Sem partido
Secretaria de Assuntos Estratégicos	PRB/RJ	PMDB/RJ
Secretaria de Relações Institucionais	PTB/PE	PT/RJ
Secretaria de Direitos Humanos	PT/SP	PT/RS
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Sem partido/RJ	PT/ES
Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial	PT/RJ (PT/RJ)	PT/BA
Secretaria Especial de Portos	PSB/CE	PSB/CE

Fonte: <www.presidencia.gov.br>; Anastasia e Melo, 2009.

A análise realizada considerou os 25 Ministérios e oito Secretarias com status de ministério (Geral, Assuntos Estra-

tégicos, Pesca e Aquicultura, Diretos Humanos, Igualdade Racial, Comunicação, Portos e Políticas para as Mulheres).[6] Considerando-se apenas o primeiro titular a ocupar o cargo no ano, observa-se que, em 2008, o PT controlava 14 postos entre os ministérios e as secretarias (42,4% do total). Outros oito partidos detinham cargos e cinco postos foram ocupados por técnicos não filiados a partidos políticos.

Uma diferença marcante pode ser apontada em relação ao gabinete montado por Dilma Rousseff. Dos 33 ministérios e secretarias, 29 foram compostos por meio de indicações políticas, isto é, seus titulares são filiados a um partido ou têm uma vinculação clara com ele. As exceções são os ministérios das Relações Exteriores, da Cultura, do Meio Ambiente e a Secretaria de Comunicação. Vale observar ainda que o gabinete de Dilma conta com apenas seis partidos, ademais do PT. A participação do PT no ministério também aumentou passando para 17 postos (51,5%).

Considerando-se a participação do PMDB em ambos os gabinetes, observa-se que:

> *en el primer gobierno Lula pasó de ninguna (en 2003), a dos carteras ministeriales (en 2004) y de ahí para tres carteras (Previsión, Minas y Energía, y Comunicaciones) y 05 de los 50 cargos más codiciados de la administración federal1, en 2005[7]. Ya en segundo mandato, el PMDB, que comenzó con 04 carteras (2007), llegó a seis (Agricultura, Defensa, Integración Nacional, Salud, Comunicaciones, y Minas y Energía), en 2008, además de*

[6] Pela peculiaridade das funções associadas a cada uma das instituições, não foram contabilizados o Banco Central (BC), a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, embora, no portal do Palácio do Planalto, seus titulares sejam considerados ministros.

[7] Presidente dos Correios, Diretor Comercial dos Correios, Vice-presidente de Crédito da Caixa Econômica Federal, Presidente da Eletrobrás, Presidente da Transpetro. O conjunto dos valores administrados pelos titulares desses cargos era da ordem de 22,3 milhões de reais (ANASTASIA; MELO, 2009).

la ocupación de 08 de los 50 cargos más codiciados de la administración federal[8] (ANASTASIA; MELO, 2009).

A análise também mostra que, em 2008, havia maior equilíbrio entre estados e regiões do que no gabinete montado por Dilma. Considerando-se apenas os 28 cargos compostos por meio de indicações partidárias e levando em conta apenas os primeiros indicados em 2008, observa-se que 14 (50%) eram da região Sudeste, sete da região Sul (25%), dois da região Norte (7,1%) e 5 da região Nordeste (17,9%). Havia maior equilíbrio no interior da região Sudeste, com cinco titulares do Rio de Janeiro, cinco de São Paulo e quatro de Minas Gerais.

Já no gabinete de Dilma, considerando-se os 29 cargos ocupados a partir de indicações partidárias, 15 (51,7%) foram preenchidos com titulares provenientes da região Sudeste (sendo nove do estado de São Paulo), nove da região Nordeste (31%), um da região Norte e cinco da região Sul do Brasil (17,2%). Vale destacar que oito dos 17 ministros do PT são do estado de São Paulo. Observou-se uma diminuição da participação de ministros e secretários provenientes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Uma semelhança entre os dois gabinetes é a ausência, em ambos, de ministros ou secretários provenientes de estados do Centro-Oeste.

O quadro a seguir apresenta um contraste entre o desempenho eleitoral dos partidos da coligação de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados mais o PP e o PTB, que se juntaram à coalizão posteriormente e à sua par-

[8] Presidente dos Correios, Diretor Comercial dos Correios, Diretor de Tecnologia e Infra-strutura dos Correios, Presidente da Eletronorte, Vice-presidente de Comércio do Banco do Brasil, Presidente de Furnas Centrais Elétricas, Presidente da Transpetro e Coordenador do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. No total, os valores administrados por esses cargos alcançaram a expressiva cifra de 40,5 milhões de reais (ANASTASIA; MELO, 2009).

ticipação no governo.[9] O percentual de cada partido foi calculado tendo em vista o total de 373 deputados que integram a base de apoio ao governo. Considerou-se o total de 25 ministérios e oito secretarias.

Quadro 7: Desempenho eleitoral dos partidos da coalizão de Dilma x sua participação no governo

Partido	Cadeiras na CD	N. de Ministérios/ Secretarias
PT	88	17
	(23,6)	(51,5)
PMDB	79	6
	(21,2)	(18,2)
PR	41	1
	(11,0)	(3,0)
PP	41	1
	(11,0)	(3,0)
PSB	34	2
	(9,1)	(6,1)
PDT	28	1
	(7,5)	(3,0)
PTB	21	0
	(5,6)	(0,0)
PSC	17	0
	(4,6)	(0,0)
PCdoB	15	1
	(4,0)	(3,0)
PRB	8	0
	(2,1)	(0,0)
PTC	1	0
	(0,3)	(0,0)
Total	373 (100,0)	33 (100,0)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. <www.presidencia.gov.br>

Segundo Amorim Neto (2006), quanto maior a coalescência do gabinete, maior a governabilidade. No governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores controla 51,5% dos cargos e ocupa 23,6% das cadeiras na Câmara dos Depu-

[9] O PTN, que fazia parte da coligação, não elegeu nenhum deputado federal.

tados. A maior participação do PT no gabinete ocorre à custa dos menores partidos da coalizão, já que, em relação ao PMDB, observa-se uma congruência entre o número de assentos na Câmara e o número de cargos no gabinete. Percebe-se que o controle de 1/5 das cadeiras na Câmara torna o PMDB um ator *pivotal* da coalizão – aquele cuja adesão é indispensável para se manter a condição de maioria –, o que garante a ele um maior poder de barganha relativamente aos partidos menores.

Correlação de forças no legislativo

A nova correlação de forças políticas que emergiu das urnas, em 2010, informou a escolha dos nomes para ocupar a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O grande poder de agenda correspondente a tais cargos transforma a disputa em torno desses postos em um jogo fundamental para governo e oposição. Embora a escolha de seus titulares ocorra por meio de eleição, tradicionalmente o partido com maior bancada na Casa tem vantagem na disputa.

Findas as eleições de outubro, notas veiculadas na imprensa sugeriam que PT e PMDB, as duas maiores bancadas em ambas as Casas do Congresso, teriam feito um acordo para ocupar de forma alternada a presidência da Câmara, em cada biênio da legislatura. Embora fosse um dos nomes menos cotados[10], o deputado federal Marco Maia (PT-RS), que ocupou a presidência da Casa durante a licença de Michel Temer, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados logo após a posse de Dilma, em um único turno de votação, em fevereiro de 2011.

No Senado, onde o PMDB controla a maior bancada, a eleição de Sarney, que ocupava a presidência no biênio

10 Os favoritos, segundo a imprensa, eram os deputados Cândido Vacarezza (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP/ ex-presidente da câmara) e Arlindo Chinaglia (PT-SP/ ex-presidente da câmara).

anterior, ocorreu em primeiro turno. Assim como na Câmara dos Deputados, apenas o PSOL não apoiou a candidatura do vencedor, que recebeu os votos de 70 dos 81 senadores. A escolha de Sarney como presidente do Senado pode indicar uma continuidade na dinâmica observada no segundo mandato de Lula, durante o qual o PMDB foi fundamental para a aprovação da agenda do governo.

Além da definição das presidências das Casas, outro jogo importante é o do alinhamento entre os partidos. Quando dois ou mais partidos se reúnem em um bloco parlamentar, eles passam a atuar na Casa como uma só bancada, sob liderança comum, o que configura uma estratégia disponível para os pequenos partidos que, unidos, podem influenciar mais os resultados políticos do que isoladamente. Após a posse, em fevereiro de 2011, foram formados três blocos parlamentares na CD. O bloco PSB-PTB-PCdoB controla 68 cadeiras e constitui a terceira maior bancada, atrás apenas de PT e PMDB. Em quarto lugar está o bloco formado por PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC e PSL com 64 assentos. A formação desses dois blocos expressa a tentativa de alterar a correlação de forças no interior da coalizão governativa, podendo resultar em perda de poder do PMDB no interior da coalizão.

O terceiro bloco organizado na Câmara dos Deputados é composto pelo PV e pelo PPS. O primeiro não aderiu formalmente à coalizão e tem adotado, até agora, uma postura independente. O segundo integra a oposição.

Jogos em múltiplas arenas

O conceito de jogos aninhados elaborado por Tsebelis (1998) oferece uma forma interessante de analisar a dinâmica política brasileira por, pelo menos, duas razões. Primeiro, o arranjo federativo brasileiro caracteriza-se por alto grau de descentralização nos aspectos político, admi-

nistrativo e tributário, fazendo dos estados e municípios jogadores importantes com poder de influenciar os rumos da política no âmbito nacional. Para ficar apenas no aspecto político, destaca-se a possibilidade de os cidadãos elegerem diretamente seus representantes no Executivo e no Legislativo nos estados e nos municípios de forma autônoma e sem intervenção de uma esfera sobre a outra.

Tal cenário torna-se ainda mais complexo quando se considera o alinhamento dos partidos no eixo governo-oposição. Como foi mencionado na seção "O resultado das urnas" deste capítulo, no segundo turno da eleição presidencial, a coligação encabeçada pelo PT obteve 56,05% dos votos válidos e venceu em 16 estados da Federação, especialmente os do Nordeste e Norte. Em 11 estados, entretanto, a presidente eleita enfrentará a oposição de governadores eleitos pela coligação de apoio a José Serra (8 do PSDB, 2 do DEM e 1 do PMN), incluídos os de São Paulo e de Minas Gerais, que abrigam os dois maiores colégios eleitorais do país.

Do ponto de vista do governo, o bom desempenho dos partidos de oposição nas eleições para governadores pode ser visto como um complicador para a aprovação da agenda do governo, especialmente naqueles itens que interessam mais de perto aos estados da Federação, como, por exemplo, a realização de mudanças no sistema tributário do país, afirmada como uma prioridade da presidente Dilma Rousseff, antes e depois da eleição. Do ponto de vista da oposição, o resultado é visto como uma forma de contrabalançar o desempenho da coligação encabeçada pelo PT no plano nacional e como uma possibilidade de fortalecimento, no curto e médio prazo, tendo em vista o pleito de 2014.

Pode-se afirmar que o resultado da eleição em nível nacional combinado ao resultado observado em nível esta-

dual aponta para, pelos menos, duas tendências. Primeiro, observa-se um contexto favorável de governabilidade já que a nova presidente conta com uma supermaioria de apoio na Câmara e no Senado, suficiente inclusive para a realização de mudanças constitucionais. Com a tradução da coligação eleitoral em coalizão de governo, estaria assegurada a fórmula praticada no país desde o primeiro mandato de FHC: um presidente majoritário que conta com recursos institucionais e políticos para extrair disciplina de sua base no Legislativo e, dessa forma, implementar sua agenda sem maiores percalços ou impasses que pudessem abalar a estabilidade do país (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). De outro lado, o desempenho do PSDB e do DEM nos estados sinaliza para a preservação de outro atributo-chave na democracia: o acesso das oposições a postos e recursos institucionais. Considerando-se que os membros da oposição seriam aqueles com maior motivação para o exercício da *accountability*, sua presença à frente de importantes estados da Federação contrabalançaria seu enfraquecimento no Congresso Nacional, contribuindo para maior dispersão de poder.

A capacidade de influência dos governadores, é claro, não é a mesma em todos os estados da Federação e não se materializa em relação a todas as questões. Mas, em se tratando de governadores com grande capital político – expresso nos resultados eleitorais e em aprovação popular, por exemplo – e de questões que afetam mais diretamente os interesses dos estados, com implicações sobre o equilíbrio federativo, não se pode negar a importância dos governadores como peças centrais do jogo. Eles, de fato, têm atuado como *veto players* em algumas situações, concorrendo com os partidos como focos prioritários da lealdade dos membros do Legislativo.

Dinâmicas de interação: interesses e solidariedade

Uma vez identificados os atores centrais da política brasileira pós-eleições de 2010 e analisada a nova correlação de forças entre eles, é possível apontar algumas tendências no comportamento dos principais partidos políticos. Para tanto, mobilizou-se os conceitos de sistemas de interesse e solidariedade, de Pizzorno (1966). Trata-se de saber: em que arenas e em torno de quais temas pode-se esperar cooperação e competição? Dentro da coalizão de governo, que constitui um sistema de solidariedade, é possível identificar tendências de divisão, características dos sistemas de interesse? Nas interações entre governo e oposição, em que medida é possível pensar em interações cooperativas, típicas dos sistemas de solidariedade? Levando em consideração o arranjo federativo brasileiro, a clivagem regional e o poder dos governadores, em que arenas e temas é possível esperar cooperação entre os atores?

Pode-se afirmar que uma dinâmica cooperativa deve marcar as relações entre governo e oposição, no que se refere aos traços centrais da política econômica. Tanto durante a campanha quanto após a posse, a presidente Dilma Rousseff reforçou seu compromisso com a estabilização econômica mediante a manutenção do câmbio flutuante e as metas de inflação, embora tenha negado veementemente a intenção de realizar um ajuste fiscal. Nesse tópico, há uma nítida convergência de agenda entre o governo e os 2 maiores partidos de oposição que, no período de 1994-2002, quando governaram o país, defenderam a mesma bandeira. Se um dos legados do governo de FHC foi tornar a política econômica de estabilização uma política de estado, o mesmo fez o governo Lula em relação à política social de transferência direta de renda, materializada

no Programa Bolsa Família. Embora seja possível encontrar, entre os membros da oposição, críticas sobre a forma de operacionalização do programa e dúvidas quanto à sua sustentabilidade e resultados no longo prazo, é possível afirmar que há consenso em torno de sua necessidade e resultados alcançados no combate à pobreza. Obviamente, tal consenso deriva também da grande popularidade do programa e de seus visíveis retornos eleitorais.

Em relação a outros itens, no entanto, não há garantia de consenso, nem mesmo entre os membros da oposição. De fato, desde o primeiro mandato de Lula, o DEM vem adotando um comportamento mais sistematicamente oposicionista e mostrando uma postura mais combativa em relação ao governo. Durante o governo Lula, o PSDB viu-se constrangido pela necessidade de manter a coerência diante de uma agenda governista em muitos aspectos semelhante à que havia sustentado no governo FHC (MELO; ANASTASIA, 2005). Diante disso, o DEM buscou assumir o lugar de principal partido de oposição adotando uma postura de confrontação mais sistemática (ANASTASIA; INÁCIO; MELO, 2007), inclusive como forma de se fortalecer no cenário político brasileiro, tendo em vista a redução no número de governadores e deputados federais da legenda, nas eleições de 2006 (nas eleições de 2002, o partido elegera 4 governadores e 84 deputados; nas eleições de 2006, esse número caiu para 1 e 65, respectivamente). Vale lembrar que na ocasião da mudança do nome de Partido da Frente Liberal (PFL) para Democratas, no ano de 2007, o partido afirmou sua intenção de assumir mais claramente sua posição a favor da diminuição da participação do Estado na economia e da redução da carga tributária.

Essa posição tem sido sustentada desde então. Levando em consideração as principais votações nominais realiza-

das no segundo mandato de Lula, observa-se que, depois do PT, o DEM é o partido que demonstra maior disciplina e coesão nas votações, tendendo a manifestar-se contrariamente às propostas que impliquem em aumento da carga tributária, como foi o caso das votações em torno da criação da CSS (PLP 306/2008) e da PEC que previa a prorrogação da CPMF (PEC 558/2006). Em relação a essas propostas também no PSDB observou-se grande coesão. Nos dois partidos quase a totalidade dos presentes votou contra.

Ainda em se tratando de matéria tributária, é possível encontrar convergência no posicionamento do governo federal e dos governos estaduais, convergência essa que pode, inclusive, obscurecer a divisão entre governo e oposição. Nos últimos episódios em que esteve em jogo a criação de tributos para financiar a saúde, a partir de propostas do Governo federal, vários governadores estaduais, inclusive os situados na oposição, mostraram-se abertos à cooperação. A exceção deve ficar por conta dos dois governadores do DEM, pelas razões assinaladas acima. Em relação ao PSDB, é possível que decisões que afetam a disponibilidade de recursos em áreas críticas, como saúde e educação, venham a ser fonte de divisões internas.

Em várias ocasiões, a presidente Dilma reafirmou sua intenção de trabalhar pela realização de uma reforma tributária que teria como objetivos principais a simplificação do sistema, o combate à guerra fiscal entre os estados e a desoneração da folha de pagamentos, entre outros. Esta última proposta provavelmente contará com o apoio da oposição que certamente tentará ampliar ao máximo o seu escopo. Já as duas primeiras vêm motivando resistência por parte de membros seja dos partidos governistas, seja da oposição e, principalmente, por parte dos governadores inseguros quanto ao modelo de cobrança da CPMF e quanto ao impacto da mudança no sistema sobre a ar-

recadação. As propostas que implicam em desvinculação de receitas em relação às políticas de seguridade social tenderão a enfrentar a oposição de partidos da coalizão que apresentam maiores vínculos com os movimentos sociais, como o próprio PT, o PSB e o PDT.

Outro tema que frequenta a agenda política no Brasil há vários anos remonta às mudanças das instituições políticas, sobretudo das regras eleitorais. Caso o tema venha a ter destaque na agenda – o que provavelmente não se dará por iniciativa do governo –, é provável que a clivagem governo-oposição não seja a mais relevante para explicar a distribuição dos atores no interior dos sistemas de interesse e de solidariedade. Nesse caso, é possível esperar que outras diferenças venham a conformar os espaços de cooperação e de competição, como o tamanho e o desempenho eleitoral dos partidos e dos políticos.

A realização de mudanças estruturais no sistema de previdência social não está na agenda da presidente Dilma, como evidenciam suas recorrentes afirmações sobre o tema. A presidente não descarta, no entanto, a possibilidade de mudanças pontuais. O comportamento dos partidos no contexto da reforma previdenciária realizada por Lula é um indicativo do que se pode esperar das interações entre governo e oposição caso uma nova proposta de reforma seja apresentada pelo Poder Executivo e venha a tramitar no Congresso.

Se as tendências observadas em 2002 se mantiverem, é possível esperar divisões dentro da base de apoio ao governo por se tratar de uma proposta que tem efeitos diretos sobre determinados públicos e, portanto, tem impactos eleitorais mais tangíveis para os parlamentares. Tal proposta enfrentaria resistências dentro do PDT, partido tradicionalmente ligado ao movimento sindical, do PCdoB e PSB, sobretudo se apresentarem impactos sobre os

direitos adquiridos dos trabalhadores.

Se, de um lado, é razoável esperar divisões e uma dinâmica competitiva no interior da coalizão, de outro, em relação a esse tema, pode emergir uma dinâmica de solidariedade entre o governo e o PSDB. Este partido tem enfatizado historicamente a necessidade de reestruturação do sistema previdenciário brasileiro. Vale lembrar que no contexto da aprovação da PEC n° 40, proposta pelo governo Lula, "apesar da condição oposicionista do partido, a liderança do PSDB encaminhou posição favorável ao governo", em relação à maioria dos itens em votação (MELO; ANASTÁSIA, 2005, p. 316). Dada a divisão provável no interior da coalizão, os votos da oposição podem ser indispensáveis para a realização de uma eventual mudança nessa área.

Por último, vale a pena destacar algumas possíveis consequências do desempenho do PSB nos governos estaduais. Dos seis governos estaduais conquistados pelo partido em 2010, quatro são de estados do Nordeste. Esse resultado pode favorecer uma área de cooperação ao mesmo tempo regional e partidária dando maior centralidade, no interior do partido, para os problemas e temas mais salientes para a região Nordeste do país. Não por acaso, no momento de montagem do gabinete presidencial, as maiores pressões do PSB – parceiro importante da coalizão de Dilma – eram sobre os ministérios da Integração Nacional e das Cidades. Fora do núcleo duro do governo, essas pastas, juntamente com a dos Transportes, contam com um grande orçamento para ser investido em obras. Tendo elegido quatro governadores no Nordeste, região fortemente dependente de obras de infraestrutura, esses ministérios tornaram-se estratégicos para o PSB. Ao final, o partido ficou com duas pastas: o Ministério de Integração Nacional e a Secretaria Especial de Portos.

Votação do novo salário mínimo: o primeiro teste da coalizão governativa

O primeiro teste da força e da coesão da coalizão de apoio a Dilma Rousseff aconteceu em meados de fevereiro de 2011, na votação do novo valor do salário mínimo. A proposta do governo visava oficializar um acordo informal relativo à política de valorização do salário até 2015, que previa que os reajustes seriam feitos com base na regra de aplicação da inflação mais o índice de crescimento da economia de dois anos antes. Seguindo essa regra, o governo propunha a aprovação do valor de R$545,00.

Embora o governo tenha sido vitorioso com bastante folga, o episódio demonstrou como determinados temas podem gerar divisões dentro da própria base aliada e acirrar a disputa entre governo e oposição.

Os principais partidos de oposição apresentaram duas emendas propondo valores mais altos. A emenda do DEM propunha o valor de R$ 560,00 para o mínimo e acabou derrotada por 361 a 120, com 11 abstenções. Já o PSDB propôs o valor de R$ 600,00 – fiel a uma das promessas de campanha de seu candidato nas eleições presidenciais de 2010 – sendo derrotado por 376 a 106, com 7 abstenções. Com essa manobra, os partidos de oposição buscavam capitalizar apoio junto às centrais sindicais insatisfeitas com o valor proposto pelo governo.

A rejeição das emendas dos partidos de oposição e a aprovação com folga da proposta do governo sinalizam a coesão da coalizão governista, mas também mostram a união dos partidos de oposição. Entre eles – DEM, PSDB, PPS e PSOL – foram registradas apenas quatro defecções, duas de deputados do DEM e duas de membros do PSDB. Todos os deputados do PPS e do PSOL votaram contra a matéria. O PV, de posição independente, registrou 10 abstenções, 2 votos contrários e 2 favoráveis, mostrando que

a maioria dos membros optou por não se posicionar sobre a matéria polêmica.

Entre os partidos da base de apoio ao governo, foram registradas 16 deserções, sendo a maioria delas – nove – no PDT. Dias antes, o líder do PDT na Câmara havia liberado a bancada, entendendo que o compromisso do partido com o movimento trabalhista – sobretudo com a Força Sindical – geraria altos custos para seus membros caso votassem a favor. Vale lembrar que o presidente licenciado do partido ocupa o cargo de Ministro do Trabalho no governo Dilma. As outras defecções foram observadas no PT (2), PTB (1), PR (1), PP (2) e PHS (1).

Os deputados do PMDB e do PSB, parceiros mais importantes da coalizão de Dilma, votaram em peso a favor a matéria, não se registrando nenhuma defecção. O mesmo se observou no PCdoB e no PCS. Também na maioria dos menores partidos da coalizão – PTdoB, PMN, PRTB, PRP, PTC, PSL, PRB – houve total adesão ao governo.

No Senado, a proposta do governo prevaleceu frente às emendas propostas por PSDB e DEM, com apenas duas defecções no PMDB e três abstenções (também no PMDB). No PT, PTB, PR e PSB, todos os deputados votaram com o governo, o que também ocorreu no interior dos menores partidos da coalizão: PCdoB, PV, PSC, PRB e PMN.

Nos quatro partidos de oposição – PSDB, DEM, PSOL e PPS – registrou-se apenas uma abstenção (DEM). Todos os demais votaram a favor das emendas da oposição e contra a proposta do governo.

Conclusões

Sabe-se que no Brasil existe uma grande homogeneidade em relação a alguns traços fundamentais do sistema político, presentes tanto em nível nacional como no subnacional. Esse seria o caso, principalmente, do pre-

sidencialismo, do multipartidarismo e do sistema de representação proporcional, além das regras que regem a produção de políticas públicas (SANTOS, 2001; SOUZA; DANTAS NETO, 2006). Nesse sentido, não seria surpresa se alguns padrões observados no processo político em nível nacional se reproduzissem na política estadual.

Sabe-se, no entanto, que há também alguns aspectos importantes que informam a competição política no âmbito estadual e que produzem comportamentos e resultados bem diferentes daqueles observados no plano nacional. Vale mencionar, por exemplo, que o Poder Legislativo é unicameral nos estados, ao passo que o Congresso Nacional é bicameral. Outra distinção relevante refere-se ao fato de que as Assembleias Legislativas são compostas por legisladores eleitos em uma única circunscrição eleitoral (o próprio estado), enquanto a Câmara dos Deputados é composta por deputados provenientes de diferentes distritos (as 27 unidades da Federação), com população, eleitorado e quocientes eleitorais distintos.

Ademais, os diferentes procedimentos utilizados para constituir as diferentes instâncias decisórias (presidência, governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas) impactam sua composição e a correlação de forças dela resultante.

As múltiplas arenas nas quais se desenvolve a competição política no país e os sistemas de interesse e de solidariedade que se organizam em torno das preferências e dos recursos dos diferentes atores expressam os efeitos combinados das regras e da vontade dos cidadãos, colhida nas urnas de 2010.

Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **O presidencialismo de coalizão**: o dilema institucional brasileiro. Dados 31, pp. 5-33, 1988.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes residenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, pp. 479-519, 2010.

ANASTASIA, F.; INÁCIO, M.; MELO, C. R. F. Para um balanço da 52 legislatura. **Plenarium**. Ano IV, n. 4 (jun. 2007). Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

ANASTASIA, F.; NUNES, F. A Reforma da Representação. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANASTASIA, Fatima; RANULFO MELO, Carlos. Brasil: dos décadas de democracia. **Revista de ciência política**. vol. 29, n. 2, Santiago, pp. 275-300, 2009.

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. Notas sobre coalizões políticas e democracia: diz-me com quem andas.... In: MESSENBERG, Débora *et al.* (Orgs.). **Estudos Legislativos.** Pensamento e Ação Política. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina M. C; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

INÁCIO, Magna. Presidencialismo de coalizão e sucesso presidencial no Brasil (1990-2004). In: 52o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2006. **Anais...** Belo Horizonte: [s. n.], 2006.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **The Brazilian multi-party system**: a case for contextual political rationality. 1980. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Michigan, 1980.

MELO, C. R. F.; ANASTASIA, F. A Reforma da Previdência em Dois Tempos. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. vol., 48, n. 2, pp. 301-332, 2005.

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados e Sistema Partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 13-41, 2010.

PIZZORNO, A. Introducción al estudio de la participación política. In:

PIZZORNO, A., KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. **Participación y cambio social en la problematica contemporánea**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan; MANIN, Bernard. **Democracy, Accountability and Representation.** New York: Cambridge University Press, 1999.

SANTOS, Fabiano. Governos de Coalizão no Sistema Presidencial: o Caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Edusp, 1998.

Anexos

Anexo A

Quadro 1: Ministérios e Secretarias no Governo Dilma (2011)

Ministério	Ministro	Partido/Estado
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	**Wagner Rossi**	PMDB/SP
Casa Civil	**Antônio Palocci**	PT/SP
Cidades	**Mário Negromonte**	PP/BA
Ciência e Tecnologia	**Aloizio Mercadante**	PT/SP
Comunicações	**Paulo Bernardo**	PT/PR
Cultura	**Ana de Hollanda**	Sem partido
Defesa	**Nelson Jobim**	PMDB/RS
Desenvolvimento Agrário	**Afonso Bandeira Florence**	PT/BA

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	**Fernando Pimentel**	PT/MG
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	**Tereza Campello**	PT/RS
Educação	**Fernando Haddad**	PT/SP
Esporte	**Orlando Silva**	PCdoB/BA
Fazenda	**Guido Mantega**	PT/SP
Integração Nacional	**Fernando Bezerra Coelho**	PSB/PE
Justiça	**José Eduardo Cardozo**	PT/SP
Meio Ambiente	**Izabella Teixeira**	Sem partido/RJ
Minas e Energia	**Edison Lobão**	PMDB/MA
Pesca e Agricultura	**Ideli Salvatti**	PT/SC
Planejamento, Orçamento e Gestão	Mirim Belchior	PT/SP
Previdência Social	Garibaldi Alves	PMDB/RN
Relações Exteriores	Antônio Patriota	Sem partido
Saúde	Alexandre Padilha	PT/SP
Trabalho e Emprego	Carlos Lupi	PDT/RJ
Transportes	Alfredo Nascimento	PR/AM
Turismo	Pedro Novais	PMDB/MA

Secretaria	Titular	Partido/ Estado
Secretaria Geral da Presidência	**Gilberto Carvalho**	PT/SP
Gabinete de Segurança Institucional	**General José Elito Carvalho**	Sem partido

Secretaria de Comunicação Social	**Helena Chagas**	Sem partido
Secretaria de Assuntos Estratégicos	**Moreira Franco**	PMDB/RJ
Secretaria de Relações Institucionais	**Luiz Sérgio**	PT/RJ
Secretaria de Direitos Humanos	**Maria do Rosário**	PT/RS
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	**Iriny Lopes**	PT/ES
Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial	**Luiza Helena de Bairros**	PT/BA
Secretaria Especial de Portos	**Leônidas Cristino**	PSB/CE

Fonte: www.presidencia.gov.br

Anexo B

Pastas por partido:

PT – Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral da Previdência, Secretaria de Relações Institucionais e Casa Civil da Presidência da República.

PMDB – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Defesa, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Previdência Social, Ministério

do Turismo e Secretaria de Assuntos Estratégicos.
PSB – Ministério da Integração Social, Secretaria dos Portos.
PCdoB – Ministério dos Esportes.
PDT – Ministério do Trabalho e Emprego.
PR – Ministério dos Transportes.
PP – Ministério das Cidades.

Eleições 2010 no Maranhão: incertezas eleitorais e insegurança jurídica

Arleth Santos Borges[1]

As eleições de 2010 no Maranhão atraíram atenção do Brasil inteiro por várias razões, a começar pelo fato de que, desde a morte de Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, paira no país uma expectativa quanto ao declínio da chamada "última oligarquia em atividade" – representada pela família Sarney. Ao lado disso, outros fatores marcaram essa eleição: a expectativa quanto ao "tira-teima" que haveria entre o grupo Sarney e seus opositores, vis-à-vis à eleição de Jackson Lago (PDT) em 2006, sua cassação e posse de Roseana Sarney (PMDB) em 2009; a inédita aliança entre o PT Maranhão e o grupo Sarney, resultante de intervenção da direção nacional do partido contra a decisão da instância local; o fortalecimento de Flávio Dino (PCdoB) como liderança oposicionista; e a instabilidade institucional decorrente da implantação da Lei da Ficha Limpa, que manteve indefinidas as regras eleitorais até vésperas da eleição, afetando sobremaneira os investimentos – e, provavelmente, os resultados da campanha, decidida por ínfimos 0,08%.

A análise empreendida neste capítulo examina o processo e os resultados eleitorais desse pleito no estado sob cinco aspectos: 1) contexto, candidaturas e campanha; 2) disputas retóricas e simbólicas: a campanha na televisão; 3) estratégias e desempenho dos partidos; 4) articulações

[1] Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, integrante do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais desta universidade

entre as diversas eleições; e 5) (d) efeitos da aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Contexto, candidaturas e campanhas

As eleições maranhenses de 2010 se processaram num cenário de conhecida competição eleitoral, há muito tempo marcado pela polarização entre dois campos: o grupo Sarney[2] e o de oposicionistas; ainda que ambos, sobretudo este último, não tenham homogeneidade social ou política, e, no caso dos oposicionistas, geralmente se apresente às disputas com mais de uma candidatura, como ocorreu nesta de 2010. Procuram se manter fora da lógica plebiscitária, de continuidade ou não do domínio do grupo Sarney, apenas os candidatos de partidos da chamada extrema esquerda, como o PSTU e PSOL.

Enquanto em 2006 a eleição teve a novidade de, pela primeira vez, o governador do estado não apoiar a candidatura do grupo Sarney, a de 2010 transcorreu como uma espécie de "terceiro turno" envolvendo uma série de disputas que remontam à eleição anterior, quando: a) um candidato de oposição ao sarneísmo venceu o pleito; b) houve acusação, pelo grupo dominante, de que esse eleito teria sido beneficiário de abuso de poder político e econômico, patrocinado pelo então governador; e c) como resultado dessa acusação, veio a cassação do governador oposicionista após dois anos de mandato e a posse da segunda colocada, Roseana. Com isto, o governo do estado foi recolocado sob o domínio do grupo Sarney, possibilitando que, em 2010, a própria governadora do estado se valesse dessa condição em seu propósito de reeleger-se.

Em 2010, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) registrou nove pedidos de candidatura ao

[2] Aqui referido de forma intercambiável como grupo Sarney ou grupo dominante.

cargo de governador e homologou seis, destacando-se como mais competitivas: a da então governadora Roseana Sarney (PMDB), que disputava o seu 4º mandato; de Jackson Lago (PDT), ex-governador, eleito em 2006 e com mandato cassado em abril de 2009; e Flávio Dino (PCdoB), recentemente inserido na política, como deputado federal, em 2006, e candidato a prefeito da capital em 2008, obtendo nas duas eleições votação surpreendentemente elevada. Além destes, participaram do pleito três candidatos de partidos de esquerda. O Quadro 1 traz informações mais detalhadas.

Quadro 1: Candidatos, Partidos e Coligações na disputa para o governo do Maranhão, em 2010.

Candidato (a)	Partido / Coligação
Roseana Sarney	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PRP / PTdoB / PHS
Jackson Lago	PDT / PTC / PSDB
Flavio Dino	PPS / PSB / PCdoB
Marcos Silva	PSTU
Saulo Arcangeli	PSOL
Josivaldo Silva	PCB

Fonte: TSE

Salta aos olhos o tamanho maior da coligação de Roseana Sarney, que reúne 16 partidos, incluindo três de grande porte (PMDB, PT e DEM) e muitos pequenos. Não fosse a presença do PT nessa coligação, também seria possível apresentá-la como de centro-direita, considerando o espectro ideológico. Nas demais coligações, o número de partidos é bem mais restrito, três em cada uma, havendo um grande partido com Jackson Lago (PSDB),

enquanto Flávio Dino contou apenas com agremiações de menor porte, sendo o PSB a mais destacada. Ideologicamente, a candidatura de Lago pode ser classificada como centro-esquerda, enquanto a de Dino estaria mais à esquerda. As demais candidaturas (Marcos Silva, Saulo Arcangeli e Josivaldo Silva) podem ser admitidas como de extrema-esquerda.[3]

As candidaturas mais competitivas se apresentaram através de coligações, enquanto os pequenos partidos de esquerda optaram por candidaturas próprias e sem coligação, uma vez que a pequena competitividade destes os induz à secundarização da disputa eleitoral em prol da difusão de princípios ideológicos e programáticos.

Além das coligações partidárias, que possibilitam o incremento de recursos eleitorais, como o tempo para a propaganda no rádio e televisão, multiplicação de recursos humanos e materiais, e alargamento das bases de apoio (KRAUSE; SCHMITT, 2005; FLEISCHER, 2006), há outros fatores que são decisivos em campanhas eleitorais contemporâneas e que evidenciam a crescente profissionalização e encarecimento destes eventos. Fazem parte dessas inovações as contratações de especialistas (em legislação, comunicação, marketing, pesquisas quantitativas e qualitativas, finanças, etc.) e a mudança do protagonismo da disputa, que se desloca do partido para o candidato. Nesse processo, a campanha na televisão, e a linguagem própria a este meio, caracterizada pela valorização da imagem, plasticidade, personalismo e emocionalismo passam a ter importância decisiva nos resultados do pleito[4]. De

[3] Sobre estas classificações ideológicas ver Figueiredo e Limongi (1999), Singer (2000) e Melo (2004).

[4] A noção de "democracia de público" desenvolvida por B. Manin (1995) contempla esse debate, situando-o em processo mais amplo de transformações do governo representativo. Na mesma direção, podemos localizar argumentos de Sartori (1989) e estudos em torno da chamada "americanização das campanhas eleitorais". Sobre estes últimos, Oliveira (2004, p. 77) citando

acordo com as regras de proporcionalidade estabelecidas pela legislação partidária, o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) dos candidatos ao governo do Maranhão em 2010 ficou assim distribuído:

Quadro 2. Distribuição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

CANIDATO (A)	TEMPO DE RÁDIO E TV
Roseana Sarney (PMDB)	09'17''38
Jackson Lago (PDT)	03'11''04
Flávio Dino (PCdoB)	02'27''36
Saulo Arcangeli (PSOL)	01'04''23
Josivaldo Silva (PCB)	01'00''00
Marcos Silva (PSTU)	01'00''00

Fonte: TRE-MA

Observa-se que a candidata Roseana Sarney, cuja família e outros aliados já são proprietários dos maiores meios de comunicação do estado, obteve sozinha o equivalente ao tempo total dos outros cinco candidatos, ficando, então, em posição muito mais vantajosa que seus correntes, vantagem essa que se completava com seu, também desproporcional, poder econômico, que lhe permitiu, além de possante estrutura de campanha, contratar uma das maiores equipes de marketing do país, liderada por Duda Mendonça.

---

obra organizada por Lynda Kaid e Christina Holtz-Bacha sobre propagandas eleitorais televisivas em nove países (Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Países Baixos e Israel), aponta que "o estilo americano que vem sendo propagado para outras democracias ocidentais, segundo os autores, apresenta alguns pontos básicos. Primeiramente, a televisão desponta como o principal veículo de propaganda política. Em segundo lugar, para se adaptar à lógica da mídia, prioriza-se a imagem em detrimento das propostas, além de haver uma crescente personalização do processo político. E, em terceiro lugar, como consequência do crescente papel da mídia, há uma profissionalização dos atores políticos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas estratégias centradas nos meios de comunicação".

Sobre a mobilização de recursos financeiros, necessários inclusive para otimizar o uso da televisão e rádio (visto que o horário é gratuito, mas a produção dos programas, não), importa considerar as informações prestadas pelos candidatos à Justiça Eleitoral acerca de seus patrimônios e gastos de campanha. Embora sejam informações que expressam apenas uma pálida aproximação da realidade dos candidatos, são significativas para uma comparação.

Quadro 3: Patrimônio Declarado e Gastos de Campanha dos Candidatos

Candidato (a)	Patrimônio Declarado (R$)	Gastos de Campanha (R$)
Roseana Sarney	7.838.530,34	24.430.687,76
Flavio Dino	868.807,96	2.884.318,50
Jackson Lago	697.000,00	898.349,65
Saulo Arcangeli	136.990,00	12.341,00
Marcos Silva	28.000,00	4.000,00
Josivaldo Silva	34.000,00	--

Fonte: Dados Declarados ao TRE-MA. Disponível em: <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010>.

Sendo o capital econômico um tipo de recurso que pode viabilizar inúmeros outros, certamente, esse foi um dos pontos em que o favoritismo de Roseana Sarney mais se apoiou.

Como já indicado, muitos estudos apontam que as campanhas eleitorais têm se tornado cada vez mais dispendiosas e profissionalizadas, registrando-se a substituição do trabalho amador e voluntário dos militantes e apoiadores pela atividade de especialistas contratados, ocorrendo algo parecido com a sustentação financeira, que sai da responsabilidade dos membros do partido para ser viabilizada mediante complexos esquemas de

arrecadação de fundos. Ademais, as campanhas requerem contratação de muitas pessoas e serviços, produção de materiais de propaganda e divulgação, gastos com deslocamentos (maiores quanto maior for o distrito eleitoral), entre várias outras atividades que só podem ser realizadas mediante disponibilização de recursos financeiros.

Além do uso do dinheiro para fazer frente às despesas decorrentes da profissionalização das campanhas, não se pode descuidar de um fato recorrente, especialmente no Brasil, que é o fenômeno da compra de votos, modalidade que, mesmo ausente dos manuais e regras legais de campanha, é prática comum entre nós e em outros países, conforme afirma Speck (2003). Para esse autor, as muitas tipologias sobre o voto[5], em geral, não incluem este tipo, embora a realidade a que se refere nos seja próxima e familiar, afinal, trata-se das tradicionais trocas clientelistas que envolvem doação de dinheiro, ou produtos, como remédios, sapatos, materiais de construção, materiais escolares; pequenos pagamentos de taxas ou carnês; financiamentos de viagens, competições esportivas, festas e velórios; e prestação ou intermediação de serviços particulares ou de melhoria de equipamentos urbanos.

Essa estreita relação entre dinheiro e eleições, no caso brasileiro, é flagrante e pode ser ilustrada em três

[5] Menciona estudos realizados e/ou organizados por Rodolfo Grandi, que classifica os tipos de voto em: ideológico, pessoal ou voto circunstancial. Figueiredo (1991), em sistematização da literatura, classifica o voto nos seguintes tipos: sociológico, psicológico e econômico, ou da escolha racional, podendo este último, acrescentamos, ter orientações prospectivas ou retrospectivas. Singer (2000) retoma esse debate ao analisar a bibliografia internacional e brasileira sobre ideologia e voto, reitera os tipos identificados por Figueiredo e acrescenta a noção sartoriana de "voto por imagem". A antropóloga Karina Kushnir (2000) propõe um entendimento do voto a partir da consideração de obrigações morais e vínculos de gratidão e reciprocidade entre políticos e eleitores.

episódios de forte impacto na cena política recente: os primeiros referem-se ao impeachment do presidente Collor (1992) e à maior crise do governo Lula ("mensalão", em 2005), que tiveram, ambos, suas origens em denúncias de montagem de "caixa 2" para financiamento de campanhas eleitorais. O terceiro episódio diz respeito ao estabelecimento de mecanismos institucionais criados, certamente, em resposta à efetividade da "compra de voto", como a lei nº 9.840/99 (que criminaliza a compra de voto) e as tentativas de estabelecer o financiamento exclusivamente público das campanhas; nesse sentido, também vale considerar o disposto na Lei Eleitoral sobre "captação ilícita de sufrágio", caracterizada pela distribuição de dinheiro ou oferta de bens e serviços para eleitores[6].

[6] O art. 41-A da Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral) diz que: "ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa [...]".

Disputas retóricas e simbólicas: a campanha na televisão[7]

Além das condições materiais, bem representadas pelos recursos econômicos, e da organização profissional das campanhas, há de se considerar que estas se desenvolvem em ambiente essencialmente conflitivo onde as interações exigem constantes reposicionamentos dos atores. A "leitura" constante das características e tendências desse ambiente é um imperativo para os contendores e é realizada através de pesquisas regularmente contratadas pelos candidatos e/ou imprensa. Com base nesse monitoramento, os candidatos modulam imagens, discursos, apresentação ou ocultação de alianças, prioridades, etc., sempre em função dos cenários de intenções de votos captados pelas pesquisas. Nesse processo, elementos simbólicos, como afirmação de determinadas identidades ou pertencimentos, usos de símbolos e rituais são estrategi-

[7] Para o desenvolvimento desta seção, foram analisados os programas eleitorais dos candidatos ao governo, veiculados pela televisão no período de 17/08 a 30/09. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Sem pretensão de análise exaustiva, seja dos discursos ou da totalidade de programas veiculados, as informações aqui apresentadas limitaram-se a oferta, muito significativa, desses programas no Youtube, e o objetivo foi apenas a identificação das mensagens e símbolos mais recorrentemente usados por esses candidatos. De Roseana, foram analisados 18 programas apresentados entre 18/8 e 27/9; de Jackson Lago e Flávio Dino, programas com numeração de 1 a 19; Saulo Arcangeli, 1, 2 e para compensar a falta de outros programas, "entrevista para Wilson Leite", "Fala de abertura do candidato Saulo Arcangeli na convenção Estadual do PSOL-MA" e "Saulo fala em João Lisboa"; de Marcos Silva, os programas não estão todos numerados, mas foram analisadas sete unidades assim identificadas: Primeiro; Segundo; Agronegócio; Ameaça a militantes; Convento das Mercês; Juventude; Cultura. Adicionalmente, foram extraídas informações do blog do PSTU Maranhão, disponível em: <http://pstumaranhao.blogspot.com/2010_08_01_archive.html>. O candidato Josivaldo Silva (PCB) praticamente não foi incluído nesta seção devido à indisponibilidade de seus programas eleitorais na referida fonte. Como alternativa, foram usadas informações deste candidato, postadas em seu blog, disponível em:<http://josivaldocorrea210.blogspot.com>.

camente acionados e a campanha pela televisão é um dos espaços mais privilegiados para essa disputa[8]. Nesse espaço de múltiplas interações, os candidatos realizam vários diálogos simultâneos, dirigindo-se tanto aos eleitores (seus, de outros candidatos e indecisos) como aos demais candidatos, neste último caso, desconstruindo suas imagens e se (re)posicionando face aos desafios por eles apresentados (FIGUEIREDO; ALDÉ; DIAS; JORGE, 2000).

Nas eleições de 2010, no Maranhão, a candidata Roseana Sarney, sendo governadora e, consequentemente, estando no comando de amplos recursos vinculados a este cargo, fez dessa posição e da vinculação ostensiva ao presidente Lula e à candidata Dilma Rousseff seus principais trunfos. Adicionalmente, valeu-se do poder de chantagem do PMDB nacional para assegurar a participação do PT em sua chapa[9], o que também lhe conferia ganhos materiais e simbólicos, sendo os mais destacados: o acréscimo de tempo considerável à sua propaganda no rádio e televisão e "ter o apoio do partido do presidente Lula e da futura presidente".

Os programas eleitorais de Roseana Sarney foram fortemente marcados por imagens e falas referentes ao governo Lula/Dilma; cenas de elementos das tradições e cultura popular do Maranhão; e imagens high tech alusivas ao "desenvolvimento", "grandes negócios", máquinas de última geração e notícias sobre a descoberta de gás natural no estado, oficialmente anunciada nesse período com bastante alarde e sempre associada a iniciativas da gover-

[8] Orientaram a reflexão desenvolvida nesta seção, entre outros autores: Riker (1996), na abordagem de elementos retóricos; vários cientistas políticos, que escreveram sobre marketing e pesquisas eleitorais (FIGUEIREDO, 2000); sobre a dimensão simbólica da escolha eleitoral, ritos e símbolos, Barreira (1998), Kushnir (2000), Lemehe (in BARREIRA e PALMEIRA, 1998), Rubim (2001) e Kushnir, Piquet e Schmitt, também em Barreira e Palmeira (1998); e eleições, propaganda eleitoral e mídia, com Miguel (2004).

[9] Maiores esclarecimentos na seção seguinte.

nadora e candidata Roseana Sarney. Já os problemas socioeconômicos do estado, insistentemente associados por seus adversários a ela (que foi governadora por dez anos) ou a seu grupo (que comanda a política local há mais de quarenta anos), são naturalizados como "comuns ao Nordeste", "também encontrados em São Paulo" e "frutos do governo dos seus antecessores", notadamente José Reinaldo e Jackson Lago, que governaram como oposicionistas a esse grupo por quatro anos.

A presença de Lula foi sistemática e desde o primeiro programa, ele aparece dizendo:

> *Roseana e Dilma muito me ajudaram. Dilma no governo e Roseana no Congresso, como minha líder. Guerreira, lutadora, leal companheira, ela voltou com tudo e merece ficar. Peço ao povo do Maranhão, onde tenho a maior aprovação do Brasil, eleger Dilma presidente e Roseana governadora. Essa é a garantia de muito mais desenvolvimento para o Brasil e para o Maranhão. (Pronunciamento de Lula, em, praticamente, todos os programas de Roseana, até 24/09, quando gravou nova mensagem de apoio a esta candidata).*

E quando não é o próprio Lula ou Dilma quem fala, a mensagem dos marqueteiros da candidata não poderia ser mais explícita na afirmação da aliança e cumplicidade entre Roseana, Lula e Dilma:

> *O Brasil inteiro está escolhendo os governadores que são afinados com a Dilma. O Brasil não quer arriscar porque se o presidente e o governador não se dão bem, é o povo que sai perdendo. Dilma e Roseana se respeitam, são amigas, trabalharam juntas. Elas vão fazer muito pelo Maranhão. Pense nisso e vamos atender ao pedido do Lula: é Dilma lá e Roseana aqui. (06/09)*

Outro elemento muito explorado na propaganda eleitoral de Roseana foi a construção de uma identidade, pode-se dizer, simbiótica entre ela e o Maranhão, seu povo e sua cultura, como se votar na candidata devesse ser consequência natural da valorização do estado. Seus jingles e palavras de ordem apresentam construções do tipo: "Quem ama o Maranhão, vota em Roseana"; "Roseana e o Maranhão: o que a história uniu, ninguém separa". E para o telespectador mais distraído, que não tenha atentado para essa "simbiose" entre Roseana e o Maranhão, ela explicita: "Você deve ter reparado, é claro, que o tempo todo do nosso programa eu fico rodeada aqui, olhe, do artesanato maranhense e de alguns símbolos que são os cartões postais do Maranhão. Isso é muito bonito" (17/09). Mas o mais forte apelo nesse sentido está em um dos seus jingles, que diz:

> *Não se tira a nuvem lá do céu,*
> *não se separa a abelha do seu mel.*
> *Criança sem brinquedo,*
> *amigos sem segredo,*
> *amor sem coração.*
> *Não se pode separar, não, não, a melodia da canção.*
> *Não se pode separar o amor de Roseana pelo Maranhão.*

Com tais mensagens, insistentemente repetidas, a candidata e seus consultores objetivam consolidar uma ideia de combinação perfeita e voto "natural", afetivo e sem discussão nesta candidata.

Por outro lado, Jackson Lago, ex-governador, recentemente desgastado pela cassação e pela pequena envergadura do movimento de resistência organizado em defesa do seu governo ("Balaiada"), fez campanha

bastante modesta. Concentrando-se na denúncia do "governo interrompido", no discurso de que "o povo é muito maior que uma só família" e insuflando a demanda "quero meu voto de volta", Lago também dedicou grande ênfase à afirmação de sua candidatura enquanto um "dever moral de denunciar o golpe que cassou seu mandato, que trocou a vontade do eleitor pela vontade de alguns juízes" e para apresentar as "conquistas" de seu governo. Finalmente, apresentou suas obras enquanto governador, disputando com Roseana a paternidade de várias delas implantadas, seja em parceria com governo federal, seja através do incentivo à iniciativa privada. No palanque eleitoral (HGPE), Lago foi o candidato que mais explicitamente combateu a "oligarquia Sarney".

Com sua campanha, Jackson Lago introduziu no pleito de 2010 a possibilidade de, pela primeira vez, comparar-se desempenhos político-administrativos de representantes dos dois campos que configuram a cena política local: sarneístas e oposicionistas. Até então, a comparação era feita apenas com o quadro socioeconômico do estado, cujos baixíssimos indicadores sociais e econômicos eram imputados pelos adversários à (não) ação do grupo Sarney, que governa ininterruptamente o Maranhão há várias décadas[10]. Ainda que essa comparação fosse precária

[10] Ressalte-se que, embora recorrentes, as vitórias do grupo Sarney no estado não têm sido por grandes ou incontestes maiorias, sobretudo a partir dos anos 1990, quando Sarney sai da Presidência da República. Observando desde o início da redemocratização, quando Sarney se afirma como o líder dominante da política local, o seu grupo vem tendo os seguintes resultados na disputa pelo governo estadual: em 82, ainda sob efeito da lógica bipartidária imposta pelos militares, Luís Rocha (PDS) obteve 64% dos votos; em 1986, José Sarney na Presidência da República, transformou o candidato do PMDB, que lhe seria oposição, em seu candidato, obtendo 81% dos votos; em 1990, Edson Lobão (PFL) perdeu no 1º turno, mas ganhou no segundo com 54%; em 1994, Roseana Sarney (PFL) venceu em contestadíssimo 2º turno, com 50,6%; em 1998, foi reeleita com 66% dos votos, junto a outros 13 governadores, favorecidos por essa novidade da reeleição; em 2002, José Reinaldo

e até indevida por envolver realidades muito distantes, foi o próprio oposicionista quem a inseriu na disputa eleitoral, acionando até uma fita métrica para essa medição, apresentada desde o seu primeiro programa eleitoral, onde é dito:

> *"O Maranhão elegeu o doutor para governar por quatro anos, mas, na base da mentira e da violência, só deixaram ele mostrar serviço por dois anos. Cortaram o seu voto pela metade e ainda querem comparar o governo dele com os dela [Roseana Sarney], que já duraram 10 anos. Isso, sem contar o tempo que essa gente manda no Maranhão, que nem cabe [na fita métrica], de tanto que já foi. Mas nesse tempo todo, nunca construíram um grande hospital de urgência e emergência no interior do Maranhão; enquanto isso, nesse tempinho, o doutor já construiu um e ainda deixou o dinheiro pra fazer mais dois e fez um tantão de escolas que não foram feitas antes, estradas, bibliotecas, casas populares..." (18/08/2010)*

A despeito do tom desafiante da propaganda eleitoral de Lago, frontalmente dirigida contra a candidatura de Roseana Sarney, sua campanha praticamente foi limitada ao HGPE, registrando-se escassas e pequenas iniciativas do chamado corpo-a-corpo, considerado por políticos, estudiosos e consultores de campanha como imprescindíveis à vitória eleitoral.

Flávio Dino conduziu sua campanha buscando compensar as dificuldades materiais com forte inserção nas

---

Tavares (PFL) foi eleito mediante anulação de votos de Ricardo Murad, que entrou na campanha como principal adversário da família Sarney, mas saiu do 1º turno como grande eleitor da mesma, já que seus votos foram anulados e este não recorreu, preferindo reconciliar-se com o grupo e a família Sarney (com a qual possui vínculos de parentesco); em 2006, Jackson Lago (PDT) elegeu-se com 52% dos votos, obtidos com o apoio de Tavares, que rompeu com a família Sarney em 2004. Característica que recorrentemente acompanha a vitória de candidatos do grupo Sarney é o fato da mesma sempre se apresentar do mesmo lado do presidente da República.

redes sociais e busca de apoio em movimentos organizados. Seu discurso foi centrado no contraste entre "as riquezas do estado do Maranhão, e a pobreza de seu povo", sustentando que "o Maranhão tem tudo [riquezas e potencialidades naturais], mas falta governo", daí, apresenta seu programa como "propostas honestas para mudar o Maranhão". Fez críticas aos governos do Maranhão e, particularmente a Roseana Sarney, sua adversária nessa eleição, denunciando que em suas gestões "a propaganda chega a todo Maranhão, mas os benefícios chegam para poucos". Preconizou em jingles e discursos, que "o Maranhão é de todos nós" e que "esse [Flávio Dino], você elege e ninguém tira do governo", "ninguém cassa".

Visando distinguir-se e afirmar-se sobre os outros concorrentes, o programa de Flávio Dino menciona reiteradamente que:

> *O Maranhão não quer mais a briga do passado, o Maranhão quer um caminho novo. Há muito tempo que se faz muito pouco pelo Maranhão. Não queremos mais a briga do passado que ao final não leva a nada. Cresce a esperança de um caminho novo, para chegar lá e ninguém derrubar. Flávio Dino: esse é o nome da mudança. (HGPE, 10, veiculado em 08/09/2010).*

Quando sua ascensão se fez nítida e pesquisas indicavam que teria superado Jackson Lago, Dino tendeu para um confronto indireto com Jackson, sendo apresentado em seu programa como o candidato "ficha limpa", que "ninguém cassa" e adotou um confronto mais direto com Roseana Sarney, em colocações do tipo:

> *Quando a gente vê a governadora Roseana Sarney pedir um quarto mandato para que nossa educação deixe de ser uma vergonha nacional, não precisa dizer mais nada: a coisa vai mal. Ela governa há muito tempo, você sabe disso e ela é responsável por essa situação. Eles já tiveram*

> *a chances deles, dinheiro tem, garanto a vocês, basta que eles gastem menos com propaganda e mais com a educação de nossas crianças e nossos jovens. Eles governam há 45 anos e o Maranhão tem mais de um milhão de analfabetos, cinco das piores escolas do Brasil e no Maranhão, que tem o dobro da população do Piauí, tem metade das vagas no ensino profissional. (13)*

Os candidatos do PSTU e PSOL priorizaram o embate de ordem mais ideológica, evidenciando de um lado suas concepções políticas e de outro, a denúncia de indistinção entre Roseana, Lago e Dino, entre sarneístas e oposicionistas. Tais candidaturas são vistas por esses candidatos como expressões de conflitos intraoligárquicos e pertencentes a um único campo, vis-à-vis às alianças entre esses candidatos e suas bases de apoio antes e durante esta eleição de 2010.

Ainda como pré-candidato, Saulo Arcangeli (PSOL), sintetiza a visão de seu partido em relação à participação nas disputas eleitorais afirmando que:

> *"Nosso papel na eleição é formar, conscientizar a população da necessidade de lutar, se organizar pra que a gente consiga reverter esses indicadores [sociais] do Maranhão (...) Eleições são mais uma etapa da vida dos partidos, mas temos a clareza, como militantes do PSOL, que precisamos estar inseridos nas lutas e, durante as eleições, tentar, de alguma forma, chegar à população com a sua ideologia, as propostas de esquerda,um projeto de esquerda para o Maranhão" (entrevista a Wilson Leite, em 03/02/2010). Disponível em:<www.youtube.com.br>.*

O PSTU, do candidato Marcos Silva, tem uma visão unificada acerca da participação eleitoral, a qual foi explicitada de forma cristalina em fala da maranhense candidata à vice-presidente da República nas eleições de 2010, que diz:

> *Para nós do PSTU as eleições não vão resolver os problemas da classe trabalhadora, é preciso organização e luta para combater essa sociedade, rumo ao socialismo (PSTU MARANHÃO).*

Já o candidato Josivaldo Silva, em matéria postada em seu blog afirma que seu partido (PCB)

> *"[...] não tem reais condições de vencer as eleições deste ano, mediante o modelo capitalista implementado pelos grandes partidos políticos, ligados ao imperialismo econômico. Mas entendemos que as eleições servem para conscientizar o eleitor. O trabalhador está aí e nós acreditamos nos trabalhadores maranhenses, que são eleitores". Disponível em: <http://josivaldocorrea210.blogspot.com/2010/08/o-pcb-e-programa-sabatina-na-mirante.html>.*

Devido ao tempo mínimo para a campanha no rádio e televisão, as propagandas de Saulo Arcangeli, Marcos Silva e Josivaldo Silva privilegiaram a apresentação dos candidatos e a divulgação de mensagens nacionais de seus respectivos partidos. Arcangeli ainda apresentou alguns pontos de seu programa de governo; Marcos Silva deu destaque a slogans do seu partido (PSTU), como "contra burguês, vote 16" e "é preciso lutar, é possível vencer", e também enfatizou questões relativas às diferenças e antagonismos de classe, com um discurso de valorização das lutas sociais e populares. Josivaldo Silva, por sua vez, explicava sua participação no pleito como "uma candidatura do trabalhador, uma tarefa socialista".

Um aspecto digno de nota e que perpassa os programas de todos os candidatos refere-se ao lugar das "brigas" no âmbito da propaganda eleitoral. Enquanto Lago, Arcangeli, Silva e Silva não fazem a menor concessão no sentido de ocultá-las, Dino e Roseana acionaram estrategicamente a contundência e o foco de suas críticas.

Em certos momentos de seu programa Dino afirma que "ninguém mais quer saber das brigas do passado...", ao passo que Roseana defende "a paz" e condena as "baixarias" e "agressões sem provas" – ambos, em eloquente deferência ao senso comum imputado ao brasileiro mediano, visto como avesso a conflitos e ávido de proteção[11]. Mesmo "dividindo" seu tempo em uma parte de "propostas" (chamado "o programa de Roseana") e outra, apresentada como se não fosse sua, dedicada a "responder às baixarias e agressões", Roseana anuncia: "eles lutam pelo poder, eu luto por você" (23/08).

O clima de disputa, e também de incerteza eleitoral, foi flagrado pelas várias pesquisas contratadas ao longo da campanha. É dessas informações que fluem os comandos de reposicionamentos, ajustes de discursos e seleção de adversários principais a cada momento. A partir desses números, torna-se compreensível porquê, na reta final da campanha, o foco da propaganda de Roseana passa a ser o combate ao candidato Flávio Dino, que cresceu à medida que Lago perdia terreno na disputa. A Tabela 1 retrata essa dinâmica.

[11] No próprio programa eleitoral de Roseana, veiculado em 22/09, é dito que "Roseana sabe que não é isso [ataques/comportamento violento] que o eleitor maranhense espera dos candidatos".

Tabela 1. Pesquisas Eleitorais para Governo estadual – Maranhão, 2010

	Escutec 11-13 Ago.	IBOPE 25-26 Ago.	Escutec 1-3 Set.	IBOPE 14-16 Set.	Escutec 18-21 Set.	IBOPE 30 Set.
Roseana Sarney	49,6	47	48,7	46	47,4	47
Jackson Lago	23,7	25	25,7	21	24,2	18
Flávio Dino	18,2	13	15,7	21	20,9	23
Marcos Silva	0,4	1	0,8	1	1,0	1
Saulo Arcangeli	0,4	1	1,1	0,3	0,3	1
Josivaldo Silva	0,2	-	-	0,2	0,2	-

Fontes: Escutec e Ibope.

Nos dois institutos, os números são claros na indicação de que a campanha se manteve indefinida do começo ao fim, sobretudo na última fase, sendo clara, porém, a trajetória estável ou mesmo descendente do apoio a Roseana Sarney, em contraste à nítida ascensão de Flávio Dino. Mostram também o favoritismo de Roseana Sarney, que, entretanto, era mitigado à medida que sua campanha não crescia, mesmo que essa candidata dispusesse de recursos particulares que desequilibravam, em seu favor, a disputa, como era o caso de se candidatar estando no governo, ter o apoio explícito de Lula e Dilma, ter a mais ampla coligação, o que sinalizava maiores recursos humanos e políticos, contar com equipe altamente profissionalizada e dispor de maior tempo de propaganda no rádio e TV e de mais recursos financeiros, entre outros.

Embora localizada no tempo e no espaço, uma disputa eleitoral sempre aciona elementos de outros momentos

e lugares. Jackson Lago reapresentou muitas passagens de eleições passadas (1994 e 1998), em que a candidata Roseana Sarney apresentava propostas análogas às apresentadas na atual eleição, procurando denotar simples repetição de promessas que não foram cumpridas, repetidas só pra vencer eleições; também mostrou cenas de Lula, quando este fazia duras críticas a Sarney e sua política no Brasil e no Maranhão. Flávio Dino veiculou imagens de Dilma Rousseff lhe apoiando em eleição passada e discurso de José Sarney, ao tomar posse no governo estadual em 1965, prometendo acabar com a pobreza no Maranhão, sugerindo com isso, no primeiro caso, sua aproximação histórica com Dilma e, no segundo, que a ascensão de Sarney e sua família ao poder político no estado não resultou em mudanças efetivas e que o "Maranhão novo" que Sarney anunciara não passou de peça retórica.

Na reta final da campanha, os prognósticos do último momento (boca de urna) apresentados pelos dois institutos ainda expressavam a possibilidade nada remota de um segundo turno. A Tabela 2 apresenta os números das últimas pesquisas de opinião e os resultados oficiais.

Tabela 2. Prognósticos e Resultados da Campanha para Governador – Maranhão, 2010

Candidato/a	Escutec 02 Out	IBOPE Boca de Urna	Votação Nº de Votos	%
Roseana Sarney	48	47	1.459.792	**50,08**
Flávio Dino	25	28	569.412	29,49
Jackson Lago	19	23	859.402	**19,54**
Marcos Silva	0,4		14.685	**0,50**
Saulo Arcangeli	0,8		8.898	**0,31**
Josivaldo Silva	0,3		2.518	0,09

Fontes: Escutec e Ibope

Nota-se que nenhum dos institutos sinalizou vitória no primeiro turno e, no entanto, este foi o resultado oficial ainda que com pequeníssima diferença entre a votação da eleita e o somatório dos demais candidatos. As projeções de votos para Roseana Sarney e Flávio Dino ficaram abaixo do realizado, enquanto a de Jackson Lago foi compatível com o resultado da Escutec e superestimada pelo Ibope. De modo geral, porém, os prognósticos se aproximam dos resultados, tendo em vista a margem de erro de três pontos percentuais admitida para todos os candidatos.

Estratégias e desempenho dos partidos

O que primeiro chama a atenção neste ponto é a opção da maioria dos partidos pela aliança com o grupo no governo, cujas chapas para o Executivo e para o Senado foram vitoriosas, ainda que, no primeiro caso, a diferença não tenha chegado a um por cento e, no segundo, a votação do conjunto dos candidatos oposicionistas tenha suplantado a do segundo eleito pela chapa situacionista, o que sinaliza que, fosse outra – e unificada – a estratégia dos oposicionistas, lhes seria possível eleger o segundo senador.

Na eleição para o governo, já foi ressaltada a grande coligação em torno da candidatura de Roseana Sarney (16 partidos), destacando-se nesta a presença do PT que, até então, se perfilava como contundente opositor ao grupo Sarney no estado. Essa participação, entretanto, que foi imposta pela direção nacional do partido, abriu mais uma profunda cisão no PT maranhense que, desde a sua origem nesse estado, sempre revelou incapacidade para encontrar soluções democráticas para os conflitos internos, tendendo para um autofagismo que limita, quando não inviabiliza, o seu fortalecimento organizacional e externo (BORGES, 2008).

Dada a importância nacional do PT e as ligações entre a política de âmbito local/periférico e a de âmbito nacional/central que as eleições maranhenses de 2010 põem em cena, vale explicitar que neste ano, em conformidade com normas internas, o PT-MA realizou convenção estadual em 28/03 para decidir sobre aliança eleitoral no estado. A despeito da orientação nacional, favorável à aliança com o PMDB de Roseana Sarney, e da presença de dois membros da Executiva Nacional do partido na convenção estadual, os delegados decidiram apoiar a candidatura de Flávio Dino (PCdoB), em placar apertado de 87x85. Em junho, o Diretório nacional do partido decidiu anular o encontro estadual e determinou a aliança local com Roseana Sarney.

Face à essa intervenção, três destacadas lideranças do partido – o líder camponês e petista histórico (membro do 1º diretório nacional do PT) Manoel da Conceição, o deputado federal Domingos Dutra e a ex-deputada federal Terezinha Fernandes – decidiram fazer greve de fome, instalando-se, os dois primeiros, no plenário da Câmara Federal e a última, na sede estadual do PT. Ao fim de oito dias de greve, com séria ameaça de morte do líder camponês, tudo o que conseguiram foi uma espécie de "liberação" para que militantes que não apoiassem Roseana, pudessem se candidatar e participar de outras campanhas. A chapa de Roseana teve como vice um dirigente do PT estadual; militantes do PT, entretanto, se dividiram entre esta candidatura e a de Flávio Dino.

Na eleição para o Senado, chama a atenção a tímida campanha e reduzida votação de José Reinaldo Tavares (PSB), ex-governador e antes vinculado ao grupo Sarney, com o qual rompera em 2004, quando ainda se encontrava no exercício do governo. Esse resultado pode ser explicado por várias razões, entre as quais, a já mencionada pul-

verização de candidatos do grupo dos oposicionistas; a força política e material dos principais concorrentes – Edison Lobão era ministro das Minas e Energia e João Alberto era o vice-governador em exercício; o empenho de Lula e Dilma em eleger maioria do Senado a qualquer custo, o que o levou a trabalhar tenazmente nessa perspectiva, no Maranhão e em outros estados brasileiros.

Tabela 3. Partidos, Coligações, Candidatos e Votação para o Senado – Maranhão, 2010

Partido / Coligação	Candidato/a	Votação	
		Nº	%
PRB / P PT / PTB / PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PRP / PTdoB / PHS	Edison Lobão	1.702.085	31,37
	João Alberto	1.546.298	28,50
PPS / PSB / PCdoB	José Reinaldo	727.602	13,41
PDT / PTC / PSDB	Roberto Rocha	642.853	11,85
	Edson Vidigal	502.600	9,26
PPS / PSB / PCdoB	Adonilson Lima	226.059	4,17
PSTU	Claudicea Durans	21.944	0,40
	Luiz Noleto	17.818	0,33
PSOL	Paulo Rios	19.495	0,36
PCB	Charles Vieira	18.654	0,34

Fonte: TSE

Em relação à eleição proporcional, o desempenho dos partidos em 2010 está apresentado nas Tabelas: 4 (deputado federal) e 5 (deputado estadual) junto a uma série histórica, que possibilita a percepção de eventuais tendências de força ou declínio dos partidos políticos no estado.

Tabela 4. Vagas de Deputado Federal por Partido – Maranhão, 1982 a 2010

Partido	Cadeiras na Câmara Federal / Bancada MA							
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PAN							01	
PCdoB							01	
PDC			03					
PDS	14	02	01					
PDT			01	01	01	03	02	
PFL/ DEM		08	07	07	06	07	02	01
PL					02	01		
PMDB	03	08	01	05	03	02	03	05
PP								01
PPB						01		
PR								01
PRB								01
PRN			02					
PSB			01	01	01	01	02	01
PSC			01	01	01			
PSD					01			
PSDB			01	02	03	02	04	03
PT				01		01	01	01
PTB							01	01
PTC								01
PTdoB								01
PV							**01**	**01**
TOTAL	17	18	18	18	18	18	18	18

Fontes: TSE; TRE-MA; NICOLAU (1998); SANTOS (2002). Grifos em negrito para indicar os partidos que elegeram representantes nas eleições de 2010.

Em relação ao pleito de 2010, os números apontam notável fragmentação partidária, pois 12 partidos elegeram representantes e destes, apenas dois conquistaram mais que uma vaga (PMDB e PSDB), enquanto outros 10 elegeram apenas um deputado. Os aliados do grupo Sarney participaram dessa eleição através de duas coligações, que juntas elegeram 13 representantes; a oposição também disputou em duas coligações, mas conquistou apenas 5 das 18 vagas.

Observando em perspectiva de longo prazo a composição partidária da bancada maranhense de deputados federais, confirma-se a tendência de queda do PFL/DEM e a transferência de parte das suas bases para o PMDB[12]; percebe-se também a força razoável, embora decrescente do PSDB; a presença regular do PSB, iniciada desde o pleito de 1990; e a presença de grande número de pequenos partidos que, pela primeira vez nesse estado, elegem representantes para a Câmara Federal (PP, PR, PRB, PTC e PTdoB). O PT, com apenas um eleito, não replica no plano local a força que possui no nível nacional. PV e PTB elegem, pela segunda vez, um representante cada.

[12] Mudança formal sem consequência para a correlação de força políticas no estado, visto que DEM e PMDB participam do mesmo grupo político, o grupo Sarney.

Tabela 5. Vagas de Deputado Estadual por Partido – Maranhão, 1982 a 2010

Partido	Eleição							
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PCdoB								01
PDC			09					
PDS	33	05	01					
PDT		02	01	03	03	05	06	04
PFL/ DEM		20	15	10	09	14	06	05
PGT						01		
PHS								01
PL			01		03	01		
PMDB	08	11	03	04	04	03	04	06
PMB		01						
PMN					01			02
PP				02			02	02
PPB					04	01		
PPR				05				
PPS						01	01	01
PR								01
PRB								01
PRN			04					
PRP				03	02			
PRTB				01	02	01	01	
PSB			02		01	01	05	03
PSC			01	03	01	01	01	01
PSD				06	07	06		
PSDB					01	03	09	03
PSL							01	01
PT			02	01	01	02	02	03
PTB		03	01	04	01	02		01
PTR			02					
PST					01			
PTC							01	
PTdoB					01		01	01
PV							02	05
Total	41	42	42	42	42	42	42	42

Fontes: TSE; TRE-MA; NICOLAU (1998); SANTOS (2002). Grifos em negrito para indicar os partidos que elegeram representantes na eleição de 2010.

Na distribuição de vagas entre os partidos na Assembleia Legislativa, repete-se a fragmentação verificada na eleição de deputados federais, afinal 18 partidos elegeram representantes. PFL/DEM segue forte, mas com tendência de enfraquecimento, ao contrário do PMDB, que tem crescido, sobretudo após a filiação da governadora Roseana Sarney, em 2008. PSB mantém sua presença, mas com menor intensidade, enquanto PSDB apresenta perda significativa. PPS, PMN e PSL conservam discreta presença de um representante. PV tem crescido nas duas últimas eleições, a partir da filiação de Sarney Filho, em 2003. PDT mantém sua presença no Legislativo, iniciada ainda em 1986, e teve crescimento considerável nos anos 2000, principalmente em 2006, quando foi eleito um governador pedetista, mas perdeu força em 2010. PCdoB elegeu um representante, no rastro da presença de Flávio Dino no partido, que atraiu muitos militantes e lideranças políticas; nessa mesma situação, de estreia na Assembleia com um representante, estão PHS, PR e PRB, que também elegeram para a Câmara Federal.

Distribuídos entre os dois grandes agrupamentos políticos do Maranhão, têm-se que o grupo dominante ou grupo Sarney, que participou da eleição através de quatro coligações, e mais o PT, que disputou sozinho, elegeu 30 representantes. A oposição, que participou do pleito através de duas coligações alcançou apenas 5 vagas. Ressalte-se que esse "placar" resultante das urnas expressa resultados de coligações eleitorais que não necessariamente se convertem em coalizões governamentais, dada a forte atratividade do governo (gestor por excelência de recursos de patronagem) e do crescente esmaecimento dos vínculos entre partidos e ideologias. A título de ilustração, observamos que, após a posse, a

base de apoio da governadora Roseana Sarney já saltou de 30 para 38 parlamentares, ainda que os partidos sejam os mesmos[13].

Articulações entre as diversas eleições

Foi mostrado na seção anterior que a eleição para o Executivo foi organizada em torno de coligações partidárias, montadas com o propósito de juntar recursos dos partidos individuais, que maximizam as chances de vitória. Para o Legislativo essas mesmas coligações se subdividem, dentro dos mesmos campos: grupo Sarney e oposicionistas, redistribuindo partidos mais fortes e candidatos que são "puxadores de votos", observando lógica centrada em interesses pessoais (dos candidatos) e dos agrupamentos políticos mais amplos, cada um dos quais opera, simultaneamente, com vários partidos.

Nesta seção, será dada ênfase à eleição presidencial e às formas de articulação deste pleito com as eleições locais. Dois elementos são destacados nesse ponto: a replicação ou não da mesma coligação partidária e o estabelecimento de "palanque comum", seja ele material ou virtual (HGPE). A esse respeito, o caso maranhense foi palco de algumas tensões, como se pode inferir a partir dos dados expostos no Quadro 4.

[13] Um exemplo dos efeitos das instituições sobre a dinâmica partidária e as interações políticas é que a famosa "dança das cadeiras" ou as frequentes migrações partidárias no Brasil (MELO, 2004) foram severamente limitadas pelo dispositivo institucional da fidelidade partidária, introduzido em 2007.

Quadro 4. Distribuição dos Partidos em Coligações Nacionais e Estaduais

Candidato/a	Coligação Presidencial	Coligação Roseana Sarney	Coligação Flávio Dino	Coligação Jackson Lago	Outras
Dilma Rousseff	PRB	X			
	PDT			X	
	PT	X			
	PMDB	X			
	PTN	X			
	PSC	X			
	PR	X			
	PTC			X	
	PSB		X		
	PCdoB		X		
José Serra	PTB	X			
	PPS		X		
	DEM	X			
	PMN	X			
	PSDB			X	
	PTdoB	X			
Marina Silva	PV	X			
Plínio de Arruda Sampaio	PSOL				Saulo Arcangeli
José Maria	PSTU				Marcos Silva
Ivan Pinheiro	PCB				Josivaldo Silva
José Maria Eymael	PSDC				
José Levy F. da Cruz	PRTB	X			
Rui Costa Pimenta	PSOL				

Fonte: Dados do TSE

Observa-se no quadro que a coligação de Dilma Rousseff, composta por dez partidos, se dividiu em três can-

didaturas locais: a maior parte dos partidos (PMDB, PR, PRB, PSC, PT e PTN) vinculou-se à candidatura de Roseana Sarney, dois partidos apoiaram Flávio Dino (PCdoB e PSB) e o PTC apoiou Jackson Lago. Na coligação de José Serra, os seis partidos que a compunham também se dividiram entre essas três candidaturas: quatro ficaram com Roseana Sarney (DEM, PMN, PTB e PTdoB); o PPS apoiou Flávio Dino; e o PSDB, Jackson Lago. Demais partidos que apresentaram candidaturas presidenciais, PCB, PSTU e PSOL, tiveram candidaturas locais, enquanto o PV, de Marina Silva, e o PRTB, de José Levy, apoiaram Roseana Sarney.

Tais circunstâncias certamente trouxeram dificuldades para a realização da campanha presidencial no Maranhão, no que concerne à presença dos candidatos no estado, devido aos inúmeros conflitos em torno de quem organiza e quem sobe em cada palanque. Essa dificuldade foi particularmente forte no caso de Dilma Rousseff, que, sendo favorita no estado, com altas taxas de intenção de voto e aprovação do governo Lula/Dilma, arriscava-se muito participando de palanque de candidato que, na mais otimista das hipóteses, só contava com o apoio de metade do eleitorado, conforme indicado nas pesquisas (Tabela1).

Dilma Rousseff não veio ao Maranhão, mas, assim como Lula, gravou mensagens de apoio a Roseana Sarney, que foram exaustivamente veiculadas no HGPE. José Serra veio ao estado, mas teve programação discreta, em lugares fechados (Associação Comercial e Câmara de Vereadores) – certamente por influência da imensa popularidade de Lula e seu governo no estado – por ter os seus aliados divididos em três candidaturas rivais[14] e por ter

[14] Jackson Lago o defendia entusiasticamente, como o "anti-Sarney no Maranhão", mas teve a sua própria campanha praticamente limitada ao HGPE, onde era priorizada a disputa local com o grupo Sarney. Miosótis (PPS), candidata a vice na chapa de Flávio Dino, apoiou Serra, mas o cabeça da

sido recepcionado por professores em greve contra medidas do prefeito Psdbista. A despeito dos dois maiores colégios eleitorais do Maranhão (São Luís e Imperatriz) serem governados por prefeitos do PSDB, a presença e a votação de Serra no Maranhão foram bastante modestas.

Com a presidenciável Marina Silva ocorreu o inverso: não teve problema de coligação dividida em várias candidaturas locais, mas o seu partido, no Maranhão, chefiado pelo deputado federal Sarney Filho, alinhou-se à candidatura de Dilma Rousseff. Marina Silva não veio fazer campanha no Maranhão e a sua expressiva votação nesse estado se deve à sua propaganda nacional, mas, sobretudo, por representar uma espécie de terceira via para os eleitores que reprovavam a associação de Dilma a Sarney e os que não gostavam de Serra. Com as demais candidaturas, não houve tensões entre a lógica e interesses nacionais e locais.

Além das alianças, outro ponto crucial na análise da campanha presidencial nos estados, especialmente no Nordeste, diz respeito ao alcance do chamado "lulismo"[15] nessa região, onde o mesmo se apresenta fortemente enraizado e independe do aval de elites locais. A chapa de Roseana, que teve um petista como vice, chamou para si o monopólio desse "patrimônio" e do apoio de Lula e sua candidata. Assim, para avaliarmos se e em que medida o "lulismo" se expressou em fortalecimento aos aliados locais, as tabelas 6, 7 e 8 apresentam resultados gerais e desagregados entre os maiores e menores colégios eleitorais do estado, de modo a possibilitar a comparação e análise do desempenho da candidatura nacional e local.

---

chapa e a grande parte das bases de apoio dessa candidatura apoiavam Dilma de forma explícita e permanente, o que agravou a pouca repercussão da campanha pró-Serra empreendida pela vice.

[15] Ver Singer (2009)

Tabela 6. Resultados das Eleições Presidenciais no Maranhão

Candidato(a)	Votação		
	1º Turno		2º Turno
	Nº	%	Nº e %
Dilma Rousseff	2.079.650	70,65	2.293.726 79,09%
José Serra	444.145	15,09	606.409 20,91%
Marina Silva	400.048	13,59	
Plínio de Arruda Sampaio	11.968	0,41	
José Maria	3.183	0,11%	
Ivan Martins Pinheiro	1.468	0,05	
Jose Maria Eymael	2.089	0,07	
Jose Levy Fidelix da Cruz	1.077	0,04	
Rui Costa Pimenta	151	0,01	
Votos nulos	273.494	8,32	103.364 (3,39%)
Votos em branco	67.287	2,06	41.114 (1,35%)

Fonte: TSE

Os números apontam o claro favoritismo de Dilma, desde o primeiro turno; o pequeno, mas também regular apoio a Serra; e, em menor escala, mas significativo, apoio a Marina Silva. Este último, plausivelmente se distribuiu, no segundo turno, entre Dilma, Serra e a abstenção, que passou de 24% para 29% no estado. Os votos nulos e em branco, que seriam outro caminho para os votos inicialmente dados a Marina, tiveram considerável redução entre o primeiro e o segundo turno.

Tabela 7 – Votação para o Governo estadual e Presidência da República (1º turno) nas 10 Maiores Cidades do Maranhão em 2010

Município Nº De Eleitores % De Eleitores	Roseana Sarney	Flávio Dino	Jackson Lago	PSTU / PSOL / PCB	Dilma Serra Marina
São Luís 668.817 15,46%	215.791 43,24%	189.436 37,96%	77.108 15,45%	3,34%	57,03% 13,10% 28,28%
Imperatriz 156.922 3,62%	16.997 14,48%	13.497 11,50%	86.442 73,63%	0,39%	35,87% 33,69% 29,49%
Caxias 102.388 2,36%	29.426 44,31% 4,31%	30.308 45,63%	6.114 9,21%	0,85%	74,56% 10,40% 14,48%
Timon 100.199 2,31%	29.366 42,23%	9.042 13%	30.806 44,30%	0,47%	72,05% 12,71% 14,53%
Codó 77.993 1,80%	18.510 42,18%	13.757 31,35%	11.439 26,07%	0,41%	73,59% 13,67% 12,07%
S.José de Ribamar 75.438 1,744	29.433 53,50%	17.691 32,16%	6.895 12,53%	1,8%	72,45% 8,73% 17,97%
Açailândia 70.240 1,62%	19.081 8,80% 38,80%	18.734 38,10%	11.225 22,83%	0,27%	54,17% 25,28% 20,05%
Bacabal 63.475 1,46%	23.591 55,11%	17.261 40,32%	1.806 4,22%	0,34%	69,44% 16,00% 14,04%
Santa Inês 54.965 1,27%	16.377 42,97%	18.166 47,67%	3.415 8,96%	0,4%	60,49% 20,60% 18,29%
Barra do Corda 54.644 1,26%	21.856 63,12%	10.145 29,30%	2.450 7,08%	0,51%	71,46% 18,84% 9,14%

Fonte: Dados do TSE

Os resultados eleitorais atestam nítido favoritismo de Dilma Rousseff em todas as dez maiores cidades do Maranhão[16], com um percentual médio de apoio na ordem de 64%. Já a candidata Roseana Sarney, que procurou fazer da aliança com a presidenciável do PT o meio de incrementar o apoio à sua própria candidatura, foi vitoriosa em apenas cinco dos dez maiores colégios eleitorais do estado, obtendo em média 44% da preferência do eleitorado. Nas cidades menores, o favoritismo de Dilma se manteve, visto ter sido, novamente, vencedora em todas as cidades, com percentual médio de apoio superior ao obtido nos municípios maiores, 75%. Por outro lado, Roseana Sarney, ao contrário de sua performance nos maiores centros, venceu em todas as dez menores cidades do estado, com apoio médio na ordem de 64%.

Tabela 7. Votação para o Governo estadual e Presidência da República (1º turno) nas 10 Menores Cidades do Maranhão em 2010

Município Nº De Eleitores % De Eleitores	Roseana Sarney	Flávio Dino	Jackson Lago	PSTU PSOL PCB	Dilma Serra Marina
São Pedro dos Crentes 3.531 0,08%	1.255 49,74%	458 18,15%	806 31,95%	0,16%	52,84% 38,45% 8,32%
Nova Iorque 3.590 0,08%	1.783 79,88%	335 15,01%	110 4,93%	0,17%	72,40% 20,79% 6,18%
São Félix de Balsas 3.640 0,08%	1.784 73,20%	240 9,85%	406 16,66%	0,29%	84,91% 10,06% 4,48%

[16] O Maranhão possui 217 municípios e um total de 4.320.748 eleitores. As dez maiores cidades, que representam 5% dos municípios, reúnem 32,9% dos eleitores. As dez menores, também equivalentes a 5% dos municípios, têm eleitorado inferior a 1%.

Sucupira do Riachão 3.765 0,08%	1.750 72,89%	543 22,62%	103 4,29%	0,2%	82,42% 11,20% 5,87%
Nova Colinas 3.903 0,09%	1.719 64,00%	455 16,94%	510 18,99%	0,07%	76,43% 18,91% 4,50%
São Roberto 4.071 0,09%	2.022 68,36%	214 7,23%	718 24,27%	0,14%	83,51% 12,89% 3,53%
Benedito Leite 4.324 0,1%	1.480 58,52%	449 17,75%	596 23,27%	0,16%	65,64% 25,73% 8,47%
Junco do Maranhão 4.358 0,1%	2.338 79,12%	578 19,56%	32 1,08%	0,24%	81,50% 12,95% 5,31%
Boa Vista do Gurupi 4.371 0,1%	1.097 61,20%	1.006 32,28%	200 6,42%	0,09%	68,59% 22,44% 8,85%
Belágua 4.392 0,1%	1.476 45,18%	994 30,43%	790 24,18%	0,21%	92,15% 5,06% 2,52%

Fonte: Dados do TSE

São claros nas tabelas 6 e 7 que os percentuais da candidata presidencial via de regra são superiores aos da candidata local. Nota-se também que a presidenciável obteve a maior votação (quase 100%, em Belágua) justamente onde a candidata ao governo teve seu pior desempenho, fato que desautoriza, ao lado de outros já apontados, concluir que as duas candidaturas possuem idênticas bases de apoio ou que a candidatura presidencial tenha crescido no estado pela força ou ativismo do grupo dominante local. Como mostrado nas seções anteriores, ocorreu o inverso, ou seja, foi a candidatura de Roseana Sarney que pegou carona na campanha presidencial.

Fazem parte da explicação para estes resultados do pleito presidencial, o fato do Maranhão ter praticamente metade de sua população como beneficiária do Progra-

ma Bolsa Família; ser o 5º do país a receber investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida; e ter muitos beneficiários em outros programas do governo federal, como: o de agricultura familiar (Pronaf), o Luz para Todos, a Farmácia Popular, entre outros. Vale considerar que desde o início da campanha um dos institutos de pesquisa indagou maranhenses sobre "como diria que se sente com a vida que vem levando hoje?" tendo "satisfeito" ou "muito satisfeito" como resposta de pelo menos 85% dos entrevistados (Escutec).

(D)efeitos da aplicação da Lei da Ficha Limpa

Seguramente, não se pode dizer que a eleição de 2010 no Maranhão transcorreu "normalmente". A introdução da Lei da Ficha Limpa já no pleito de 2010 ensejou insegurança jurídica de previsíveis impactos políticos em vários estados, mas especialmente no Maranhão, onde a eleição foi decidida por ínfimos oito centésimos. Sem futurologismo, é razoável considerar que essa lei, que manteve indeferida a candidatura de um dos principais candidatos (Jackson Lago) até praticamente vésperas da eleição, influenciou as estratégias e os resultados da disputa eleitoral.

A Lei da Ficha Limpa tem sua origem em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular[17], com o objetivo de tornar mais rígidos os critérios de inelegibilidades, com vistas a "proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato". Por essa lei, são inelegíveis:

[17] Instrumento previsto na Constituição Federal que permite que um projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional, desde que, entre outras condições, apresente as assinaturas de 1% de todos os eleitores do Brasil. O projeto Ficha Limpa circulou por todo o país, reunindo mais de 1,3 milhões de assinaturas de apoio – o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros. Em 29 de setembro de 2009, foi entregue ao Congresso Nacional, sendo aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Lei Complementar nº 135/2010, em 4 de junho de 2010.

> *Os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, ou cuja conduta tenha sido declarada incompatível com o decoro parlamentar, independentemente da aplicação da sanção de perda de mandato, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;*
> *O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;*
> *Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; (Lei nº 135/2010, Art. 1º).*

Apesar da Constituição brasileira contemplar o princípio da anterioridade, ou de que os efeitos de uma lei não podem retroagir para prejudicar, e da regra de que leis eleitorais devem ter validade apenas no ano seguinte à sua publicação, em 10 de junho de 2010, o TSE decidiu que a Lei da Ficha Limpa já valeria nas eleições de outubro desse ano sob a justificativa de que a referida lei "não altera o processo eleitoral"[18].

[18] Ver resposta à consulta feita pelo senador Arthur Virgílio (PSDB) se o pro-

Assim, foi introduzido no pleito de 2010 um tipo de incerteza que nada tem a ver com a equilibrada disputa democrática, mas sim um estado de insegurança em relação às próprias regras do jogo, visto que a clareza e transparência das mesmas, requisito fundamental para a lisura do pleito, não estiveram de todo asseguradas. No Maranhão, Jackson Lago, sob acusação de abuso de poder político e econômico e compra de votos na eleição de 2006, teve sua candidatura impugnada, apesar de já ter cumprido a pena de cassação do seu mandato, em 2009.

Ao lado de outros fatores, a aplicação da Lei da Ficha Limpa ocasionou no Brasil inteiro muitos pedidos de impugnação de candidaturas, que ficavam a partir de então rotuladas na linguagem popular e da mídia como "ficha suja". Só no Maranhão, 80 pedidos de candidatura foram impugnados pelo Ministério Público junto ao TRE, por motivos variados, que incluíam: não prestação de contas como gestor público; contas rejeitadas; condenações por atos de improbidade administrativa; irregularidades nas desincompatibilizações do serviço público, entre outros[19].

Os julgamentos foram lentos e não faltaram denúncias de que foram muito seletivos em relação ao tempo. Jackson Lago, por exemplo, que seria o principal adversário da candidata que também era a governadora, só teve o deferimento de sua candidatura no dia 30 de setembro, último dia da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão e três dias antes da eleição. Certamente, essa insegurança foi muito negativa para suas estratégias de campanha e para os resultados obtidos, surpreendentemente baixos. Tal circunstância se apresentou como uma espada de Dâmocles que afastou apoiadores e financiadores

---

jeto 'ficha limpa' poderá ser aplicado já nas eleições deste ano.

[19] Preventivamente, e na contramão dos propósitos, vários políticos maranhenses se apressaram em preparar planos alternativos, através do qual candidatariam, em seu lugar, parentes que tivessem "ficha limpa".

e ensejou campanhas tipo "voto útil" por outro candidato de oposição, além de suscitar ataques morais como sendo candidato de "ficha suja".

A despeito da dificuldade de se isolar o peso de causas específicas da baixa votação de Lago, certamente esse fato deve ser considerado, ao lado de outros como o já mencionado desgaste da cassação e problemas decorrentes do seu próprio governo, muitas vezes acusado na imprensa local de práticas de corrupção, sendo a mais destacada a Operação Navalha, da Polícia Federal, que arrolou, além do próprio governador, um secretário de estado e dois sobrinhos de Lago em ilícitos administrativos.

O resultado geral foi que a votação de Jackson Lago despencou de 42,5 % em 2002 e 34% dos votos em 2006 (1º turno) para 15% em 2010. Especialmente na capital, onde seu partido governa desde 1988 e ele próprio já foi prefeito em três mandatos, o declínio de sua votação foi bastante sensível, passando de 56% dos votos em 2002 para 15,45% em 2010.

Em março de 2011, após seguidos impasses decorrentes de votações empatadas, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Lei da Ficha Limpa só valeria a partir das eleições de 2012.

Conclusões

As eleições de 2010 no Maranhão tiveram duas principais características: a revitalização do grupo Sarney e a afirmação de nova liderança política no estado, Flávio Dino (PCdoB).

A vitória eleitoral de Roseana, após derrota no pleito anterior, foi aqui associada a vários fatores como: participação da competição estando no exercício do cargo e no controle de vasta gama de recursos a este associados; aliança com o PT, decorrente de intervenção da direção do partido, o que superdimensionou seu tempo de tele-

visão, que foi maior que o dos outros cinco candidatos juntos; desgaste do principal partido de oposição (PDT) e de sua principal liderança (Jackson Lago), em decorrência da sua cassação do cargo de governador; apoio de Lula e Dilma; embaraços, para um dos seus importantes adversários, decorrentes da aplicação da Lei da Ficha Limpa; escassa estrutura de campanha do candidato que veio a se tornar seu principal concorrente; e, sobretudo, possante estrutura material, que lhe permitiu uma campanha muito rica, fortemente profissionalizada e com suporte de renomados especialistas, entre outros fatores.

Tais vantagens, entretanto, não foram suficientes para produzir uma vitória mais significativa, uma vez que apenas por oito décimos a disputa não se estendeu para um segundo turno de resultados efetivamente imprevisíveis visto que, conforme sinalizado nas pesquisas de opinião, ao longo do primeiro turno sua candidatura não cresceu, enquanto o segundo colocado passou de 13% por cento nas intenções de voto para 29% de votos recebidos. Isto impõe certa matização à vitória do grupo Sarney, ao mesmo tempo em que evidencia a segunda principal característica desse pleito: a ascensão de Flávio Dino como expressiva liderança política no Maranhão, do campo oposicionista ao grupo Sarney e com bases agora estadualizadas.

Nas eleições para o Senado e para o Legislativo, a força do grupo Sarney se fez mais forte, a exemplo do verificado em 2006, quando venceu um candidato oposicionista, por incentivo do "governismo", que atrai parte muito considerável dos candidatos. Uma vitória especialmente importante para o grupo Sarney, ainda que no plano simbólico, foi a derrota de José Reinaldo Tavares, que no exercício do cargo de governador rompeu com a família Sarney e possibilitou a eleição de um oposicionista em 2006. Tal derrota, porém, deve ser imputada

também à tática eleitoral das oposições, que preferiram lançar várias candidaturas.

Em relação às estratégias e desempenho dos partidos, estas eleições registram generalizada preferência pelas coligações e conquista de vagas por grande número de partidos tanto na Assembleia Legislativa como na bancada maranhense de deputados federais. A grande força local do PFL passou para o PMDB, acompanhando a migração da governadora para esse partido, mas sem consequências para a polarização política entre grupo Sarney e oposicionistas. PDT e PSDB diminuíram seu peso, acompanhando também o declínio do PDT e de Lago. PT sofreu notável fissura, conquistou o cargo de vice-governador e aumentou o número de representantes no Legislativo, mas o conseguiu à custa de tornar-se mais uma legenda de apoio ao grupo Sarney. Já o prestígio de Lula e Dilma, estes se revelaram fortes e permanentes, não se desdobrando, entretanto, em transferência de voto para a candidata apoiada no estado, Roseana Sarney, fato que sugere a existência de limites à transferência de votos para cargos diferentes, uma vez que com Dilma funcionou.

Finalmente, há de se destacar, no plano da institucionalidade, a forma de implementação da Lei da Ficha Limpa. A despeito de suas ambições democratizantes e até moralizantes, essa lei cercou o processo eleitoral de forte insegurança que, ao fim, acabou se configurando como um limite à equidade e democratização do pleito, pois instaurou dúvidas quanto às regras do jogo e à insegurança jurídica, fez surgirem desqualificações morais aos atingidos por suas restrições e discursos do "voto útil" por concorrentes, além de gerar desestímulo a possíveis apoiadores e financiadores de campanhas de candidatos atingidos pelos efeitos intempestivos dessa norma.

Referências

BARREIRA, Irlys. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP, 1998.

BARREIRA, Y. e PALMEIRA, M. **Candidatos e Candidaturas** – enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

BORGES, Arleth S. **PT Maranhão 1980-1992**: origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. Eleições 2006 e mudança política no Maranhão: alternância de governo e cenário para alternância de políticas. In: CORTEZ e SPINELLI (orgs.). **Nordeste 2006:** os sentidos do voto – análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste. Natal: EDUFRN, 2010.

_____. São Luís: eleições 2008 na capital maranhense. Peças novas para um jogo velho. In: CORTEZ e SPINELLI (org.). **Nordeste 2008**: o voto das capitais II. Natal: EDUFRN, 2010.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo":** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: Departamento de História da UFMA. (mimeo), 1997.

_____. Universidade da Fraude. **Jornal Vias de Fato.** 14ª Ed. São Luís: Novembro de 2010.

ESCUTEC. **Pesquisas de Opinião.** Disponível em: <http://www.escutec.com.br>. Acesso em: 2010.

FERREIRA, D. P.; BATISTA C. M.; STABILE, M. A Evolução do Sistema Partidário Brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**. vol.14, nº 2. Campinas, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**. São Paulo: Sumaré, 1991.

FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; e JORGE, Vladimir L. Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias. Uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral in: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral.** São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

FLEISHER, David. "Coligações Eleitorais" in AVRITZER, Leonardo e

ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

IBOPE. **Instituto Brasileiro de Opinião Pública**. Disponível em: <www.ibope.com.br>. Acesso em: 2010.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party

Democracy. **Party Politics**. Vol. 1, n. 1, 1995.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e Coligações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.

KUSHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Zahar, 2000.

KUSHNIR, Karina, PIQUET, Leandro e SCHIMITT, Rogério. Campanha Eleitoral na TV em Eleições Locais, in BARREIRA, Y. e PALMEIRA, M. **Candidatos e Candidaturas** : enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

LEMEHE, Maria Auxiliadora. A "modernidade" como emblema político, in BARREIRA, Y. e PALMEIRA, M. **Candidatos e Candidaturas:** enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, n. 29, pp.5-34, 1995. Tradução de Vera Pereira. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=208:rbcs-29&catid=69:rbcs&Itemid=399>. Acesso em: 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar** : migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral, **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun. 2004.

NICOLAU, Jairo M. (org.) **Dados Eleitorais do Brasil**: 1982-1996. Rio de Janeiro: REVAN, 1998.

OLIVEIRA, Luís Ademir de. **As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política**: Um estudo comparativo das campanhas de Belo Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Tese de Doutorado, 2004.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995

PSTU MARANHÃO. **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. Disponível em: <http://pstumaranhao.blogspot.com/2010_08_01_archive.html.>. Acesso em: 2010.

RIKER, William H.; CALVERTI, Randall L.; MUELLER, John. The strategy of rhetoric. **New Haven**. London: Yale Univ. Press, 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas configurações das eleições na idade mídia. **Opinião Pública**, vol.7 no.2 Campinas Nov. 2001

SANTOS, Wanderley G. (org.). **Votos e Partidos**: Almanaque de Dados Eleitorais. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns:** televisão e pós-pensamento. Bauru: USC, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SILVA, Josivaldo. **Blogue.** Disponível em: <http://josivaldocorrea210.blogspot.com.>. Acesso em: 2010.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____ . Raízes Ideológicas e Sociais do Lulismo. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 2009

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Publica.** Campinas, v. 9, n. 1, p.148-169, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762003000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 2010.

TSE. **Resultados Eleitorais 1982 – 2010**. Disponível em: <www.tse.gov.br>. Acesso em: 2010.

YOUTUBE. **Programas Eleitorais de Roseana Sarney, Jackson Lago, Flávio Dino, Marcus Silva e Saulo Arcangeli**. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 2010.

Anexo 1

Relação dos partidos políticos citados neste artigo

DEM- Democratas

PAN- Partido dos Aposentados da Nação

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDC- Partido Democrata Cristão

PDS- Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal

PGT- Partido Geral dos Trabalhadores

PHS- Partido Humanista da Solidariedade

PL- Partido Liberal

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMB- Partido Municipalista Brasileiro

PMN- Partido da Mobilização Nacional

PP- Partido Progressista

PPB- Partido Progressista Brasileiro

PPR- Partido Progressista Renovador

PPS- Partido Popular Socialista

PR- Partido da República

PRB- Partido Republicano Brasileiro

PRN- Partido da Reconstrução Nacional

PRONA- Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PRP- Partido Republicano Progressista

PRTB- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSC- Partido Social Cristão

PSD- Partido Democrático Social

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileiro

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL- Partido Social Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PST- Partido Social Trabalhista

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PTR- Partido Trabalhista Reformador

PTC- Partido Trabalhista Cristão

PTdoB- Partido Trabalhista do Brasil

PV- Partido Verde

As eleições de 2010 no Piauí: novas possibilidades para o governismo

Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas[1]
Professor de Ciência Política
da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir os resultados das eleições estaduais do Piauí em 2010 e, para isso, foi estruturado em três partes. Primeiramente, foi traçada uma breve análise da dinâmica pré-eleitoral, momento no qual foram definidas as alianças e coligações e, consequentemente, lançadas as candidaturas para os cargos em disputa. Na segunda parte, focou-se na análise dos resultados para os cargos em disputa (governo do estado, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado). Além das tabelas demonstrativas dos resultados, discutiu-se o impacto das negociações e alianças estabelecidas (no momento pré-eleitoral) na consecução dos cargos eletivos. Partindo disso, este artigo visa responder o seguinte questionamento: haveria possibilidade de vitória para uma candidatura de oposição na conjuntura política configurada em 2010?

Na terceira parte, procurou-se proceder a uma análise da dinâmica político-eleitoral, desde a década de 1980, na tentativa de se melhor compreender como tem sido estru-

[1] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

turada a dinâmica política estadual ao longo do tempo, bem como perceber o lugar e o papel das eleições de 2010 na configuração política piauiense atual. A partir da discussão realizada ao longo do artigo, tentou-se traçar as possibilidades para o governismo e para o oposicionismo no estado do Piauí, a partir das eleições de 2010.[2]

Estratégias pré-eleitorais: Qual o lugar do oposicionismo e do governismo nas eleições de 2010?

As eleições de 2010 no estado do Piauí já vinham sendo desenhadas desde a reeleição de Wellington Dias (PT), em 2006. Naquele pleito, o governador obteve vitória incontestável, com 61,7% dos votos válidos, contra 25,3% de Francisco de Assis de Moraes Souza, o "Mão Santa", do PMDB, e 12,2% de Firmino Filho, do PSDB. As demais candidaturas juntas obtiveram apenas 0,7% dos votos válidos. Naquele momento, a oposição estava desarticulada, fato esse ocasionado principalmente pelo enfraquecimento do PFL, da pouca força eleitoral do PSDB e da heterogeneidade do PMDB, que, em grande parte, situava-se do lado governista. Com isso, o governador que pleiteava a reeleição obteve facilmente a vitória, ainda no primeiro turno.

Somado a isso, a reeleição de Wellington Dias deveu-se ainda à vinculação que este possuía à candidatura vitoriosa no plano nacional. Atribui-se, então, a existência de uma nacionalização do sistema político brasileiro que se refletia na dinâmica política estadual. Acerca disso, Cleber de Deus afirma que:

> *[...] No estado do Piauí, a reeleição de Wellington Dias (PT) foi beneficiada, principalmente, pela popularidade de Lula da Silva (PT) e pelo programa carro-chefe*

[2] Agradeço à jornalista Mayara Martins e à cientista política Sara Epitácio pela revisão crítica deste artigo.

> *do governo federal: o Bolsa Família. O gasto total deste programa em 2006 foi de R$ 7,524 bilhões. Nos estados da região Nordeste foram aplicados 53,7% deste montante. Aliadas à tese da nacionalização da competição política entre PSDB e PT neste segundo experimento democrático, tais evidências parecem corroborar a ideia da influência da eleição presidencial no cenário político piauiense. Neste caso, a reeleição de Wellington Dias (PT) pegou carona na "performance" do governo federal (DE DEUS, 2010, p. 61).*

A chapa vitoriosa contava com uma coligação formada por cinco partidos (PT, PSB, PTB, PCdoB e PL), sendo o governador eleito do PT e o vice-governador do PSB (Wilson Martins). Os principais cargos político-administrativos do governo, entre os anos de 2007 e 2010, foram ocupados por políticos filiados ao PT, sendo resultado de indicações do próprio governador e de lideranças políticas ligadas à sua agremiação partidária, tendência essa que tem se configurado ao longo da história política recente do estado do Piauí.[3]

Contudo, os partidos que deram base de sustentação ao governo também ocuparam pastas do gabinete de forma sistemática ao longo do mandato, assim como no primeiro governo de Wellington Dias, entre os anos de 2003 e 2006. PMDB, PDT e PTB tiveram representantes indicados para Secretarias de Estado, apesar da forte preponderância do partido do governador, que ainda ocupou as principais pastas do governo (Administração, Educação, Saúde e Fazenda).

A estratégia de compor o secretariado com políticos ligados ao partido do governador tinha como objetivo a

[3] Sobre a formação de governos no estado do Piauí no período pós-redemocratização, ver: SANDES FREITAS, Vitor Eduardo Veras de. *A lógica da formação de governos no Estado do Piauí de 1987 a 2007*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

viabilização política da agremiação. O governador, juntamente com as principais lideranças do PT, visava construir uma base partidária sólida junto ao governo, como forma de alavancar as candidaturas de petistas nas eleições de 2010. A intenção era ampliar sua bancada na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, bem como eleger um senador. Para isso, dentro do PT, pensava-se em construir, ao longo do mandato, a imagem de um político petista que fosse capaz de suceder Wellington Dias, mantendo, dessa forma, o poderio do partido frente ao Executivo estadual, o que possibilitaria à agremiação ter acesso aos recursos políticos necessários para continuar seu desenvolvimento partidário, bem como ampliar seu domínio político no estado. Sabendo-se que, em geral, nos governos estaduais, as pastas de maior relevância são ocupadas por políticos ligados à sigla do governador, lideranças do PT viam a necessidade de viabilizar uma candidatura para 2010, caso contrário, a agremiação correria o risco de passar a ser mais um coadjuvante no cenário político estadual depois de findado o mandato de Wellington Dias.[4]

O PT, então, montava uma estratégia para lançar candidatura própria. Dois nomes foram postos, ainda em 2009: o do Secretário de Fazenda, Antônio Neto, e o do Secretário de Educação, Antônio José Medeiros. Contudo, alguns empecilhos justificaram a impossibilidade do PT lançar candidatura própria, ainda no período pré-eleito-

[4] Como afirma Rachel Meneguello (1998), no Brasil, os partidos são agentes necessários à organização e ao funcionamento dos governos. Os partidos exercem papel central na organização e funcionamento do Executivo, sendo fundamental a composição das pastas para o estabelecimento das coalizões governamentais. Dessa forma, a autora afirma que da dinâmica governamental, os partidos se utilizam dos recursos para seu próprio desenvolvimento. O partido do governador, tendo amplo acesso aos cargos político-administrativos estaduais, tem maior possibilidade de controlar e distribuir recursos políticos do que os partidos da base aliada. Isso justifica o interesse do PT em permanecer à frente do Executivo estadual.

ral: 1) a base aliada do governo (formada por um amplo número de partidos, dentre eles, PMDB, PDT, PTB, PP e PSB) provavelmente não apoiaria um candidato petista e sem lastro eleitoral[5]; 2) devido a compromissos assumidos com João Vicente Claudino (PTB) (senador eleito em 2006, com ampla maioria dos votos, e político ligado ao maior grupo empresarial do estado), que provavelmente seria o candidato governista; e, por fim, 3) Wellington Dias, que depois de dois mandatos, iria se candidatar ao Senado (com ampla possibilidade de conquistar a vaga), abrindo espaço político para o vice-governador, Wilson Martins (PSB), assumir o governo e lançar candidatura ao governo do estado.

Anteriormente à definição do candidato governista, já se apresentara a candidatura oposicionista de Sílvio Mendes (PSDB), que exercia o segundo mandato de prefeito da capital do estado, sustentada pela boa aprovação do eleitorado teresinense. As primeiras pesquisas de intenção de voto, ainda no primeiro semestre de 2010, apontavam o candidato na primeira posição. Isso se deu, em grande parte, à indefinição da candidatura governista. Sabia a base, contudo, a necessidade de lançar e viabilizar um candidato, com apoio dos partidos aliados ao governo.

Diante disso, vários nomes surgiram como possíveis candidatos da base governista. Algumas lideranças do PT queriam o lançamento de candidatura própria, porém essa alternativa não agradava os partidos da base aliada. O PSB esperava a desincompatibilização de Wellington Dias para que o vice-governador, o peessebista, Wilson Martins, assumisse o Executivo estadual e, consequentemente, se candidatasse à reeleição com o apoio do PT e da base aliada. João Vicente Claudino (PTB) aguardava a continuidade de

[5] Sendo um dos principais apoiadores do governo petista, o PMDB também planejava lançar candidatura com o apoio da base aliada. O nome mais cogitado seria do deputado federal Marcelo Castro.

Wellington Dias à frente do governo, impedindo que Wilson Martins assumisse, o que possibilitaria sua candidatura apoiada pelos partidos governistas e, principalmente, com o apoio formal da candidatura do PT no nível nacional. Porém, a partir do momento em que o governador não conseguiu controlar a força das lideranças políticas aliadas, a base de apoio começou a se esfacelar.

Wellington Dias fez o anúncio oficial em 19 de março de 2010, pouco mais de duas semanas antes do prazo-limite para a desincompatibilização do cargo de governador. Pressionado por João Vicente Claudino, além de outras lideranças da base aliada, inclusive por parcela do PT estadual, o governador declarou publicamente que continuaria à frente do Executivo, "em nome da unidade da base aliada". Esse episódio foi relatado publicamente pela imprensa do estado do Piauí, como pode ser observado neste relato do jornal *Meio Norte*, publicado no dia seguinte:

> *O governador Wellington Dias (PT) disse ontem que desistiu de ser candidato ao Senado, para o qual tinha 52% das intenções de voto para disputar uma das duas vagas disputadas nas eleições deste ano e popularidade de 83%, e vai continuar no cargo até o final do mandato, em dezembro. Ele tomou a decisão depois que não conseguiu, em reunião marcada para ontem, depois desmarcada, escolher um nome de consenso entre 12 partidos da base, para a disputa do Governo do Estado nas eleições gerais de 2010. [...] "A decisão de quem encabeça a chapa para o Governo do Piauí é minha. Ao final no mandato fiquei com essa incumbência, essa responsabilidade, e vou anunciar o candidato nos próximos dias", falou Wellington Dias, que vai discutir com os partidos os nomes que irão compor a chapa majoritária. Ele disse que fica no governo do Piauí para manter a unidade da aliança de 12 partidos e garantir palanque único para o candidato da*

base e para a candidata do PT à Presidência da República, ministra Dilma Rousseff (RIBEIRO, p. 3).[6]

Wellington Dias, portanto, permaneceu no governo como forma de apaziguar os ânimos entre os diversos partidos que compõem a base aliada. Entretanto, o presidente Lula, juntamente com a cúpula nacional do PT, diante da real possibilidade do governador ser eleito ao Senado e, assim, colaborar com a ampliação da bancada governista naquela casa, reuniu-se com Wellington Dias propondo que o mesmo reconsiderasse a posição de continuar à frente do governo.[7] Até aquele momento, o mais provável é que o candidato da base aliada seria João Vicente Claudino. No entanto, as diversas pressões que o governador estava sofrendo para anunciar sua decisão final, tendo em vista a proximidade do prazo-limite para a desincompatibilização, deixavam o quadro ainda mais incerto para os atores envolvidos.

Em 31 de março, Wellington Dias anunciou sua posição final: sair do governo e candidatar-se ao Senado.[8] Com isso, abriu caminho para Wilson Martins (PSB) assumir o Executivo estadual, passando a ter, assim, capital político suficiente para conduzir a sucessão, colocando seu nome como candidato à reeleição. Porém, com essa decisão, a base aliada se dividiu, formando dois grupos adversários: um liderado por Wellington Dias e Wilson Martins, que aglutinava PSB, PT e PMDB; e outro liderado por João Vicente Clau-

---

[6] RIBEIRO, Efrém. Pela unidade, Wellington Dias fica no cargo. *Meio Norte*, Teresina, 20 mar. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

7 "O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu ontem com o governador Wellington Dias e defendeu que ele se desincompatibilize do Governo do Estado até o dia 2 de abril, dispute o Senado e seja o fiador da chapa de unidade do Governo do Estado. A reunião foi realizada em Brasília" (RIBEIRO, 25/03/2010, p. 3). Cf. jornal *Meio Norte*, Teresina, 30 mar. 2010.

8 RIBEIRO, Efrém. Wellington Dias renuncia para disputar Senado. *Meio Norte*, Teresina, 31 mar. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

dino, formado por PTB, PP e PDT. O primeiro seria o grupo eminentemente governista e o segundo seria formado pelos dissidentes da base aliada. No primeiro, o candidato lançado foi Wilson Martins (PSB), tendo ainda, na chapa, a de Antônio José de Moraes Souza Filho (PMDB) a vice-governador. No segundo grupo, a chapa foi formada pelo candidato a governador João Vicente Claudino (PTB) e, a vice-governador, Flávio Nogueira (PDT). Dilma Rousseff, portanto, passaria a contar com dois palanques no estado do Piauí. Assim, no âmbito estadual, os grupos apoiadores da candidatura governista passaram a disputar o mesmo espaço político. Contudo, apesar de adversários, não se poderia classificar esse como um caso clássico de disputa entre oposição e situação.

A candidatura de oposição já estava bem montada. Sílvio Mendes (PSDB), que se desincompatibilizou da Prefeitura de Teresina, contando com a boa avaliação de sua gestão na capital e com o apoio do DEM. Entretanto, o vice-prefeito que assumiu o cargo, Elmano Férrer, era do PTB, mesmo partido de João Vicente Claudino. Dessa forma, a candidatura oposicionista perdeu o controle político da máquina administrativa da capital. Mesmo assim, Sílvio Mendes e as demais lideranças oposicionistas acreditavam que aquele era o momento propício para conquistar a vitória no pleito eleitoral, principalmente devido aos seguintes fatores: 1) o bom desempenho, registrado nas pesquisas de intenção de voto ao longo do primeiro semestre de 2010, indicava, a princípio, a possibilidade de uma ampla aceitação do discurso oposicionista pelo eleitorado; e 2) devido ao rompimento da base aliada ao governo estadual, o que diluía a força da chapa governista, abrindo espaço para a candidatura oposicionista.

A disputa governismo versus oposicionismo parecia centrar-se entre a candidatura de Wilson Martins e de

Sílvio Mendes. Caberia alguma outra candidatura forte o suficiente a ponto de disputar o pleito, num quadro político historicamente polarizado entre uma candidatura de situação e outra de oposição? João Vicente Claudino acreditava ser possível e, por isso, apresentou-se como candidato de oposição ao governo estadual, mas vinculava-se à candidatura governista no nível nacional.

Já nas duas vagas em disputa para o Senado, os políticos tradicionais Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PSC) se candidataram à reeleição, porém enfrentariam a força do governismo, com a candidatura do ex-governador Wellington Dias (PT) e do deputado federal Ciro Nogueira (PP), apoiador e apoiado pela chapa governista no âmbito nacional. Nas vagas em disputa para a Câmara Federal, a tendência era de ampliação da bancada governista, devido à projeção e suporte político dado pelo governo estadual no período de 2003 a 2010. Na Assembleia Legislativa, o DEM (ex-PFL), que vinha numa trajetória descendente, perderia ainda mais espaço, assim como vinha ocorrendo com a agremiação no nível nacional. O PSDB era o único partido de oposição que poderia obter um número mais expressivo de cadeiras, mas não o suficiente para fazer frente à força da bancada governista.

A tendência, portanto, era de fortalecimento do governismo, ou seja, dos partidos que compuseram a base aliada ao longo dos anos de governo do PT, e, consequentemente, de enfraquecimento do oposicionismo. O único fato que poderia mudar este quadro era uma vitória de Sílvio Mendes na disputa para o governo do estado, devido ao fato do Executivo ser o centro de gravidade do sistema político estadual, por centrar poderes políticos e administrativos capazes de contribuir substantivamente com o fortalecimento e desenvolvimento dos partidos políticos. Obtendo a vitória para esse cargo, mesmo compondo minoria

na Assembleia Legislativa, o governador teria acesso aos recursos políticos necessários para contornar a conjuntura política adversa e recompor a governabilidade.[9] A estratégia política do PSDB, nesse sentido, parecia correta, mas extremamente arriscada, tendo em vista a força do governismo no nível estadual e nacional.

Arena eleitoral: dinâmica política e resultados

Após compreender como foram construídas as candidaturas para as eleições de 2010 no Piauí, serão analisados, nessa parte, os resultados eleitorais para os cargos em disputa: governo do estado, Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado. Para isso, procurar-se-á tecer considerações sobre os possíveis impactos das estratégias políticas no resultado das eleições.

Foco principal das eleições estaduais, a disputa para o governo do estado foi marcada por grande disputa entre as candidaturas encabeçadas por Wilson Martins (PSB), Sílvio Mendes (PSDB) e João Vicente Claudino (PTB). Pesquisas eleitorais realizadas por diversos institutos apresentavam diferentes possíveis resultados para as eleições no primeiro turno.[10] O único ponto em comum entre elas era a certeza da realização do segundo turno.

---

[9] Segundo Octávio Amorim Neto, "a Constituição de 1988, assim como todas as outras Constituições republicanas que teve o país, confere ao chefe do Executivo amplos poderes sobre a administração pública" (2007, p. 132). A prerrogativa de nomeação e demissão de ministros/secretários é exclusiva do presidente/governador. Porém, sabe-se que a sustentabilidade de um governo passa pela composição de governos com razoável base de apoio parlamentar.

[10] A crítica à disparidade entre as pesquisas eleitorais foi compartilhada também pela classe política, que, quando se encontrava ameaçada por algum resultado negativo, vinha a público discutir a validade e a qualidade das pesquisas realizadas no estado. "As constantes críticas feitas pelos candidatos em relação às pesquisas de intenção de votos divulgadas até agora foram alvo dos comentários dos responsáveis pela elaboração das pesquisas. Os estatísticos saíram em defesa da veracidade de suas pesquisas e negam que haja manipulação de dados para favorecer candidato 'A' ou 'B'" (MARTINS, 2010, p. 3). Cf. jornal *O Dia*, Teresina, 23 set. 2010.

A dinâmica política durante o período eleitoral foi de grande acirramento entre os três candidatos. Considerando a maior parte das pesquisas de intenção de voto, Sílvio Mendes liderava a corrida eleitoral durante parte significativa da campanha. O discurso de oposição e de gestor bem-sucedido na capital foi amplamente utilizado como forma de angariar a preferência do eleitorado. Entretanto, Silvio Mendes não conseguia obter a dianteira das pesquisas com larga margem de vantagem. Durante o decorrer da campanha eleitoral, Wilson Martins passou a diminuir a diferença pesquisa a pesquisa. Em setembro, o candidato governista conseguiu ultrapassá-lo, mantendo-se à frente até as últimas pesquisas realizadas às vésperas do pleito, que o asseguraram na primeira posição da preferência do eleitorado.

O crescimento de Wilson Martins se deveu a três fatores: 1) a montagem de uma ampla aliança entre os partidos governistas, contando com PSB, PT e PMDB, dentre outros, tendo como discurso a continuidade dos projetos já desenvolvidos pelo governo anterior; 2) o profundo enraizamento que PMDB e PSB possuem nos municípios do estado, contando com o apoio de lideranças e prefeitos de grande parte das Prefeituras piauienses; e 3) principalmente, a vinculação entre sua candidatura e a campanha governista no nível nacional. À medida que o eleitorado compreendia que Wilson Martins era o atual governador e tinha o apoio do presidente Lula e da candidata Dilma Rousseff, mais o candidato crescia nas pesquisas de intenção de voto.[11] E isso era reforçado pelo apoio dado pelas lideranças políticas locais à candidatura governista no âmbito estadual e nacional.

[11] A imagem do presidente foi bastante utilizada durante toda a campanha eleitoral governista no estado do Piauí, sendo alvo, inclusive, de críticas constantes da oposição que afirmava que o governador dependia da popularidade de Lula para conquistar a preferência do eleitorado.

João Vicente Claudino, que também se utilizou da imagem do presidente Lula e da candidata à Presidência Dilma Rousseff como forma de obter a preferência do eleitorado, não conseguiu emplacar uma candidatura de oposição, principalmente pelo fato de ser senador da base aliada do governo Lula, além de ser aliado à candidatura governista no âmbito nacional. Dessa forma, João Vicente Claudino não podia se colocar como oposição, pois se apoiava no projeto político situacionista; e também não poderia ser considerado um genuíno candidato governista, devido ao rompimento com o governador Wilson Martins. Por um lado, o candidato compartilhava projetos em comum com o governo federal, mas, ao mesmo tempo, por ter sido preterido pela base aliada, lançou candidatura ao governo do estado, amparado pelo discurso de promoção do desenvolvimento econômico no estado do Piauí, contrapondo-se, portanto, ao discurso do governo estadual de que o Piauí teria passado por forte crescimento econômico durante a última década.

O candidatado petebista, durante toda a campanha eleitoral, situava-se na terceira colocação das pesquisas eleitorais, mas com porcentagem significativa de votos, a ponto de algumas pesquisas o colocarem na segunda posição, à frente de Sílvio Mendes.[12] As pesquisas divulgadas na última semana antes do pleito mostraram um quadro mais claro e próximo do que de fato viria a acontecer em 03 de outubro.[13]

---

[12] Na pesquisa realizada entre os dias 21 e 23 de setembro pelo Ibope, Wilson Martins apareceu na primeira colocação com 39% das intenções de voto. João Vicente, que na primeira pesquisa do Ibope aparecia com 19%, foi a 23% na segunda, aparecendo com 27%, ultrapassando Sílvio Mendes, que tinha 22% das intenções de voto em agosto, indo para 27% na segunda, obtendo a terceira colocação com 25% (RIBEIRO, 25/09/2010, p. 3). Cf. jornal *Meio Norte*, Teresina, 25 set. 2010.

[13] A pesquisa realizada pelo Instituto Amostragem, no período de 27 a 29 de setembro, apontou Wilson Martins com 40,76% dos votos válidos, con-

Como apontavam as pesquisas eleitorais, a decisão sobre quem ocuparia o governo do estado ficou para o segundo turno (ver Tabela I). Wilson Martins obteve 46,37% dos votos válidos, contra 30,08% de Sílvio Mendes e 21,54% de João Vicente Claudino. O governador alcançou uma porcentagem de votos acima do que vinham apontando as pesquisas eleitorais, o que indica que a força do governismo permitiu ao candidato crescer na preferência do eleitorado nas últimas semanas da campanha.

Tabela I – Votação dos candidatos ao governo do estado no primeiro turno – Piauí (2010)

Candidato	Coligação	Votação	%
Wilson Martins (PSB)	PSB / PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PRP / PCdoB	725.563	46,37
Sílvio Mendes (PSDB)	PSDB / PPS / DEM / PSC	470.660	30,08
João Vicente Claudino (PTB)	PP / PDT / PTB / PRTB / PHS / PTC / PTdoB	337.028	21,54
Outras candidaturas		31.408	2,01
TOTAL		1.564.659	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

O resultado das eleições apresentou um novo quadro. Pela primeira vez no atual período democrático, surgiu, no estado do Piauí, uma terceira força com reais chances de fazer frente à candidatura governista e oposicionista. A eleição, nesse caso, não foi polarizada, devido ao surgimento da candidatura de João Vicente Claudino, fortemente amparado pelo poder econômico, já que o mesmo é representante do maior grupo empresarial do estado.

tra 33,3% de Sílvio Mendes e 23,91% de João Vicente Claudino (RIBEIRO, 02/10/2010, p. 3). Cf. jornal *Meio Norte*, Teresina, 02 out. 2010.

Além disso, a chapa era composta por partidos com força política no nível estadual e nacional, que, inclusive, participavam da base aliada do governo Wellington Dias, dentre eles PP, PDT e PTB.

Entretanto, a candidatura de João Vicente Claudino não conseguiu se enquadrar nem na linha governista e nem na oposicionista. O eleitorado que apostava na continuidade se identificava com a candidatura de Wilson Martins, atual governador, enquanto os insatisfeitos com o modelo adotado desde 2003 optaram pela mudança, sendo o candidato Sílvio Mendes o mais adequado a esse perfil. Portanto, João Vicente surgia como terceira alternativa. Porém, pelo fato de ser ligado a políticos da ala governista, não transmitia credibilidade suficiente para mobilizar a maior parte do eleitorado a ponto de induzi-lo a escolhê-lo como defensor de um modelo alternativo de desenvolvimento para o estado.

Wilson Martins, que já era apoiado por um amplo número de partidos, oito no total (PSB, PRB, PT, PMDB, PTN, PR, PRP e PCdoB), passou a contar com outros importantes apoios para a campanha no segundo turno, sendo estes do PTB, PP e do PDT. Ou seja, formalmente passou a contar com o suporte de 11 partidos políticos, refazendo a base aliada do governo Wellington Dias. Com isso, o governador passava a contar com o apoio de uma quantidade ainda maior de prefeitos e de lideranças políticas locais, ampliando a capacidade de angariar a preferência eleitoral dos votantes em João Vicente Claudino, principalmente em municípios onde o PSDB, de Sílvio Mendes, não tinha base política. João Vicente Claudino, no entanto, preferiu não se declarar a favor de nenhum candidato, postura já esperada tendo em vista o rompimento com a base governista que o levou a lançar sua candidatura.

Sílvio Mendes, no segundo turno, direcionou seus esforços de campanha, principalmente, para a capital, esperando obter a preferência dos eleitores que votaram em João Vicente Claudino, além de focar nos eleitores que votaram em nulo ou em branco. No primeiro turno, considerando a votação em todo o estado do Piauí, o número de votos em branco foi de 50.739 votos e de nulos foi de 197.926, somando um total de 248.665 votos. Portanto, como estratégia de campanha, Sílvio Mendes intensificou as críticas ao governo do estado, tanto em sua propaganda eleitoral quanto nos debates realizados na rádio e na televisão. Assim, o candidato esperava inverter o quadro estabelecido no primeiro turno.

No segundo turno, apesar do debate mais acirrado entre os candidatos, Wilson Martins obteve a vitória com ampla margem de vantagem, com 58,93% dos votos válidos, contra 41,07% de Sílvio Mendes (ver Tabela II). Wilson Martins investiu na força política da base aliada e no fato de ser o incumbente, ou seja, de titular do cargo de governador do estado. Além disso, o peessebista contou com o apoio da candidata à Presidência Dilma Rousseff, que também foi vitoriosa no segundo turno.

Tabela II – Votação dos candidatos ao governo do estado no segundo turno – Piauí (2010)

Candidato	Coligação	Votação	%
Wilson Martins (PSB)	PSB / PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PRP / PCdoB	921.313	58,93
Sílvio Mendes (PSDB)	PSDB / PPS / DEM / PSC	642.165	41,07
TOTAL		1.563.478	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Sílvio Mendes, para obter a vitória no segundo turno, precisaria conquistar parte significativa dos votos que es-

tavam em jogo, cerca de 451.000 dos 617.101 votos referentes às votações de João Vicente Claudino (337.028 votos) e dos outros candidatos (31.408 votos) e dos votos nulos e brancos (248.665 votos) do primeiro turno. Ou seja, teria que ter obtido cerca de 73% dos votos que estavam em jogo.[14] Porém, a dificuldade seria angariar a votação de João Vicente Claudino, cuja coligação passou a apoiar Wilson Martins no segundo turno e, principalmente, convencer parte do eleitorado que votou nulo e branco.

Sílvio Mendes não foi bem sucedido em seu intento, já que, no segundo turno, progrediu menos do que Wilson Martins, em termos de votação. Observa-se, na Tabela III, que o candidato governista obteve 195.750 votos a mais do que no primeiro turno e o oposicionista conquistou uma progressão de 171.505 votos. Sílvio Mendes, portanto, obteve apenas 27,80% dos votos que estavam em disputa, considerando que o mesmo deveria ter angariado cerca de 73% desses sufrágios para obter a vitória no segundo turno.

[14] Sabe-se que esse cálculo não é exato, pois o número de votantes no segundo turno difere do número de votantes no primeiro turno. Além disso, não é assegurado que o eleitor que votou em um candidato tenha preferência pelo mesmo no segundo turno. Contudo, acredita-se que o eleitor mantém a preferência entre o primeiro e o segundo turno. Dessa forma, é possível fazer uma estimativa de quantos votos o candidato de oposição teria que obter, levando-se em conta o resultado no primeiro turno, apesar de não ser um cálculo preciso. Além disso, esse cálculo só pode ser feito *a posteriori*, pois não se sabe, ao certo, qual a porcentagem do eleitorado irá comparecer às urnas. Esse cálculo também levou em consideração o desempenho do candidato vitorioso Wilson Martins. Contudo, para efeito de análise, o número dá uma projeção da quantidade de votos que o candidato oposicionista teria que ter obtido no segundo turno para vencer o pleito.

Tabela III – Votação para governador nos dois turnos – Piauí (2010)

Candidato	Votação (1º turno)	%	Votação (2º turno)	%	Progressão
Wilson Martins (PSB)	725.563	46,37	921.313	58,93	+ 195.750
Sílvio Mendes (PSDB)	470.660	30,08	642.165	41,07	+ 171.505
João Vicente Claudino (PTB)	337.028	21,54			
Outras candidaturas	31.408	2,01			
TOTAL	1.564.659	100,00	1.563.478	100,00	- 1.181

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Na capital do estado, a progressão de Sílvio Mendes foi maior do que a de Wilson Martins (ver Tabela IV). O candidato oposicionista obteve 38.978 votos a mais no segundo turno, contra a progressão de 10.098 do governador. Isso indica que a candidatura governista estabeleceu como meta a conquista de votos nos mais variados municípios, enquanto, dentro da estratégia peessedebista, era necessário focar no eleitorado de Teresina, pois esse é o maior colégio do estado (com cerca de 23% do eleitorado)[15], além de ser o maior reduto de eleitores que se identificam com a gestão do PSDB, pois este exerceu domínio de mais de 15 anos na capital, obtendo sucessivos mandatos eletivos para a Prefeitura desse município. Tendo em vista o resultado eleitoral, a estratégia governista foi mais bem sucedida do que a oposicionista.

[15] Teresina possui, atualmente, 520.292 eleitores, ou seja, 22,97% do eleitorado do estado do Piauí, que conta com 2.264.952 eleitores.

Tabela IV – Votação para governador em Teresina – PI (2010)

Candidato	Votação (1º turno)	%	Votação (2º turno)	%	Progressão
Sílvio Mendes (PSDB)	189.976	47,64	228.954	58,16	+ 38.978
Wilson Martins (PSB)	154.578	38,76	164.676	41,83	+ 10.098
João Vicente Claudino (PTB)	36.622	9,18			
Outras candidaturas	17.559	4,42			
TOTAL	398.735	100,00	393.630	100,00	- 5.105

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Ademais, é válido afirmar que os votos brancos e nulos diminuíram no segundo turno, mas não na proporção que a chapa peessedebista esperava. A ênfase no discurso de oposição ao governo do estado poderia mobilizar os eleitores indecisos a escolherem a candidatura que representava a mudança, entretanto, uma parte representativa do eleitorado votou em branco e nulo no segundo turno (181.208 eleitores), o que representou uma diminuição de 67.457 votos em relação ao primeiro turno, número esse abaixo do esperado para que a oposição pudesse ter chances reais de obter a vitória no segundo turno. Sílvio Mendes e sua coligação, por conseguinte, não conseguiram arregimentar capital político necessário para fazer frente ao governismo.

Nesse sentido, nota-se o peso que coligações e alianças formadas por partidos e lideranças governistas tiveram na arena eleitoral.[16] Além disso, o governador possuía a

[16] Sobre isso, faz-se necessário afirmar que a lógica utilizada pelos partidos na formação de coligações e alianças eleitorais visam à maximização do voto. Como afirmam Silvana Krause e Pedro Godoi (2010, p. 96), "tal comporta-

seu dispor uma quantidade muito superior de recursos políticos do que o oposicionista, reafirmando a tese de que o advento da reeleição contribui com a continuidade de candidatos que pleiteiam a recondução.[17]

A reafirmação da força do governismo não se restringiu apenas aos resultados eleitorais para o Executivo estadual. Na Assembleia Legislativa, os partidos da base governista obtiveram 24 cadeiras de um total de 30, considerando os apoios declarados no segundo turno. Considerando apenas os partidos que apoiaram Wilson Martins no primeiro turno, PT obteve cinco cadeiras, mesmo número de deputados eleitos pelo PSB, além do PMDB, que conquistou cinco vagas. PSB, PT e PMDB, juntos, elegeram 15 parlamentares, ou seja, metade do total de cadeiras disponíveis.

---

mento pode ser demonstrado não somente pela busca de parceiros para enfrentar o mercado eleitoral, mas também pela crescente estratégia dos partidos em estabelecer alianças que potencializem os ganhos. [...] Além disso deve ser apontado que a orientação para determinado tipo de estratégia coligacionista não se reduz somente à busca de eleitores, mas também de adquirir proximidade com grupos que estão no controle do poder".

[17] Com a Emenda Constitucional nº 16, de junho de 1997, estabeleceu-se a possibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos se reelegerem. Desde 1998, as eleições para o Executivo possibilitam a recondução de quem está exercendo o cargo. Desde então, as taxas de sucesso pra quem se candidata à reeleição têm sido bastante significativas.

Tabela V – Eleitos para a Assembleia Legislativa – Piauí (2010)

Coligação	Número de eleitos
PRB / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PCdoB	11
DEM / PSDB / PPS / PSC	6
PT	5
PTB / PRTB	4
PP / PDT	3
PHS / PTC / PTdoB	1
TOTAL	30

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Já a coligação oposicionista (formada por DEM, PSDB, PPS e PSC) elegeu seis deputados. Considerando as duas principais forças oposicionistas do estado, o DEM ficou com duas cadeiras e o PSDB com três. A oposição, dessa forma, contava com poucos recursos para fazer frente à base governista durante o período de 2011 a 2014. Nessas eleições, portanto, a oposição saiu enfraquecida e o governismo ainda mais fortalecido, contando com um amplo número de partidos e lideranças aliadas. A dificuldade será manter a base unida durante a condução do governo, devido à dificuldade de conciliar interesses dos diversos atores políticos aliados.

Na Câmara Federal, o mesmo padrão governista se manteve (ver Tabela VI). PMDB, PSB, PT e PCdoB elegeram seis deputados. Somando-se aos aliados do segundo turno, PTB e PP, que elegeram dois representantes, a bancada aliada ao governo nos dois níveis (nacional e estadual) passou a contar com oito parlamentares, ou seja, 80% das vagas destinadas a representantes piauienses.

Por outro lado, a oposição conquistou apenas duas cadeiras, ambas pertencentes ao DEM. Dentre os eleitos pelo partido, Hugo Napoleão, ex-governador do estado

do Piauí por duas vezes, obteve uma vaga na Câmara Federal depois de ter sido derrotado em duas eleições: na primeira, por Wellington Dias, na disputa para o governo do estado em 2002, e por João Vicente Claudino, na disputa para o Senado em 2006.

Tabela VI – Piauienses eleitos para Câmara Federal (2010)

Candidato	Partido	Coligação	Número de eleitos
Marcelo Castro	PMDB	PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PCdoB	6
Marllos Sampaio	PMDB		
Átila Lira	PSB		
Assis Carvalho	PT		
Osmar Júnior	PCdoB		
Jesus Rodrigues	PT		
Hugo Napoleão	DEM	PSDB / DEM / PPS / PSC	2
Julio Cesar	DEM		
José Paes Landim	PTB	PP / PDT / PTB / PRTB/ PHS / PTC / PTdoB	2
Iracema Portela	PP		
TOTAL			10

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Os deputados federais piauienses irão se juntar à bancada governista eleita, que compõe mais da metade das cadeiras da Câmara Federal. Com esse quadro, a presidente eleita Dilma Rousseff poderá aprovar medidas favoráveis ao governo, diminuindo os custos de negociação. Esse cenário é similar ao do Senado, no qual a base aliada ao Governo federal também obteve a maioria das cadeiras em disputa. O Piauí contava com sua bancada formada por João Vicente Claudino (PTB), Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PSC), sendo, os

dois últimos, senadores de oposição ao governo federal e, consequentemente, estadual.

Das três vagas, duas estavam em jogo nessas eleições. João Vicente Claudino, eleito em 2006, ocupa uma delas, tendo mandato até 2014. Já Heráclito Fortes e Mão Santa, cumprindo o último ano de mandato, candidataram-se à reeleição. Além dos dois políticos tradicionais, o deputado federal Ciro Nogueira (PP), o ex-governador Wellington Dias (PT) e o deputado federal e ex-secretário de Educação Antônio José Medeiros (PT) também lançaram candidatura ao Senado.

Nas pesquisas eleitorais, Wellington Dias aparecia em primeiro lugar na preferência do eleitorado. O fato de ter sido governador recentemente, apoiado por Wilson Martins, além do suporte do presidente Lula e da candidata Dilma Rousseff, colaboraram de forma decisiva com o bom desempenho alcançado. Com isso, Wellington Dias foi eleito com 32,52% dos votos (ver Tabela VII).

A disputa mais acirrada, de fato, era pela segunda vaga. Desde as primeiras pesquisas eleitorais, registrava-se pequena diferença entre os candidatos, principalmente entre Mão Santa, Heráclito Fortes e Ciro Nogueira. Antônio José Medeiros, que sempre obtinha menor preferência do eleitorado nas pesquisas de opinião, cresceu no final da campanha, devido ao investimento de Wellington Dias e do PT para que seu eleitor votasse também no outro candidato petista. As eleições deram a vitória a Ciro Nogueira, que obteve 22,69% dos votos, contra 14,14% de Mão Santa, 13,84% de Heráclito Fortes e 13,44% de Antônio José Medeiros (ver Tabela VII).

Tabela VII – Votação dos candidatos piauienses ao senado (2010)

Candidato	Votação	%	Situação
Wellington Dias (PT)	997.513	32,52	Eleito
Ciro Nogueira (PP)	695.875	22,69	Eleito
Mão Santa (PSC)	433.690	14,14	Não eleito
Heráclito Fortes (DEM)	424.350	13,84	Não eleito
Antônio José Medeiros (PT)	412.185	13,44	Não eleito
Outros candidatos	103.529	3,37	Não eleito
TOTAL	3.067.142	100,00	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

As eleições de 2010, portanto, marcaram a saída temporária de Mão Santa e Heráclito Fortes do cenário político nacional e piauiense. Os dois políticos tradicionais piauienses não conseguiram fazer frente à força governista, que conquistou as duas vagas no Senado. Sem exercer cargos eletivos, ambos os políticos irão se rearticular visando às eleições de 2012 e de 2014, de forma a tentar fortalecer as bases oposicionistas no estado do Piauí.

O Senado passou a contar com três representantes piauienses governistas: João Vicente Claudino (PTB), Wellington Dias (PT) e Ciro Nogueira (PP). A eleição no Piauí contribuiu para que a base aliada ao governo obtivesse a maioria no Senado. Essa estratégia foi traçada pela cúpula do PT no nível nacional, de forma a permitir maior controle da base aliada sobre as votações, garantindo governabilidade à presidente Dilma Rousseff para que possa implementar o projeto de governo a partir de 2011.

O governismo, portanto, saiu ainda mais fortalecido das eleições de 2010, principalmente por ter reconduzido o governador, ter obtido a maioria das cadeiras do Legislativo estadual, da Câmara Federal, além das duas vagas para o Senado, minando, assim, as bases do oposicionismo no estado.

As eleições de 2010 no contexto político pós-1982

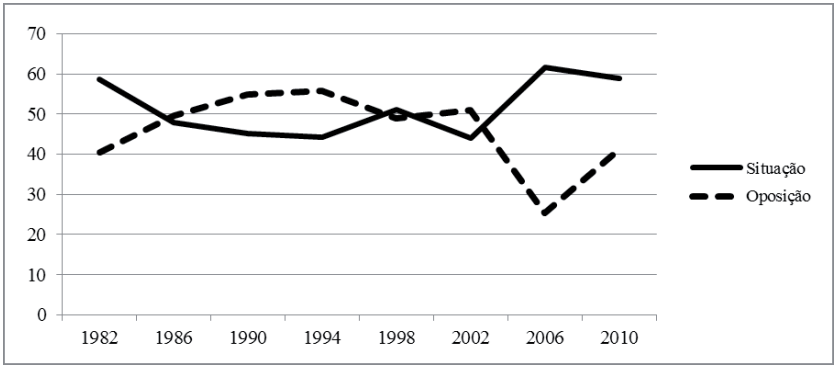
Nesta parte, discutiremos como se enquadram as eleições de 2010 dentro da história política piauiense recente. Para isso, discutir-se-á, de modo breve, como tem se estruturado o subsistema político piauiense desde 1982, verificando-se a dinâmica dos arranjos políticos no estado. Isso permitirá a melhor compreensão da atual dinâmica política piauiense, principalmente quanto aos resultados eleitorais para o Executivo e Legislativo estadual.

Considerando o arranjo institucional implementado no novo contexto democrático brasileiro, observa-se que este possibilitou a ampliação do número de atores políticos em condição de disputa nos cenários estaduais. Isto permitiu, sobretudo, o alargamento da competição eleitoral e o surgimento e desenvolvimento de diversas agremiações partidárias, desde o advento do multipartidarismo em 1979. Por um lado, o multipartidarismo gerou a diversificação da representação política, por outro, o desenho federativo possibilitou a existência de diferentes dinâmicas de poder nos estados.[18]

Com a existência de um ambiente político mais competitivo no estado do Piauí, os atores tradicionais tenderam a agir estrategicamente com o objetivo de manter o poderio na localidade. Porém, a forte competitividade estabelecida no período permitiu grande alternância entre os grupos políticos que se estabeleceram à frente do governo do estado (ver Gráfico I).

[18] Enquanto este arranjo estruturou o sistema político brasileiro, fatores contextuais deram diversos formatos aos subsistemas estaduais. Olavo Brasil de Lima Júnior (1983; 1997) atribuiu as diferenciações político-partidárias internas à existência de diversas "racionalidades políticas contextuais", o que geraria diferentes correlações de força entre os atores nos estados.

Gráfico I – Disputa para o Governo do Estado – Piauí (1982-2010).



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Observa-se, no Gráfico I, que as eleições de 1986, 1990 e 1994 foram marcadas pela vitória da oposição. Com a impossibilidade do governador se reeleger, os candidatos governistas tinham menos capital político do que se fossem candidatos com mandato em exercício, o que, muitas vezes, colocava os oposicionistas em boa posição para a disputa eleitoral. Em 1982, a vitória da candidatura situacionista se deu diante da herança política do período militar, que garantiu a chapa pedessista no poder, elegendo Hugo Napoleão governador do estado. O cenário ainda era marcadamente bipartidário, apesar do retorno ao multipartidarismo em 1979, com forte peso do PDS. A oposição no Piauí só alçou ao poder em 1986, com a vitória da chapa peemedebista.[19]

O cenário político estadual foi se modificando ao longo do tempo, juntamente com a dinâmica político-eleitoral

[19] O governador do Piauí eleito pelo PDS, Hugo Napoleão, foi um dos fundadores do PFL no nível estadual. A adesão do governador à Frente Liberal levou ao rompimento interno do grupo político estabelecido por Petrônio Portella, no início da década de 1960. Lucídio Portella, do PDS, que havia rompido com Hugo Napoleão, estrategicamente passou a compor a oposição, apoiando a candidatura oposicionista de Alberto Silva, do PMDB, nas eleições de 1986.

em torno da disputa para o governo do estado. Apesar da lógica de alternância configurada até as eleições de 1994, no pleito seguinte, em 1998, com a possibilidade da reeleição, surge uma nova configuração política no estado do Piauí. Observa-se, no Gráfico I, que, desde 1998, governadores tendem a ser reeleitos. Apenas em 2002, o governador não foi reeleito, ou seja, de quatro tentativas, a candidatura governista foi eleita em três, diferentemente do que ocorria antes de 1998, no qual de quatro eleições, apenas uma houve continuidade.[20]

Outra mudança ocorreu na configuração do cenário político estadual. Durante a década de 1980, o Piauí contava com três forças: PFL, PDS e PMDB. A partir de 1990, novas alterações começaram a emergir na política piauiense, que viria a ser uma tendência para os demais pleitos: 1) os partidos que compõem o governo (principalmente o partido do governador) tendem a conquistar melhores resultados eleitorais na Assembleia Legislativa do que no pleito anterior, enquanto os partidos de oposição tendem a diminuir sua bancada; 2) a ampliação e desenvolvimento dos partidos e a montagem de coligações mais amplas possibilitaram a diversificação da representação política no Legislativo estadual.

Esses fatos também puderam ser observados nas eleições de 2010, no qual o partido do governador (PSB) e seus principais apoiadores obtiveram maior bancada no

[20] Em 2001, Mão Santa teve seu mandato cassado e o candidato derrotado; em 1998, Hugo Napoleão assumiu o governo do estado. As forças políticas tradicionais do estado estavam desarticuladas. De um lado, o PFL, que havia sido derrotado para o PMDB em duas eleições consecutivas para o governo do estado e tinha perdido muito de seu peso no Legislativo, reforçado pelo declínio de seu principal aliado, o PPB (ex-PDS e ex- PPR). De outro, estava o PMDB, que, depois da saída de Mão Santa do governo, enfrentava forte desarticulação interna. O PT aproveitou-se do espaço deixado na oposição à chapa governista e lançou Wellington Dias, que foi eleito ainda no primeiro turno para o governo do estado.

Legislativo estadual. Juntos, os três partidos conquistaram mais da metade da bancada da Assembleia, o que reafirma a tese de que o governador é o centro de gravidade do subsistema político estadual, podendo esse influenciar decisivamente na eleição de seus partidários e aliados.

Ademais, notou-se nessas eleições a formação de amplas coligações, seguindo a tendência que já vinha se configurando ao longo do tempo. A chapa governista contava com o apoio formal de oito partidos no primeiro turno e de onze partidos no segundo turno, enquanto a candidatura oposicionista se apoiava numa coligação formada por quatro partidos.[21]

Do lado do governador Wilson Martins (PSB), partidos com ampla base eleitoral no estado do Piauí o apoiavam, como PMDB e PT, além de PP, PDT e PTB, que declararam apoio a sua candidatura no segundo turno. Já Sílvio Mendes (PSDB), tinha como principal apoiador, além de seu partido, o DEM, herdeiro do PFL, que tem perdido espaço político no cenário político estadual.

A diminuição da força do oposicionismo, principalmente com o enfraquecimento do PFL, tem como marco as eleições de 2002. A dinâmica política no estado do Piauí, que durante grande parte do período pós-redemocratização foi centrada na disputa entre PMDB e PFL, assumiu, portanto, nova configuração. As principais motivações para isso se devem, principalmente, ao advento da reeleição e ao surgimento e fortalecimento de novos atores no cenário político estadual.

---

[21] "A concentração do Poder Executivo na tradição política brasileira é vista como prejudicial ao desenvolvimento da nova democracia e estudos empíricos sobre as coligações no novo regime têm demonstrado que tanto o Poder Executivo nacional como o estadual têm dado o tom da dinâmica das coligações, fenômeno chamado por muitos cientistas políticos de 'governismo'" (KRAUSE, 2010, pp. 14-15).

Contudo, é válido afirmar que o processo de mudança política no estado foi fortemente delineado pelos pleitos para o governo do estado, que permitiram aos vitoriosos ampliar o capital político de seus candidatos, alavancando suas candidaturas. Mesmo com a força histórica de alguns atores políticos tradicionais piauienses, o novo contexto democrático influenciou decisivamente na alteração das estruturas do poder no estado. Ao longo de mais de vinte anos, houve revezamento entre os partidos na máquina pública estadual, onde agremiações tradicionais declinaram e outras se desenvolveram.

O cenário estadual, inicialmente composto por poucos atores políticos, foi se tornando mais heterogêneo ao longo do tempo. A participação de maior número de agremiações partidárias e a articulação de coligações mais amplas nas disputas para governador nortearam o processo de mudança política no estado. Isso é verificado na Tabela VIII, quando notamos que a composição da Assembleia Legislativa se tornou, substantivamente, mais diversificada ao longo do período 1982-2010.

Tabela VIII – Partidos com representação na Assembleia Legislativa – Piauí (1982-2010)

Partido	Cadeiras na Assembleia Legislativa							
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PT			1	2	1	3	5	5
DEM/ PFL		16	12	14	10	9	3	2
PMDB	10	8	9	5	9	6	8	5
PSDB				1	4	4	3	3
PSB					1		3	5
PDT					2	2	3	2
PTB				1		1	2	4
PL			2	1		1	1	
PCdoB							1	1
PPS							1	1
PPR/ PPB/PP				6	3	4		1
PDS	17	6	4					
PDC			2					
PTC								1
Total	27	30	30	30	30	30	30	30

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Nota-se que outros partidos passaram a contar com representantes na Assembleia, devido ao fortalecimento das agremiações, que se deu, em grande parte, à composição de coligações e alianças nos pleitos, que possibilitaram a formação de coalizões de governo mais amplas. Com isso, o número de partidos com representação parlamentar tem crescido eleição a eleição. Em 1982, fortemente influenciado pela herança bipartidária, apenas dois partidos tinham representantes na Assembleia. Com o desenvolvimento das organizações partidárias no estado, esse número foi crescendo gradativamente. Nas eleições de 2010, a bancada eleita contou com 11 partidos, um a mais do que em 2006 e três a mais do que em 2002.

Nos últimos anos, nota-se que o número de partidos da base aliada tem crescido, principalmente depois do advento da reeleição, pois a candidatura governista passou a disputar as eleições com chances muito mais significativas de obter a vitória. Além disso, sabendo-se das prerrogativas administrativas do governador, as lideranças políticas compreendem que a estratégia mais lógica é de se aliar ao governismo. A disputa para o governo do estado, portanto, tem sido decisiva para o desenvolvimento das agremiações partidárias. O partido do governador e dos aliados, com isso, passam a contar, na arena governamental, com cargos, influindo diretamente no direcionamento dos recursos públicos.

As agremiações partidárias, dessa forma, têm se utilizado dos recursos de poder do Estado para obter seu desenvolvimento enquanto organização. Nos últimos anos, principalmente pós-eleições de 2002, o fortalecimento dos partidos na Assembleia tem sido, em parte, resultado de uma política de manutenção do grupo situacionista nas últimas eleições, devido à dinâmica que têm assumido as coligações nos estados brasileiros, que vêm se orientando pela lógica governista (KRAUSE, 2010).

O DEM tem, sistematicamente, perdido força no cenário político piauiense, observado pela diminuição sistemática de sua bancada na Assembleia Legislativa, além da derrota de sua maior liderança política estadual, Heráclito Fortes, na disputa para o Senado. Já o PSDB, apesar de ter mantido a mesma bancada conquistada em 2006, perdeu o controle do maior colégio eleitoral do estado, já que o prefeito da capital, Elmano Férrer é do PTB (agremiação que compõe a base governista estadual).

As alterações no cenário político estadual, portanto, dependerão da rearticulação da força oposicionista, de forma a ampliar suas bases em todo o território piauien-

se. Além disso, seria necessário desestabilizar a base governista, pois, com os apoios políticos que o governador possui, será possível eleger novamente um governo de continuidade nas próximas eleições estaduais. Porém, é válido afirmar que alterações no quadro político estadual podem, de fato, ocorrer principalmente devido ao aspecto competitivo do novo formato institucional adotado no Brasil, que permitiu o desenvolvimento e fortalecimento das agremiações partidárias, tornando o subsistema político estadual mais democrático.

Referências

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2º ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007, pp. 131-141.

DE DEUS, Cleber. A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neoconservadorismo na política piauiense. CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antonio. (Orgs.) **Nordeste 2006**: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais dos estados do Nordeste. Natal: EDUFRN, 2010.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/ Ed. UNESP, 2010, pp. 9-21.

_____; GODOI, Pedro Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais: padrões e tendências (1986-2006). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Ed. UNESP, 2010, pp. 41-97.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências (1982-1994). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

_____. **Partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional: 1945/64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MARTINS, Mayara. Institutos saem em defesa das pesquisas e negam manipulação de dados. **O Dia**, Teresina, 23 set. 2010. Política, Caderno 1, p. 3.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RIBEIRO, Efrém. 42,74% acreditam que Wilson vai vencer eleição. **Meio Norte**, Teresina, 02 out. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

_____. Ibope aponta para 2º turno entre Wilson e João Vicente. **Meio Norte**, Teresina, 25 set. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

_____. Lula faz apelo para Dias disputar vaga ao Senado. **Meio Norte**, Teresina, 30 mar. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

_____. Pela unidade, Wellington Dias fica no cargo. **Meio Norte**, Teresina, 20 mar. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

_____. Wellington Dias renuncia para disputar Senado. **Meio Norte**, Teresina, 31 mar. 2010. Política & Justiça, Caderno A, p. 3.

SANDES FREITAS, Vitor Eduardo Veras de. **A lógica da formação de governos no Estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

As eleições governamentais piauienses entre 1982 e 2010: velhas teses e novas tendências

Cleber de Deus
Adriano Craveiro
Sara Epitácio

Introdução

A realização desta tarefa não é nada fácil e requer um aparato teórico e metodológico cada vez mais sofisticado. Por tal razão, a Ciência Política utiliza os recursos das ciências empíricas mais evoluídas para atingir esta meta. Procedendo assim, almeja realizar o maior desafio de qualquer disciplina científica: tentar prever e antecipar certos fatos ou eventos com base nos conhecimentos e evidências acumuladas na área.

Uma técnica auxiliadora dessa meta é a análise da conjuntura política das eleições, períodos eleitorais e ciclos políticos. Inúmeros cientistas políticos tentam elaborar prognósticos tecnicamente orientados dos prováveis cenários que se delineiam nas circunstâncias antecessoras das escolhas eleitorais e políticas.

O propósito central é notar como se articulam e quais influências recíprocas têm as eleições nacionais e estaduais. As eleições presidenciais estruturam o sistema político brasileiro? Como o contexto federativo brasileiro, o eixo regional, impacta na composição das alianças políticas no plano nacional? E, no caso do subsistema partidário e eleitoral piauiense, qual a racionalidade operante? Há mais semelhanças ou divergências com outros contextos estaduais?

Sendo assim, é possível reconstituir alguns cenários dentro dos quais ocorreram as disputas eleitorais e partidárias para o governo do estado do Piauí. Fundamentado nos resultados de eleições anteriores, pode-se desenhar em quais linhas gerais ocorreram os níveis de competição política, observando-se o comportamento do quadro partidário e eleitoral do período pós-redemocratização, isto é, 1979. No total, serão analisadas oito eleições para o governo do estado do Piauí (pouco mais de três décadas). Tal mapeamento fornecerá os subsídios elementares para a compreensão da lógica de funcionamento da competição política nos dois planos de análise (federal e estadual).

Assim, podem-se fazer alguns prognósticos tecnicamente orientados e cada vez menos intuitivos sobre a dinâmica política nacional, regional e estadual.

As eleições governamentais piauienses entre 1982 e 2010: velhas teses e novas tendências

Os estudos acadêmicos sobre a política piauiense ainda são bastante escassos. Entretanto, o volume desses trabalhos vem crescendo de maneira acelerada e utilizando recursos metodológicos e teóricos mais sofisticados. Mas, dentre os existentes, pode-se encontrar, assim como no plano nacional, distintos padrões de análises quanto à constituição e funcionamento do subsistema político piauiense no período pós-79? Isto é, com a implantação do regime político multipartidário? Em geral, duas vertentes interpretativas se sobressaem na explicação da competição política piauiense.

Na linhagem "ensaístico-interpretativa", os estudos apontam o subsistema político piauiense como notadamente conservador e oligárquico. Tal leitura tornou-se clássica sobre o padrão de competição política vigente na política estadual desde os primórdios da fundação do es-

tado do Piauí. A invariância das disputas eleitorais, nos diversos períodos históricos, com seu "perfil atrasado, conservador e oligárquico" (traduza-se por familístico), foi descrita na tradição ensaística como caracterizadora da estrutura da esfera pública piauiense[1].

Embora essa leitura encontre persistência na produção da literatura política piauiense atual, outra linhagem analítica ganha contornos mais claros à medida que se consolida o programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Esse veio interpretativo pode ser denominado de "empírico-analítico". Nesse modelo, as antigas teses voltadas ao conhecimento da dinâmica política estadual são revisitadas e submetidas a novos enfoques metodológicos e teóricos, onde novas hipóteses de investigação são aventadas objetivando entender as mudanças ocorridas na competição eleitoral e partidária piauiense ao longo do tempo.

As interpretações enquadradas nesse marco tentam entender tanto a natureza dos subsistemas partidários estaduais e municipais quanto a organização, funcionamento e institucionalização dos partidos políticos piauienses, levando-se em consideração o desempenho na arena eleitoral, legislativa e governativa. O leque de temas é ampliado e submetido à rigorosa verificação empírica.

Todavia, torna-se necessário dizer que não se está afirmando existir uma pretensa superioridade de qualquer vertente em relação à outra. No fundo, as duas perspectivas podem ser vistas como complementares. A estilização de quaisquer delas pode levar a equívocos que em nada contribuirão para compreender e averi-

[1] Dois trabalhos são representativos dessa tradição investigativa: **SILVA**, Roberto John Gonçalves da. (1999) Metamorfose das Oligarquias: O Caso do Piauí. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. **ARRAES FILHO**, Manoel Ricardo.(1999). Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, Campinas.

guar as diversas questões, hipóteses e temas levantados sobre a manifestação empírica do poder político em solo piauiense.

Feita essa breve caracterização das duas vertentes teóricas e metodológicas relativas aos estudos políticos piauienses, como então, pode-se avaliar os quase trinta anos de disputa para o governo do estado do Piauí, período de implantação do multipartidarismo no Brasil? E, principalmente, como os recursos analíticos e metodológicos das perspectivas ensaística e empírica explicam os padrões e tendências da política piauiense nesse período?

A partir desse momento, será feita a análise dos resultados das eleições para o governo estadual. Na primeira etapa, analisarei as duas eleições anteriores à promulgação da Constituição de 1988: 1982 e 1986. O argumento nesse ponto é que nessas disputas o contexto ainda estava fortemente condicionado pelo quadro partidário do regime militar, ou seja, o bipartidarismo artificialmente criado entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em seguida, a leitura será dedicada às duas primeiras eleições, nas quais se instalou o estatuto do segundo turno nas cidades com mais de 200.000 mil eleitores. Finalmente, na última etapa, a análise empírica se volta para os pleitos de 1998, 2002, 2006 e 2010. Nesses, outro elemento institucional influencia diretamente a disputa eleitoral: a possibilidade de reeleição dos ocupantes dos cargos de presidente, governador e prefeito, exercendo um segundo mandato consecutivo.

Tabela 01. Eleições 1982 - governador

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Hugo Napoleão	**PDS**	393.818	**58,7**	Eleito
Alberto Silva	PMDB	271.274	40,4	Não Eleito
José Ribamar dos Santos	PT	5.814	0,9	Não Eleito
		670.906	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

Tabela 02. Eleições 1986 - governador

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Alberto Silva	PMDB	PMDB/PDS/PCB/ PCdoB	440.218	49,5	Eleito
Freitas Neto	PFL	PFL/PDT	425.490	47,9	Não Eleito
Nazareno Fonteles	PT	PT	22.791	2,6	Não Eleito
			888.499	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

A análise dos resultados das eleições de 1982 e 1986 mostra, claramente, que esses pleitos foram fortemente marcados em suas disputas pela lógica prevalente no período militar. Findado o bipartidarismo em 1979, a herança do capital político dos dois partidos, que legalmente competiam, é evidente. O PDS, a antiga Arena, vence a eleição em 1982 com o candidato Hugo Napoleão.

Na eleição de 1986, além dessa herança da estrutura política anterior, uma variável interveniente influenciou a vitória de Alberto Silva (PMDB). Naquele ano, foi implementado o Plano Cruzado (conjunto de medidas lançado pelo governo federal, em 28 de fevereiro de 1986, baseado no Decreto-Lei 2.283 de 27 de fevereiro de 1986). O presidente na época era José Sarney (PMDB). O PMDB elegeu 22 (vinte e dois) dentre os 23 (vinte e três) governadores existentes na época[22].

[2] O único estado onde o PMDB não venceu foi em Sergipe. Neste, o vencedor foi o Partido da Frente Liberal (PFL).

Sendo fundado em 1979, o Partido dos Trabalhadores (PT) não tinha como, em virtude da sua estrutura organizacional, influenciar ou alterar os rumos ditados pelos dois principais partidos de então. A votação petista foi baixa nas duas eleições: 1982 (0,9%) e 1986 (2,6%). A lógica da competição assumiu um formato nitidamente bipartidário. Outros atores políticos, além daqueles advindos do regime militar, não desfrutavam das condições minimamente necessárias para interferir num contexto de "baixa institucionalização" das disputas partidárias e eleitorais.

Não obstante, torna-se necessário salientar um aspecto fundamental. A competição política, ao contrário do que salienta a vertente *ensaística*, embora somente com dois partidos fortes, não apresenta um predomínio exclusivamente *pefelista* no âmbito da política piauiense. Tal tese deve ser vista com ressalvas. Essa suposição tem obscurecido questões centrais ao entendimento do subsistema político estadual.

Analisando-se o desempenho eleitoral do Partido Democrático Social (PDS) em 1982, quando vence a eleição, nota-se que sua vantagem em termos percentuais, outro indicador para mensurar a competição, é de 17,4%. O PMDB obtém mais de 40% dos votos válidos nessa eleição. Em 1986, ocorre à alternância do partido governante: o PMDB elege como governador Alberto Silva. O candidato peemedebista logra uma votação de 49,5% e o candidato pefelista, Freitas Neto, 47,9% dos votos válidos. Claramente se percebe a extrema competitividade entre esses dois partidos nas duas primeiras eleições pós-1979. A diferença entre o vencedor e o perdedor é somente de 1,6%. Logo, a característica que norteou a disputa nesses dois pleitos é de alta competitividade e alternância de poder. Poderia um cenário dessa natureza, ser caracterizado como "oligárquico e

não competitivo"? Tal interpretação é frágil e não encontra respaldo empírico.

E os resultados das eleições subsequentes de 1990 e 1994, onde vigorou o estatuto do segundo turno, trazem alguma novidade em relação às duas eleições anteriores? Ou o cenário ainda assemelha-se com o "modelo de competição política estadual" (oligárquico e não competitivo), na categorização da vertente ensaística? O que as evidências indicam?

Tabela 03. Eleições 1990 – governador (primeiro turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Freitas Neto	PFL	PFL/PDS/ PTB/PSC	466.406	50,0	Não Eleito
Wall Ferraz	PSDB	PSDB/ PMDB/PDC/ PL/PTR/PRN	408.800	43,8	Não Eleito
Antônio Neto	PT	PT/PDT/ PSB/PCdoB	53.477	5,7	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	4.934	0,5	Não Eleito
			933.617	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

Tabela 04. Eleições 1990 – governador (segundo turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Freitas Neto	PFL	PFL/PDS/PTB/PSC	571.652	54,8	Eleito
Wall Ferraz	PSDB	PSDB/PMDB/PDC/ PL/PTR/PRN	470.660	45,2	Não Eleito
			1.042.312	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

Na eleição de 1990, pela primeira vez, o quadro da disputa para o Palácio de Karnak transcorre num cenário de dois turnos. É unicamente neste pleito eleitoral que o Partido da Frente Liberal (PFL) conquista sua vitória. O candidato Freitas Neto elege-se com 54,8% dos votos válidos no 2º turno. Longe da interpretação corriqueira presente na vertente ensaística, que apresenta o Partido da Frente Liberal como uma "máquina de votos" ou o "maior esquema político existente na história estadual", a vantagem de Freitas (PFL) em relação ao segundo colocado, Wall Ferraz (PSDB), é apenas de 9,2% no segundo turno.

No primeiro turno da eleição de 1990, somando-se os votos do candidato do PSDB, Wall Ferraz (43,8%), do candidato petista, Antônio Neto (5,7%), e do PMN, Francisco Macedo (0,5%), há um empate técnico de 50% na votação válida. Em termos absolutos, a votação desses candidatos é de: 467.211. O pefelista Freitas Neto obtém: 466.406. A diferença é somente 807 votos.

Logo, como mostra a leitura empírica dos dados eleitorais, o PFL não consegue impor e nem se constitui numa força política incontrastável na política piauiense. A pequena vantagem obtida no segundo turno indica claramente essa tendência duma disputa equilibrada para o cargo de governador. Assim, a oposição capitaneada pelo PMDB possui força política para equilibrar o quadro político-partidário do subsistema político piauiense. Essencialmente, existiu no primeiro turno da eleição de 1990 um grande equilíbrio dos partidos políticos existentes na política piauiense. Pergunte-se: de onde, então, surgiu essa interpretação segundo a qual um partido hegemônico e sem nenhum mecanismo de contrapeso existiu na política do estado do Piauí?

E as eleições de 1994, o que elas produzem de novo em relação ao mundo político estadual? Acontece algo dife-

rente a partir desse pleito eleitoral? Que importância teve essa disputa para a estruturação da competição política em anos posteriores? A competição política de modelagem "restrita" sofreu alguma fissura em suas bases estruturadoras? O que a análise dos dados nos sugere?

Tabela 05. Eleições 1994 – governador (primeiro turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB/PDT/ PPS/ PMN/ PSDB/PCdoB	316.200	37,4	Não Eleito
Átila Lira	PFL	PFL/PPR/ PTB/PL/PP	378.947	44,9	Não Eleito
Nazareno Fonteles	PT	PT/PSB	128.054	15,2	Não Eleito
Marciano Silveira Neto	PRN	PRN	21.590	2,6	Não Eleito
			844.791	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

Tabela 06. Eleições 1994 – governador (segundo turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB/PDT/ PPS/PMN/ PSDB/PCdoB	615.945	55,8	Eleito
Átila Lira	PFL	PFL/PPR/ PTB/PL/PP	487.635	44,2	Não Eleito
			1.103.580	100,00	

Fonte: Tribunal Eleitoral do Piauí (TRE-PI)

A interpretação dos resultados desse pleito aponta significativas transformações no processo eleitoral rumo ao Palácio de Karnak e introduz um ponto de inflexão no processo político piauiense. A vitória de Francisco Mo-

raes Souza, "Mão Santa", do PMDB, mesmo sendo proveniente da Arena e PDS, representou uma inovação no contexto político da época.

Acreditava-se na época que não existia, em hipótese, nenhum candidato que representasse uma ameaça ao esquema dominante, e a escolha de Moraes Sousa deu-se mais em razão dele ter sido prefeito do segundo maior colégio eleitoral do estado: a cidade de Parnaíba. Concorrendo com o candidato Átila Lira, do Partido da Frente Liberal (PFL), que contava com o apoio da imensa maioria dos prefeitos municipais piauienses, foi eleito no segundo turno da eleição com um discurso de moralidade e ruptura com a "ordem oligárquica". Ele concorreu com Hugo Napoleão (PFL), Freitas Neto (PFL) e Helvídio Nunes (PFL). O detalhe é que todos os três já tinham sido governadores do estado. Nessa eleição, Freitas Neto e Hugo Napoleão concorreram ao Senado Federal e foram eleitos.

A hipótese da vertente *ensaística* para explicar a vitória do candidato Mão Santa (PMDB) foi a seguinte:

> *Vale registrar que o candidato pelo PMDB já havia sido preterido de se candidatar a governador no início dos anos 90, quando ao externar sua vontade a Lucídio Portella, Presidente do PDS, foi duramente criticado por este, alegando que "Mão Santa" não tinha condições de governar o Piauí. O pretenso candidato tinha sido prefeito de sua cidade, Parnaíba, na década de 70, pela ARENA e deputado estadual, pelo PDS, no início dos anos 80 e, nas duas ocasiões foi liderado por Lucídio Portella. Por conta disso, Moraes Souza rompeu com o PDS e aproximou-se de Alberto Silva, do PMDB. Este partido, por falta de quadros naquele momento, aceita "Mão Santa", que é candidato praticamente sozinho no interior do partido. No primeiro turno da eleição de 1994 votaram 1.268.494 eleitores. Átila Lira (PFL) conquistou 379.060 (sic) e Francisco de Assis Moraes Souza,*

316.313 (sic). O candidato Nazareno Fonteles, do PT, recebeu 128.080 votos e o candidato do PRN, Marciano de P. Neto, 21.592. Esta era uma campanha dada pelas pesquisas de opinião pública como certa para o PFL. O candidato do PMDB iniciou sua campanha apoiado por apenas um prefeito, seguido por dois outros logo depois, contra 145 que apoiavam o candidato do PFL. No segundo turno, o resultado eleitoral deu vitória a Francisco de Assis Moraes Sousa, eleito com um total de 615.945 votos (55,81%), contra 487.635 (44,19%) dados a Átila de Freitas Lira, de um total de 1.182.923 eleitores. Deu-se, assim, uma eleição atípica que até agora não foram esclarecidas as razões que levaram o eleitorado piauiense, que não é afeito às mudanças rápidas nesse campo, devido à sua lealdade aos representantes das famílias tradicionais do Estado *(SILVA, 1999, p.198, grifo nosso). Moraes Souza ganhou esse pleito lutando contra Hugo Napoleão, Freitas Neto, Lucídio Portella e Helvídio Nunes. De seu lado, estavam Alberto Silva, Wall Ferraz e Chagas Rodrigues. O governador "Mão Santa" (PMDB) foi eleito numa situação adversa e contrariando a todas as pesquisas de opinião pré-eleitorais e às previsões de analistas políticos estaduais. (SILVA, 1999, p. 198).*

Continuando, Silva afirma mais:

A surpresa dessa eleição foi a expressiva votação do Partido dos Trabalhadores, que atingiu 10,10% (sic) dos votos para governador, tornando-se, dessa forma, o fiel da balança para o segundo turno *(p.24, grifo nosso)*. *A partir desse resultado, o PT e suas lideranças passam a ser assediados e, em encontro estadual, tira a posição política de não apoiar nenhum dos candidatos, deixando livres seus militantes para fazerem sua escolha no segundo turno. A decisão dos militantes, majoritariamente, mesmo de maneira isolada, é votar em "Mão Santa" como uma forma de derrotar a estrutura política oligár-*

quica que dominava o Estado há mais de 60 anos. O próprio Governador "Mão Santa" admitiu, em palestra que proferiu a alunos de pós-graduação em São Paulo, dia 14 de maio de 1995, que "... não teria sido Governador sem o PT, que votou em mim sem negociar nada" (SILVA,1999, p. 204).

Contudo, essa explicação é parcial e só reflete um aspecto do processo. Silva não atentou para um dado fundamental: o enorme número de votos brancos e nulos no primeiro turno. O somatório desses votos chega a 423.362. Mais importante, a leitura de Silva obscurece a grande novidade do pleito: a eleição de Mão Santa e não o crescimento da votação petista. Sandes revisita essa hipótese salientando o seguinte:

Apoiando Mão Santa estavam Alberto Silva do PMDB (ex-governador do estado no período 1987-1991), Wall Ferraz do PSDB (prefeito de Teresina) e Chagas Rodrigues do PSDB (ex-governador no período 1959-1962 e senador no período 1987-1994). Do lado de Átila Lira, estavam a força eleitoral do PFL, o apoio dos prefeitos do interior, além do apoio do governador Guilherme Melo (PPR), Lucídio Portella (PPR) e dos senadores eleitos Hugo Napoleão e Freitas Neto, ambos do PFL. Contudo, mesmo com a vantagem adquirida no primeiro turno, Átila Lira foi derrotado no segundo turno, atingindo apenas 44,2% dos votos válidos. Apesar disso, o candidato acrescentou mais de cem mil votos aos do primeiro turno (o pefelista conquistou 378.947 votos, no primeiro turno, e 487.635 votos no segundo). Com a diminuição substancial do número de votos branco e nulo, houve também o aumento da quantidade de votos válidos, reduzindo a porcentagem do candidato pefelista. O número de votos válidos no segundo turno foi de 1.103.580, muito superior ao número atingido no primeiro, 844.791. No primeiro turno, a quantidade de votos em branco foi de

> *327.818 e de nulos, 95.544. O número de votos em branco, no segundo turno, foi de 15.112, enquanto a de votos nulos foi de 64.231. A quantidade de votos em branco, no primeiro turno, foi quase 21 vezes superior aos mesmos no segundo turno. (…). Os indícios apontam que parte significativa dos eleitores indecisos que votaram em branco, no primeiro turno, e parte expressiva do eleitorado que votou na coligação PT-PSB transferiu seus votos para Mão Santa no segundo turno. Com isso, o candidato partiu de 316.200 votos, no primeiro turno, para 615.945, no segundo turno. Mão Santa consagrou-se governador do estado conquistando, 55,8% dos votos válidos (SANDES, 2010, pp. 110-111).*

Como se pode ver pelo exposto, a leitura interpretativa de veio *ensaístico* não contempla aspectos substantivos da compreensão da conjuntura política e do resultado do pleito eleitoral em 1990. Há uma leitura inadequada da base empírica seguida por um viés ideológico e fundamentação teórica e metodológica de alcance reduzido. Assim, o termo "oligarquia" é sempre usado como sendo exercício de "poder familiar". Num sentido contrário, a teoria elitista da análise política que tem em Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels seus grandes expoentes. Nota-se, dessa maneira, que a interpretação da vertente ensaística é limitadora da compreensão do quadro eleitoral e das disputas políticas nessa eleição, que é apontada como um marco divisor na estruturação do subsistema político piauiense. E as eleições de 1998 nos informam o que sobre o subsistema partidário piauiense?

Tabela 07. Eleições 1998 – governador (primeiro turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Hugo Napoleão	PFL	PFL/PPB/ PSL/PAN/ PV/PRP/ PTdoB	444.043	43,7	Não Eleito
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB/PDT/ PTB/PL/PPS/ PSDC/PRONA/PCdoB	411.984	40,6	Não Eleito
Francisco Gerardo	PSDB	PSDB/PT/ PSC/PSB	131.821	13,0	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	15.861	1,6	Não Eleito
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	11.529	1,1	Não Eleito
			1.015.238	100,0	

Fonte: Nicolau (2010).

O primeiro turno das eleições de 1998 teve cinco candidatos. Obtiveram mais de 10% dos votos válidos três candidatos, com clara polarização entre Hugo Napoleão, da coligação encabeçada pelo PFL, e Mão Santa, então governador do estado, em coligação liderada pelo PMDB.

Como terceira via, a candidatura de Francisco Gerardo, ex-prefeito da capital Teresina, em inédita coligação, que reuniu na cabeça da chapa o PSDB e, para vice-governador, um candidato do PT. Tal candidatura surgiu após ruptura da coligação feita em 1994, saindo o PSDB para formar coligação própria com outros três partidos (PT, PSC e PSB).

A diferença entre os dois candidatos mais votados foi de apenas 32.059 votos, ou 3,158% dos votos válidos.

Tabela 08. Eleições 1998 – governador (segundo turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB/PDT/ PTB/PL/PPS/ PSDC/PRO-NA/PCdoB	637.232	51,0	Eleito
Hugo Napoleão	PFL	PFL/PPB/ PSL/PAN/PV/ PRP/ PTdoB	613.331	49,0	Não Eleito
			1.250.563	100,0	

Fonte: Nicolau (2010).

No segundo turno das eleições de 1998, o acirramento é maior, pois a diferença entre os dois candidatos é de apenas 2% dos votos válidos, tendo Mão Santa virado o resultado do primeiro turno, sendo eleito com 51% dos votos válidos.

Mais uma vez, percebe-se que a leitura feita de que no Piauí há dominância oligárquica não possui ressonância nos resultados das eleições pós-1979.

É importante frisar que o resultado obtido nas urnas no 2º turno das eleições de 1998 foi modificado pela Justiça Eleitoral no ano de 2001, ao julgar procedente o pedido feito em ação ajuizada pelo Partido da Frente Liberal. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o mandato de Mão Santa, determinando que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí decidisse sobre a eleição. Em decisão apertada no TRE-PI, em novembro de 2001, o tribunal por três votos a dois decidiu anular os votos do então governador Mão Santa, dando posse a Hugo Napoleão, que governou até o final de 2002.

Como veremos adiante, tal fato político e jurídico deu novos rumos ao pleito de 2002, continuando a refutar assim a interpretação ensaística, que apresenta a competição política piauiense como sendo de dominância oligárquica.

Tabela 09. Resultados das eleições para o governo do estado do Piauí – 2002

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wellington Dias	PT	PT/PTN/PC-doB/PL/PTdoB/ PAN/PCB/PMN	688.278	51,0	Eleito
Hugo Napoleão	PFL	PFL/ PSDB/ PPB/PRTB/ PSDC/PRP	595.200	44,1	Não Eleito
Jonathas Nunes	PMDB	PMDB/PST	41.881	3,1	Não Eleito
Acilino Ribeiro	PPS	PPS/PDT/ PHS/PTB	11.900	0,9	Não Eleito
Joaquim Saraiva	PSB	PSB	9.616	0,7	Não Eleito
Judson Barros	PV	PV/PSD/PSC/ PTC/PGT	1.836	0,1	Não Eleito
José Avelá	PSL	PSL	1.038	0,1	Não Eleito
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	986	0,1	Não Eleito
			1.350.735	100,0	

Fonte: Nicolau (2010).

A cassação de Mão Santa ocorreu na reta inicial das conversas para o pleito de 2002. Antes da cassação, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) trabalhava com duas hipóteses: o apoio à candidatura de Firmino Filho (PSDB), prefeito de Teresina, ou lançar candidatura própria do PMDB, em chapa encabeçada por Alberto Silva.

Com a posse de Hugo Napoleão, o Partido da Frente Liberal (PFL) se tornou franco favorito para o pleito de 2002, pois detinha o posto de governador. Além disso, alguns líderes que apoiavam Mão Santa passaram para o lado governista, declarando apoio ao candidato do PFL,

como é o caso do PSDB, que apoiou Hugo Napoleão na reeleição, participando da coligação.

Em face do racha provocado na aliança com o PSDB, o PMDB lançou candidatura própria em coligação com o PST, tendo como candidato Jonathas Nunes, que obteve fraco desempenho alcançando apenas 3,1% dos votos válidos. O desempenho acanhado do peemedebista é justificado pela falta de apoio dada pelo próprio partido que abraçou a candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT).

Candidato de última hora, Wellington Dias (PT) foi o escolhido para disputar com Hugo Napoleão (PFL). Assim como no pleito de 1994, o candidato pefelista era franco favorito, tendo apoio de várias lideranças.

No entanto, o resultado das urnas foi contrário às expectativas do pefelista. Wellington Dias (PT) vence a eleição no primeiro turno com 51% dos votos válidos, contra 44% de Hugo Napoleão. Somados os votos dos candidatos derrotados e, considerando os votos do candidato vencedor, percebe-se o enorme acirramento na disputa, com diferença de votos válidos de menos de 2%, suficientes para evitar o segundo turno da disputa.

Mais uma vez o veio *ensaístico* é refutado, pois os partidos ditos oligárquicos não chegaram ao poder. Ao contrário, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder no estado, contando com o apoio do PMDB, bem como com o apoio de políticos de outros partidos que se filiaram a partidos satélites para ingressar na aliança governista, como é o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

E, no pleito de 2006, perceberemos mudança do cenário acirrado que foi visto nos pleitos anteriores? Haverá confirmação de dominação do PFL ou dos partidos ditos "de direita"?

Tabela 10. Resultados das eleições para o governo do estado do Piauí – 2006

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wellington Dias	PT	PT/ PSB/PTB/ PCdoB/PL	954.857	61,7	Eleito
Francisco Moraes Souza (Mão Santa)	PMDB	PMDB/PP/ PSC/PCB/ PAN/PTC	391.083	25,3	Não Eleito
Firmino Filho	PSDB	PSDB/PPS/ PV/PTdoB	189.029	12,2	Não Eleito
Edna Nascimento	PSOL	PSOL/PSTU	6.920	0,4	Não Eleita
José Avelá	PSL	PSL/PHS	2.792	0,2	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	1.985	0,1	Não Eleito
José Jonas Moura	PSDC	PSDC	740	0,0	Não Eleito
Maria de Lourdes Melo	PCO	PCO	715	0,0	Não Eleita
			1.548.121	100,0	

Fonte: Nicolau (2010).

O início do governo de Wellington Dias contou com o apoio maciço do PMDB, inclusive pelo então maior líder, Mão Santa. No entanto, o apoio de Mão Santa e seus correligionários foi logo retirado, partindo o PMDB para a oposição, muito embora muitas lideranças e deputados continuassem na base de sustentação do governo.

Assumindo a posição de líder das oposições, Mão Santa lançou candidatura própria no pleito de 2006. Também concorreram ao pleito o então governador Wellington Dias (PT) e Firmino Filho (PSDB), além de outros partidos menores.

Como vimos em 2002, a coligação encabeçada pelo PT, com o apoio de fortes lideranças, como João Vicente Clau-

dino, do PTB, obteve significativa vitória logo no primeiro turno, com quase 62% dos votos válidos, contra pouco mais de 25% de Mão Santa (PMDB) e 12% de Firmino Filho (PSDB). Nestas eleições, o antigo PFL, renomeado para Democratas (DEM) não participou de nenhuma coligação, tendo um dos piores resultados, elegendo apenas dois deputados federais e quatro deputados estaduais.

O pleito de 2006 difere dos demais quanto ao acirramento da disputa. O resultado demonstra o fortalecimento dos partidos da base governista, encabeçado pelo PT. Outro ponto importante é o fortalecimento de dois partidos aliados, o PTB, que elegeu João Vicente Claudino para a única vaga do Senado, além de Wilson Martins (PSB), eleito vice-governador em 2006. O fortalecimento dos partidos coligados ressoará no pleito de 2010, onde a disputa pelas indicações ao cargo de governador foi extremamente disputada.

Tabela 11. Resultados das eleições para o governo do estado do Piauí – 2010 – 1º turno

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wilson Martins	PSB	PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PCdoB	725.563	46,37	2º turno
Sílvio Mendes	PSDB	PSC / PPS / DEM / PSDB	470.660	30,08	2º turno
João Vicente Claudino	PTB		337.028	21,54	Não Eleito
Teresina Brito	PV	PV	24.820	1,59	Não Eleita
José Avelar	PSL	PSL	3.106	0,2	Não Eleito
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	2.037	0,13	Não Eleito
Romualdo Brazil	PSOL	PSOL	1.445	0,09	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	0	0	Não Eleito
			1.564.659	100,0	

Fonte: Nicolau (2010).

A disputa pelo governo nas eleições de 2010 teve fortes embates entre os partidos políticos piauienses. No início de 2010, a base aliada do então governador Wellington Dias possuía quatro pré-candidatos: o candidato do PT, cuja escolha inicial recaía sobre Antônio Neto, então Secretário de Fazenda, substituído posteriormente por Antônio José Medeiros, então secretário de Educação; o candidato do PSB, o vice-governador Wilson Martins; o candidato do PTB, senador João Vicente Claudino; e outro do PMDB, o deputado federal Marcelo Castro.

Após ferrenha disputa, a base aliada rachou, gerando uma coligação entre PSB e PMDB, mais outros par-

tidos menores, cujo candidato ao governo foi o então vice-governador eleito em 2006, Wilson Martins, já no mandato de governador em face da renúncia de Wellington Dias para concorrer ao Senado. O PTB coligou-se com o PDT, além do PP, tendo como candidato o senador João Vicente Claudino.

Na oposição, o ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), que renunciou ao mandato para disputar o governo numa coligação com o DEM (ex-PFL) e outros partidos de oposição.

Havia, assim, três fortes coligações encabeçadas por partidos e lideranças políticas que, não obstante, tenham participado de governos anteriores, não eram rotulados de candidatos pertencentes às velhas oligarquias piauienses.

A eleição, pela primeira vez no período analisado, teve três fortes candidaturas, levando a decisão para o segundo turno entre o candidato à reeleição, Wilson Martins (PSB), e o candidato da oposição, Silvio Mendes (PSDB). A diferença entre Wilson Martins (PSB) e os demais candidatos, no primeiro turno, foi de apenas 7,26% dos votos válidos.

No segundo turno, a antiga base aliada que apoiou o governo de Wellington Dias (PT), se reuniu, derrotando o candidato da oposição, Silvio Mendes (PSDB).

Tabela 12. Resultados das eleições para o governo do estado do Piauí – 2010 – 2º turno

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wilson Martins	PSB	PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PCdoB	921.313	58,93	Eleito
Sílvio Mendes	PSDB	PSC / PPS / DEM / PSDB	642.165	41,07	Não Eleito
			1.563.478	100,0	

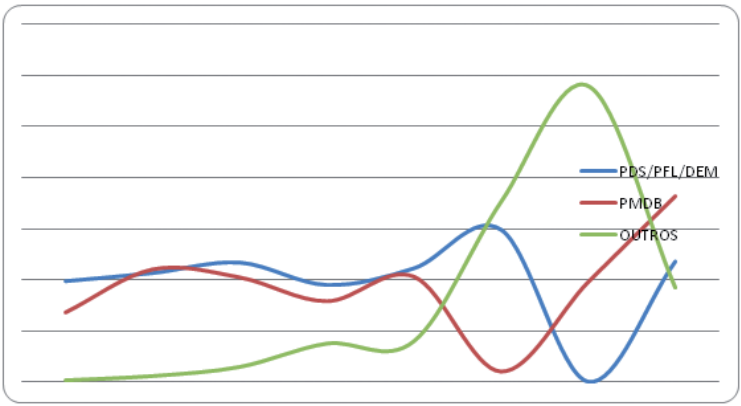
Fonte: Nicolau (2010).

Os resultados dos pleitos de 1982 a 2010 vão de encontro às teses esboçadas pela literatura de veio *ensaísta*. Muito embora os trabalhos mencionados tenham sido feitos com recorte nas décadas de 1980 e 1990, mesmo nessas eleições a característica esboçada, a tese da oligarquização da competição política piauiense, não encontra respaldo nos resultados das eleições.

Aumentando o recorte temporal e tomando os resultados das eleições até 2010, observa-se que nem de perto as justificativas dadas refletem a realidade do cenário eleitoral, pois nota-se que, com rara exceção, o então Partido da Frente Liberal (PFL) somente chegou ao poder nos pleitos de 1982 e 1990, sendo característica dos demais pleitos um acirramento entre os partidos que concorreram ao governo do estado.

O gráfico abaixo mostra o número de votos obtidos pelo PDS-PFL-DEM (ou por coligação no qual o mesmo participou), PMDB (ou coligação onde o mesmo participou) e outros partidos. Observamos no período anterior a 2002 uma disputa acirrada entre os dois primeiros partidos, com claro crescimento dos demais partidos a partir de 2002, quando Wellington Dias (PT) chegou ao poder.

Gráfico 01. Desempenho eleitoral do DEM (PDS, PFL) e PMDB nas eleições para governo do estado do Piauí (1982-2010)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) / Nicolau (2010).

Quando os votos do PMDB são agregados aos de outros partidos, se observa o acirramento da disputa até o ano de 2002, bem como dominância do PMDB e demais partidos. O gráfico também mostra que a liderança do PDS-PFL-DEM foi pontual, assumindo o governo em duas eleições apenas.

Algumas considerações sobre a competição política piauiense, no período de 1982 a 2010

A leitura e interpretação dos resultados empíricos das oito eleições analisadas nos retratam o quê sobre o subsistema político piauiense? Concretamente, como transcorrem, nesses quase 30 anos, as disputas eleitorais no Piauí? A primeira conclusão é a seguinte: longe do que supõe a literatura ensaística, a competição política no estado do Piauí apresenta um elevado grau de disputa e a ausência de um partido dominante ou hegemônico no período em análise. Os percentuais de votação dos dois principais

candidatos ou partidos entre 1982 e 2010 é um dos indicadores utilizados para mensurar o grau de competitividade das eleições majoritárias (governo estadual) no período. Pelo exposto, claramente se nota uma alternância de atores políticos (partidos) ocupando o Palácio de Karnak. Até 1994, o partido do governador não elegia seu sucessor.

Outro achado importante é que a implementação do estatuto da reeleição modifica o padrão de alternância dos partidos no poder. A partir de 1998, quando ocorre pela primeira vez a reeleição, o governador consegue se reeleger. Até as eleições de 2010 tal tendência é mantida. Mesmo nesse ambiente institucional com reeleição, a vantagem do vencedor para perdedor em termos percentuais não chega, em nenhuma das eleições, a 25% ou um quarto dos votos válidos.

Portanto, longe de se caracterizar como um subsistema político extremamente fechado, oligárquico e restrito, tal subsistema demonstra, na verdade, uma enorme robustez em termos de competitividade. Pode-se afirmar que a política piauiense apresenta um padrão altamente competitivo nas suas disputas para o governo estadual. As teses que afirmam argumentação contrária precisam rever suas hipóteses e evidências. Os resultados empíricos das eleições não lhes dão suporte.

Referências

NICOLAU, Jairo. **Dados Eleitorais do Brasil** (1982-2006), UERJ, 2010.

SANDES, Vítor Eduardo Veras Freitas de. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí de 1987 a 2007**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2010.

SILVA, Cleber de Deus Pereira da. **O regime multipartidário e a competição política no Ceara e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. 2007. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

As eleições de 2010: os subsistemas partidário-eleitoral e partidário-parlamentar e o realinhamento das elites políticas no estado do Ceará[1*]

Filomeno Moraes

Introdução

Neste trabalho será contemplado o processo partidário-eleitoral e partidário-parlamentar cearense, assim como alguns dos seus impactos no realinhamento das elites políticas estaduais, tendo em vista os resultados das eleições de 2010 para o governo do estado, a Assembleia Legislativa e o Senado Federal.

O texto contém os seguintes itens: introdução; a representação política; as eleições de 2010 (a eleição para governador; os partidos e as eleições para a Assembleia Legislativa; e as eleições para o Senado Federal); os resultados eleitorais de 2010 e dois impactos na política cearense (surgimento, evolução e vicissitudes do "tassismo" e a Assembleia Legislativa e as relações com o Poder Executivo); e considerações finais.

A representação política

Embora o estabelecimento de regras de direito eleitoral seja de competência exclusiva da União Federal, a natureza federalista do sistema político brasileiro acaba por dar forma a subsistemas partidário-eleitorais estaduais (LIMA JR., 1983; MORAES, 1997, 2001). Objeto de intenso debate durante o último processo constituinte nacional e fortalecido na Constituição Federal de 1988 (SOUZA, 1997), o federalismo geralmente estabelece uma grande diferença na maneira como os

[1*] Versão ampliada do trabalho apresentado durante o XII Simpósio *OBSERVANORDESTE.*

partidos funcionam, e provoca limitação da disciplina partidária e do peso da organização partidária central, estimulando a heterogeneidade: as organizações partidárias em nível estadual tomam as decisões mais importantes; a organização central não exerce muito poder sobre as primeiras.

No caso brasileiro, isso significa que, em relação aos partidos organizados nacionalmente, pode haver até 27 chefes partidários, um para cada estado-membro e para o Distrito Federal, e não um grupo centralizado. Obviamente, a coordenação de ideias e planos, no limite entre 27 grupos, geralmente muito diferentes, é muito mais difícil de realizar-se do que por uma liderança partidária centralizada. Assim como ocorreu nos Estados Unidos, o federalismo no Brasil trabalha contra a unidade partidária, obriga os principais partidos a tolerar maior diversidade e autonomia e favorece um arranjo frouxo entre políticos e partidos (MAINWARING, 1991). Deve ser ressaltado, também, que, na última década, ocorreu uma séria tentativa de, por meio do Poder Judiciário e através de um conjunto de decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, interferência no processo partidário-eleitoral (POGREBINSCHI, 2011), cujos resultados, pelo menos à primeira vista, não apontam um salto de qualidade.

A propósito, o estado do Ceará contabilizou 26 partidos políticos que, isoladamente ou em coligação, disputaram as eleições em 2010, conforme indica o Quadro 1.

Quadro 1: Ceará 2010 – partido/situação

Nome	Situação
Democratas (DEM)	Comissão Provisória
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Comissão Provisória
Partido Comunista Do Brasil (PCdoB)	Diretório
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Diretório
Partido Humanista Da Solidariedade (PHS)	Diretório
Partido Do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Diretório
Partido Da Mobilização Nacional (PMN)	Diretório
Partido Progressista (PP)	Diretório
Partido Popular Socialista (PPS)	Diretório
Partido da República (PR)	Comissão Provisória
Partido Republicano Brasileiro (PRB)	Comissão Provisória
Partido Republicano Progressista (PRP)	Diretório
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	Comissão Provisória
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Diretório
Partido Social Cristão (PSC)	Comissão Provisória
Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)	Diretório
Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	Comissão Provisória
Partido Social Liberal (PSL)	Diretório
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Diretório
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	Comissão Provisória
Partido dos Trabalhadores (PT)	Diretório
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	Comissão Provisória
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	Comissão Provisória
Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB)	Comissão Provisória
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	Comissão Provisória
Partido Verde (PV)	Comissão Provisória

Fonte: Justiça Eleitoral/Ceará (2010)

As eleições de 2010

No dia 3 de outubro de 2010, compareceram às seções de votação em todo o estado do Ceará 4.699.435 de um total de 5.878.066 (79,94%) eleitores aptos a votar. Por conseguinte, as abstenções constituíram 1.178.631 eleitores (20,05%).

Para governador, os votos válidos somaram 3.977.109 (84,63%), os em branco, 241.164 (5,13%) e os nulos, 481.162 (10,23%). Para as duas vagas de senador, teve-se 7.402.395 (78,76%) votos válidos, 762.377 (8,11%) em branco e 1.234.098 (13,13%) nulos.

Em relação aos deputados estaduais, os votos válidos totalizaram 4.354.672 (92,66%, sendo 3.835.431 nominais e 519.241 de legenda), com 215.192 (4,58%) em branco e 129.571 (2, 76%) nulos.

A eleição para governador do estado

Estiveram envolvidos na disputa eleitoral para o cargo de governador seis candidatos, três (Cid Gomes, Marcos Cals e Lúcio Alcântara) por coligações partidárias e três por partidos políticos isolados (Marcelo Silva, Soraya Tupinambá e Francisco Gonzaga), conforme se vê no Quadro 2.

Quadro 2: Ceará 2010 – eleição para governador

Nome	Votos Nominais	% Votos Válidos	Partido	Partido/Coligação
Cid Gomes	2.436.940	61,27	PSB	PRB/PDT/PT/PMDB/ PSC/PSB/PCdoB
Marcos Cals	775.852	19,51	PSDB	DEM/PSDB
Lúcio Alcântara	654.035	16,44	PR	PR/PPS
Marcelo Silva	66.271	1,67	PV	PV
Soraya Tupinambá	38.599	0,97	PSOL	PSOL
Francisco Gonzaga	5.412	0,14	PSTU	PSTU

Fonte: JUSTIÇA ELEITORAL/CEARÁ (2010)

Afinal, logo no primeiro turno, reelegeu-se Cid Gomes (PSB), candidato da coligação PRB/PDT/PT/PMDB/PSC/PSB/PCdoB, com 61,27% dos votos válidos.

As eleições para a Assembleia Legislativa

O Quadro 3 mostra a distribuição dos resultados eleitorais, por partidos políticos, para a Assembleia Legislativa.

Quadro 3: Ceará 2010 - votos por partido/coligação para deputado estadual

Partido / Coligação	Votos Válidos	% Total de Válidos	Vagas obtidas
DEM	112.061	2,85	1
PCB	2.673	0,06	0
PDT	353.308	8,37	4
PMN	110.339	2,53	1
PP/PTB/PSL/PHS	238.277	7,21	3
PR/PPS	216.676	5,61	2
PRB/PT/PMDB/PSB	1.597.792	39,26	20
PSC/PCdoB	110.377	2,57	1
PSDB	640.697	14,71	7
PSDC/PRP	165.514	3,92	2
PSOL	54.241	1,25	0
PSTU	4.549	0,10	0
PTC	70.366	2,22	1
PTN/PRTB/PTdoB	205.671	4,89	2
PV	186.742	4,29	2
TOTAL	**4.069.283**	**100,00**	**46**

Fonte: Justiça Eleitoral/CEARÁ (2010)

As eleições para o Senado Federal

Oito candidatos, quatro por coligações (Eunício Oliveira, José Pimentel, Tasso Jereissati e Alexandre Pereira) e três por partidos isolados (Marilene Torres, Reginaldo, Raquel Dias e Benedito Oliveira), disputaram as duas vagas para o Senado Federal, como demonstra o Quadro 4. Acabaram por eleger-se Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT).

Quadro 4: Ceará 2010 – Resultados eleitorais para o Senado Federal

Nome	Votos Nominais	% Votos Válidos	Partido	Partido/Coligação
Eunício Oliveira	2.688.833	36,32	PMDB	PRB/PDT/PT/PMDB/ PSC/PSB/PCdoB
José Pimentel	2.397.851	32,39	PT	PRB/PDT/PT/PMDB/ PSC/PSB/PCdoB
Tasso Jereissati	1.754.567	23,70	PSDB	DEM/PSDB
Alexandre Pereira	470.127	6,35	PPS	PR/PPS
Marilene Torres	58.732	0,79	PSOL	PSOL
Reginaldo Araújo	14.755	0,20	PSTU	PSTU
Raquel Dias	14.650	0,20	PSTU	PSTU
Benedito Oliveira	2.880	0,04	PCB	PCB
	7.402.395	100,00		

Fonte: Justiça Eleitoral/Ceará (2010)

Os resultados eleitorais de 2010 e dois impactos na política cearense

A seguir, são delineadas duas linhas de análise resultantes das eleições de 2010, procurando-se estabelecer uma história de longo prazo tanto do fenômeno do tassismo, fortemente abalado, e o *status* da Assembleia Legislativa, na sua relação com o Poder Executivo.

Surgimento, evolução e vicissitudes do "tassismo"

O processo político cearense marcou-se nos anos 1980 pelo ingresso de uma vertente advinda diretamente do corporativismo industrial (MORAES, 1997; ABU-EL-HAJ, 2002; BONFIM, 2004). O governador eleito em 1986, fruto da ruptura empreendida sob a iniciativa do governador Gonzaga Mota em relação aos três coronéis que dominavam a política no estado, possibilitou o ingresso na política de um grupo de empresários que, desde os anos 1970, participava ativamente do debate sobre o desenvolvimento econômico e político do Ceará. Iniciada em 1986, a "nova política" encetou ação administrativa que tinha como alvo fundamental a promoção da reforma do estado – vítima então de uma forte crise fiscal, acometido de paralisia decisória e presa de mecanismos de apropriação privada de bens públicos.

As eleições de 1986 foram marcadas pela vitória de Tasso Jereissati como governador, findando-se o "ciclo dos coronéis" (SARAIVA, 2011) e iniciando-se o que se chamou alhures de "tassismo" (MORAES, 2002). Os resultados eleitorais possibilitaram o ingresso na política de um grupo de empresários e o início de uma nova política. Tal política acabou por levar o chefe do Executivo a um afastamento e, em seguida, a uma ruptura com boa parte da coligação partidária que o apoiara. Esse afastamento progressivo do governador Tasso Jereissati o conduziu, e ao seu grupo político, a ingressar no PSDB, em 1989, e a organizá-lo no estado do Ceará.

Um momento crucial de tal ruptura é bastante visível ainda durante o funcionamento da Assembleia Estadual Constituinte (1988-1989), que se inicia com o conflito em torno da escolha da mesa diretora, acabando por se eleger presidente um parlamentar alheio à vontade do Executivo estadual. Durante o processo constituinte estadual,

ocorreu aberta disputa do Executivo com a Assembleia Legislativa, com intensas críticas na mídia à atuação do governo. Depois, assistiu-se à domesticação do conflito político e a uma interação muito particular entre Executivo e Legislativo (MORAES, 2001; 2005a; 2006), com dissidências pouco perceptíveis no grupo governamental.

A análise política, no estado e alhures, debruçou-se com interesse sobre o período, e o estado-da-arte da política cearense recente é considerável. "Era Jereissati" (título de coletânea organizada por PARENTE; ARRUDA, 2002), "good government in the tropics" (TENDLER, 1997), "americanização do Ceará" (BONFIM, 1999), entre outras, são expressões relativas ao fenômeno que Anthony Giddens (1999) considerou um exemplo de como, com apoio externo apropriado, a iniciativa do grupo de "jovens líderes empresariais", que assumiu o poder em 1987 e se confrontou com a política das elites tradicionais do Ceará, foi capaz de reverter processos fortemente arraigados.

Estabeleceram-se como contornos básicos dos dezesseis anos do tassismo os seguintes: contas públicas equilibradas; ajuste da burocracia do estado; volumosos recursos investidos em infraestrutura; maior cobertura do ensino fundamental; ampliação dos serviços de saúde e redução da mortalidade infantil; expansão dos serviços públicos de água, energia e saneamento básico, de um lado e persistência de elevados índices de destituição, analfabetismo, concentração da renda, altas taxas de desemprego e subemprego, favelização, de outro. No aspecto propriamente político: pragmatismo, falta de transparência, oligarquização partidária, isolamento dos formadores de opinião, dificuldade de convivência com o contraditório próprio de uma poliarquia. A ascensão de Tasso Jereissati e dos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) ao governo apresentou-se como a ascensão de uma "bur-

guesia competente", capaz de formular um projeto de dominação, de criar consenso em torno de um modelo de modernidade, de conquistar o aparelho de estado e nele manter-se longamente. Da eleição governamental de 1986 à de 1998, o eleitorado concedeu três mandatos a Tasso Jereissati e um, em 1990, ao candidato que apoiou, Ciro Gomes (MORAES, 2002).

Todavia, resultados não antecipados, talvez, caracterizaram as eleições de 2002. Diferentemente do que ocorreu nos pleitos dos anos 1990, quando as vitórias e derrotas eram vitórias e derrotas anunciadas pelos institutos de pesquisa com distâncias a perder de vista, em tal ano, foi a primeira vez que aconteceu um segundo turno em eleição para governador do estado, desde que, pela Constituição de 1988, tal mecanismo foi instituído. Além disso, se, no primeiro turno, o eleitorado quase escolheu o governador, à medida que atribuiu ao primeiro colocado 49,79% dos votos, contra 28,33% dirigidos ao segundo colocado, no segundo turno, os votantes se dividiram literalmente meio a meio e a diferença entre o vitorioso e o derrotado foi de 3.047 votos, ou seja, 0,08% dos votos válidos.

Cumpre observar que, se adiantada alguns meses antes a hipótese de um segundo turno no Ceará, para não se falar de uma decisão por margem tão estreita como a que ocorreu no segundo turno, seria certamente tida por fantasmagórica e não compatível com a análise política racional, tais as chances que se apresentavam para um candidato apoiado pelo governador Tasso Jereissati tornar-se o governador sem maior dificuldade.

Fundamentalmente, os resultados das eleições de 2002 pareceram questionar a longa permanência de um grupo no poder, como acontecia com o de Tasso Jereissati. Tal permanência constitui novidade no processo político cearense após a redemocratização pós-Estado Novo, pois,

antes de 1964, a alternância entre o PSD e a UDN era a regra (SANTOS, 1977 e 1987). Mesmo durante o regime militar, havia algum tipo de pluralidade a marcar a dinâmica sucessória entre os três "coronéis", César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora. Se a emergência de Tasso Jereissati na chefia do Executivo provocou um período de disputa com a Assembleia Legislativa, sobretudo durante o processo constituinte estadual, logo o conflito político arrefeceu e se assistiu à interação muito particular entre Executivo e Legislativo (MORAES, 2005a). A rigor, durante os anos 1990, o processo político-eleitoral cearense perdeu competitividade, as três eleições para governador foram decididas no primeiro turno e a composição do Legislativo refletiu a hegemonia eleitoral governista. O confronto com as denominadas "forças do atraso" e a estratégia da cooptação de lideranças municipais (em grande medida afeitas às lideranças e/ou métodos das mesmas "forças do atraso") foram os caminhos utilizados para a obtenção das vitórias continuadas nas disputas dos mandatos para o Executivo e de maiorias tranquilas no Legislativo.

A rigor, em 2002, desde o início da corrida eleitoral, viu-se a formação de panorama que apontava a existência de "novidades" no que concerne às três eleições realizadas nos anos de 1990 para governador. É que, elegendo-se Tasso Jereissati chefe do Executivo em 1986 pelo PMDB, nas eleições de 1990, 1994 e 1998 (já no PSDB) firmou-se de forma incontrastável o domínio político do seu grupo. Mas, entre as eleições de 1998 e as de 2002, alguns fatos deram novo tom à política cearense. Sérgio Machado, super-secretário de Governo durante o primeiro mandato de Tasso Jereissati e postulante desde então a governador, rompera com o partido no estado há algum tempo e, depois, bandeara-se para o PMDB.

Na Assembleia Legislativa, o seu presidente, Wellington Landim, quadro do PSDB, desligou-se dos vínculos com o governo, transferiu-se para o PSB e o resultado foi a modificação – a partir de 2001 - do padrão que marcava as relações entre Executivo e Legislativo. De repente, esvaindo-se a maioria governamental, na Assembleia se instalou comissão parlamentar de inquérito para investigar gestão temerária no Banco do Estado do Ceará; derrubaram-se vetos, discutiu-se o orçamento, entre outras mutações no comportamento do Legislativo. Quebrou-se, assim, o "pacto homologatório" entre governador e deputados estaduais, marcado pela vinculação partidária comum do governador e do partido e coalizões parlamentares majoritárias, advinda das urnas. Em 2001, o curto-circuito político que provocou o rompimento – sobretudo pelo seu aspecto simbólico – do presidente da Assembleia Legislativa com o governo estadual trouxe na esteira a candidatura do mesmo presidente a governador.

Antes, Ciro Gomes, levando um grupo de parlamentares, já deixara o PSDB e se filiara ao PPS, acentuando a existência de "esgotamento moral e político" do denominado ''governo das mudanças'', observando que ''o projeto precisa ser renovado''. Na Assembleia, em algumas votações, os deputados ciristas, aliados do governo, se somaram aos votos oposicionistas (MORAES, 2002). Posteriormente, Ciro Gomes e seguidores aportariam no PSB, partido pelo qual o seu irmão, Cid Gomes, em 2006 e 2010, se elegeria e se reelegeria governador do estado.

Em outubro de 2002, a eleição governamental acabou por ganhar um traço plebiscitário de substância, com uma parte considerável dos formadores de opinião, da elite econômica e, enfim, dos eleitores se movimentando por restrições ao modelo estadual levado a efeito ao longo dos últimos 15 anos. O "oposicionismo" do eleitorado forta-

lezense, demonstrado nos resultados decorrentes das disputas para governador na Capital ao longo da série histórica de eleições que ocorreram entre 1982 e 1998 – em que, via de regra, a capital vota contra o candidato apoiado pelo governo estadual, agora acrescido da maré montante oposicionista do eleitorado da Região Metropolitana – acabou por contribuir para o candidato petista alçar-se ao segundo turno e ameaçar realmente o domínio do tassismo.

Se, porém, as oposições constituídas de aliados de outrora, que arrepiaram carreira por conta de diversas injunções da política cearense, questionaram a continuidade política do tassismo, a oposição que realmente causou sobressalto veio do desempenho eleitoral alcançado pelo candidato José Airton Cirilo, do PT. Sem formular diagnósticos e prescrições nem programa de governo capazes de, realisticamente, contrapor-se, nos seus aspectos social, econômico, político e cultural, aos quinze anos do tassismo, com as suas realizações e a sua máquina publicitária, a candidatura acabou por agregar um sentimento difuso de crítica social e insatisfação política (em que a "onda Lula" certamente foi fator importante, mas quiçá não decisivo), o qual veio ameaçar a "Era Tasso".

Foram guindados ao segundo turno Lúcio Alcântara, apoiado pela coligação PSDB/PPB/PSD/PV, e José Airton Cirilo, apoiado pela coligação PT/PCdoB/PL/PMN/PCB. Elegeu-se Lúcio Alcântara, senador pelo PSDB no último ano do primeiro mandato, e que já fora secretário estadual, deputado federal, prefeito nomeado de Fortaleza-CE e vice-governador (eleito com Ciro Gomes pela coligação PSDB-PDT).

Há fortes razões a indicar que a escolha de Lúcio Alcântara para disputar o cargo de governador deveu-se à racionalidade instrumental, que caracteriza o centralismo

da liderança do ex-governador e então senador Tasso Jereissati, como resposta à maré montante do oposicionismo originário das defecções na grei governista. Em Lúcio Alcântara, Tasso Jereissati teria vislumbrado um candidato com possibilidades mais concretas de vitória, a despeito de ser um político que transitava em faixa própria, com ideias e projetos não automaticamente alinhados ao estilo de fazer política tassista (MORAES, 2003).

E Lúcio Alcântara? A crer na "continuidade sem continuísmo" do discurso de campanha e a decalcar alguma mensagem na "voz das urnas", ao governador eleito em 2002 pareceu destinado o papel de gerenciar a mudança em relação ao sistema de poder que se configurou no estado nos dezesseis anos a partir das eleições de 1986, promovendo, especialmente, a aproximação do estado com setores mais amplos da sociedade civil, a busca da razão dialógica e o enfrentamento do subdesenvolvimento social.

Das urnas, surgiu uma Assembleia Legislativa diferente na sua composição da anterior, com uma bancada distribuída entre vários partidos e tendencialmente propensa a certa independência. Inclinava-se, assim, a substituir o domínio de maiorias parlamentares folgadas, oriundas das urnas pari passu com o governador, por um "presidencialismo de coalizão" em nível estadual, em que as maiorias deveriam ser, obviamente, objetos da engenharia política.

Em 2006, aconteceu uma cisão importante na política cearense. Novos atores haviam ingressado na cena, passando a desempenhar um papel importante nos conflitos eleitorais da última década. Em 2004, a vitória de Luizianne Lins (PT) para a prefeitura de Fortaleza foi um marco da nova formação política, com "a candidata enfrentando os mais diversos setores do establishment político, econô-

mico e social, a força da burocracia do seu próprio partido e as atitudes desencorajadoras do governo federal" (MORAES, 2005b, p.122). Em 2006, Cid Gomes (PSB), com apoio de Luizianne Lins, foi vitorioso, com 2.411.457 (62,38% dos votos válidos), quase o dobro dos 1.309.277 obtidos por Lúcio Alcântara (CARVALHO, 2010, p.104). Reeleita prefeita em 2008 (MORAES, 2010), Luizianne Lins repetiria a aliança com Cid Gomes em 2010.

Como observou Carvalho (2010, p.104), ao analisar os resultados eleitorais de 2006, "o fim de um ciclo político da política, que teve a duração emblemática de duas décadas, ocorre, entretanto, em circunstâncias muito especiais", pelo que cabe perguntar: "A vitória de Cid Gomes para o governo do estado representou a derrota de Tasso?". Pois, "afinal, em sua campanha [de Cid Gomes] nenhuma voz bradou contra a mística das mudanças. Os laços de amizade entre Tasso e os Ferreira Gomes foram cuidadosamente preservados e valeram a indicação de alguns nomes para o 'staff' do governo eleito".

De fato, em 2010, ruiu a aliança, ora formal, ora informal, mas permanente, entre Tasso Jereissati e os Ferreira Gomes[2]. Ao fim e ao cabo, Tasso foi derrotado na busca da reeleição para o Senado Federal; o candidato a governador do PSDB obteve o segundo lugar, contando com apenas 19,51%

[2] Segundo Cid Gomes (2010), havia "uma relação histórica com o Tasso", razão porque tentou "até a última hora fazer aqui uma composição em que se preservasse a candidatura do Tasso". Todavia, ainda segundo Cid Gomes, Tasso Jereissati "absolutamente se precipitou": "Ele se precipitou. Eu tava (sic) trabalhando quando sou surpreendido por uma declaração. Fiquei no pior dos mundos". Cid Gomes atribuiu ao PT o rechaçar uma coligação "branca", em que se apoiasse ou, pelo menos, não se hostilizasse a candidatura à reeleição de Tasso Jereissati: "[...] Eu fui ao Lula e propus ao Lula isso [...]" e "ele ficou de ver com o PT. E depois a resposta veio pelo PT. O PT nacional: não, que já tinha tido muitos sacrifícios. O PT, em nome de composições, em vários lugares já tinha se sacrificado. Que o Senado era importante e essa vaga para o Senado era prioridade para o PT" (GOMES, 2010).

dos votos contra os 61,27% de Cid Gomes; como deputados estaduais, o PSDB logrou eleger apenas sete.

A Assembleia Legislativa e as relações com o Poder Executivo

A literatura que contempla os Poderes Legislativos estaduais é ainda bastante reduzida. Só mais recentemente, todavia, a ciência política brasileira dirigiu a atenção para o tema e, como consequência, duas interpretações merecem ser trazidas à tona como norteadoras de tendências nas pesquisas que se iniciaram no país. De um lado, estudando a Assembleia Legislativa de São Paulo, Abrucio (1998) concluiu que a mesma se caracteriza por ser uma instituição fragilizada perante um ator dominante, o Poder Executivo, na figura do governador do estado. A imagem utilizada por Abrucio é a de que estaria ocorrendo no nível estadual, diferentemente do nível federal, o fenômeno do "ultrapresidencialismo estadual brasileiro", caracterizado pelo fato de ser o Poder Executivo ou, mais especificamente, o governador,

> *[...] um centro incontrastável no processo de governo, por meio do controle dos outros Poderes e de toda a dinâmica da política estadual. O Poder Executivo tornava-se hipertrofiado, praticamente eliminando o princípio constitucional da separação e independência entre os Poderes.*

Existiria, ademais, uma espécie de "pacto homologatório" entre governador e deputados estaduais, pelo qual os legisladores aprovariam sem maiores discussões as iniciativas do Executivo, em troca da "(...) distribuição de recursos clientelistas e pela ausência de participação e responsabilização dos parlamentares diante das políticas públicas implementadas pelo Executivo, a não ser na pequeníssima parte que interessa à base local de cada deputado".

Do outro lado, Santos (2001a), em estudo sobre a produção legal da Assembleia do Rio Janeiro, ponderou o argumento do "ultrapresidencialismo estadual" no Brasil. Analisando as regras que regulavam o processo decisório na mesma Assembleia e mostrando que as prerrogativas do Legislativo eram consideráveis, quando comparadas com o que acontecia no nível federal, concluiu, diferentemente, pela existência de um satisfatório grau de autonomia de tal Legislativo.

Talvez se possa dizer que, assim como ocorre em relação aos subsistemas partidário-eleitorais (LIMA JR., 1983; MAINWARING, 1991; MORAES, 1997), a natureza federalista do sistema político brasileiro, natureza essa que tende a estabelecer diferenças na maneira como as unidades federativas se estruturam e funcionam, acabe por dar forma a subsistemas parlamentares estaduais. Neste sentido, os estudos empíricos em relação a quase uma dezena de Assembleias Legislativas já demonstraram as suas peculiaridades políticas e organizacionais (SANTOS, 2001b).

Em relação à Assembleia Legislativa cearense (MORAES, 2001), concluiu-se, entre outros aspectos, pelo seguinte: não é verdade que, por conta de uma suposta indefinição do lugar do estado-membro na nova configuração federativa do país, as Assembleias não tenham nem procurem conquistar papel significativo na vida política. No caso do Ceará, sabe-se que, a partir dos dois primeiros anos da legislatura iniciada em 1995, passou a mesma por um processo de modernização e crescimento de suas atividades institucionais, abrindo-se mais à sociedade politicamente organizada, a lideranças políticas municipais e para pesquisadores e cidadãos comuns em busca de informação, tudo isso certamente com impacto na sua atividade legislativa; como de modo geral, no plano federal e em outras Assembleias, os

dados apresentados mostram que o Executivo é um agente aprisionado por uma agenda imposta pela conjuntura de crise econômica, pela gestão da máquina administrativa e pela busca de respostas a uma estrutura de pobreza e de conjuntura de aumento da mesma, de concentração de renda e de recursos escassos. As leis cujos projetos foram oriundos do Poder Executivo dizem respeito, por ordem quantitativamente decrescente, à burocracia pública, orçamento, tributação e empréstimos.

Importa ressaltar que, no Ceará, o "pacto homologatório" entre governador e deputados estaduais, de que se falou acima, tem natureza específica. De fato, a vinculação partidária comum do governador e do partido e coalizão parlamentares majoritários, advinda das urnas, faz com que não seja razoável pensar numa disjunção de comportamentos políticos.

Ademais, no conjunto de poderes atribuídos ao Poder Executivo estadual, não há mecanismos institucionais que o invistam de autoridade para legislar unilateralmente, independentemente do Legislativo, visto que não dispõe da medida provisória. A rigor, a capacidade do Executivo em impor sua agenda, e aprová-la, dependeu, em boa medida, da configuração político-partidária, advinda das urnas, da Assembleia cearense (MORAES, 2001).

Todavia, nos últimos meses do terceiro mandato de Tasso Jereissati como governador e durante o governo de Lúcio Alcântara, a Assembleia Legislativa pareceu lograr uma posição diferente no quadro político-institucional. No primeiro governo de Cid Gomes, aconteceu o contrário, amainando-se a oposição, subtraindo-se o conflito partidário, domesticando-se a fiscalização do Legislativo sobre o Executivo, como bem retratou um comentarista na imprensa:

> *[...] dos 46 deputados da Assembleia Legislativa do Ceará, apenas dois lhe fazem oposição. Treze dos catorze partidos estão com ele. Só não está o PR, partido do governador anterior, Lúcio Alcântara. O único representante do PR na Assembleia é um dos oposicionistas. O outro é o deputado Heitor Férrer, do PDT, que [...] insiste em exercer as funções de fiscalizar o governo e cobrar explicações". Assim, o governador, "[...] que, filiado ao Partido Socialista Brasileiro, tem em torno de si um cordão no qual se abraçam do DEM ao PCdoB, do PMDB ao PV, sem esquecer PT e PSDB (TOLEDO, 2008).*

No final da campanha de 2010, Tasso Jereissati declararia estar "convencido de que foi um mal para o Ceará o Cid passar esses quatros anos sem oposição", que foi "um mal imenso e grave" (O POVO, 2010, p.2). Como é sabido, em 2006, Tasso Jereissati refluiu no apoio ao candidato do seu próprio partido, Lúcio Alcântara, apoiando informalmente Cid Gomes. Depois, durante o governo de Cid, os quatorze deputados estaduais do PSDB compuseram a base governista, tendo Marcos Cals sido nomeado secretário da Justiça.

Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se estabelecer pelo menos as seguintes observações: em primeiro lugar, há sinais evidentes de um processo de realinhamento das elites políticas cearenses; em segundo lugar, o papel da Assembleia Legislativa parece ser o da continuidade em relação ao primeiro mandato de Cid Gomes.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo, Editora Hucitec/DCP-USP, 1998.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. pp.83-106.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. **Qual mudança?:** os empresários e a americanização do Ceará. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política).

_____ . Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico. In: HERMANNS, Klaus; MORAES, Filomeno (Org.). **Reforma do Estado e outros estudos, Fortaleza**: Fundação Konrad Adenauer, 2004. pp.59-85.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI (Org.). **Nordeste 2006**: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal: EDUFRN, 2010. pp.69-108.

GOMES, Cid. Entrevista de Cid Gomes. **O Povo**, Fortaleza, 11 out. 2010.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. São Paulo: Record, 1999.

JUSTIÇA ELEITORAL/CEARÁ. **Eleições 2010** – 1º turno – resultado da totalização. Fortaleza: TER/CE, 2010.

LIMA JR., Olavo Brasil de**. Partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais**: o Brasil numa perspectiva comparativa. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 29, pp.34-58, 1991.

MORAES, Filomeno. Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JR., Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário**: diversidade e tendências, 1982-94. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. pp.35-72.

_____ . A dinâmica legislativa da Assembleia do Estado do Ceará: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo dos Estados**: diversidade e convergência, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001. pp.189-218.

_____ . A conjuntura pré-eleitoral no Ceará (ou como é possível que nada do que foi será). **Conjuntura Política,** Belo Horizonte, n. 34, 2002. Disponível em: <http://www.cevep.ufmg.br/bacp>. Acesso em 5 nov. 2002.

_____ . **Os resultados eleitorais no Ceará:** competitividade, continuidade e mudança. Recife: Fundaj, 2003. Disponível em <http://fundaj.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____ . Apontamentos para o estudo da Assembleia Constituinte do Estado do Ceará (1988/1989). In: POMPEU, Gina et al. (Org.). **Constituição do Estado do Ceará, 1989**. Fortaleza: Inesp, 2005a. pp.25-36.

_____. As eleições de 2004 em Fortaleza. In: CORTEZ, Hugo; HERMANNS, Klaus (Org.). **Nordeste 2004**: o voto das capitais. Fortaleza: FKA, 2005b. pp.121-138.

_____. Partidos, eleições e política no Ceará (1986-2002). In: SOUZA, Celina; DANTAS, Paulo Fábio (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2006. pp.287-307.

_____. Fortaleza: a eleição para prefeito no contexto do processo eleitoral a partir da redemocratização. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI (Org.). **Nordeste 2008**: o voto das capitais II: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal: EDUFRN, 2010. pp.79-95.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

O POVO. Fortaleza, p.2, 1º out. 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. **Judicialização ou representaçã**o. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SANTOS, Fabiano. A dinâmica legislativa do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo dos Estados**: diversidade e convergência, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001a. pp.163-187.

_____ (Org.). **O poder legislativo dos Estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001b.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 14, pp.211-239, 1977.

_____. **Crise e castigo**: partidos e generais na política brasileira. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, Iuperj, 1987.

SARAIVA, J. Ciro. **No tempo dos coronéis**: crônicas e episódios da política cearense: 1985-1986. Fortaleza: ABC Editora, 2011.

SOUZA, Celina de. **Constitutional engineering**: the politics of federalism and centralization. London: Macmillan Press, 1997.

TENDLER, Judith. **Good government in the tropics**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. **Eleições 2010**. Fortaleza: TRE/CE, 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Genro do ano. **Veja**, São Paulo, n. 2057, 23 abr. 2008.

Rio Grande do Norte: o discreto charme da velha oligarquia sertaneja

José Antonio Spinelli Lindoso

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o processo sociopolítico relacionado às eleições para o governo do Rio Grande do Norte em 2010, dirigindo o foco para as disputas entre as forças políticas que se organizaram em torno das coligações partidárias que competiram pelo comando da sociedade política, em nível de unidade federativa.

Se considerarmos um período mais longo de embates eleitorais, tomando as eleições de 1982 como marco inicial[1], três partidos, o DEM[2], o PMDB e o PSB, dominam o cenário e ocupam os cargos mais importantes da sociedade política durante todo o período.

---

[1] Foram as primeiras eleições diretas após a Reforma Partidária de 1979 para compor o Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e o governo do estado. A exceção era a Presidência da República, cuja eleição estava prevista para 1985, ainda sob uma forma indireta. As eleições de 1982 se fizeram sob o marco do regime de exceção, contaminadas, portanto, por uma legislação autoritária. A principal limitação era o voto vinculado: a obrigatoriedade de o eleitor votar em candidatos de um mesmo partido para todos os cargos. No Rio Grande do Norte, o partido de oposição (PMDB – Aluízio Alves) pregou o "voto camarão" (voto em branco na cabeça da chapa) para quebrar a força eleitoral do partido situacionista (PDS – José Agripino). Não foi suficiente: Aluízio perdeu a eleição por mais de cem mil votos de diferença. No Nordeste, o PDS elegeu todos os governadores.

[2] O Democratas (DEM) é continuação direta do Partido da Frente Liberal (PFL), ocorrendo a mudança apenas na denominação. O PFL, por sua vez, foi uma dissidência do antigo PDS, surgido em 1985, para apoiar a candidatura oposicionista de Tancredo Neves (PMDB) à presidência, em pleito indireto.

Para ilustrar sucintamente, vejamos a dinâmica eleitoral-partidária do período apontado. Excetuando-se as eleições municipais, foram oito eleições sucessivas para o governo do estado, Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa Estadual.

Das oito eleições governamentais do período, o PDS/PFL/DEM venceu três: José Agripino, em 1982 e 1990; Rosalba Ciarlini, em 2010. O PMDB também venceu três eleições: Geraldo Melo, em 1986; Garibaldi Alves Filho, em 1994 e 1998. E o PSB venceu duas eleições: Wilma de Faria, em 2002 e 2006.

Nas eleições para o Senado, nesse período, doze mandatos foram disputados. O PDS conquistou dois, para Carlos Alberto de Souza, em 1982 e Lavoisier Maia Sobrinho, em 1986. O PFL/DEM conquistou cinco, para José Agripino Maia, em 1986, 1994, 2002 e 2010 e Rosalba Ciarlini, em 2006. O PMDB conquistou quatro, para Garibaldi Alves Filho, em 1990, 2002 e 2010 e Fernando Bezerra, em 1998. E o PSDB conquistou um para Geraldo Melo, em 1994.

Portanto, nas eleições majoritárias, no Rio Grande do Norte, num período de quase 30 anos, o PMDB e o atual DEM são inquestionavelmente dominantes. Entretanto, a partir de 2002, a ascensão do PSB ao governo estadual quebra o tradicional revezamento, embora, nesse ano, os socialistas tenham contado com o apoio do PFL no segundo turno. É apenas em 2006 que o embate partidário-eleitoral sofre uma inflexão mais significativa. Nesse ano, o PFL e o PMDB fazem uma aliança logo no primeiro turno para enfrentar o PSB. Entretanto, as bases do PFL e do PMDB não assimilam o novo acordo interpartidário entre adversários de longa data: a governadora Wilma de Faria derrota o até então imbatível senador Garibaldi Alves Filho, com o apoio de prefeitos pefelistas.

Vejamos, então, as eleições proporcionais, em que as vagas em disputa são em maior número e a competição é mais aberta.

Nas eleições para a Câmara Federal, onde o Rio Grande do Norte tem oito cadeiras, o PDS/PFL e o PMDB detêm, no período, situação de quase monopólio até 2002, quando ainda elegem seis das oito vagas em disputa. Apenas em 2006 elegem um candidato, cada. E em 2010 o DEM elege dois candidatos. Cedem espaços ao PMN, PT, PR e PV entre outros.

Vê-se, então, que nas eleições para a Câmara Federal o ano de 2006 é um ano de virada: o PFL e o PMDB perdem o controle que detinham sobre a representação potiguar na Câmara Federal. E o fenômeno se repete nas eleições de 2010. A tendência que se afirma desde então é a da dispersão do voto, indicando um relativo declínio dos partidos dominantes.

Nas eleições para a Assembleia Legislativa estadual as mesmas tendências estão presentes, embora com diferenças, pois são vinte e quatro vagas em disputa e há mais competição.

Assim, em 1982 e 1986 o PDS/PFL e o PMDB ocupam cem por cento das cadeiras. Em 1990 e 1994 abrem espaço para outras legendas, mas ainda ocupam três quartos das cadeiras. Em 1998 e 2002 essa proporção cai para dois terços, mas os dois partidos ainda têm um domínio quase absoluto. Só a partir de 2006, da mesma forma que na Câmara Federal, a tendência se inverte e os dois partidos ocupam apenas um terço das cadeiras, cedendo espaço para outros partidos, entre os quais o PV, o PDT, PHS, o PPS e o PSDB. Em 2010, os três maiores partidos na Assembleia são o PMDB, o PSB e o PMN.

Já me referi, em outro trabalho (SPINELLI, 2006), ao conflito político que coloca em lados opostos as famí-

lias Alves e Mariz nos anos 1950/1960 como um conflito que expressa uma contradição entre duas formações sociais regionais: a da sociedade algodoeiro-pecuária, expressão típica do Nordeste agrário-pastoril, oriunda da dissolução do escravismo e de um processo secular de subordinação crescente às relações capitalistas; e a da sociedade industrial-capitalista, expressão do modo de produção capitalista plenamente constituído. Que tal processo tenha como protagonistas personagens medíocres, pouco importa. Também a formação estatal do bonapartismo se deu sob a égide de um personagem grotesco e medíocre (MARX,1956).

No dia 4 de outubro de 2010, a senadora Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) foi proclamada a nova governadora do Rio Grande do Norte para o período 2011-2014. Empunhando uma rosa vermelha na mão direita, ela repetia o mantra que marcou toda a sua campanha eleitoral: "agora vamos fazer o Rio Grande do Norte acontecer". A rosa vermelha simbolizava um conjunto polissêmico de valores: num sentido muito forte era a própria Rosalba, apelidada "a Rosa" na campanha. Ao mesmo tempo era um símbolo do feminino, da mulher que se afirmava no mundo masculino da política. E por outro lado, representa a paz, nesse caso, a reconciliação entre o PMDB e o PFL/DEM, ou entre os Alves (PMDB) e os Maia/Rosado (PFL/DEM). Reconciliação iniciada na campanha governamental de 2006, quando o senador Garibaldi Alves (PMDB), apoiado pelo senador José Agripino Maia (PFL), foi derrotado pela governadora Wilma de Faria (PSB), reeleita naquela ocasião.

Dessa vez a repetição da aliança PMDB-PFL/DEM era mais uma enésima tentativa de sepultar o que a mídia estadual, os políticos e os formadores de opinião chamam de "radicalismo", referindo-se à disputa acirrada que

de 1950 a 2002 marcou as relações entre os dois grupos e que havia marcado os embates entre várias facções da UDN e do PSD nos anos 1950/1960; as divergências entre Arena verde (Alves) e Arena vermelha (Mariz) nos anos 1964/1969[3] e entre Arena e MDB de 1969 a 1974 e, finalmente, as disputas entre PDS/PFL/DEM versus PMDB entre 1982/2006. Wilma de Faria teria se beneficiado desse "radicalismo" na eleição de 2002, em que se elegeu no segundo turno, apoiada por José Agripino, derrotando o então governador do PMDB, Fernando Freire.

Essa "reconciliação", porém, não era inédita. Na verdade, durante os governos arenistas de Tarcisio Maia (1975-1978) e Lavoisier Maia (1979-1982) houve uma franca aproximação entre a Arena e o MDB da família Alves. Tal composição culminou em 1978 quando o líder Aluízio Alves (MDB), patriarca do clã, celebrou um acordo com outro patriarca, o governador Tarcísio Maia (SPINELLI, 2006), que beneficiou o empresário Jessé Freire (Arena), eleito senador, em detrimento do também empresário Radir Pereira, candidato derrotado do MDB. Pelo mesmo acordo, um colaborador de Aluízio Alves, da ala técnica, Geraldo Melo, foi indicado vice-governador de Lavoisier Maia.

[3] O governador Aluízio Alves (UDN) apoiou o golpe de 1964 e elegeu seu sucessor, Padre Walfredo Gurgel, em 1965, aderindo à Arena quando a ditadura extinguiu os partidos políticos remanescentes do período democrático. O regime instituiu as sublegendas nos dois partidos tolerados para abrigar facções inimigas da "classe política" adesista. Foi assim que Alves criou a Arena verde para contrapor-se à Arena vermelha de Dinarte Mariz. Com a cassação de Aluízio (e de outros parentes, inclusive seu irmão, Agnelo Alves, prefeito da capital) em 1969, dá-se sua adesão ao MDB para onde leva seu filho, Henrique Alves, e seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho. O "radicalismo" entre as duas facções continua até 1974 quando Dinarte perde a indicação do governador biônico, Tarcísio Maia, e Alves (MDB) aproxima-se de Maia (Arena), iniciando a "Paz Pública". Em 1978, quando da indicação de novo governador biônico, Lavoisier Maia, Alves indica o vice, Geraldo Melo, um dos técnicos que participou de sua equipe de governo. O "acordo" continua até 1982, no momento em que Aluízio e José Agripino disputam o governo em eleição direta e abre-se nova fase de "radicalismo" que duraria até 2006.

Entretanto, para além do aparente "radicalismo" entre clãs, que faz a alegria da mídia nacional, a disputa envolve facções políticas de um mesmo consórcio de poder, que inclui o empresariado nativo (construção civil, incorporação imobiliária, turismo, hotelaria, alto comércio, agroindústria, transportes, indústria midiática etc.), setores da alta classe média liberal, da mídia e interesses dos outros poderes (legislativo e judiciário). É um consórcio mesquinho, alheio a outros interesses que não sejam os do lucro imediato e da preservação de privilégios, apesar da retórica "desenvolvimentista". Os interesses das classes populares são praticamente ignorados. Escândalos sucessivos, revelados, ignorados ou "abafados", dão prova concreta do comportamento predatório dessa "elite", alheia, ademais, aos mínimos requisitos de preservação ambiental e do desenvolvimento de longo prazo, equilibrado e com justiça social. A rigor, não se pode falar nesse caso de um "pacto de poder" (POULANTZAS, 1968), mas de um "conluio" (BOURDIEU, 2006) entre forças políticas e econômicas dominantes, que impõem sua vontade sobre um eleitorado passivo, manipulável por manobras midiáticas de marketing político e eleitoral e pela força corrosiva do dinheiro.

Quanto ao quadro partidário, é oportuno assinalar que o PMDB e o PT são os partidos com os quais o eleitor potiguar mais se identifica, segundo o Vox Populi, em duas pesquisas em que esse quesito foi indagado. Entretanto, isso não se reflete no desempenho eleitoral dos dois partidos. No caso do PT, a constatação é flagrante: das oito cadeiras do estado na Câmara Federal, ocupa apenas uma[4]. No Senado Federal, o PT, em trinta anos de disputa, nunca elegeu um candidato. Na Assembleia Legislativa o fracasso do PT é mais patente, apenas uma cadeira em

[4] Em parte, a explicação se deve à dispersão do voto entre vários partidos na disputa por apenas oito vagas.

vinte e quatro. E, dentre as cento e sessenta e sete prefeituras do estado, o PT detém apenas quatro[5].

Voltemos ao processo político-eleitoral de 2010 para o governo do estado. A governadora Wilma de Faria encontrava-se em seu segundo mandato consecutivo e renunciou para concorrer ao Senado, entregando o cargo ao seu vice, Iberê Ferreira de Souza (PSB), que postulou a reeleição com seu apoio.

Os concorrentes mais fortes de Iberê Ferreira de Souza eram a senadora Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) e o ex-prefeito de Natal-RN, Carlos Eduardo Alves (PDT)[6]. Foi uma eleição sem surpresas, com uma campanha morna e sem grandes mobilizações, sem lances apaixonantes e sem debates acirrados. De certa forma, a disputa para o Senado, envolvendo três ex-governadores que são as lideranças políticas mais expressivas do estado, mobilizou mais interesses e emoções que a campanha para o governo estadual.

O grupo político que apoiava a governadora Wilma de Faria foi se esfacelando no último ano de governo, sobretudo a partir do momento em que a sucessão foi colocada em pauta. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Robinson Faria, queria ser o candidato oficial. Para isso, contava com uma forte base eleitoral, que lhe permitiu eleger-se o deputado estadual mais votado e garantir folgadamente a eleição do filho, Fábio Faria, para a Câmara Federal.

Além disso, Robinson Faria, segundo circulava nos meios políticos, controlava três partidos e tinha domínio

---

[5] Antonio Martins, Parelhas, Ipanguaçu e Janduís, todas de pequeno eleitorado, totalizando 35.816 eleitores em 2008. Rosalba Ciarlini foi a mais votada em todos esses municípios administrados pelo PT.

[6] Carlos Eduardo e seu pai, Agnelo Alves, afastaram-se politicamente dos parentes, o senador Garibaldi Alves Filho e o deputado federal Henrique Eduardo Alves, ambos do PMDB.

absoluto da Assembleia Estadual, usando sua estrutura para se promover no interior e na periferia da capital. Tendo cortadas suas pretensões ao governo do estado, aceitou o lugar de vice na chapa de Rosalba Ciarlini Rosado.

Outro dissidente do grupo da governadora foi o deputado federal João Maia (PR), seu ex-secretário. Maia, que também propôs seu nome como candidato ao governo na chapa situacionista, rompeu com Wilma de Faria, candidatou-se à reeleição para a Câmara Federal em coligação com o PMDB e o PV e apoiou a senadora Rosalba Ciarlini.

O governador cumpria o restante do mandato de Wilma de Faria e fez valer as prerrogativas e a visibilidade do cargo. Com seis meses, porém, pouco teria o que fazer dando continuidade a um governo de desempenho fraco e com vários escândalos explorados pela mídia. Em particular, receberam grande cobertura pela mídia, sobretudo a impressa, duas investigações que descobriram envolvimento de auxiliares diretos da governadora em desvio de dinheiro público: a Operação Hígia e o Foliaduto.

Na Operação Hígia esteve envolvido o próprio filho da governadora, Lauro Maia, acusado de "formação de quadrilha; corrupção passiva; tráfico de Influência; colaborar na prorrogação indevida de contrato – por duas vezes", além de diversos auxiliares do seu governo[7].

No Foliaduto, esteve envolvido o irmão da governadora, Carlos Faria, chefe da Casa Civil do governo, condenado em primeira instância por improbidade administrativa, além de diretores da Fundação José Augusto, entidade responsável por ações do estado no campo da cultura[8].

Iberê não poderia se eximir, na qualidade de vice-governador, de responsabilidades pelos quatro anos de go-

[7] Cf.:<http://paduacampos.com.br/2012/tag/operacao-hygia>.

[8] Cf.:<http://novojornal.jor.br/blog/2011/11/23/so-quando-o-carnaval-passar>; <http://tribunadonorte.com.br/noticia/operacao-higia-lauro-estava-na-ouro-negro/78321>.

verno. Acresce que ele estava seriamente enfermo, com diagnóstico de câncer no cérebro. Após rápido tratamento em São Paulo e um curto período de afastamento do cargo, Iberê reassumiu o governo e a campanha eleitoral, assegurando que estava curado.

A fim de se viabilizar eleitoralmente, elegeu ações de impacto e procurou secretários sem vínculos partidários em algumas pastas-chave, a exemplo da Segurança, para a qual nomeou um desembargador.

As pesquisas apontaram que sua candidatura cresceu ao longo da campanha eleitoral, mas em nenhum momento ameaçou a liderança da senadora Rosalba Ciarlini, que despontava como a provável eleita no primeiro turno.

O outro candidato que poderia ameaçar a liderança da senadora Ciarlini era Carlos Eduardo Alves (PDT). No início da campanha eleitoral ainda aparecia como o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, mas perdeu essa posição para o governador Iberê Ferreira. Dispondo de uma legenda com pouca capilaridade no plano estadual9 e sem grandes recursos para fazer uma campanha massiva em todo o estado e barganhar o apoio de prefeitos e candidatos a deputado, Carlos Eduardo se dispersou e perdeu espaço. Foi sufragado por 121.747 eleitores na Região Metropolitana de Natal, o que representa 75,7% dos votos que ele recebeu em todo o estado.

A senadora Rosalba Ciarlini, da coligação Força da União, manteve-se na liderança durante todo o período de pré-campanha e de campanha e, no dia 3 de outubro, o eleitorado confirma as previsões dos institutos de pesquisa. Ela vence a disputa com mais de 250 mil votos de

[9] O PDT dominava a prefeitura de Parnamirim, terceiro maior colégio eleitoral do Estado, situado na Região Metropolitana de Natal e de mais seis municípios de pequeno eleitorado: José da Penha, Jardim de Piranhas, Barcelona, Tibau do Sul, Equador e Montanhas. Em todos eles, Carlos foi suplantado por seus adversários.

vantagem sobre seu adversário mais próximo, o governador Iberê Ferreira de Souza, da coligação Vitória do Povo. Carlos Eduardo Alves (PDT), da coligação Coragem para Mudar[10], ficou na terceira posição.

Campanha televisiva: O horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE)

Os três principais candidatos fizeram considerável esforço para se diferenciar entre si durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Rosalba e Carlos Eduardo já tinham participado de eleições majoritárias e acumulavam experiência de cargos executivos nas prefeituras de Mossoró-CE e Natal-CE. Iberê havia assumido o governo estadual recentemente e herdava o espólio da administração Wilma de Faria. O tempo disponível para cada candidato no HGPE foi um fator de diferenciação: enquanto Iberê dispunha de 6 minutos e 12 segundos e Rosalba, de 5 minutos e 47 segundos, Carlos Eduardo dispunha apenas de 2 minutos e 6 segundos.

A polarização no HGPE se deu principalmente entre Iberê e Rosalba, que fizeram mais ataques diretos um ao outro, enquanto Carlos Eduardo concentrou mais seus ataques à sua sucessora na prefeitura da capital. Os três candidatos focaram suas propostas nas áreas de saúde, segurança e educação, embora tenham abordado secundariamente outros temas.

Iberê e Carlos Eduardo se dizem apoiados por Lula, mas só o programa de Iberê exibe falas do presidente declarando apoio. A candidata do DEM, por sua vez, em nenhum momento fez críticas ao presidente, deixando

[10] Desempenho dos outros três candidatos: Sandro Pimentel (PSOL) pontua 0,68% dos votos válidos; José Walter Xavier, o Camarada Leto (PCB), pontua 0,13% e Bartolomeu da Silva Moreira, o Bartô Moreira (PRTB), pontua 0,11%. A soma dos três não alcança 1% dos votos válidos. Simone Dutra (PSTU) teve indeferido seu pedido de registro e Roberto Ronconi (PTC) desistiu.

claro que contaria com o apoio do governo federal e da bancada potiguar no Congresso. Tanto Rosalba como Carlos Eduardo apelaram intensamente à sua experiência de governo em Mossoró e Natal respectivamente, enfatizando as supostas realizações pelas quais se responsabilizaram. Iberê enfatizou realizações nos poucos meses à frente do governo do estado, com atenção para a área de Segurança.

Para ilustrar a indiferenciação dos programas dos candidatos vejamos as propostas na área de saúde:

- Rosalba: 1) construir um novo hospital geral e de emergência na zona oeste de Natal com 300 leitos; 2) reequipar e colocar equipes médicas em todos os hospitais regionais do estado; 3) implantar UPA's nas principais cidades; 4) mutirões para acabar com lista de espera de exames e cirurgias.

- Iberê: 1) construir um novo hospital geral na zona oeste de Natal com 350 leitos; 2) construir uma maternidade pública em Mossoró; 3) dobrar o número de UTI's no estado; 4) reequipar todos os hospitais públicos; 5) implantar mais 15 UPA's; 6) consolidar o programa de cirurgias eletivas; 7) distribuição domiciliar de medicamentos e postos da Unicat em todas as regiões

- Carlos Eduardo: 1) construir um novo hospital de emergência para a Grande Natal; 2) construir hospital e maternidade em todas as cidades maiores; 3) garantir médico em todas as cidades durante as 24 horas do dia.

No último programa eleitoral gratuito na televisão, Rosalba faz opção por veicular uma imagem de candidata vitoriosa no primeiro turno, apontando dados das últimas pesquisas de intenção de voto e priorizando imagens da campanha, fechando com *flashs* do comício com Garibaldi, José Agripino e Robinson Faria. Invoca sua condição de médica e gestora: "Ofereço como ga-

rantia minha vida de médica e política honrada [...]".

Carlos Eduardo garante que fez "uma campanha de ideias e propostas, e não um mercadejar de votos" e, repetindo um bordão de Wilma de Faria, diz que escolheu ficar ao lado do "povo e não dos poderosos". Iberê prefere fazer um balanço dos seus cinco meses de governo, apontando os avanços que fez em relação a igual período do ano anterior, priorizando, tanto no balanço como nas propostas, as áreas de segurança, saúde e educação.

É difícil medir isoladamente o impacto do HGPE na decisão de voto do eleitor. Sabe-se que grande parte dos telespectadores desliga o aparelho durante o horário político. Outra parte assiste um pouco desatentamente enquanto faz outras tarefas. E, ainda, outra parte assiste ao programa do candidato previamente escolhido. É possível afirmar que uma maioria dos eleitores aptos assiste o HGPE em algum momento do horário televisivo[11], durante o período legal de 45 dias.

A rigor, os três candidatos, orientados por seus marketeiros e respaldados em pesquisas de opinião qualitativas e quantitativas, esforçam-se por atender às expectativas de um eleitorado um tanto refratário às mensagens dos políticos. Por isso, focam em realizações e apresentam propostas, sem indicar como farão para levá-las à prática, qual a parte do governo estadual e as do governo federal e dos municípios, a origem dos recursos etc.

[11] Além do HGPE, as emissoras de televisão reservarão obrigatoriamente, durante a programação normal, 30 minutos, divididos igualitariamente entre partidos e/ou coligações, os quais poderão fazer inserções de até 60 segundos de propaganda. Além do mais, de forma não obrigatória, a emissora pode divulgar debates entre candidatos. Acrescente-se a cobertura da campanha realizada intensamente pelos programas noticiosos da televisão, para ter-se uma ideia da exposição das campanhas eleitorais no meio televisivo. V. Lei 9.504/1997.

O que dizem as pesquisas eleitorais?

As pesquisas de intenção de voto[12] durante todo o período de pré-campanha e de campanha apontam a liderança estável da senadora Rosalba Ciarlini na corrida para atingir o poder estadual. Em nenhum momento os adversários ameaçam sua posição e sua perspectiva de eleição no primeiro turno.

Pesquisa da Analítica Consultoria, de outubro de 2009, já mostra 49% de intenções de voto para Rosalba, e a pesquisa Vox Populi[13] de maio de 2010 revelava 53% de intenções de voto na senadora. Índices mais baixos eram revelados pelo Instituto Start, 42% em agosto de 2010, e Instituto Certus, 44% em julho. Mesmo nesses dois casos, a soma das intenções nos adversários era menor que o alcançado por Rosalba.

Em setembro, o Vox Populi encontra 46% para Rosalba, 29% para Iberê e 10% para Carlos. O Instituto Consult encontra os mesmos resultados em 22/23 de setembro, com variações de décimos. Nesse caso, entretanto, atribui 4% à soma de outros candidatos, sinalizando a possibilidade de segundo turno, dada a margem de erro. Isso animou a campanha de Iberê a anunciar que o segundo turno estava garantido. Todavia, a pesquisa Vox Populi de 18/21 de setembro e a série de seis pesquisas Ibope, de agosto a 30 de setembro[14], quase às vésperas da eleição, lançavam uma pá de cal nas pretensões do governador Iberê.

Nessa série de seis pesquisas do Ibope, realizadas entre agosto e final de setembro, Rosalba oscila de 48% para

---

[12] Dos institutos Ibope, Vox Populi, Consult, Certus e outros.

[13] Os seguintes dados da Vox Populi (17 jul. 2010) são interessantes: no RN 84% da mão de obra empregada recebe até 5 salários mínimos; 91% do eleitorado tem até o ensino médio; 72% tem até 49 anos; 79% são católicos e 14% evangélicos; 50% são brancos e 44% pardos; 68% tem telefone celular.

[14] Cf.: <http://eleicoes.ibope.com.br/>.

49%; Iberê oscila de 20% para 30%; Carlos oscila de 12% para 9%. Portanto, Rosalba permanece estável; Carlos cresce um pouco para cair depois; e Iberê cresce, mas não ameaça Rosalba.

Na pesquisa de 20/22 de setembro, Rosalba pontuava 55% dos votos válidos; Iberê, 33%; Carlos, 10%; Sandro, 1%; e Bartô, 1%. Quando o eleitor é perguntado sobre quem será o próximo governador do Rio Grande do Norte, 60% afirmam que será Rosalba, contra 18% que apostam em Iberê e 4% em Carlos. O governador esperava um milagre.

Se pensarmos pela perspectiva da principal apoiadora de Iberê, a ex-governadora e candidata ao Senado, Wilma de Faria, veremos que sua situação não era nada confortável: na sequência das seis pesquisas Ibope mencionadas: Garibaldi avança de 53% para 63% de intenções de voto; Agripino, de 47% para 59%; e Vilma começa com 38% e cai para 36% na última pesquisa.

Outros dados das pesquisas do período de campanha eleitoral revelam aspectos que podem ajudar a compreender por que a liderança de Rosalba na corrida eleitoral mostrou-se tão consistente, estável e sem abalos maiores.

Pesquisa Ibope divulgada no mês de março de 2010, antes da desincompatibilização da governadora, indica 47% de avaliação ótimo/bom para o governo Wilma de Faria. Em agosto, o governo Iberê recebe 31% de avaliação ótimo/bom; em setembro, sua avaliação ótimo/bom é 35%. Nessa mesma pesquisa, o governo Lula recebe dos eleitores potiguares 87% de avaliação ótimo/bom.

Pesquisa Vox Populi, de 8 a 12 de maio de 2010, indica que 31% dos eleitores votariam com certeza, para governador, num candidato apoiado por Lula. Na pesquisa de 17 e 20 de julho, esse percentual cai para 28%, embora dentro da margem de erro de 3,7%. Quando a pergunta se

refere ao apoio de Vilma, esse percentual é de 15% e 14% nas duas pesquisas.

Entretanto, pesquisa qualitativa, conduzida pelo Instituto Ipesp, de Pernambuco, salientava que, na eleição para governador, a avaliação do candidato, por parte do eleitor, era mais relevante do que o apoio do presidente. Essa avaliação mostrou-se acertada, porque apesar dos apelos de Lula no HGPE de Iberê, o candidato não teve fôlego para forçar o segundo turno.

Tratando-se de uma eleição para o governo estadual, a avaliação do candidato levando em conta sua história, seu desempenho e sua imagem, tem um peso decisivo. À medida que a campanha eleitoral avança, essa avaliação adquire um peso maior. Ademais, no Rio Grande do Norte, dois candidatos se diziam apoiados por Lula, e a candidata de oposição, ao longo de sua trajetória política, sobretudo no Senado, assumiu posturas moderadas, com atitudes conciliadoras, atenta aos investimentos federais em seu reduto, a região de Mossoró-RN, principalmente na área de saúde e no setor de petróleo.

Quadro 1

ELEIÇÕES 2010 – RESULTADO (GOVERNADOR)		
CANDIDATOS	**% VÁLIDOS**	**VOTOS**
Rosalba Ciarlini Rosado - 25 [ELEITA] **DEM** - Força da União	52,46%	813.813
Iberê Paiva Ferreira de Souza – 40 **PSB** - Vitória do Povo	36,24%	562.256
Carlos Eduardo Nunes Alves – 12 **PDT** - Coragem pra Mudar	10,36%	160.828
Sandro de Oliveira Pimentel – 50 **PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade	0,67%	10.520
José Walter Xavier – 21 **PCB** - Partido Comunista Brasileiro	0,13%	2.078
Bartolomeu da Silva Moreira – 28 **PRTB** - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	0,11%	1.746

DETALHES DA APURAÇÃO DE GOVERNADOR NO RN	
Votos Válidos 1.551.241 (69,09%)	**ELEITORADO APURADO** 2.245.115 (100,00%)
Votos Brancos 103.978 (4,63%)	**Total 1.877.681**
Votos Nulos 222.462 (9,91%)	
ABSTENÇÕES 367.434 (16,37%)	

Fonte: TSE e G1.com.br

Os resultados mostram a vitória insofismável da senadora Rosalba Ciarlini e marcam o retorno do DEM ao executivo estadual após exatamente vinte anos, desde quando elegeu José Agripino Maia (1990). Depois disso, o próprio José Agripino fora derrotado por Garibaldi Alves Filho, em 1998, na sua tentativa de voltar ao governo estadual pela terceira vez.

A vitória de Rosalba Ciarlini deve ser compreendida no conjunto de um movimento político que relativiza o poder dos dois partidos (DEM-PFL/PMDB) que dominaram a cena política no estado até 2002, detendo os principais cargos numa situação de quase monopólio, cedendo espaços para uma aliança de centro-esquerda moderada, simbolizada no apoio do PT ao PSB[15].

Como já vimos, em 2006, DEM e PMDB aparecem coligados para enfrentar a candidatura à reeleição de Wilma de Faria apoiada pelo PT. Configura-se, assim, uma coligação de direita, ou centro-direita (DEM/PMDB), e outra de centro-esquerda (PSB/PT).

Ressalve-se que a coloração ideológica que os partidos têm no plano nacional sofre refrações no plano estadual. O PSB potiguar tem uma postura muito conservadora, e a administração Wilma de Faria, em seus dois mandatos à frente do governo estadual, não se diferenciou notavelmente das administrações do PMDB e PFL/DEM no período anterior.

Em 2006, com a reeleição de Wilma de Faria, o PMDB e, sobretudo, o DEM saíram desgastados do processo eleitoral. Os dois partidos perdiam posições na representação potiguar na Câmara Federal e na Assembleia Estadual, cedendo espaços para legendas emergentes. Na prefeitura da capital, o PSB reafirmava a sua liderança com a reeleição de Carlos Eduardo Alves[16].

Líderes como o deputado estadual Robinson Faria[17] e os deputados federais João Maia (PR) e Fátima Bezerra

---

[15] É oportuno assinalar que o DEM apoiou a candidatura de Wilma de Faria (PSB) em 2002, contra seu, até então, tradicional adversário, o PMDB. Por sua vez, o PT apoiou a candidatura Wilma de Faria apenas no segundo turno de 2002, pressionado pelo presidente Lula e pela direção nacional do partido. Até 2000, PT e PSB foram adversários irredutíveis no Rio Grande do Norte.

[16] Depois o prefeito se transferia para o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

[17] Que deixou o PFL para se filiar ao PMN.

(PT), desafiavam as lideranças tradicionais de José Agripino, Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves.

A reação veio em 2008, com as eleições municipais em todo o estado e a participação decisiva de José Agripino e Rosalba Ciarlini na eleição de Natal, conduzindo à prefeitura a deputada estadual Micarla de Souza, do Partido Verde (PV). Essa eleição representou a primeira grande derrota da governadora Wilma de Faria e o ressurgimento de José Agripino como liderança política em Natal, já que ele foi o grande avalista de Micarla, atraindo apoios e recursos para a campanha.

O senador José Agripino soube aproveitar o prestígio conseguido por sua condição de líder da oposição no Senado para construir uma imagem positiva, de fiador da democracia. Sua identificação com as ideias liberais e com a defesa do mercado livre[18] garantem-lhe um trânsito privilegiado entre os setores do grande empresariado.

A médica Rosalba Ciarlini, depois de exercer três mandatos de prefeita em Mossoró (segunda cidade do estado), elegeu-se para o Senado em 2006, beneficiando-se da desarticulação da chapa governista[19]. Sua imagem faz discreto contraponto à de Agripino, por ter posições mais moderadas. Em 2008, participou ativamente da campanha municipal, inclusive em Natal, consolidando-se como segunda liderança do DEM.

Em 2010, Wilma de Faria não encontrou um candidato de consenso entre os partidos aliados para disputar sua sucessão. Seu próprio partido estava dividido e sua liderança questionada. Assim, o vice-governador, que assu-

---

[18] A revista *Isto É*, edição 2159, 25 mar. 2011, em matéria de Sérgio Pardellas, "Para quem o Congresso trabalha", coloca José Agripino Maia como líder da bancada dos bancos no Congresso Nacional.

[19] A base vilmista lançou dois candidatos ao Senado para disputar uma vaga, Fernando Bezerra e Geraldo Melo. Rosalba venceu a eleição com 11 mil votos de diferença para o segundo colocado.

miu o governo quando ela se desincompatibilizou para se candidatar ao Senado, impôs-se como o candidato do partido. Fora do PSB, os dois principais líderes que a apoiavam, Robinson Faria (PMN) e João Maia (PR), sentindo-se desprestigiados, resolveram apoiar a candidatura oposicionista da senadora Rosalba Ciarlini.

Conforme já observamos, a eleição não apresentou surpresas. Entretanto, o equilíbrio entre as forças partidárias mudou. A aliança DEM/PMDB, derrotada em 2006, demonstrou força em 2010: elegeu a governadora, os dois senadores, três deputados federais (seis, se considerarmos as coligações) e oito deputados estaduais (dezesseis, se considerarmos as coligações).

As bases partidárias do DEM/PMDB responderam positivamente ao apelo das lideranças. Nos 17 municípios governados pelo DEM, Rosalba venceu em 14 e emplacou uma vantagem de mais de 103 mil votos sobre o governador Iberê. Nos 37 municípios governados pelo PMDB, Rosalba venceu em 28 e levou vantagem de mais de 44 mil votos sobre Iberê.

A prova da desarticulação das bases partidárias que sustentaram a candidatura de Iberê é que, nas 44 cidades governadas pelo PSB, a candidata do DEM impôs ao governador uma derrota de mais 18 mil votos de diferença.

Considerações finais

As eleições de 2010 no Rio Grande do Norte também demonstraram a força do clã Rosado na política estadual. Estabelecendo-se em Mossoró em 1930, o patriarca do clã, Jerônimo Rosado, construiu um império econômico e seus filhos adentraram na política. Um deles, Dix-Sept Rosado Maia, foi eleito governador em 1950. Outro, Dix-Huit Rosado Maia, foi senador da República e Vingt Rosado foi deputado federal por vários mandatos. A família domina

a política de Mossoró e região, elegendo deputados federais, estaduais e prefeitos. Mossoró é um importante polo econômico e tem atraído investimentos que dinamizam sua economia.

A morte de Dix-Sept em acidente aviatório, sete meses após assumir o governo, alimentou durantes esses anos o sonho de retorno ao poder estadual, perseguido sem êxito por Dix-Huit.

Hoje a família se divide em duas correntes, acomodadas no DEM e no PSB, e ambas têm representação na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, além de disputarem entre si a prefeitura do município.

A vitória de Rosalba Ciarlini Rosado não pode, entretanto, ser reduzida a um conflito entre clãs familiares. Os resultados eleitorais no Rio Grande do Norte, em 2010, exibem a força de lideranças políticas representativas dos setores dominantes da economia e da sociedade, e atestam a importância de estruturas partidárias alicerçadas na articulação entre setores tradicionais de sua economia e os setores modernos, num movimento que passa necessariamente pelo agenciamento dos aparelhos de Estado.

O DEM no poder, fiel à sua vocação privatista, montou uma equipe de governo que tende a submeter as políticas públicas aos processos de reprodução do capital no mercado. Essa orientação poderá minar suas pretensões de reeleger a governadora em 2014. O que se pode indagar é se as forças políticas de oposição, representadas pelo PSB, o PT, o PDT e outros partidos, conseguirão imprimir novos rumos à política estadual ou se limitarão, como tem acontecido, a replicar as velhas formas de dominação política.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 311 p.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1956. v. 1. pp. 220-315.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977. 354 p. (SÉRIE NOVAS DIREÇÕES).

SPINELLI, José Antonio. As eleições de 2004 para a prefeitura de Natal/RN: a disputa por hegemonia. In: CORTEZ, H. e HERMANS, K. **Nordeste 2004**: o Voto das Capitais. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005, pp. 99-120. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/natal1.pdf>.

SPINELLI, José Antonio. Rio Grande do Norte 2006: eleições atípicas? In: CORTEZ, H. e SPINELLI, J. A. (Org.). **Nordeste 2006: os sentidos do voto:** Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal: Edufrn, 2010. 286 p.

SPINELLI, José Antonio. Natal: novos cenários, velhos atores. A disputa pela prefeitura em 2008. In: CORTEZ, H. SPINELLI, J. A. (Org.). **Nordeste 2008: o voto das capitais II:** Interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal: Edufrn, 2010. 270 p.

Entre o preconceito e a realidade: investigando a vitória de José Serra na Região Metropolitana de Natal, na eleição presidencial de 2010

João Emanuel Evangelista de Oliveira
Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Introdução

A análise das eleições presidenciais em 2010 requer o desenvolvimento de estudos específicos das diferentes e complexas situações políticas que se manifestaram nas unidades federativas das diferentes regiões brasileiras. É necessário ir além da superficialidade do senso comum alimentado pelos instrumentos de formação de opinião pública, sobretudo através das opiniões veiculadas em jornais, revistas e programas de televisão. Para tanto, é fundamental superar as falsas aparências e as explicações fáceis sobre o processo político brasileiro que resultou na eleição da presidenta Dilma Rousseff para dar continuidade ao projeto político e aos programas governamentais iniciados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O estudo dos processos eleitorais põe por terra as fórmulas explicativas simplistas e preconceituosas que, no segundo turno das eleições presidenciais, dividiram o Brasil com uma linha ilusória entre dois países radicalmente díspares. Os eleitores de José Serra (PSDB) formariam um Brasil rico, moderno e desenvolvido; enquanto os eleitores de Dilma Rousseff (PT) fariam parte

de um Brasil pobre, atrasado e subdesenvolvido. Nada mais enganador.

Os mapas eleitorais elaborados apressadamente não podem esconder os matizes e subtons que fazem dos processos e preferências eleitorais fenômenos plurais e contraditórios que invadem, atravessam e transbordam regiões, estados, cidades, classes e grupos sociais. O comportamento eleitoral apresenta padrões e tipos complexos e contraditórios, porque condensa múltiplas determinações convergentes que se cruzam em amálgama de contexto e posições sociais, visões sociais de mundo (envolvendo valores e atitudes sociais relacionados à cultura política) e disposições individuais que se constroem nas experiências e inter-relações da vida cotidiana e se traduzem em escolhas motivadas por razões, sentidos e expectativas individuais dos eleitores (CASTRO, 1992; FIGUEIREDO, 1991; TELLES, LOURENÇO e STORNI, 2009)[1].

Os candidatos que se tornam os principais protagonistas de uma eleição nacional despertam a simpatia e conquistam o voto de brasileiros que estão espalhados por todos e cada um dos segmentos sociais e dos recantos geográficos. A variação reside no grau de intensidade e abrangência que essas preferências eleitorais adquirem em diferentes contextos sociais (COIMBRA, 2010a e 2010b; BACELAR, 2010).

[1] Uma causa das dificuldades teóricas na análise e compreensão do comportamento eleitoral é a ênfase reducionista em uma das suas múltiplas dimensões. As abordagens sociológicas ressaltam o condicionamento do comportamento eleitoral pelo contexto social, estrutura social, classes e interesses sociais e ideologia. As abordagens psicológicas acentuam a importância da socialização, relações interpessoais, crenças, valores e atitudes dos eleitores. E as abordagens da escolha racional centram-se nas motivações, estratégias e recompensas das escolhas individuais dos eleitores. Todas essas dimensões precisam ser tratadas como complementares na explicação do comportamento eleitoral.

A complexidade desses fenômenos políticos fica manifesta quando observamos os resultados eleitorais no Nordeste. Na região brasileira mais supostamente impactada e influenciada pelo lulismo, o voto das capitais revela tanto tendências que se assemelham à maioria das capitais brasileiras, como é o caso da fulgurante ascensão eleitoral da candidata Marina Silva (PV) no primeiro turno, sobretudo em Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE); como tendências que são discrepantes do contexto regional, em que a candidata Dilma Rousseff (PT) conseguiu em termos proporcionais seus melhores desempenhos eleitorais, com a obtenção de maioria eleitoral pelo candidato José Serra (PSDB) no primeiro e/ou segundo turno em capitais e cidades de suas respectivas regiões metropolitanas, como ocorreu em Natal (RN), Aracaju (SE) e Maceió (AL) (TSE, 2010).

O presente estudo incide suas análises sobre tais discrepâncias, tomando como objeto de estudo a vitória eleitoral no segundo turno do pleito presidencial de 2010 do candidato José Serra em Natal, bem como em algumas das principais cidades que formam sua Região Metropolitana, maior concentração demográfica e eleitoral do Rio Grande do Norte. Na capital norte-rio-grandense, assim como em alguns municípios em seu entorno, a vitória de José Serra distou do resultado geral do segundo turno no estado e mesmo da votação obtida por Dilma Rousseff em outras cidades-polo potiguares[2].

Investigar tal resultado não implica, somente, em um posicionamento crítico em relação à plêiade de especulações explicativas veiculadas em esfera local (mormente

[2] Este foi o caso de Mossoró-RN, segundo maior colégio eleitoral do estado. Embora seja o município mais identificado com a atuação política da então governadora eleita no primeiro turno, Rosalba Ciarlini (DEM), esta cidade do oeste norte-rio-grandense registrou, a despeito do apoio de Ciarlini a José Serra, uma ampla vantagem de Dilma Rousseff naquela etapa do pleito: 61% (ou 73.046 eleitores) contra 39% (46.701)

pelos observadores midiáticos). Antes, sobretudo, o caráter das análises aqui empreendidas visa a elaboração de aproximações iniciais às dinâmicas eleitorais que tomam cena na região em questão.

Portanto, ao imperativo de compreender os "porquês" da vitória eleitoral tucana em Natal-RN e região serão interpostas hipóteses explicativas preliminares, formuladas a partir da observação tanto dos elementos sociais e históricos da formação do eleitorado no estado quanto de variáveis políticas específicas (mobilização de atores e números eleitorais).

Assim sendo, o texto começa por abordar as especificidades da formação histórica recente do Rio Grande do Norte, analisando sua característica tendência à concentração socioeconômica e político-eleitoral. Como desaguadouro de fluxos de um processo de modernização seletiva, tal formação, necessariamente, influencia a composição do eleitorado potiguar, formando grandes conglomerados eleitorais.

Em seguida, busca elucidar a influência do quadro político local para o fenômeno observado. Nesse quesito, o declínio eleitoral da ex-governadora Wilma de Faria (PSB), as dificuldades de inserção eleitoral do Partido dos Trabalhadores e o rearranjo político entre os grupos clânico-oligárquicos Alves e Maia, que levaram ao êxito eleitoral de Rosalba Ciarlini (DEM) na corrida ao governo do estado, são elencados como elementos explicativos fundamentais.

Após apreciar os elementos do quadro social e político local, o escrito empreende uma comparação, em série histórica, dos resultados eleitorais apresentados pelo conjunto de municípios agrupados na Região Metropolitana (RM) de Natal em contraposição ao quadro geral do estado. De posse de tais dados, demonstra que a vi-

tória eleitoral de José Serra na região considerada é resultado da sedimentação de tendências eleitorais diversas apresentadas seja pelo computo geral do Rio Grande do Norte, seja pelo da RM de Natal. Isto é, uma vez que no estado se consolida, em 2010, a hegemonia eleitoral das candidaturas petistas à Presidência da República (em um processo que remonta às duas eleições anteriores), na área de influência da capital, a tendência se inverte a favor das pessedebistas.

Por fim, o trabalho enuncia uma série de hipóteses explicativas acerca dos motivos que influenciaram a votação apresentada por Natal e sua Região Metropolitana no pleito estudado.

Modernização seletiva do RN: Concentração econômica, demográfica e eleitoral

A distribuição espacial da população está diretamente condicionada pela forma, extensão e intensidade de como a sociedade aproveita os recursos disponíveis no meio ambiente através da organização dos processos de produção, distribuição e consumo de produtos, bens e serviços. O dinamismo dos processos de produção e distribuição da riqueza social resulta em fluxos migratórios de fixação, concentração ou dispersão dos contingentes demográficos. Esses fenômenos sociais explicam em larga medida as configurações geográficas do eleitorado e os diferentes tipos e padrões de comportamento eleitoral que, muitas vezes, podem ocorrer concomitantemente em sociedades que adotam a democracia representativa como sistema político através do qual suas classes e grupos dirigentes, organizados em partidos políticos e em coligações partidárias, disputam a conquista e a manutenção da hegemonia e buscam legitimar politicamente seus projetos de sociedade (GRAMSCI, 2000).

A concentração excessiva tanto das atividades econômicas mais dinâmicas e modernas quanto da distribuição populacional é uma característica da modernização seletiva experimentada pelo Rio Grande do Norte. Como não podia deixar de ser, numa configuração reflexa, o eleitorado está igualmente concentrado em torno de um pequeno número dos 167 municípios existentes. As forças societárias mais dinâmicas estão localizadas em dois polos principais: Natal, capital e maior cidade com 804 mil habitantes, e alguns municípios da RM de Natal (Parnamirim – 203 mil habitantes; Macaíba – 70 mil habitantes; São Gonçalo do Amarante – 88 mil habitantes; Ceará-Mirim – 68 mil habitantes; e São José de Mipibu – 40 mil habitantes); e Mossoró, segunda maior cidade com 260 mil habitantes, e alguns municípios vizinhos (Baraúna – 25 mil habitantes; Apodi – 35 mil habitantes; e Caraúbas – 20 mil habitantes). Além disso, destacam-se como centros urbanos de médio e pequeno portes os municípios de Caicó (63 mil habitantes), Currais Novos (43 mil habitantes), na região do Seridó, e de Açu (53 mil habitantes), na região Central; os municípios de Macau (29 mil habitantes), Guamaré (12 mil habitantes) e Areia Branca (25 mil habitantes), na região do Litoral Norte; os municípios de Nova Cruz (36 mil habitantes) e Santa Cruz (36 mil habitantes), na região Agreste; e os municípios de João Câmara (32 mil habitantes) e Touros (31 mil habitantes), na região do Mato Grande e Litoral Leste (IBGE, 2010).

Figuras 1 e 2 – Localização territorial da RM de Natal no estado e municípios componentes

A região Nordeste experimentou intenso processo de modernização seletiva e transformação da sua estrutura socioeconômica a partir dos anos 1960, com a integração de reduzido número de polos urbanos e rurais às cadeias produtivas e aos centros dinâmicos da economia capitalista no Brasil. A modernização capitalista seletiva cria uma estrutura social que exclui parcelas expressivas da população do mercado de trabalho, condenando-as a condições de sobrevivência em situação de pobreza intensa e generalizada pela impossibilidade de obtenção de renda e trabalho que assegure padrões minimamente dignos de consumo e de existência social nos municípios de origem. Essa realidade gera tendências de deslocamento de grandes contingentes populacionais e fluxos migratórios internos e externos à região nordestina. O polo de atração são os grandes centros urbanos que aparecem como possibilidade de inserção produtiva e sobrevivência social. No Rio Grande do Norte, a região metropolitana de Natal e a região de Mossoró constituem os polos de atração e fixação das populações que migram das pequenas cidades situadas no semiárido, que experimentam rápido

e desordenado crescimento urbano, especialmente nos bairros periféricos que são destituídos de infraestrutura de equipamentos urbanos e são precariamente atendidos pelas políticas públicas (UFRN, 2010).

Os setores modernos da economia norte-rio-grandense estão integrados aos circuitos de produção e circulação capitalistas nacionais e mundiais, havendo proeminência econômica da indústria extrativa de petróleo e gás natural, acompanhada pela fruticultura irrigada, carcinicultura, indústria extrativa de minerais não metálicos, indústria têxtil e de confecção, atividades turísticas, construção civil, alimentação e serviços urbanos. A maior parte do seu território está situada no semiárido e abriga arranjos produtivos locais, vinculados à economia tradicional e com baixa integração à economia nacional e internacional, dedicados à produção e beneficiamento da castanha do caju, aos produtos cerâmicos, à ovinocaprinocultura, à apicultura, à aquicultura e ao artesanato, além das atividades agrícolas e pecuárias tradicionais desenvolvidas pela pequena propriedade familiar (UFRN, 2010).

A economia do Rio Grande do Norte depende muito dos gastos públicos, pois a participação da administração, saúde e educação públicas e seguridade social atingiu 25,81% do valor agregado bruto em 2006, representando mais que o dobro do comércio, segunda atividade mais importante, com participação de 12,73%.

Entre as atividades industriais, a indústria extrativa mineral (10,17%) tem a contribuição mais significativa, seguida da indústria de transformação (6,97%), construção civil (5,78%) e produção e distribuição de energia elétrica, gás, água e saneamento básico – SIUP – (2,56%). No setor primário, a pecuária e pesca (3,50%) suplantaram a importância da agricultura (2,86%), enquanto entre os demais serviços destacaram-se as atividades imobiliárias

(8,29%), transporte, armazenagem e correio (3,73%), intermediação financeira (3,68%), serviços de informação (3,05%), serviços prestados às empresas (3,00%) e alojamento e alimentação (2,50%) (APOLINÁRIA, 2009, p.10).

A transformação da economia foi acompanhada do aumento da concentração espacial da produção da riqueza. Observando o quadro a seguir, elaborado por Apolinária (et. al., 2009), é possível notar que a contribuição agregada para o PIB estadual de 139 municípios (faixas 1, 2 e 3, conforme o estudo) era de apenas 20,36%. Os mesmos abrigavam 35,56% da população em 65,95% da área do estado em 2007.

Quadro 1 – Distribuição do PIB, População e área entre os municípios do RN – 2006

FAIXAS	PARTICIPAÇÃO NO PIB %				PIB PER CAPITA (R$)	Nº DE MUNICIPIOS	MÉDIA POPUL. (Nº HAB.)	PART. NO TOTAL DA POP. %	ÁREA MÉDIA (KM²)	PART. ÁREA (%)
	LIMITE INF.	LIMITE SUP.	DO GRUPO	ACUMULADA						
1	0,039	0,098	3,95	3,95	1.731	58	4.212	8,11	153	16,62
2	0,100	0,194	6,98	10,93	1.805	50	8.281	13,74	283	26,59
3	0,201	0,492	9,43	20,36	2.440	31	13.355	13,73	391	22,74
4	0,502	0,913	9,74	30,10	3.140	15	22.154	11,02	608	17,01
5	1,037	1,609	6,32	36,42	3.020	5	44.862	7,44	892	8,37
6	2,010	2,923	12,06	48,50	6.333	5	40.783	6,77	431	4,05
7	5,884		5,88	54,39	3.649	1	172.723	5,73	127	0,52
8	10,619		10,62	65,00	4.853	1	234.392	7,78	2.109	3,95
9	35,011		35,01	100,00	4.844	1	774.205	25,69	170	0,32

Fonte: CONAC/DPE/PIB Contagem da População 2007/IBGE. Elaboração Apolinária et. al.

Quadro 1 - Distribuição do PIB, população e área entre os municípios do RN - 2006

Fonte: Apolinária (2009)

São 25 os municípios de porte médio e pequeno (faixas 4, 5 e 6) que contribuem com 28,12% do PIB estadual, com 25,23% da população, em 29,43% da área estadual. Dos cinco municípios da faixa 6, "dois estão localizados na região metropolitana de Natal (São Gonçalo do Amarante e Macaíba) e os outros três pertencem à Zona Litoral Norte (Areia Branca, Macau e Guamaré)" (Apolinária, 2009, p. 14).

Nas faixas 7, 8 e 9, estão os maiores municípios potiguares: Parnamirim, Mossoró e Natal. Parnamirim, terceiro mais populoso, concentrava 5,88% do PIB estadual, em 0,52% de sua área. Mossoró, conforme os dados supracitados, é o município mais extenso, com 3,95% da área total do estado, e o segundo mais populoso, com participação no PIB estadual de 10,62%. E Natal, a capital do estado, possui um quarto da população e contribui com 35,01% do PIB estadual em apenas 0,32% do território do Rio Grande do Norte. Esses três municípios concentravam, conforme os dados de Apolinária (et. al., 2009), 52,52% do PIB estadual, 39,19% da população em apenas 4,77% de sua área.

A figura seguinte mostra a distribuição espacial altamente concentrada da participação dos municípios na produção da riqueza do Rio Grande do Norte:

Figura 3 – Distribuição do PIB entre os municípios do RN

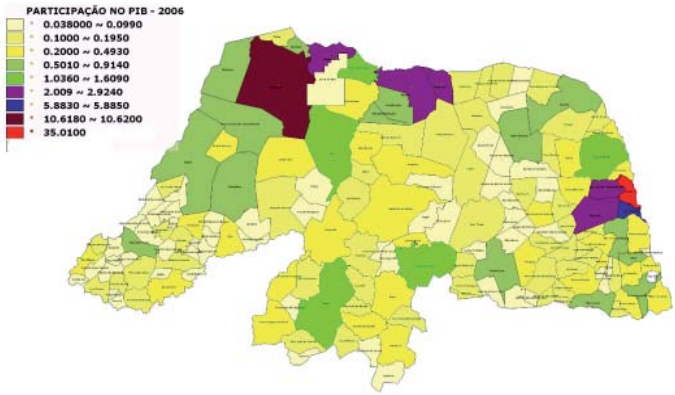


Figura 1 - Distribuição do PIB entre os municípios do Rio Grande do Norte - 2006
Fonte: Apolinária et. al. Nota Técnica - Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a Importância dos APLs no Fluxo de Comércio. Rio Grande do Norte, 2009.

O eleitorado potiguar está concentrado em um número relativamente muito pequeno de municípios, com destaque para Natal[3], que possui cerca de 1/4 (23,35%) dos eleitores. Em razão da macrocefalia representada por Natal e sua Região Metropolitana, mais de 1/3 (34,75%) do eleitorado está localizado nos seus 9 municípios – Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu, Monte Alegre, Nísia Floresta e Extremoz. Essa concentração fica evidente também quando consideramos as três maiores e mais populosas cidades: Natal, Mossoró e Parnamirim possuem juntas 34,72% do eleitorado. Os municípios que compõem a RM de Natal e a "aglomeração urbana" de Mossoró (Açu, Areia Branca, Apodi, Baraúna, Caraúbas, Governador Dix-Set Rosado, Grossos), por sua proximidade e influência, concentram 47,82% dos eleitores norte-rio-grandenses. Esse fenômeno pode ser observado com outras modalidades de recortes empíricos. As 12 maiores cidades (Natal, Mossoró, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Caicó, Açu, Currais Novos, Nova Cruz, Apodi, Santa Cruz) possuem metade (50,24%) do eleitorado. As 36 cidades que possuem colégios eleitorais acima de 11 mil eleitores reúnem mais de 2/3 (67,53%) do eleitorado.

Por fim, a correlação entre a concentração econômica, demográfica e eleitoral fica demonstrada quando vemos a participação relativa dos 40 (23,95%) municípios do Rio Grande do Norte num total de 85,49% do Produto Interno Bruto estadual em 2008, de 73,94% da população e de 69,37% do eleitorado, conforme os quadros comparativos a seguir:

[3] A realidade da concentração eleitoral não é um fato isolado de Natal, capital do Rio Grande do Norte, que possui 23,345 % (524.497) do eleitorado potiguar. Por exemplo, há casos que são mais próximos à realidade de Natal: Fortaleza, com 26,502% (1.558.731) do eleitorado cearense; Maceió, com 26,487% (538.835) do eleitorado alagoano; Aracaju, com 26,518% (378.146) do eleitorado sergipano; e Teresina, com 22,881% (517.989) do eleitorado piauiense. As demais capitais apresentam situação semelhante: Recife, com 18,265% (1.143.364) do eleitorado pernambucano; Salvador, com 19,191% (1.832.878) do eleitorado baiano; e João Pessoa, com 17,068% (467.665) do eleitorado paraibano (TSE, dados referentes a outubro de 2010).

Quadros 2, 3 e 4 – Participação no PIB, População e Eleitorado

Natal	33,97
Mossoró	11,87
Parnamirim	6,49
Guamaré	5,02
São Gonçalo do Amarante	2,59
Macaíba	2,39
Areia Branca	1,91
Macau	1,83
Caicó	1,56
Extremoz	1,45
Açu	1,23
Ceará-Mirim	1,14
Apodi	0,99
Currais Novos	0,95
Alto do Rodrigues	0,86
São José de Mipibu	0,77
Porto do Mangue	0,66
Caraúbas	0,66
Pau dos Ferros	0,63
Nova Cruz	0,59
Touros	0,56
Santa Cruz	0,56
Pendências	0,53
Gov. Dix-Sept Rosado	0,51
Canguaretama	0,49
João Câmara	0,48
Grossos	0,45
Arês	0,44
Baraúna	0,43
Goianinha	0,43
Nísia Floresta	0,42
Baía Formosa	0,39
Parelhas	0,38
São Miguel	0,34
Santo Antônio	0,32
Jucurutu	0,32
Monte Alegre	0,32
Upanema	0,30
Felipe Guerra	0,25
Tibau do Sul	0,25
TOTAL	**85,49**

Participação relativa de 40 municípios no PIB /RN em 2008 – PIB dos Municípios 2004-2008, IBGE.

Natal	25,37
Mossoró	8,20
Parnamirim	6,39
São Gonçalo do Amarante	2,77
Macaíba	2,19
Ceará-Mirim	2,14
Caicó	1,98
Açu	1,68
Currais Novos	1,35
São José de Mipibu	1,26
Santa Cruz	1,13
Nova Cruz	1,12
Apodi	1,10
João Câmara	1,02
Touros	0,98
Canguaretama	0,98
Macau	0,91
Pau dos Ferros	0,88
Areia Branca	0,80
Extremoz	0,77
Baraúna	0,76
Nísia Floresta	0,75
Goianinha	0,71
Santo Antônio	0,70
São Miguel	0,70
Monte Alegre	0,65
Parelhas	0,64
Caraúbas	0,62
Jucurutu	0,56
São Paulo do Potengi	0,50
Tangará	0,45
Pedro Velho	0,45
Lagoa Nova	0,44
Poço Branco	0,44
Ipanguaçu	0,44
Santana do Matos	0,44
Jardim de Piranhas	0,43
Alexandria	0,43
Pendências	0,42
Upanema	0,41
TOTAL	**73,94**

População relativa de 40 municípios com maior população no Rio Grande do Norte - Censo 2010, IBGE

Natal	23,35
Mossoró	7,08
Parnamirim	4,29
São Gonçalo do Amarante	2,67
Ceará-Mirim	2,14
Macaíba	2,00
Caicó	1,95
Açu	1,73
Currais Novos	1,45
Nova Cruz	1,26
Apodi	1,21
Santa Cruz	1,11
João Câmara	1,07
São José de Mipibu	1,05
Canguaretama	1,01
Touros	0,95
Pau dos Ferros	0,85
Macau	0,83
Areia Branca	0,83
São Miguel	0,80
Santo Antônio	0,78
Goianinha	0,75
Parelhas	0,72
Baraúna	0,71
Caraúbas	0,69
Jucurutu	0,68
Monte Alegre	0,67
Nísia Floresta	0,63
Extremoz	0,62
São Paulo do Potengi	0,59
Pedro Velho	0,53
Santana do Matos	0,52
Tangará	0,51
Ipanguaçu	0,50
Lagoa Nova	0,50
Gov. Dix-Sept Rosado	0,49
Pendências	0,47
Jardim de Piranhas	0,46
Guamaré	0,46
Jardim do Seridó	0,46
TOTAL	**69,37**

Participação relativa de 40 municípios no eleitorado do RN em 2010 – TRE/RN.

Há uma sobreposição quase absoluta dos municípios, em escala decrescente, nos quadros da participação relativa dos 40 municípios na produção econômica, na população e no eleitorado. A grande maioria desses municípios, com realce em cor amarela, participa simultaneamente entre os maiores produtores de riqueza, os

mais populosos e os maiores colégios eleitorais. Em outras situações, com realce em cor verde, é também expressiva a participação em posição destacada de vários municípios entre duas das variáveis consideradas. As exceções ocorrem, sobretudo, entre os municípios mais ricos e devem-se à posição relevante que ocupam na produção e extração do petróleo e gás, e nos arranjos produtivos locais da carcinicultura, da fruticultura irrigada e do turismo, como são os casos de Guamaré, Alto do Rodrigues, Porto do Mangue, Arês, Baía Formosa, Governador Dix-Sept Rosado, Upanema, Felipe Guerra e Tibau do Sul.

Levando em consideração o quadro de concentração socioeconômica e eleitoral do Rio Grande do Norte, bem como observando a centralidade da Região Metropolitana de Natal nesse panorama, a análise pode tornar à questão central que suscita o presente escrito: as discrepâncias entre os resultados eleitorais apresentados pelo estado e por sua principal região no segundo turno da eleição presidencial de 2010. Em tal intuito, a análise das disputas internas ao plano político-eleitoral do estado se constitui em um elemento explicativo fundamental, tendo em vista a incidência das tendências locais na disputa presidencial.

Quadro político estadual: Situação e alianças entre forças político-partidárias

As eleições presidenciais configuram tendências e preferências eleitorais nacionais que sofrem os efeitos da mediação do quadro político estadual, em razão do nível de organização e mobilização dos partidos políticos e das lideranças políticas estaduais em relação aos principais candidatos em disputa. No sistema político brasileiro, que também é composto por sistemas políticos relativamente autônomos nas subunidades nacionais federadas (LIMA JÚNIOR, 1983), a refração das tendências nacionais e os

resultados eleitorais dependem da situação e trajetória ascendente ou descendente das principais forças políticas e das forças políticas auxiliares que lutam principalmente entre si mesmas, na ausência de forças e movimentos contra-hegemônicos com fortes bases sociais, pela direção do bloco hegemônico.

O desenvolvimento capitalista brasileiro seguiu uma lógica histórica tardia em relação aos países capitalistas centrais. Houve, durante muitas décadas do século XX, o predomínio inconteste da sociedade política sobre a sociedade civil, cujo fortalecimento também foi muito lento e tardio. Somente depois do expressivo desenvolvimento capitalista e intenso processo de urbanização, ocorrido a partir do governo Kubitschek e, em especial, durante o regime militar, surgiu uma sociedade civil diversificada e complexa, criando um novo equilíbrio nas relações entre a sociedade política e a sociedade civil na composição do Estado ampliado brasileiro (GRAMSCI, 2000; COUTINHO, 1999). Isso ocorreu, sobretudo, nas unidades federativas mais desenvolvidas que atuam como polos dinâmicos da modernização capitalista, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse fenômeno não foi homogêneo na sociedade brasileira. Nas regiões periféricas, como as unidades federativas nordestinas, com exceção de alguns estados com tradição histórica de grandes lutas e movimentos sociais, o caso de Pernambuco, continuou a imperar uma forte assimetria entre a sociedade política e a sociedade civil, com a centralidade da sociedade política.

Essa relação assimétrica entre um Estado forte e hipertrofiado e uma sociedade civil frágil e gelatinosa produziu um deslocamento das lutas e conflitos da sociedade civil para o interior do estado no sentido estrito, que desempenha o papel de centro impulsionador de mudanças

políticas e socioeconômicas. Com isso, as disputas políticas entre os diferentes segmentos das classes dominantes são concentradas na luta pelo controle dos aparatos governamentais e da burocracia do Estado brasileiro, que se torna o palco privilegiado dos conflitos e das contradições em torno do acesso aos fundos públicos, da definição de políticas públicas e da distribuição da riqueza social produzida. Esse cenário sociopolítico é muito apropriado para a reprodução da tradição patrimonialista nas relações entre o Estado e a sociedade civil na sociedade brasileira (EVANGELISTA, 2006b, p.4).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira como consequência necessária da modernização capitalista tomou a forma de revolução passiva, com a generalização da prática política do transformismo pelas classes e seus grupos político-partidários dominantes. No Brasil, as contradições sociais e os conflitos políticos engendrados no processo histórico são sempre adiados e nunca são superados; ao contrário, as posições que representam o velho e o novo, o moderno e o arcaico, encontram numa monótona reiteração em formas heteróclitas de combinação e acomodação. A "conciliação pelo alto" entre os grupos políticos dominantes e a incorporação e cooptação transformistas dos grupos subalternos e dos movimentos potencialmente transformadores são estratégias complementares que predominam nos momentos históricos decisivos (COUTINHO, 1988; GRAMSCI, 2002; VIANNA, 1997). Assim, o bloco hegemônico é composto por grupos político-partidários que podem se revezar no governo e na oposição e disputar nos processos eleitorais a condição de grupo político governante. A hegemonia é exercida por diversos grupos e alianças político-partidários que objetivam o controle do governo nos diferentes níveis. Não há diferenças substanciais de visão de mundo entre

esses diferentes grupos político-partidários que constituem o bloco hegemônico. A hegemonia é compartilhada e exercida por esses grupos político-partidários, que tanto podem ser adversários como aliados políticos nas eleições realizadas em diferentes momentos e processos eleitorais.

A política norte-rio-grandense possui uma longa tradição histórica de bipolarização entre duas grandes lideranças e seus respectivos grupos políticos, que competem para dirigir a sociedade e comandar o governo e o aparelho de Estado em aliança com lideranças políticas secundárias ou auxiliares. Nos anos 1960 e 1970, as disputas políticas ocorriam entre o dinartismo, liderado por Dinarte Mariz, e o aluizismo, comandado por Aluízio Alves, abrigados no início em facções dentro da antiga Arena (Arena Vermelha e Arena Verde) e, depois, no PDS e no MDB, respectivamente. Nos anos 1980 e 1990, a competição se dava entre o maismo, liderado por Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia, no PDS e, depois, PFL, e o aluizismo, comandado por Aluízio Alves, Henrique Alves e Garibaldi Alves Filho, no MDB e, depois, PMDB. Ao longo do tempo, a família Rosado, que comanda tradicionalmente a política em Mossoró, dividiu-se em duas facções políticas que estabelecem alianças com os dois grupos oligárquicos dominantes que ocupam a condição de governo e de oposição (EVANGELISTA, 2006a).

Com a redemocratização do país e a consolidação da democracia eleitoral e do multipartidarismo, as polarizações entre dois blocos político-partidários, que obedecem a uma lógica clânico-oligárquica, incorporaram novos atores políticos e sociais e adquiriram maior complexidade e diversidade. Além disso, os clãs políticos Maia e Alves sofreram divisões internas, com importantes consequências para o rearranjo das forças políticas no cenário estadual. Neste processo, uma "terceira força" surge e consolida-

se: a liderança de Wilma de Faria[4]. Contudo, mesmo com sua ascensão, a dinâmica do sistema político estadual manteve-se condicionada pela competição e movimentação, num padrão bipolar, entre três grupos político-partidários principais – José Agripino Maia (DEM), Garibaldi Filho/Henrique Alves (PMDB) e a própria Wilma de Faria (PSB) – que se alternam no comando do aparelho governamental como governo e como oposição e estabelecem entre si alianças pendulares.

O senador José Agripino Maia é filho e herdeiro político do ex-governador Tarcísio Maia (1975-1978), que foi indicado de forma indireta para o cargo com o apoio do então senador Dinarte Mariz (Arena/PDS), de quem havia sido secretário de Educação em seu governo, no período de 1955 a 1960. Nesse início da sua carreira política, Tarcísio Maia elegeu-se deputado federal pela UDN (1959-1963) com atuação pouco expressiva. José Agripino ingressa na política como prefeito de Natal por indicação, em 1979, através do seu primo e também governador indireto, Lavoisier Maia (1979-1982). Fazia parte da geração de jovens prefeitos das capitais nordestinas, com formação profissional universitária e perfil tecnocrático, indicados para os cargos pelo governo militar num esforço de renovação de suas lideranças no Nordeste. Na prefeitura, constrói sua liderança política promovendo a expansão habitacional e a modernização urbana de Natal, através do incentivo e apoio ao desenvolvimento do turismo e da construção de avenidas e conjuntos habitacionais em bairros populares periféricos. Em 1982, na primeira eleição direta para os governos estaduais depois do golpe civil-militar de 1964, candidato pelo PDS, é eleito como governador (1983-1986) após enfrentar e derrotar a mitológica liderança do ex-governador Aluízio Alves (1961-1966).

[4] Primeiro filiada ao PDT, mas consolida sua figura pública filiada ao PSB, partido que a ajuda a expandir no plano estadual.

Depois disso, disputa todas as eleições e torna-se uma das mais importantes lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Nas eleições de 1986, é eleito senador; nas eleições de 1990, é eleito governador (1991-1994) pela segunda vez; em 1994, elegeu-se novamente senador e renovou seu mandato senatorial nas eleições de 2002 e 2010. Contudo, foi candidato derrotado a governador nas eleições de 1998, com o apoio do PSB de Wilma de Faria, quando perdeu para Garibaldi Alves Filho, que foi reeleito. Nos últimos anos, tornou-se uma liderança nacional do antigo PFL e do atual DEM, que dirige o bloco liberal-conservador em aliança orgânica com o PSDB e o PPS, com destacada atuação no Congresso Nacional em apoio e sustentação ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de oposição sistemática ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O aluizismo identifica-se com o PMDB no Rio Grande do Norte. Com o passar dos anos, as limitações de saúde trazidas pela idade avançada impõe a transferência da liderança de Aluízio Alves[5] para Henrique Alves, seu filho, e Garibaldi Alves Filho, seu sobrinho. Essa liderança compartilhada nem sempre é exercida sem conflitos, provocados por eventuais divergências entre os interesses políticos de Garibaldi e de Henrique, o que leva o PMDB a uma situação de ambiguidade e/ou de paralisia em certos contextos eleitorais. Apesar do desejo e dos esforços de Aluízio Alves, Henrique Alves não consegue chegar a ocupar nenhum cargo executivo. Em 1988, é candidato do PMDB à sucessão de Garibaldi Alves Filho na Prefeitura de Natal, sendo derrotado por Wilma de Faria (que à época ainda era Wilma Maia, pois era esposa de Lavoisier Maia). Em 1992, é candidato, mais uma vez, a prefeito de Natal-RN e perde, no segundo turno, para o desconheci-

[5] Aluízio Alves teve seus problemas de saúde agravados e morreu em 06 de maio de 2006.

do Aldo Tinoco, apoiado por Wilma de Faria. No segundo mandato de Garibaldi Alves Filho como governador, mais uma vez fracassa a estratégia de capacitar Henrique Alves para disputar, com chances de vitória, a sucessão estadual em 2002. Em contrapartida, Henrique Alves faz uma trajetória política marcada por votações expressivas na renovação consecutiva do seu mandato de deputado federal desde 1970, sobressaindo-se sempre como um dos deputados federais mais votados na bancada potiguar. Torna-se uma das principais lideranças e articuladores políticos do PMDB na Câmara dos Deputados.

Por sua vez, a trajetória política de Garibaldi Alves Filho inicia com sua eleição para a Assembleia Legislativa em 1970 pelo antigo MDB. Depois de quatro mandatos como um dos deputados estaduais mais votados, Garibaldi Filho enfrenta e derrota Wilma de Faria – à época Wilma Maia –, representante do grupo Maia, sendo eleito prefeito de Natal em 1985, na primeira eleição direta para as capitais brasileiras depois do golpe militar de 1964. Nessas eleições, o grupo Alves recupera seu prestígio e força política, depois da estonteante derrota sofrida por Aluízio Alves, pelo PMDB, no confronto com o jovem José Agripino Maia, pelo PDS, nas eleições para governador em 1982. Depois do mandato de prefeito da capital, é eleito senador em 1990 e, em 1994, é eleito no primeiro turno como governador do Rio Grande do Norte, com 52,7% dos votos, derrotando Lavoisier Maia (PDT), 38,7% dos votos, que tinha o apoio de José Agripino (PFL). Em 1998, é reeleito governador com 50,2% dos votos no primeiro turno e vence José Agripino (PFL) que obtém 41,3% dos votos. Nas eleições de 2002, deixa o governo para concorrer e ser eleito ao Senado.

Garibaldi Filho amarga sua primeira derrota eleitoral ao perder, no segundo turno, as eleições para o governo

estadual em 2006 para Wilma de Faria, reeleita governadora do Rio Grande do Norte[6]. Apesar de derrotado, confirma sua liderança política com vitória eleitoral nas maiores cidades da RMN: perde em Natal (1º turno: 43,3%, 2º turno: 47,5%), mas vence em Parnamirim (1º turno: 54,1%, 2º turno: 56,6%), em São Gonçalo do Amarante (1º turno: 52,8%, 2º turno: 54,7%) e em Macaíba (1º turno: 56,3%, 2º turno: 57,9%). Em 2010, em aliança com José Agripino, com a estratégia do "voto casado", é reeleito como o senador mais votado (TSE).

Wilma de Faria lidera, no PSB, o terceiro grande grupo político-partidário estadual. Trata-se de um caso típico de renovação política transformista num contexto de dominação clânico-oligárquica, em que uma liderança com origem no grupo Maia, que surgiu como base de apoio ao regime militar, opera uma transmutação ao migrar para partidos políticos que nacionalmente se situam no espectro de centro-esquerda e de esquerda. Ao mesmo tempo, atua com um discurso de esquerda e reproduz práticas e valores políticos conservadores tradicionais – como, por exemplo, o personalismo, o familismo, o clientelismo e o assistencialismo[7] –, ocupando o espaço político da esquerda local.

---

[6] Para uma análise das eleições de 2006, ver Spinelli (2010).

[7] Há, inclusive, graves acusações de práticas de corrupção, com a investigação da Polícia Federal, na Operação Hígia, sobre o envolvimento do advogado Lauro Maia, filho da ex-governadora Wilma de Faria (PSB) e do deputado estadual Lavoisier Maia (PSB). Ele é acusado de tráfico de influência na Secretaria Estadual de Saúde. Em junho de 2008, chegou a ser preso, juntamente com outros 12 investigados, pela Polícia Federal (HÍGIA, Nominuto – (Cf.: <http://www.nominuto.com/noticias/politica/higia-lauro-diz-que-acusacoes-sao-tentativa-de-atingir-wilma-de-faria/52203>). A Operação Hígia apurou fraudes em licitações e contratos superfaturados na Secretária Estadual da Saúde, durante o governo de Wilma. Suspeita-se também que esse seria um dos mecanismos de financiamento ilegal de campanha do grupo político da ex-governadora Wilma de Faria.

Seu ingresso na política decorre dos seus vínculos familiares com o grupo Maia, na condição de esposa do governador indireto Lavoisier Maia[8], organizando as ações de assistência social do governo estadual. No governo de José Agripino, eleito em 1982, assume a Secretaria de Trabalho e Ação Social, dando continuidade ao assistencialismo oficial, com grande foco em Natal. Suas relações com as comunidades dos novos conjuntos habitacionais nos bairros periféricos foram suas credenciais para concorrer à Prefeitura de Natal nas eleições de 1985, perdendo para Garibaldi Alves Filho (PMDB), que representava um amplo arco de aliança de forças democráticas e populares. Eleita para o Congresso Constituinte, em 1986, teve destaque por se aproximar da agenda e das propostas defendidas pela esquerda. Depois disso, apropria-se da legenda do PDT, forçando a saída de militantes trabalhistas históricos, sendo eleita prefeita de Natal, em 1988, ao derrotar a candidatura de Henrique Alves (PMDB), numa aliança com José Agripino (PFL), que tem Ney Lopes (PDS) como vice-prefeito. Depois disso, troca novamente de filiação partidária e passa a controlar o PSB, mais uma vez tomando para suas mãos uma legenda de esquerda de militantes socialistas.

Como uma liderança emergente, elege como prefeito de Natal Aldo Tinoco (PSB), seu colaborador no secretariado municipal, em 1992, derrotando no segundo turno Henrique Alves (PMDB), que pretendia ser o principal herdeiro do aluizismo. Rompe com Aldo Tinoco e candidata-se novamente à eleição para Prefeitura de Natal em 1996, com o apoio de José Agripino. Nessas eleições enfrenta com sucesso a surpreendente candidatura da então deputada estadual Fátima Bezerra (PT) no segundo turno, numa campanha histórica disputadíssima – Wilma de

[8] Foi o último governador indicado, nomeado em 1978, durante o regime militar.

Faria (PSB), com 51,7% dos votos e Fátima Bezerra (PT), com 48,3% dos votos –, que transformou, pela primeira vez, o PT na principal força competitiva da esquerda na política local (TSE, 1996). Em 2000, com o apoio do governador Garibaldi Alves (PMDB), candidata-se e é reeleita como prefeita de Natal com 57,7% dos votos, enfrentando Fátima Bezerra (PT) – 29,4% dos votos – e Sonali Rosado (PFL), candidata de José Agripino, que obteve apenas 11,0% (TSE, 2000). Renuncia à prefeitura, sendo substituída pelo vice-prefeito Carlos Eduardo Alves (PSB), para concorrer às eleições para governador em 2002[9]. No segundo turno, vence o candidato Fernando Freire (PMDB), vice-governador apoiado por Garibaldi Filho; tendo o apoio de José Agripino (PFL) e do PT, Wilma de Faria obteve 61,05% e Fernando Freire alcançou 38,95% dos votos.

Em 2006, numa eleição muito disputada, Wilma de Faria enfrenta e vence a forte liderança de Garibaldi Filho. No primeiro turno, a então candidata postulante à reeleição consegue 49,6% e Garibaldi, 48,6% dos votos; no segundo turno, vence a eleição com uma pequena ampliação da sua maioria eleitoral – alcançando 52,38%, contra 47,62% de seu opositor. Nessas eleições, Wilma de Faria (PSB) é reeleita governadora, em aliança com o PT, derrotando Garibaldi Filho (PMDB), que está aliado a José Agripino (PFL). Contudo, é importante observar que no auge da sua trajetória política, quando é reeleita governadora do Rio Grande do Norte em 2006, surgem sinais de declínio da sua liderança política em Natal e na RMN. O seu desafiante, Garibaldi Filho, ganha nos dois turnos da eleição na região metropolitana, enquanto Wilma de Faria ganha somente em Natal, mesmo as-

[9] Nas eleições de 2002, no primeiro turno, Wilma de Faria (PSB) foi a mais votada com 37,6% dos votos, seguida por Fernando Freire (PMDB) com 30,9% dos votos e, em terceiro lugar, por Fernando Bezerra (PTB) com 19,9% dos votos (TSE, 2002).

sim com uma diferença relativa que diminui no segundo turno[10]. Além disso, nessa eleição, o candidato apoiado por Wilma de Faria ao senado que tenta a reeleição, Fernando Bezerra (PTB), é derrotado em Natal por Rosalba Ciarlini Rosado (PFL), ex-prefeita de Mossoró, candidata apoiada por Garibaldi Filho e José Agripino[11]. Finalmente, em 2010, renuncia ao governo do estado para candidatar-se sem sucesso ao senado, sendo derrotada com a reeleição dos mandatos senatoriais de Garibaldi Filho (PMDB) e de José Agripino (DEM), que se mantiveram aliados nas últimas disputas políticas locais.

Ao lado desses três principais conglomerados político-partidários, há grupos auxiliares, que estabelecem alianças com os grupos político-partidários principais em arranjos diferentes em cada processo eleitoral. Dentre estas forças políticas, destaca-se a família Rosado, com base eleitoral em Mossoró e cidades circunvizinhas da região Oeste, que ocupa continuamente 2 vagas (25%) da representação política potiguar na Câmara dos Deputados há mais de 50 anos, sendo constituída por duas facções da família Rosado, hoje abrigadas no DEM e no PSB. Destaca-se, também, algumas lideranças emergentes, como o vice-governador recém-eleito Robinson Faria, que contro-

[10] O resultado eleitoral, em 2006, foi o seguinte em termos relativos da preferência dos eleitores. No primeiro turno: Natal – Wilma 52,3% e Garibaldi 43,3%; Parnamirim – Wilma 42,4% e Garibaldi 54,1%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 44,9% e Garibaldi 52,8%; e Macaíba – Wilma 42,4% e Garibaldi 56,3%. No segundo turno: Natal – Wilma 52,4% e Garibaldi 47,5%; Parnamirim – Wilma 43,3% e Garibaldi 56,6%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 45,3% e Garibaldi 54,7%; e Macaíba – Wilma 42,0% e Garibaldi 57,9% (TSE, 2006).

[11] No Rio Grande do Norte, numa eleição com três candidatos competitivos, a ex-prefeita de Mossoró Rosalba Ciarlini (PFL) obteve 44,18% dos votos; o senador Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e o ex-governador Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Em Natal, foi esse o resultado eleitoral: Rosalba Ciarlini com 41,99% dos votos, Fernando Bezerra com 40,28% dos votos e Geraldo Melo com 12,98% dos votos (TSE, 2006).

lava o PMN e recentemente passou a comandar o PSD no Rio Grande do Norte, possuindo base eleitoral concentrada na RMN e na região Agreste; o deputado federal João Maia, que controla o PR, tendo base eleitoral principalmente na RMN e região do Seridó; o ex-prefeito Carlos Eduardo Alves, atualmente no comando do PDT, com forte presença eleitoral em Natal e também em algumas cidades da RMN; e o Deputado Federal Rogério Marinho, que controla atualmente o PSDB e tem sua principal base eleitoral na RMN. As lideranças intermediárias precisam ter o controle de máquinas partidárias de pequenos e médios partidos como forma de assegurar um mínimo de autonomia para aumentar seu poder de barganha nas alianças com os grupos político-partidários principais, como é o caso, por exemplo, de Robinson Faria com o PMN e o PSD, de João Maia com o PR e de Carlos Eduardo com o PDT. Essas lideranças políticas não podem abrir mão de ter o controle das máquinas partidárias, para viabilizar seus projetos políticos pessoais.

Na esquerda, o PT e PCdoB são as duas forças político-partidárias com maior expressão eleitoral, que deram sustentação ao projeto político de Wilma de Faria (PSB) durante seus mandatos enquanto governadora do estado.

O PT representa o maior partido da esquerda potiguar, apesar da persistente dificuldade para ampliar sua base eleitoral e superar o trauma originado da luta interna entre lideranças de correntes/partidos, que paralisam a ação partidária e impedem o surgimento de um projeto político alternativo para a sociedade norte-rio-grandense. O PT local não consegue seguir a trajetória do PT nacional de transformar-se em partido de massas com vocação para chegar ao poder e dirigir a sociedade. Na ausência de um projeto político partidário, predominam os interesses e os projetos políticos das lideranças dos

grupos políticos internos, numa aproximação da lógica geral de prevalência dos interesses de ascensão e sobrevivência política de lideranças individuais nos partidos políticos brasileiros. Mesmo assim, o PT tem mantido uma representação política mínima na Assembleia Legislativa[12] e na Câmara dos Deputados.

Na trajetória petista, destaca-se a liderança da deputada federal Fátima Bezerra, que foi candidata sem sucesso à Prefeitura de Natal em quatro eleições consecutivas – de 1996 a 2008 – e tem demonstrado grande desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, sendo reconduzida para seu terceiro mandato como a Deputada Federal mais votada, com 220.335 votos, em 2010 (TSE, 2010). Apesar de contradição aparente, as derrotas eleitorais em Natal criam condições sinérgicas para a consolidação da imagem pública e da liderança de Fátima Bezerra, que tem destacada atuação parlamentar na Câmara dos Deputados[13].

Nas últimas eleições municipais de 2008, o PT elegeu quatro prefeitos (Antônio Martins, Ipanguaçu, Janduís e

[12] A eleição de 2002 constituiu uma exceção a isso, pois o PT elegeu dois deputados estaduais: Paulo Davim e Fernando Mineiro (TSE, 2002).

[13] Em 1996, em seu melhor desempenho eleitoral para a Prefeitura de Natal, numa eleição muito competitiva: Wilma de Faria (PSB) obteve 35,79% dos votos, seguida por Fátima Bezerra (PT) com 28,88% dos votos e João Faustino (PSDB) com 25,69% dos votos; no segundo turno, Wilma de Faria vence a eleição com 51,68% dos votos contra 48,32% de votos para Fátima Bezerra (TSE, 1996). Em 2000, perde novamente para Wilma de Faria, agora no primeiro turno, alcançando 29,3% dos votos e ficando na segunda colocação. Em 2004, em seu pior desempenho eleitoral, fica em quarto lugar com apenas 7,4%, numa eleição em que Carlos Eduardo Alves (PSB) vence Luiz Almir (PSDB) no segundo turno. E, finalmente, na última eleição municipal em 2008, finalizada no primeiro turno, Fátima Bezerra, com o apoio de Wilma de Faria (PSB), Garibaldi Filho e Henrique Alves (PMDB), atinge 36,8% dos votos e perde para Micarla de Sousa, que alcança 50,8% dos votos, com o apoio do senador José Agripino (DEM), da senadora Rosalba Ciarlini (DEM), dos deputados federais João Maia (PR), Rogério Marinho (PSDB) e do deputado estadual Robinson Faria (PMN).

Parelhas) e 51 vereadores (seis em Antônio Martins, cinco em Janduís, dois em Florânia, dois em Lages, dois em Serra do Mel, um em São Gonçalo do Amarante, um em Currais Novos, um em Santa Cruz, um em Pendências, um em Parelhas, um em Caraúbas). Enquanto isso, o PCdoB elegeu 19 vereadores, em 2008 (um em Natal, dois em Apodi, um em Caicó, um em Grossos, um em Jucurutu). Esses números indicam a ainda frágil inserção política da esquerda nos principais municípios norte-rio-grandenses, além da perda de uma representação política, até então mais ou menos estável, do PT na capital do estado (TSE, 2008).

O PPS, sob a liderança do ex-deputado estadual Wober Júnior, não alcançou importância eleitoral e gravitou, ao longo do tempo, em torno dos governos de Garibaldi Filho (PMDB) e de Wilma de Faria (PSB), replicando muito pouco sua aliança nacional com o PSDB e o DEM. Surgiu, também no Rio Grande do Norte, com o ocaso do antigo PCB, que foi uma força política historicamente representativa e, durante o regime militar, exercia influência política junto ao movimento sindical e outros movimentos sociais, chegando a eleger vereadores na capital e no interior e um deputado estadual sob a sigla do PMDB.

Por fim, o quadro político se completa com a presença dos chamados partidos "nanicos" – como PTC, PSDC, PSC, PTN, etc. – que, também, não conseguem captar o voto dos eleitores[14], mas são peças recorrentes nas alianças dos grandes grupos político-partidários, sobretudo com o objetivo de ampliar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Para a maioria dessas forças

[14] A única exceção a isso foi a surpreendente votação que o candidato Miguel Mossoró (PTC) obteve 18,2% dos votos para a prefeitura de Natal em 2006, quando foi o candidato com a terceira melhor votação, conseguindo mais votos do que a deputada federal Fátima Bezerra (PT), com 7,4% dos votos, em sua terceira tentativa consecutiva frustrada de conquistar a prefeitura de Natal (TSE).

político-partidárias, é vital para sua sobrevivência a participação em algum nível de governo em quaisquer das unidades do sistema federativo (município, governo estadual e/ou governo federal).

Essa visão panorâmica do cenário político estadual, com a apresentação dos seus grupos político-partidários constitutivos, também evidencia que as principais lideranças políticas ocupam o lugar de protagonismo no posicionamento e na articulação das coligações eleitorais há mais de 40 anos, ingressando na política na década de 1970 e 1980. Para evitar o esgotamento histórico desse sistema político clânico-oligárquico, nos processos eleitorais mais recentes há evidências de uma tentativa de renovação dos principais grupos político-partidários através da entrada em cena de novos personagens do sempre igual enredo político.

Os partidos políticos brasileiros possuem algumas características que lhes são peculiares. A grande maioria dos nossos partidos políticos não dispõe de uma burocracia profissional que é indispensável para a disputa e a conquista de votos numa democracia eleitoral em ampliação constante (SANTOS, 2003). Isso requer que se estabeleçam vínculos de confiança e dependência mútuas entre os líderes e a máquina partidária nas sociedades modernas (WEBER, 1999), com a captação dos recursos materiais necessários às campanhas eleitorais que são cada vez mais dispendiosas. Diante da inexistência dessas condições, são criados partidos que são máquinas políticas sob o comando pessoal de lideranças políticas, cujas relações de confiança estão baseadas e dependem de laços familiares ou laços afetivos de lealdade e gratidão para assegurar o segredo imprescindível na relação com as fontes de financiamento das campanhas e na ocupação de cargos e distribuição de recursos políticos provenientes do exercício do poder.

O sistema político estadual apresenta sinais de mais um ciclo de renovação com o surgimento de novas lideranças, num processo que reproduz a lógica clânico-oligárquica dominante. Assim, destaca-se o fenômeno do "filhotismo" político com o advento na cena política de uma nova geração de herdeiros familiares dos diversos grupos político-partidários. Esse processo é conduzido pelas atuais principais lideranças estaduais que já foram, quase em sua totalidade, frutos dessa renovação clânico-oligárquica algumas décadas atrás. Os principais grupos político-partidários cuidam agora de assegurar a iniciação política de seus descendentes que irão dar continuidade aos respectivos interesses políticos. Em 2002, Wilma de Faria elege sua filha, Márcia Maia, para seu primeiro mandato como deputada estadual. Esse processo se intensifica em 2006 com a eleição do deputado federal Felipe Maia, filho de José Agripino Maia (DEM); do deputado federal Fábio Faria, filho do atual vice-governador Robinson Faria (PMN); e do deputado estadual Walter Alves, filho de Garibaldi Alves Filho (PMDB).

A renovação clânico-oligárquica ganha maior densidade pela relevância dos cargos conquistados, com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM), ex-prefeita de Mossoró, como senadora em 2006 e governadora eleita em 2010; além da eleição, como prefeita de Natal em 2008, de Micarla de Sousa (PV), filha do ex-deputado federal e ex-senador Carlos Alberto de Sousa, radialista de origem popular, que ingressa na cena política à sombra, inicialmente, do grupo Alves no PMDB e, posteriormente, do grupo Maia no PDS/PFL.

Isso ocorre como parte do contexto geral paradoxal, em que o declínio nacional do DEM é acompanhado da recuperação da liderança de José Agripino no Rio Grande, que adota uma estratégia vitoriosa nas eleições majo-

ritárias em 2006, quando elege Rosalba Ciarlini Rosado como senadora em disputa com o então Senador Fernando Bezerra (PTB); em 2008, com a eleição de Micarla de Sousa (PV) como prefeita de Natal, com a derrota de Fátima Bezerra (PT), apoiada por Wilma de Faria, Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves; e em 2010 com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) como governadora do Rio Grande do Norte e sua reeleição para uma das vagas em disputa para o senado.

O PV, comandado pela prefeita Micarla de Sousa – apesar dos altos índices de desaprovação da sua administração em Natal, que atingiram recentemente o patamar de 84,5%[15] –, constituiu-se em força política com influência nas maiores cidades da RMN, com a eleição do deputado estadual Gilson Moura, com forte base eleitoral em Parnamirim, e com a eleição do deputado federal Paulo Wagner, ambos apresentadores de programas populares na TV Ponta Negra, filiada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)[16]. Nas eleições em 2010, a prefeita Micarla

[15] Em pesquisa de opinião realizada pela Consult Pesquisa, instituto de pesquisa local, em 24 de março de 2011, em resposta à pergunta "De uma maneira geral o(a) Sr(a) aprova ou desaprova a administração da Prefeita Micarla de Souza, em Natal?", o resultado foi contundente: Aprova – 9,25%, Desaprova – 84,50% e Sem opinião formada – 6,25%. A pesquisa Consult foi realizada de 17 a 23 de março e foram ouvidas 800 pessoas em Natal. A margem de erro é de 3,2%, para mais ou para menos (PESQUISA, 2011).

[16] A TV Ponta Negra é propriedade da família de Micarla de Souza. Foi a sua atuação como jornalista em programa televisivo diário, que tinha grande audiência junto aos setores populares em bairros periféricos, que projetou Micarla de Sousa no cenário político. Ao apresentar e discutir os problemas vividos no cotidiano dos bairros populares, Micarla de Sousa desponta no imaginário popular como potencial candidata à prefeitura de Natal. A partir de pesquisas de opinião para detectar as intenções de voto realizadas em 2003, em que aparecia bem posicionada na manifestação espontânea dos eleitores, Micarla de Sousa programou sua inserção na política norte-rio-grandense com a elaboração de um projeto de marketing político-eleitoral de médio prazo que se mostrou vitorioso nas eleições para a prefeitura de Natal em 2008 (CAMPOS, 2011). Filia-se inicialmente no PP e faz coligação

de Sousa adota posição ambivalente, apoiando ao mesmo tempo Rosalba Ciarlini (DEM) como candidata a governadora e Dilma Rousseff (PT) como candidata a presidente da República.

A transformação da liderança regional de Rosalba Ciarlini Rosado em liderança estadual é o resultado de um longo trabalho de construção da sua imagem pública. Médica pediatra, casada com o ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado, filho do ex-governador Dix-Sept Rosado, um dos principais representantes da família Rosado, que domina a política mossoroense a partir da metade do século XX, ingressa na política sendo eleita três vezes como prefeita de Mossoró (1988, 1996 e 2000). Adota como marca política o nome de Rosalba Ciarlini, conveniente e aparentemente desvinculada dos grupos oligárquicos. Torna-se uma liderança estadual contrariando uma tendência que caracteriza a política potiguar. Em geral, as lideranças estaduais surgem e se consolidam a partir da projeção de uma liderança política que tem origem em Natal, capital do estado e principal colégio eleitoral.

Rosalba Ciarlini firma sua liderança na principal cidade do interior como uma prefeita que, em três mandatos, transforma e moderniza a infraestrutura urbana de Mossoró. O grande crescimento econômico-social da cidade é atribuído unilateralmente à competência de Rosalba como gestora, omitindo-se o substancial aumento da arrecadação municipal oriundo das atividades desenvolvidas pela Petrobras e as empresas que se fixam em Mossoró para dar suporte técnico às crescentes demandas do setor petrolífero na região. É nesse contexto que a cidade despon-

---

eleitoral vitoriosa à prefeitura de Natal como candidata à vice-prefeita de Carlos Eduardo Alves (PSB), em 2004. Depois de romper com o prefeito Carlos Eduardo, filia-se com seu grupo político e passa a controlar o PV, pelo qual é eleita deputada estadual em 2006, como a candidata mais votada no eleitorado natalense, com 24.124 votos (TSE, 2006).

ta como centro regional de médio porte, que se sobressai por expressivas melhorias urbanas e exitosas políticas públicas, com intenso trabalho de marketing político na área cultural. Essa é a base para a construção da sua imagem pública de administradora competente que é difundida por toda a sociedade norte-rio-grandense.

Esse fenômeno ganha expressão política na campanha eleitoral para o Senado em 2006, quando Rosalba Ciarlini enfrenta e vence, ao mesmo tempo, Fernando Bezerra, então senador e líder do governo Lula no Senado, e o ex-governador e senador, Geraldo Melo. Numa campanha surpreendente ganha a vaga senatorial e derrota Fernando Bezerra, que inicia a campanha como favorito. Rosalba Ciarlini (PFL) obtém 44,18% dos votos; Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Isso acontece também em Natal: Rosalba Ciarlini tem 41,99% dos votos e derrota Fernando Freire, apoiado por Wilma de Faria, com 40,28% dos votos, e Geraldo Melo, que recebe 12,98% dos votos dos eleitores natalenses (TSE, 2006).

Rosalba Ciarlini consolida sua liderança estadual nas eleições municipais de 2008, quando tem destacada atuação política ao participar ativamente da campanha eleitoral em cidades de todas as regiões do estado. Pela importância estratégica, todavia, concentra sua atuação nos principais colégios eleitorais. Tem papel de relevo na vitória de Micarla de Souza à Prefeitura de Natal, consolidando sua imagem pública junto ao eleitorado natalense.

O ciclo de ascensão político-eleitoral de Ciarlini se completa com o êxito nas eleições de 2010. Ao concorrer com o então governador Iberê Ferreira (que havia sido vice de Wilma de Faria e assumido o cargo com a renúncia desta para se candidatar ao Senado) e o ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves, Rosalba vence já no primei-

ro turno do pleito, obtendo 52,5% de votos (contra 36,3% de Iberê e 10,4% de Carlos Eduardo).

O consórcio político que levou Rosalba Ciarlini ao êxito eleitoral em 2010 foi marcado pela continuidade do acordo político entre Garibaldi Alves e José Agripino que, por extensão, se constituíram nos principais cabos eleitorais da então senadora. Há de se notar, contudo, que somente este fez parte da chapa majoritária encabeçada por Rosalba. O PMDB, do grupo Alves, lançou, com vistas a acomodar os interesses conflitantes em seu interior, uma chapa majoritária própria, capitaneada pela candidatura ao Senado de Garibaldi.

Com tal artifício, Henrique Alves se viu liberado para apoiar Iberê ao governo e Wilma ao Senado. Ademais, o PMDB também atraiu o PR, do deputado João Maia, e o PV, da prefeita de Natal, Micarla de Souza, para uma coligação a deputado federal, que possibilitou a reeleição de Henrique Alves e João Maia e a eleição de Paulo Wagner (PV) para a Câmara Federal.

Rosalba também contou com o decisivo apoio do então presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, que foi candidato a vice-governador em sua chapa. Robinson, que apoiou Wilma de Faria durante boa parte de seus dois mandatos como governadora, migrou para a oposição quando ficou definida a candidatura de Iberê Ferreira ao governo, em 2010. A migração de Robinson e seus liderados (um deputado federal, seu filho Fábio Farias, quatro deputados estaduais e vários prefeitos no interior do estado) foi a peça final no quebra-cabeça que levou Rosalba ao governo do estado.

O outro lado da moeda na ascensão político-eleitoral de Rosalba Ciarlini e associados na eleição de 2010 foi o consequente declínio do grupo liderado por Wilma de Faria. Além da derrota de seu candidato ao governo, a própria Wilma sofreu um revés eleitoral (651.358 votos) em

sua candidatura ao senado, sendo derrotada justamente por seus dois principais adversários, Garibaldi Alves (1.042.272 votos) e José Agripino (958.891 votos).

Diante disso, cabe ressaltar que a vitória de José Serra na principal região do estado se deu em um contexto de reorganização política e vitória do consórcio clânico-oligárquico, com consequente declínio eleitoral do grupo capitaneado por Wilma de Faria, a principal liderança aliada ao projeto político das candidaturas presidenciais petistas no estado. Acrescente-se a esse cenário as tendências eleitorais igualmente declinantes dos partidos de esquerda, sobretudo do PT potiguar. Essas são as principais variáveis do plano político local a incidir na guinada eleitoral tucana na região analisada.

PT E PSDB: Tendências eleitorais nas eleições presidenciais e o contraste entre a Região Metropolitana de Natal e o Rio Grande do Norte

Nesta seção, procurar-se-á demonstrar que a vitória eleitoral de José Serra na Região Metropolitana de Natal foi o resultado da sedimentação de tendências eleitorais diversas apresentadas no cômputo geral do Rio Grande do Norte e da própria região analisada. Em âmbito estadual, consolida-se a hegemonia eleitoral das candidaturas petistas à Presidência da República (em um processo que remonta às duas eleições anteriores), ao mesmo tempo em que essa tendência se inverte em favor das candidaturas pessedebistas na Região Metropolitana de Natal.

Como já visto, o processo histórico de construção da estruturação socioeconômica do Rio Grande do Norte conduziu à constituição de poucos conglomerados urbanos com forte concentração demográfica e eleitoral. Os maiores municípios do estado, além de guardar semelhanças na estrutura de suas composições sociais, apresentam

afinidades, por exemplo, no plano do comportamento político-eleitoral. Foi o que se registrou no pleito presidencial de 2010.

Naquela ocasião, a maioria eleitoral obtida pela candidatura José Serra em Natal foi replicada também nos outros dois principais municípios da RM de Natal[17]: Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Naquele, a vitória serrista se afigurou como a confirmação de um resultado já expresso no primeiro turno, ao passo que neste, bem como em Natal, tal maioria representou uma virada eleitoral.

Esses escores estão em contraste com o quadro geral de votação do segundo turno no estado. Nele, Dilma Rousseff obteve 59,54% dos votos (contra 40,46% de José Serra); em Natal, a petista obteve 48,28% versus 51,72% para o psdbista. No cômputo dos municípios considerados da Região Metropolitana de Natal, novamente uma maioria para Serra foi confirmada (em 51,2%, contra 48,8% da petista), impulsionada não somente pelo resultado de Natal, mas pelos referidos escores de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim (cidade na qual o candidato obteve sua maior diferença em relação à sua oponente, com 57,72% dos votos).

Há de se observar, todavia, que tanto o resultado geral do estado no segundo turno quanto o registrado pela Região Metropolitana de Natal apresentam-se como desdobramentos de tendências já observadas no primeiro round da eleição.

---

[17] A Região Metropolitana de Natal foi reconhecida por Lei Complementar Estadual em 1997. Dela fazem parte os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Extremoz, São José de Mipibu e Nísia Floresta. Para fins de análise, serão consideradas aquelas que apresentam maior nível de integração à capital (Observatório das Metrópoles, 2005): Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim.

Quadro 5: Resultados eleitorais – Eleições presidenciais 2010 – Região Metropolitana Natal e Total RN[18]

1º Turno							
N	Município	Dilma	%	Serra	%	Marina	%
1	Natal	138.893	35,6	130.582	33,47	114.727	29,408
2	Parnamirim	21.509	29,03	26.323	35,52	25.413	34,295
3	São G. do Amarante	18.496	42,93	15.116	35,08	9.091	21,099
4	Macaíba	15.353	47,44	11.147	34,44	5.591	17,275
5	Extremoz	5.245	46,11	3.871	34,03	2.201	19,351
6	Ceará-Mirim	19.922	58,03	9.722	28,32	4.330	12,613
Total RMNatal (faixa)		219.418	37,48	196.761	33,61	161.353	27,56
Total RN		846.416	51,76	460107	28,14	313360	19,16
2º Turno							
N	Município	Dilma	%	Serra	%	Marina	%
1	Natal	188.558	48,28	202.019	51,72	-	-
2	Parnamirim	31.042	42,28	42.380	57,72	-	-
3	São G. do Amarante	21.557	49,19	22.266	50,81	-	-
4	Macaíba	17.168	51,06	16.458	48,94	-	-
5	Extremoz	6.180	53,37	5.400	46,63	-	-
6	Ceará-Mirim	22.430	64,17	12.523	35,83	-	-
Total RMNatal (faixa)		286.935	48,8	301.046	51,2	-	-
Total RN		979.772	59,54	665.726	40,46	-	-

Fonte: TSE

Já na primeira etapa do pleito, conforme demonstram os números expostos no Quadro 5, Dilma Rousseff conseguiu arregimentar um volume eleitoral maior no cômputo geral do estado, obtendo mais votos do que a soma de todos os outros candidatos juntos (51,76%). Porém, no âmbito da Região Metropolitana de Natal, essa propor-

[18] Votação de outros candidatos à Presidência, no primeiro turno: Região Metropolitana de Natal (faixa): 7845; Rio Grande do Norte: 15280.

ção se inverteu: seus 37,48% rivalizaram com a soma de 62,52% de votos, obtida pelas outras candidaturas. Esse percentual é análogo ao da votação em Natal: a soma de todas as candidaturas oposicionistas chegou à marca de 64,4% dos votos válidos.

A capacidade de obter mais votos na capital, e em sua área de influência, do que no plano geral do estado foi uma característica fundamental das outras duas principais candidaturas naquela ocasião: José Serra e Marina Silva. Os percentuais de 33,61% na faixa de municípios considerados na RM Natal e 28,14% no estado, obtidos por Serra, e 27,56% e 19,16% somados por Marina, atestam tal condição. Para além desses percentuais, as votações tanto na própria Natal (na qual Serra e Marina juntos obtiveram 62,88% dos votos) quanto em Parnamirim (cidade em que ambos somados suplantaram Dilma no número de votos, chegando a 69,81%) demonstram a capacidade de penetração das mais importantes candidaturas de oposição na região considerada. De tal forma que, justamente nos municípios em que Marina obteve suas melhores votações no primeiro turno – Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante – Serra consolidou maiorias eleitorais, no segundo turno.

Por extensão, tais tendências também registraram outro elemento importante na composição da votação dos candidatos à Presidência da República no Rio Grande do Norte, qual seja: no pleito de 2010, as candidaturas oposicionistas derivaram em maior grau suas votações da área de influência de Natal do que o apresentado por Dilma Rousseff. No primeiro turno, enquanto a votação da candidata petista foi composta por apenas 25,92% de votos oriundos da Região Metropolitana de Natal, a proporção dos votos de José Serra contou com 42,76% de votos nessa região. Marina Silva, por sua vez, foi a postulante com

maior "dependência" da RM Natal: com 51,49% de seus votos obtidos em tal área. Tais proporções também se repetiram no segundo turno[19]: a votação de Dilma contou com 29,29% de votos da RM Natal, enquanto Serra contou com 45,22%.

Em suma, todos esses dados demonstram como a tendência à votação na oposição, já registrada no primeiro turno, é confirmada na Região Metropolitana de Natal, no segundo; ao passo que, no âmbito do estado, registram a expressiva votação em ambos os turnos da eleição obtida por Dilma Rousseff.

Caso sejam comparados com os resultados de eleições anteriores, esses contrastes apresentados pelo quadro de votação do Rio Grande do Norte, no pleito presidencial de 2010, podem ser melhor contextualizados. O olhar comparativo desvelará que o não alinhamento das tendências registradas na Região Metropolitana de Natal e no conjunto do estado do Rio Grande do Norte não se afigura enquanto uma "novidade" apresentada pelo último escrutínio dos votos. Pelo contrário, mesmo a primeira mirada aos dados comparativos indicará a consistência do deslocamento eleitoral entre a RM de Natal e o cômputo geral da votação norte-rio-grandense.

[19] Um dado acessório ajuda a compreender a dispersão das votações das principais candidaturas à Presidência pelo território do estado: o número de "vitórias". No primeiro turno, Dilma Rousseff obteve mais votos do que seus opositores em 160, dos 167, municípios potiguares (o que representou 96% do total). José Serra venceu em todos os outros sete municípios. Ao passo que, no segundo turno, tal proporção passou a 148 (ou 89%) da petista contra 19 do tucano. Tal crescimento do oposicionista, contudo, não foi suficiente para reverter, naquela etapa da votação, a vultosa vitória eleitoral que Dilma obteve no plano estadual.

Quadro 6: Resultados eleitorais – Primeiro turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – RM Natal e RN

Região Metropolitana de Natal						
	PT	%	PSDB	%	Outros	%
2002	236965	48,44	82775	16,92	167269	34,19
2006	275218	49,15	211333	37,74	71183	12,71
2010	219.418	37,48	196.761	33,61	161.353	27,56
Rio Grande do Norte						
	PT	%	PSDB	%	Outros	%
2002	581544	43,7	296856	22,3	448776	33,7
2006	952796	60,2	499934	31,6	124875	7,9
2010	846.416	51,76	460.107	28,14	313.360	19,16

Fonte: TSE

O quadro[20] apresentado mostra os resultados dos primeiros turnos das últimas três eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010) na RM de Natal e no Rio Grande do Norte. A eleição em 2002 apresentou um quadro fragmentado no primeiro turno. Ao contrário dos pleitos subsequentes, a candidatura petista obteve um maior volume de votação na RM de Natal, em comparação ao plano geral do estado. Também contrariando as tendências dos pleitos mais recentes, a soma das votações das candidaturas alternativas à polarização PT/PSDB (Garotinho e Ciro) suplantou a votação recebida pela candidatura José Serra em ambos os planos considerados. Com 48,44% na RM de Natal

[20] Para fins de apresentação dos resultados, nos quadros 5 e 6 foram expostas as siglas dos principais partidos concorrentes das disputas presidenciais: PT e PSDB. As candidaturas "alternativas" à polarização entre estes dois partidos tiveram seus dados somados. Isto é, na coluna destinada aos candidatos "alternativos", estão somados os escores de Anthony Garotinho e Ciro Gomes, em 2002, e Heloísa Helena e Cristóvão Buarque, em 2006. Em 2010, optou-se por manter somente a votação de Marina Silva sob esta alcunha.

e 43,7% no cômputo do estado, Lula arregimentou votos para uma dianteira folgada sem, porém, obter mais votos do que a soma de seus oponentes.

Foi no primeiro turno do pleito de 2006, contudo, que a tendência ao não alinhamento entre a RM Natal e a somatória do RN começou a se delinear. Já na primeira etapa, Lula obteve uma ampla vitória eleitoral no plano estadual, com 60,2% dos votos, mas apresentou, apesar da expressiva votação na zona de influência da capital, 49,15%, uma votação menor do que a obtida pelos seus adversários. Neste momento da disputa, a candidatura pessedebista retomou a capacidade de contraposição à petista, obtendo 37,74% dos votos na RM de Natal e 31,6% no RN, frente ao somatório das candidaturas alternativas (Heloísa Helena e Cristóvão), que então restringiram suas capacidades de influência à RM de Natal, nela arregimentando 12,71%, contra 7,9% no total do estado.

Tendo em vista os resultados de 2006, o contraste do segundo turno da eleição de 2010 deixa de parecer algo extraordinário. Em ambos os pleitos, as dinâmicas eleitorais dos primeiros turnos expressaram ampla maioria para as candidaturas petistas na somatória geral do estado. Porém, no primeiro turno das duas últimas eleições, a Região Metropolitana de Natal expressou uma preferência majoritária por outras candidaturas envolvidas na disputa (que somaram, respectivamente, 50,75% e 60,52%). Obviamente, caso tomada em comparação com o resultado de Lula em 2006, há uma significativa perda de amplitude eleitoral por parte da candidatura Dilma, em 2010. Contudo, o que se pode identificar, conforme os índices expostos nas tabelas abaixo, é que, ao contrário daquele, que ampliou sua votação na passagem ao segundo turno em ambos os planos territoriais considerados, Dilma conseguiu ampliar sua votação somente no cômputo geral do estado.

Quadro 7: Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – RM de Natal e RN

RM Natal				
	PT	%	PSDB	%
2002	315003	66,45	159048	33,55
2006	340598	61,49	213313	38,51
2010	286935	48,8	301046	51,2
Rio Grande do Norte				
	PT	%	PSDB	%
2002	781947	58,64	551628	41,63
2006	1.073.182	69,91	461995	30,09
2010	979.772	59,54	665.726	40,46

Fonte: TSE

Para se ater especificamente aos números: enquanto no segundo turno de 2006, Lula passou aos 61,49% na RM de Natal e ao ápice de 69,91% no plano do estado, Dilma, em 2010, conservou uma larga dianteira na somatória geral do RN, 59,54%, sem, porém, repetir o mesmo volume eleitoral na zona de influência de Natal (com 48,8% dos votos, foi derrotada por José Serra). Por outro lado, nas duas últimas eleições da década, os segundos turnos registraram, para as candidaturas tucanas, mais votos na RM de Natal do que no estado. Em 2006, Geraldo Alckmin obteve, no quadro do estado, menos votos na segunda etapa do pleito do que os arregimentados na primeira: seus 30,09% representaram 461.995 eleitores, frente aos 499.934 do primeiro turno. Na RM de Natal, mesmo com um parco crescimento, ele ainda chegou a manter 38,51% dos votos. Serra, em 2010, embora tenha elevado o patamar da votação pessedebista em âmbito estadual no segundo turno, com 40,46% dos votos, alargou fundamentalmente seu poten-

cial eleitoral na zona de influência de Natal, obtendo uma maioria de 51,2% dos votos.

Esses dados da passagem dos primeiros aos segundos turnos começam a desvelar as tendências centrais desenvolvidas pelas principais candidaturas contendoras à Presidência da República no estado do Rio Grande do Norte. Em um contínuo do início ao fim da década, os postulantes petistas tornam-se gradativamente menos "dependentes" da votação na Região Metropolitana de Natal, ao passo que os tucanos experimentam justamente o contrário, perdendo influência no interior do estado. Desagregando as votações obtidas pelas candidaturas presidenciais nos dois planos aqui considerados, em votos obtidos na RM de Natal e votos obtidos nos outros municípios do estado, será possível observar de forma mais adequada tais tendências.

Quadro 8: Eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Proporções eleitorais – RM de Natal / Rio Grande do Norte

	PT		PSDB		Alter.	
	RM Natal	RN (outros)	RM Natal	RN (outros)	RM Natal	RN (outros)
1º T 2002	40,75	59,25	27,88	72,12	37,37	62,73
2º T 2002	40,28	59,72	28,83	71,17	-	-
1º T 2006	28,89	71,11	42,27	57,73	57	43
2º T 2006	31,74	68,26	46,17	53,83	-	-
1º T 2010	25,92	74,08	42,76	57,24	51,49	48,51
2º T 2010	29,29	70,71	45,22	54,78	-	-

Fonte: TSE

No primeiro pleito da década, em seu primeiro turno, tem-se um quadro no qual a "interiorização" do eleitorado é marca patente da candidatura tucana (com 72,12% de votos advindos de outros municípios que não os da Região Metropolitana de Natal) e das alternativas à po-

larização PT/PSDB (com 62,73% obtidos por Garotinho e Ciro). Embora mantenha uma boa proporção de votos no interior do estado, a primeira candidatura Lula da série é a mais dependente da RM de Natal. Esse quadro também se repete no segundo turno de 2002, com Serra atingindo 71,17% de interiorização, contra 59,72%, de Lula.

Em 2006, o quadro muda totalmente: a votação da candidatura petista se interioriza e a tucana passa a depender decisivamente da votação em Natal e sua zona de influência. As candidaturas alternativas (Heloísa Helena e Cristóvão) passam a derivar suas votações da RM de Natal em uma porção majoritária. Em 2006, é a candidatura Lula que passa a obter em torno de 70% de interiorização em ambas as etapas do pleito, com 71,11% no primeiro turno e 68,26% no segundo. Por sua vez, Alckmin varia entre 57,73%, no primeiro turno, e 53,83% no segundo, de interiorização.

Os números da proporção da votação na RM de Natal e de outros municípios do RN obtidos em 2006 são replicados em 2010 com patamares muito semelhantes. A candidatura Dilma continua com índices em torno de 70% de interiorização (74,08% e 70,71%, nos respectivos turnos do pleito), ao passo que Serra (com 57,24% e 54,48%) obtém quase que os mesmos números de Alckmin, em 2006. Marina, embora tenha reduzido o grau de dependência da votação na RM de Natal, obtido pelas candidaturas alternativas à polarização PT/PSDB, continua a obter mais votos nessa região (com 51,49%) do que nos demais municípios do estado.

Ao se observar esse conjunto de dados, as razões para o resultado eleitoral em contraste, apresentado em 2010, ficam mais claras. Poderia mesmo ser dito que essas razões devem começar a ser buscadas em 2006. Nesse pleito, as tendências eleitorais mudam. A candidatura do PT pas-

sa a ser mais interiorizada, ao passo que a do PSDB, antes mais interiorizada, começa a depender substancialmente da votação em Natal e sua Região Metropolitana. Ademais, é em tal pleito que a decisiva diminuição da capacidade de influência das candidaturas alternativas passa a vigorar.

Em 2010, pouco muda e os resultados eleitorais são desenvolvimentos de tendências já observadas em 2006. A candidatura petista continua com um volume eleitoral maior de interiorização e mantém seus índices eleitorais no cômputo geral do estado. A ofensiva oposicionista em Natal e sua Região Metropolitana, que leva no primeiro turno aos escores dilatados de Serra e Marina (candidatura que restitui a capacidade de iniciativa das "alternativas" na RM de Natal), bem como à vitória do tucano, no segundo, é um desdobramento direto do redimensionamento da amplitude daquelas candidaturas. Tal ofensiva, enfim, restringe-se àquela região, uma vez que Dilma mantém, em 2010, a interiorização obtida por Lula em 2006, e balanceia as proporções eleitorais mantendo uma larga dianteira no cômputo geral do estado.

Construindo algumas hipóteses explicativas

Da observação direta dos dados, dois pontos de inflexão afiguram-se os mais emblemáticos nas dinâmicas eleitorais recentes das candidaturas presidenciais, no Rio Grande do Norte. Primeiro, a consolidação da hegemonia eleitoral petista, firmada em 2006 e replicada em 2010, no plano geral do estado e, segundo, a guinada eleitoral psdbista no âmbito da Região Metropolitana de Natal, protagonizada no segundo turno do pleito de 2010.

Há de se ter em conta, porém, que a obtenção de uma hegemonia eleitoral das candidaturas petistas, com consequente mudança de base eleitoral em 2006, é um fenômeno eleitoral verificado em esfera nacional. Por extensão,

com vistas à sua compreensão, um intenso debate tomou cena nas ciências sociais brasileiras.

Somente para citar alguns dos mais destacados, Singer (2009), Nicolau e Peixoto (2007) e Rennó e Cabello (2010) desenvolveram estudos que, embora tenham mobilizado diferentes instrumentais conceituais e chegado a conclusões divergentes, partem da mesma constatação de mudança de base eleitoral da candidatura petista a partir de 2006.

Singer (2009), por exemplo, naquela que talvez tenha sido a tese mais discutida, busca dar conta da mudança de base eleitoral em questão formulando uma noção peculiar do "lulismo". Esse é o termo que usa para caracterizar o desalinhamento, que notadamente teve seu momento decisivo na eleição de 2006, entre as bases eleitorais lulistas e petistas. "Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT" (SINGER, 2009, p. 96).

Nesse sentido, os resultados eleitorais apresentados em terras potiguares estão em consonância com as tendências gerais do eleitorado brasileiro. Torna-se coerente afirmar, portanto, que para sua vitória no plano do estado, Dilma Rousseff se valeu, em 2010, da base eleitoral lulista constituída já em 2006.

Ademais, uma vez que se operou a mudança do lulismo para uma base menos urbana, e mais "francamente popular", tal efeito teve como extensão, no caso potiguar, uma restrição dos potenciais oposicionistas característicos de um eleitorado mais urbano. O acúmulo desses potenciais eleitorais oposicionistas culminou na vitória eleitoral serrista no segundo turno de 2010.

Faz-se necessário analisar, contudo, quais foram os motivos do realinhamento eleitoral constatado. No caso do lulismo, a literatura antes referenciada registra várias teses: da afinidade à figura de Lula, devido à "guinada

material" sentida pelo eleitorado popular durante seus governos (SINGER, 2009), à recompensa eleitoral pelos programas sociais (NICOLAU e PEIXOTO, 2007), passando pela caracterização do lulista como eleitor não alinhado, propenso a avaliar o desempenho do governo antes de ter afinidades partidárias ou relativa a líderes (RENNÓ e CABELLO, 2010).

E no caso da guinada tucana na RM de Natal, em 2010, o que moveu o eleitorado? No que segue, algumas hipóteses explicativas serão elencadas.

Os dados que registram a mudança de tendências eleitorais das candidaturas presidenciais no estado do Rio Grande do Norte – (RN) e na Região Metropolitana de Natal conduzem à compreensão de que, nesta última, um eleitorado com inclinações ao voto em candidaturas pessedebistas e "alternativas" se formou em 2006 e 2010. É bastante provável que este eleitor oposicionista natalense advenha majoritariamente dos extratos sociais que rejeitaram as medidas do início do Governo Lula, como um trabalhador do setor de serviços públicos descontente com a reforma da Previdência, por exemplo. Tal rejeição certamente associa-se a um distanciamento em relação ao PT e suas candidaturas, com a qual se identificavam segmentos da classe média com formação técnica do setor de serviços, sobretudo da administração pública, com grande importância socioeconômica na Região Metropolitana de Natal.

Para além da composição social desse eleitorado oposicionista, sua adesão a determinados valores torna-se um elemento explicativo importante. Em 2006, a agenda eleitoral foi marcada pela centralidade do tema da corrupção, na esteira da chamada "Crise do Mensalão", iniciada em 2005, e do "Episódio dos Aloprados", que tomou cena durante o próprio pleito, ao fim do primeiro turno. A conquista de um considerável peso eleitoral na RM de Natal,

já naquele ano (no qual as candidaturas oposicionistas impuseram uma derrota eleitoral a Lula na primeira volta eleitoral naquela região, somando 50,75% dos votos válidos), enseja a suscetibilidade do votante oposicionista ao voto punitivo baseado em avaliações ético-morais.

Essa orientação para o comportamento eleitoral provavelmente foi replicada pelo eleitorado de matiz oposicionista nas eleições de 2010. Neste pleito, os extratos que em 2006 votaram contra o governo, punindo-o pelas denúncias de corrupção, voltaram a assumir um comportamento oposicionista rejeitando a figura pública da candidata governista: mulher, ex-guerrilheira, técnica sem carisma, identificada com a defesa de uma agenda moral mais progressista. Esse, contudo, não foi o único efeito atingido pela orientação moral ao voto nas eleições de 2010.

Na reta final do primeiro turno, houve uma guinada radical na agenda eleitoral presidencial. De um debate primordialmente focado na herança política e nos avanços econômicos e sociais do governo Lula, a disputa política passou a se centrar em uma agenda eminentemente moral. Baseadas numa pretensa mudança de posição de Dilma Rousseff sobre a questão do aborto, Marina Silva e José Serra exploraram politicamente a questão. Por decorrência do segundo turno, a temática se aprofundou e insuflou uma inserção exacerbada de temáticas e atores do campo religioso na campanha eleitoral. A isso foram acrescentados escândalos veiculados com grande destaque e tom sensacionalista pelas maiores redes de televisão e pelos maiores jornais e revistas nacionais, tais como as denúncias envolvendo a então sucessora de Dilma na Chefia da Casa Civil, Erenice Guerra, que culminaram na criação de um caldo de cultura favorável à orientação conservadora do voto.

Natal, bem como sua Região Metropolitana, parece ter sido profundamente afetada pela prevalência de tal agenda moralizante. Essa constatação pode ser ilustrada com o recurso de exposição de dados de algumas pesquisas de opinião realizadas na ocasião. No caso, a visualização dos dados produzidos pelo Ibope em sondagens na capital potiguar (reproduzidos na tabela abaixo), deixa exposto indícios interessantes sobre tal mudança no debate eleitoral. Nas enquetes deste instituto, os eleitores eram questionados em quem votariam, caso tivessem que escolher entre Dilma e Serra.

Quadro 9: Natal-RN – Sondagens de Opinião: Escolha entre Dilma e Serra

	14 ago.		20 ago.		23 set.	
	RN	Natal	RN	Natal	RN	Natal
Dilma	57%	49%	58%	48%	57%	42%
Serra	35%	37%	35%	44%	33%	46%
Brancos/nulos	4%	8%	3%	6%	6%	8%
Indecisos	4%	6%	4%	3%	4%	4%

Fonte: Ibope

Nas pesquisas realizadas em agosto, como demonstram os dados, os resultados da escolha acompanharam os obtidos pelo cômputo geral do estado e averiguaram uma dianteira de Dilma em Natal. Por outro lado, é justamente no fim de setembro, período de aprofundamento das denúncias contra Erenice Guerra, assessora direta de Dilma na Casa Civil da Presidência da República, e introdução de questões morais na campanha, que Serra opera sua virada na série.

Ademais, da forma como foi tratada durante a campanha, a agenda moral foi capaz de mobilizar, em Natal e Região Metropolitana, extratos sociais que haviam sido

lulistas em 2006. Assim sendo, se em 2006, em circunstâncias análogas, Lula conseguiu reverter, no segundo turno, uma tendência de voto que se mostrou influenciada pelas circunstâncias da punição eleitoral às denúncias de corrupção registradas no primeiro turno. No entanto, Dilma não conseguiu fazer o mesmo em 2010. Portanto, também um eleitorado antes lulista, motivado por uma orientação moralizante do voto, aderiu à candidatura Serra naquele pleito. Um bom indício disso pode ser encontrado na distribuição da votação por Dilma (vermelho), Serra (azul) e Marina (verde) nos bairros natalenses apresentada na figura e no quadro abaixo.

Quadro 10: Natal-RN – Votação por Bairro – 1º e 2º Turno

	1º TURNO			2º TURNO	
REGIÃO/BAIRRO	**DILMA**	**SERRA**	**MARINA**	**DILMA**	**SERRA**
NORTE	**39.838**	**34.955**	**30.289**	**53.779**	**55.019**
Igapó	4.366	4.113	3.075	5.665	6.384
Lagoa Azul	8.573	7.621	6.367	11.574	11.871
Nª Sra. da Apresentação	3.975	3.285	3.184	5.271	5.398
Pajuçara	4.729	3.951	3.512	6.316	6.168
Potengi	17.580	15.368	13.765	24.215	24.296
Redinha	615	617	386	738	902
SUL	**33.454**	**28.815**	**32.984**	**52.023**	**52.327**
Candelária	3.727	3.827	4.217	5.441	5.968
Capim Macio	5.063	4.235	5.195	7.189	6.802
Lagoa Nova	8.408	8.557	7.954	15.800	18.883
Neópolis	6.840	4.917	6.658	9.901	8.093
Nova Descoberta	903	863	982	1.267	1.505
Pitimbu	6.033	4.256	5.875	8.816	7.259
Ponta Negra	2.480	2.160	2.103	3.609	3.817
LESTE	**26.911**	**29.851**	**24.424**	**36.690**	**44.798**
Alecrim	7.303	7.832	6.882	10.266	11.916
Barro Vermelho	1.753	2.249	1.836	2.466	3.348
Cidade Alta	2.705	3.001	2.254	3.527	4.352
Lagoa Seca	2.010	1.942	1.516	2.663	2.908
Mãe Luiza	2.791	2.436	1.923	3.684	3.765
Petrópolis	2.663	3.513	2.693	3.654	5.097
Praia do Meio	397	333	347	518	572
Ribeira	1.949	1.813	1.477	2.562	2.785
Rocas	2.043	1.899	1.787	2.739	3.071
Santos Reis	513	481	461	751	751
Tirol	2.784	4.352	3.248	3.860	6.233
OESTE	**35.531**	**33.005**	**23.526**	**46.113**	**49.781**
Bom Pastor	4.542	4.682	2.757	5.838	6.871
Cidade da Esperança	6.319	5.947	4.544	8.503	8.591
Cidade Nova	2.089	2.019	1.222	2.740	2.948
Dix-Sept Rosado	3.364	3.445	2.535	4.401	5.291
Felipe Camarão	7.186	5.858	3.903	8.820	9.316
Guarapes	1.180	461	443	1.419	788
Nazaré	2.148	2.312	1.644	2.860	3.357
Nordeste	1.838	1.603	1.384	2.641	2.514
Planalto	1.003	818	742	1.306	1.439
Quintas	5.862	5.860	4.352	7.585	8.666
TOTAL NATAL	**135.734**	**126.626**	**111.223**	**188.605**	**201.925**

Fonte: TSE; Elaboração Própria[21]

[21] Pelos dados da tabela, os autores agradecem ao Deputado Estadual Fernan-

Figura 4: Natal-RN – Rendimento Nominal Médio

No primeiro turno, Dilma vence isoladamente Serra e Marina por uma pequena diferença no total das quatro zonas de Natal, perdendo apenas na Zona Leste; todavia, sofre uma expressiva derrota – 102.115 votos – quando são somados os votos das duas principais candidaturas oposicionistas. No segundo turno, Serra vence por 13.320 votos, captando 67,7% dos votos dados a Marina no pri-

do Mineiro e seu assessor técnico, Rubens Passos.

meiro turno. A vitória de Serra foi replicada em todas as zonas da cidade, espalhando-se por bairros com realidades sociais muito díspares.

Segundo os resultados do primeiro turno, considerando a distribuição geográfica do voto no conjunto dos 34 bairros que compõem as quatro zonas da capital, Dilma vence em 21 (61,8%); Serra, em 10 (29,4%); e Marina, em apenas 3 (8,8%). Dilma alcança suas maiores votações em Neópolis e Pitimbú, bairros de classe média com médios rendimentos, e em Felipe Camarão e Guarapes, bairros populares. Serra tem melhor desempenho em bairros mais ricos – Tirol, Petrópolis, Lagoa Nova e Barro Vermelho –, mas também vence em bairros populares, como Bom Pastor e Nazaré. E Marina consegue suas maiores votações em Candelária e Capim Macio, bairros tipicamente de moradores de classe média com altos rendimentos. Os três principais candidatos à Presidência da República revelaram-se muito competitivos, com votações muito aproximadas na maioria dos bairros de Natal.

Com a polarização do segundo turno, a maioria dos votos de Marina migra para Serra, produzindo uma alteração substancial na distribuição geográfica dos votos dos eleitores natalenses. Serra ganha a eleição em todas as quatro regiões, vencendo de maneira incontestável em 27 (79,5%) bairros, de diferentes perfis socioeconômicos, mas com votações mais concentradas em bairros mais ricos, como Tirol e Petrópolis. Por sua vez, Dilma vence em apenas 7 (20,5%) bairros, com perfis de classe média e classes populares, alcançando sua melhor performance em Guarapes, um dos bairros mais pobres de Natal.

Aqui a hipótese do voto orientado pela agenda moral pode ser dividida em duas. Para o caso das classes médias, como antes referido, o preconceito de classe e a rejeição ao PT, em decorrência de suposto aumento da corrupção e desvios éticos no governo Lula, foram adicionados

à imagem pública negativa de Dilma Rouseff, construída com ativa participação da grande mídia brasileira. Esse fenômeno se aprofundou no segundo turno, com a série de ataques subterrâneos à candidata pela via de toda uma sorte de boatos, fato que obrigou o PT a criar um site com o intuito de rebatê-los. Contudo, nas classes populares, é possível que o motivo religioso e os valores morais conservadores tenham sido os principais elementos motivadores. Com os itens da agenda espiralando dentro e fora das propagandas eleitorais, a mobilização de atores religiosos igualmente dentro e fora da campanha pode ter influenciado os eleitores, antes lulistas, a mudar o voto.

Nessa agenda conservadora que polarizou o segundo turno das eleições presidenciais, a questão do aborto ganhou proeminência por despertar grande desaprovação pela grande maioria da população brasileira. Isso é confirmado em estudo realizado sobre as relações existentes entre filiação religiosa e comportamento eleitoral, em que fica demonstrado que a postura anti-aborto é comum entre as pessoas filiadas aos diferentes grupos religiosos: "mais de 80% se revelam favoráveis ou à proibição total ou parcial do aborto", apesar dos evangélicos serem os mais conservadores sobre essa temática (BOHN, 2004, p.313). Além disso, a questão da homossexualidade também desperta forte conservadorismo entre os principais grupos religiosos: 69,02% dos católicos e 84,34% dos evangélicos consideram que o homossexualismo (sic) masculino é doença ou falta de vergonha (BOHN, 2004).

Nas últimas décadas, houve uma redefinição ideológica da Igreja Católica, com o declínio da influência da Teologia da Libertação como resultado da ação política da cúpula da Igreja Católica, que limitou e restringiu o poder antes exercido por cardeais, bispos e padres progressistas. Em seu lugar foi estimulado e apoiado o avanço do

movimento carismático entre os católicos, que possui um ideário político e moralmente conservador, como forma, inclusive, de tentar conter o crescimento das correntes evangélicas. A concorrência entre católicos e evangélicos terminou por aproximá-los no compartilhamento de valores morais muito semelhantes. Essa confluência entre católicos e evangélicos cria um ambiente mais favorável à difusão e aceitação de posturas mais conservadoras em relação a temas como a descriminalização do aborto e o reconhecimento de direitos civis elementares aos homossexuais.

Além das hipóteses explicativas anteriormente esboçadas, há que se considerar a presença de aspectos estruturais da realidade social que exercem importantes condicionamentos sobre os processos eleitorais.

A Região Metropolitana de Natal constitui uma espécie de subsistema social com grande heterogeneidade interna, sendo composta por municípios que apresentam estruturas socioeconômicas muito diversas em termos de dimensão urbana, nível de desenvolvimento econômico e modernização sociocultural. Natal ocupa a posição de núcleo dinâmico dos processos econômicos, sociais e políticos. Com intensidade desigual, verifica-se a tendência à conurbação urbana, envolvendo, sobretudo, Natal, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, cidades que estão no seu entorno imediato. O processo de conurbação encontra-se mais avançado entre os limites urbanos e as populações de Natal e Parnamirim. A maior concentração dos fluxos societários pela maior proximidade física e cultural entre as populações dessas duas cidades faz com que as tendências que surgem nos processos político-eleitorais em Natal se difundam e se reproduzam em alguma medida em Parnamirim. As semelhanças existentes na distribuição da renda mensal entre seus extratos sociais

(segmentos destacados em cinza na tabela abaixo) favorecem a manifestação de fenômenos político-ideológicos que possuem traços em comum. Sem esquecer, contudo, que as diferenças de comportamento eleitoral que existem entre os bairros de uma determinada cidade também são observadas em cidades em processo de conurbação.

Quadro 11: Pessoas de 10 Anos ou Mais Segundo a Classe de Rendimento – 2000 (em Salários Mínimos) Rio Grande do Norte (RN), Natal (N), Parnamirim (P) e São Gonçalo do Amarante (SG)[22]

Classe de Rendimento Nominal Mensal (em Salários Mínimos)	Número de Pessoas				%			
	RN	N	P	SG	RN	N	P	SG
Total de Pessoas	**2.213.083**	**583.186**	**98.240**	**53.266**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Sem Rendimento	1.069.566	242.717	42.707	25.689	48,33	41,62	43,47	48,23
Até 1 SM	554.767	99.612	17.235	12.294	25,07	17,08	17,54	23,08
Mais de 1 a 2 SM	279.210	92.753	14.720	8.781	12,62	15,90	14,98	16,49
Mais de 2 a 3 SM	95.445	36.452	5.742	2.773	4,31	6,25	5,84	5,21
Mais de 3 a 5 SM	88.436	38.518	6.572	2.183	4,00	6,60	6,69	4,10
Mais de 5 a 10 SM	72.426	38.266	7.029	1.095	3,270	6,56	7,15	2,06
Mais de 10 a 20 SM	34.809	21.462	3.366	404	1,57	3,68	3,43	0,76
Mais de 20 SM	18.424	13.406	869	47	0,83	2,30	0,88	0,09

Fonte: IBGE

[22] Em destaque, segmentos de classe média.

Na Região Metropolitana de Natal, o setor de serviços ocupa mais de 75% da população empregada, estando concentrada em Natal e Parnamirim (SILVA, 2009). Nessas cidades, a classe média empregada no setor de serviços é relativamente muito maior do que o conjunto da população acima de 10 anos no Rio Grande do Norte. Como a administração pública e os serviços sociais são preponderantes no setor de serviços na Região Metropolitana de Natal, nessas cidades há forte presença do funcionalismo público na composição da classe média.

Pelo nível de rendimentos e de escolaridade, a classe média pode consumir bens e serviços oferecidos pela indústria cultural nacional. Constitui um alvo privilegiado dos meios de comunicação de massas hegemônicos, que são a principal fonte de informações sobre os acontecimentos nacionais e mundiais. Esses segmentos sociais são constante e diariamente submetidos à exposição de coberturas jornalísticas feitas pelas grandes redes de televisão, pelas revistas semanais e pelos grandes jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo, que atuaram sistematicamente de forma alinhada à oposição liberal-conservadora durante o governo Lula. São, assim, mais suscetíveis de serem influenciadas e compartilharem ativa ou passivamente das tendências mais conservadoras na formação da opinião pública e na visão de mundo hegemônica na sociedade brasileira.

A composição da estrutura social, o modo de vida e o consumo de informações nas regiões metropolitanas estão relacionados com as tendências detectadas pelos institutos de pesquisa de opinião pública, que apontam que nas maiores cidades houve um menor nível de aprovação das ações e políticas do governo do presidente Lula ao longo dos seus dois mandatos. Isso faz do lulismo um fenômeno com mais clara predominância das pequenas e médias cidades brasileiras.

Para concluir este tópico, deve-se ressaltar a importância das disputas políticas locais para os resultados eleitorais aqui analisados. Em 2002 e 2006, Wilma de Faria e Luís Inácio Lula da Silva disputaram e se sagraram vitoriosos no âmbito do Rio Grande do Norte. Com o rearranjo dos grupos clânico-oligárquicos Alves e Maia, que levaram ao êxito no primeiro turno a candidatura Rosalba Ciarlini, e consequentemente derrota do grupo liderado por Wilma, em 2010, a candidatura petista enfrentou o segundo turno sem a associação direta com os aliados pemedebistas no estado (situação diversa aos dois pleitos anteriores). Ademais, uma vez que o próprio wilmismo conseguiu arregimentar mais dividendos políticos durante os últimos anos do que aqueles arregimentados pelo próprio PT, a fragilizada estrutura partidária petista no estado enfrentou praticamente sozinha a campanha do segundo turno da eleição, sobretudo em Natal e sua Região Metropolitana.

Considerações finais

Os fenômenos eleitorais, como os aqui considerados, apresentam um conjunto de desafios à análise pela complexidade dos determinantes do comportamento eleitoral e pela atuação simultânea de variadas e contraditórias tendências presentes nos processos políticos. Em uma região impactada pela mudança de bases eleitorais das candidaturas presidenciais petistas, a vitória serrista em Natal e Região Metropolitana demonstra como um determinado eleitorado pode se orientar, de forma peculiar, por diferenciados valores e motivações de voto.

No caso considerado, as estratégias de comportamento eleitoral punitivas às candidaturas hegemônicas em escala nacional tiveram como pilares diferentes incentivos: a sedimentação de um eleitorado oposicionista se rela-

cionou com o impacto obtido por uma agenda eleitoral moralizante – que manipulou a religiosidade e os preconceitos morais em relação ao aborto e à homossexualidade – em bases antes suscetíveis ao voto lulista, produzindo motivações distintas para o voto em José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais em Natal e Região Metropolitana.

A RM de Natal desenvolveu um universo político e social que dista das tendências observadas pelo quadro do estado. Enquanto neste há uma reprodução do fenômeno da guinada de bases eleitorais das candidaturas presidenciais petistas, naquela a manutenção de um eleitorado oposicionista, a influência da agenda moral estabelecida pelo pleito de 2010, a estrutura socioeconômica com destacada presença da classe média e o impacto do rearranjo de forças políticas locais tornam-se potentes fatores explicativos para compreender os resultados eleitorais apresentados.

Referências

ALMIR sobe em pesquisa paga por Micarla. **Diário de Natal.** Natal, 19 set. 2003, Política, p. 3.

APOLINÁRIA, Valdênia. et. al.. **Nota Técnica 4** - Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio. Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

BACELAR, Tânia. **O Voto do Nordeste**. 18 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/tania-bacelar-o-voto-do-nordeste.html>

BOHN, Simone R. **Evangélicos no Brasil**: Perfil Socioeconômico, Afinidades Ideológicas e Determinantes do Comportamento Eleitoral. Opinião Pública, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, pp. 288-338.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 20, ano 7, pp. 7-20, out. 1992.

CAMPOS, Emmanuel de Sousa. **Eleições, Pesquisas e Estratégias de Marketing:** a campanha eleitoral de Micarla de Sousa em Natal (2008). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2011.

COIMBRA, Marcos. A Cor do Mapa. **Carta Capital**. 05 de novembro de 2010. I Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-cor-do-mapa-por-marcos-coimbra>

_____. Os Tons do Azul. **Carta Capital**. 12 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/os-tons-do-azul>

COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In:

_____. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Gramsci*. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JACOB, Cesar Romero, et. al**. Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

EVANGELISTA, João Emanuel. Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à pre-

feitura de Natal em 2004. In LEMENHE, Maria Auxiliadora e CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Política, Cultura e Processos Eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006a.

_____. **As classes subalternas e o mundo da política:** senso comum e bom senso na recepção e decodificação do HGPE nas eleições de 2004**.** GT mídia e eleições. I Compolítica. UFBA, 2006b.

_____. **Entrevista com o Professor João Emanuel Evangelista sobre o Resultado Eleitoral.** 05 de outubro de 2010. Disponível em: <http://marcelosouzarn.com.br/blog/entrevista-com-o-professor-da-ufrn-joao-emanuel-evangelista-sobre-o-resultado-eleitoral/>

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios (2004-2008).** Contas Nacionais, nº 33, Rio de Janeiro, 2010.

IBOPE. **Pesquisa CNI - Ibope Junho 2004**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=2004\Nacional&docid=374D484EC6B1E75183256EC300747571>. Acesso em 22 de março de 2005.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os Partidos Políticos Brasileiros:** a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NICOLAU, Jairo e PEIXOTO, Vitor. As bases municipais da votação em Lula em 2006. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Cadernos do Fórum Nacional**: Quem elegeu Lula? Rio de Janeiro, n. 6, 2007.

O PESO da Grande Natal nas Eleições. **Diário de Natal.** Natal, 18 julho 2010, Política, p. 1. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/07/18/politica1_0.php>

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **COMO ANDAM AS METRÓPOLES:** Relatório final. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_natal.pdf>. Acesso em 18 jun. 2010.

PESQUISA aponta potencial dos pré-candidatos em Natal. **Tribuna do Norte**. 25 de março de 2011. Disponível para download em: http://tribunadonorte.com.br/noticia/pesquisa-aponta-potencial-dos-pre-candidatos-em-natal/176571CONSULT PESQUISA

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, desalinhamento ou não-alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 25, n° 74, out. 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A universalização da democracia. In BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; e VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Marconi Gomes da. **Mercado de Trabalho, Ocupações e Rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2008.

SINGER, André. As raízes sociais e ideológicas do lulismo, de André Singer. **Novos Estudos Cebrap**, nº 85, novembro 2009, pp. 83-102.

SPINELLI, José Antonio. **As Eleições de 2004 para a Prefeitura de Natal/RN**: algumas considerações. Natal, 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/natal1.pdf>

_____. Rio Grande do Norte 2006: eleições atípicas? In CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2006:** os sentidos do voto. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal, RN: EDUFRN, 2010. Também Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_IX_Edicao_texto_RN_rev.pdf>

SPINELLI, José Antonio. Natal: novos cenários, velhos atores. A disputa pela Prefeitura em 2008. In CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2008:** o voto das capitais II. Interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO Luiz Cláudio; e STORNI, Tiago Prata L. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, pp. 91-116, jan./jun. 2009.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Natal, outubro, 2010. Disponí-

vel em: <http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/pdi2010a2019/documento>

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 11ª ed., São Paulo: Cultrix, 1999.

Paraíba: o reordenamento da dicotomia política

Hermano Nepomuceno Araújo
Professor aposentado da Universidade Federal
de Campina Grande (UFCG).
Sócio fundador do Instituto Histórico de Campina Grande.

Antecedentes: A formação dos dois grandes blocos partidários (2002/2008)

Ao tratar do sistema partidário brasileiro, Melo e Câmara (2012), após citar Peter Main, segundo o qual "o cerne de todo sistema partidário é constituído pela estrutura da competição pelo controle do Executivo" (p.78), afirmam que, a partir de 1994, a "competição em torno da Presidência da República passaria a ser estruturada em torno de duas coalizões ideologicamente distintas, inaugurando uma dinâmica com impacto sobre as escolhas de cada um dos partidos relevantes e sobre o grau de consolidação do sistema partidário" (p.79). Em certa medida, no âmbito estadual da Paraíba, as disputas de 2002 e de 2006 pela chefia do Poder Executivo Estadual, com repercussão direta nas disputas pelos executivos municipais dos maiores colégios eleitorais em 2004 e em 2008, resultaram em um processo de bipolarização política, através da articulação de duas grandes coalizões partidárias lideradas pelo PSDB e pelo PMDB.

Em 2002, o segundo turno das eleições para governador e para presidente desenhou, no campo da política paraibana, duas grandes articulações interpartidárias. Vito-

rioso na disputa pelo governo do estado, o tucano Cássio Cunha Lima (com 51,35% dos votos válidos) pôde iniciar a cristalização de um bloco partidário situacionista capitaneado pelo PSDB/PFL e que congregava ainda outros doze partidos. O ex-governador peemedebista José Maranhão, embora derrotado na disputa pelo governo estadual (seu candidato Roberto Paulino, do PMDB, obteve 48,65% dos votos válidos), foi vitorioso na disputa para o Senado Federal, obtendo 831.083 sufrágios (isto é, 28,72% dos votos válidos), e assumiu a condição de principal líder oposicionista, assentado na grande estrutura do PMDB[1].

2002: 2º TURNO PARA GOVERNADOR – PARAÍBA

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	APOIO
Cássio Cunha Lima	PSDB - PFL - PST - PSD - PV - PRTB	PL - PTB - PSB
Roberto Paulino	PMDB - PPB - PSDC - PHS	PT - PPS - PDT

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2002

Em 2004, o desenho dos dois grandes blocos se afirma com maior nitidez em decorrência dos processos eleitorais nos municípios e seus resultados. O bloco situacionista estadual liderado pelo PSDB/PFL foi derrotado nos sete maiores colégios eleitorais. Na capital João Pessoa, o candidato do PSB Ricardo Coutinho, tendo como vice-prefeito o peemedebista Manoel Júnior, foi eleito, com folga, no primeiro turno, derrotando o candidato do PSDB. Em Campina Grande, o segundo maior colégio eleitoral, o candidato do PMDB Veneziano Neto, em disputa acirradíssima, no segundo turno, com o apoio das candidatas do PT (Cozete Barbosa) e do PSB (Lídia Moura), também derrotou o candidato tucano (CORTEZ E HERMANN, 2005).

[1] O segundo senador eleito foi Efraim Moraes, do PFL, com 594.191 votos. Perderam a disputa Wilson Braga do PFL, que teve 591.390 votos, e Tarcísio Buriti do PMDB, que obteve 510.734 votos.

2004: 1º TURNO PARA PREFEITO – JOÃO PESSOA

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO
Ricardo Coutinho	PSB – PMDB – PCB – PPS – PCdoB
Avenzoar Arruda	PT – PSDC – PAN
Ruy Carneiro	PSDB – PRTB – PFL – PV – PTB – PSL – PTdoB – PTC – PL – PRP – PDT – PRONA – PTN – PP

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2004

2004: 2º TURNO PARA PREFEITO – CAMPINA GRANDE

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	APOIO
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB - PPS - PDT - PSDC	PT- PSB - PCdoB
Rômulo Gouveia	PSDB - PL - PP - PTB - PTN - PSC - PFL - PRTB - PTC - PSL - PV- PRONA	PMN

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2004

Nas eleições gerais de 2006, a divisão política da Paraíba em dois grandes blocos se explicitou com mais nitidez ainda. No campo situacionista estadual, estava a direção inconteste do governador Cássio Cunha Lima, do PSDB, acompanhado por lideranças como o ex-prefeito da capital Cícero Lucena, do PSDB, o senador Efraim Moraes, do PFL, o deputado Rômulo Gouveia, do PSDB, e um arco extenso de agremiações partidárias: PTN, PP, PL, PDT, PV, PPS, PTN, PTC, PSC, PTdoB e PRTB[2]. No campo oposicionista paraibano, o senador José Maranhão, do

[2] Em 2005, a direção nacional do PPS, rompia com o governo Lula e, em marcha batida para integrar-se à coligação PSDB/PFL, dissolvia o Diretório Estadual e entregava a presidência estadual ao deputado federal Rômulo Gouveia, eleito pelo PSDB e militante do círculo de confiança do governador tucano Cássio Cunha Lima. Depois, em decorrência de disputa judicial, o deputado retorna ao PSDB, mas o controle do PPS continua com o grupo vinculado ao governador.

PMDB, com o apoio das novas lideranças políticas emergentes – o prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, do PSB, e o prefeito de Campina Grande, Veneziano Neto, do PMDB –, congregava o Partido dos Trabalhadores (que indicou o candidato a vice-governador, Luciano Cartaxo) e mais o PCdoB, o PRB, o PMN, PRONA e o PSL. O governador tucano reelegeu-se no segundo turno com 51,35% dos votos válidos, contra os 48,65% dos votos válidos dados ao candidato peemedebista (CORTEZ e SPINELLI, 2010).

2006: 2º TURNO PARA GOVERNADOR

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	APOIO
Cássio Cunha Lima	PSDB - PFL -PTB - PP - PL - PTN - PTC - PTdoB	PDT - PPS - PV - PHS - PSC - PRTB
José Maranhão	PMDB - PT - PSB - PCdoB - PRB	PMN - PRONA - PSL

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2006

O PSB paraibano, presidido e controlado pelo prefeito Ricardo Coutinho, saiu das eleições de 2006 com uma bancada parlamentar que antes não possuía: dois deputados federais e três deputados estaduais. Ao longo de 2007, os seus programas de divulgação partidária tiveram como motivo central o lema "PSB: A Nova Força Política da Paraíba" (CORTEZ e SPINELLI, 2010).

A partir de 2007, o governador reeleito Cássio Cunha Lima passou a enfrentar na justiça várias ações para cassação do seu mandato por prática de ilícitos e crimes eleitorais. Ainda em 30 de julho daquele ano, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por 5x1 votos, cassou o governador Cássio por ter, durante o pleito de 2006, distribuído 35 mil cheques nos valores de R$ 150,00 e R$ 200,00, em um valor total de R$ 3.000.000,00 do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, sem o devido suporte legal. Porém, o Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, concedeu uma

liminar pela sua permanência no cargo até o julgamento do mérito. Mas, em 10 de dezembro de 2007, o TRE-PB, por 4x3 votos, mais uma vez cassou o mandato do governador; desta feita pelo uso eleitoral, em proveito pessoal, do jornal estatal *A União*. Entretanto, logo em seguida, o TSE concedeu mais uma liminar para o governador continuar no cargo. É o que a imprensa especializada logo denominou de "3º turno": as disputas judiciais e a ocupação da mídia política pelas longas e técnicas entrevistas dos advogados que continuaram durante o ano de 2008. Eram espadas de Dâmocles sobre a gestão tucana.

Prenúncios: Os movimentos de aproximação entre Cássio Cunha Lima (PSDB) e Ricardo Coutinho (PSB)

Nos preparativos políticos e administrativos que se desdobraram em função do processo eleitoral de 2008, alguns movimentos que se inter-relacionam chamam a atenção. Submetido e fragilizado pelos vários processos de pedidos de cassação na Justiça Eleitoral, o governador Cássio Cunha Lima (PSDB) desenvolve, em João Pessoa, uma tática de não agressão em relação ao prefeito Ricardo Coutinho (PSB), com reiteradas propostas de colaboração no plano administrativo. Em Campina Grande, ao contrário, adota uma política de confronto aberto e total contra a administração do prefeito Veneziano Neto (PMDB), tendo como base municipal a maioria do Legislativo Municipal e o controle da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

Outro movimento diz respeito à adesão, em blocos, ao governo municipal de Ricardo de vários partidos que integravam a base de sustentação política do governador Cássio. Em dezembro de 2007, o prefeito Coutinho instala seu Conselho Político que deveria, entre outros objetivos, escolher o candidato a vice-prefeito; ideia que não foi bem

recebida pelo PMDB do senador Maranhão. Na primeira reunião, em fevereiro de 2008, já se integraram a este Conselho Político seis partidos que também faziam parte da base aliada do governador Cunha Lima: PTB, PP, PRP, PTC, PRTB e PSDC. Na reunião de abril, mais dois partidos do esquema cassista se integraram à coligação ricardiana: PPS e PDT. Em junho, mais um: o PV. E, logo em seguida, o Conselho aprovou como candidato a vice-prefeito o ex-secretário de Planejamento Luciano Agra, do círculo de confiança de Ricardo Coutinho e filiado ao PSB.

Enquanto isso, no PSDB "os líderes de maior expressão... não se dispuseram ao sacrifício de concorrer; apresentaram uma candidatura própria por dever de ofício" (CORTEZ e SPINELLI, 2010). Assim, as forças tucanas e suas coligadas puderam ser concentradas para a reconquista da Prefeitura campinense, a qual esteve de 1983 até 2004 sob a hegemonia política do grupo Cunha Lima. E, também assim, na busca de sua reeleição, o prefeito Ricardo consegue montar uma coligação eleitoral e obter um resultado nas urnas quase tão expressivo quanto o conseguido pelo então prefeito Cícero Lucena (PSDB) em sua reeleição em 2000 (CORTEZ e SPINELLI, 2010).

2008 – 1º TURNO PARA PREFEITO – JOÃO PESSOA

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO
Ricardo Coutinho	PSB - PMDB - PT - PCdoB - PTB - PP - PPS - PRP - PV - PSC - PRTB - PRB - PTdoB - PTC - PCB - PSL
João Gonçalves	PSDB - PDT - DEM - PSDC

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 22008

2008 – 2º TURNO PARA PREFEITO – CAMPINA GRANDE

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	APOIO
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB - PSC – PT – PSB – PCdoB – PSDC – PRB – PPS – PMN – PSC - PSL – PCB – PTdoB	-
Rômulo Gouveia	PSDB – PP – DEM – PRP – PTN – PV – PDT – PTB – PR – PTC - PRTB	PHS

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2008

Como se depreende dos últimos dois quadros acima, a essência dos blocos partidários que se articularam lá atrás, no 2º turno de 2002, parece preservada em 2008. Nas disputas das reeleições em João Pessoa e Campina Grande – os dois maiores colégios eleitorais da Paraíba – a coligação PMDB (Maranhão e Veneziano), PT e PSB (Ricardo Coutinho) aparece preservada; da mesma forma que a coligação PSDB (Cássio e Cícero Lucena), DEM (Efraim Morais) e PP (Enivaldo Ribeiro[3]). Entretanto, em João Pessoa, Ricardo Coutinho indica para ser o vice-prefeito na sua chapa seu ex-secretário de Planejamento, o engenheiro Luciano Agra – que nunca disputara nenhuma eleição –, devidamente filiado ao PSB, sem abrir o espaço nem para o PMDB, nem para o PT. E agrega na coligação os partidos da base de apoio ao governador Cássio.

[3] O presidente estadual do PP, cuja filha, a vereadora Daniella Ribeiro, foi candidata a vice-prefeita na chapa de Rômulo Gouveia (PSDB) em 2008, em Campina Grande.

É sintomático que no recorrente 2º turno disputadíssimo de Campina Grande, o prefeito reeleito Ricardo Coutinho não tenha comparecido nenhuma vez, ao contrário do 2º turno de 2004 quando participou ativamente da lide eleitoral; ainda mais que seu partido – o PSB – integrou a coligação ao lado do PMDB e do PT.

Era sabido de todos, por declarações de aliados e por discussões e análises dos comentaristas políticos, que os novos líderes políticos detentores de expressão capaz de suceder aos dirigentes da dicotomia Cunha Lima/Maranhão, eram exatamente os prefeitos Ricardo Coutinho, de João Pessoa, e Veneziano Neto, de Campina Grande. A reeleição era condição *sine quae non* para qualquer pretensão majoritária em 2010. E ambos tinham. Ricardo, do PSB, por deter o controle do seu partido, com muito mais desenvoltura. Veneziano, do PMDB, muito discretamente, sabedor dos limites impostos pelas relações de lealdade decorrentes da colaboração estreita com José Maranhão, detentor inconteste do comando partidário.

Ainda em dezembro de 2008, o prefeito reeleito Ricardo Coutinho declarou à imprensa que buscaria a cooperação administrativa com o Governo estadual e que não pretenderia admitir patrulhamento ideológico sobre os seus relacionamentos institucionais. Enquanto isso, as articulações para composição do novo secretariado buscavam integrar, na administração municipal, os representantes dos partidos políticos que também integravam a base aliada do Governo estadual.

O desfecho do "3º turno"

Em 17 de fevereiro de 2009, o Tribunal Superior Eleitoral julgou o primeiro processo de cassação do governador Cássio Cunha Lima, decisão tomada pelo TRE da Paraíba ainda em 2007. Foi o desfecho do que a imprensa especializada paraibana chamava de "o 3º turno" de 2006: a dis-

puta judicial. O governador Cássio foi cassado pelo TSE e José Maranhão assumiu o governo do estado.

Mas, antes disso, o então governador tucano, sabedor da possibilidade daquele desfecho, buscou reforçar as posições de representantes e aliados do seu grupo político em instituições importantes dos aparelhos de Estado: a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas da Paraíba. Na Assembleia Legislativa, a reeleição do presidente da Mesa Diretora, o deputado estadual Arthur Cunha Lima, foi antecipada em dois anos.

E no TCE, por contar com a maioria folgada e o controle da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o governador Cássio conseguiu nomear seu ex-secretário de Planejamento e tio materno Fernando Catão e seu primo paterno Arthur Cunha Lima, até então presidente do Poder Legislativo, como os novos conselheiros do Tribunal[4].

Em decorrência do julgamento do TSE, José Maranhão renuncia ao cargo de senador e, em sessão tumultuada, assume o governo do estado. A montagem do secretariado do governador Maranhão apresentou um núcleo duro, um círculo de confiança íntimo, caracterizado pelo retorno de auxiliares diretos das suas gestões anteriores[5], e outro círculo de correligionários fiéis, mas que, taticamente, ocupam postos em caráter provisório (Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura), no aguardo de adesões novas ao projeto de reeleição. Um vetor diferenciado de composição do secretariado foram os convites do governador Maranhão ao procurador-geral do município de João Pessoa, Marcelo Weick, para assumir a Procuradoria Geral do governo estadual, e ao deputa-

[4] Assim, dos sete membros do Tribunal de Contas do Estado, um foi nomeado por articulação do então governador Ronaldo Cunha Lima e quatro durante o governo do seu filho Cássio.

[5] Na Saúde, José Maria França; Sales Gaudêncio, na Educação; Antônio de Pádua, na Administração; Roosevelt Vita, na Administração Penitenciária.

do estadual do PSB, o mais votado do partido, Guilherme Almeida, para assumir a Secretaria de Interiorização. O prefeito Ricardo Coutinho reclamou, publicamente, que não tinha sido consultado e a Comissão Executiva Estadual do PSB divulgou uma Resolução proibindo que parlamentares da legenda assumissem cargos executivos no governo estadual. Esta última pendência resultou numa luta política e judicial que levou a direção do PSB e o deputado Guilherme Almeida até as audiências no Tribunal Regional Eleitoral, ao longo do mês de maio de 2009[6].

Em suma, o retorno de José Maranhão ao governo estadual consolidou naturalmente – em termos políticos – seu projeto de disputar, como reeleição, o cargo de governador em 2010 e complicou sobremaneira o projeto de Ricardo Coutinho, de candidatura ao mesmo cargo, nos marcos da coalizão político-eleitoral que se desenvolvera desde o 2º turno de 2002.

2009: Estratégias e táticas para 2010

Ciente do pouco tempo administrativo que lhe restava em 2009, a estratégia maranhista visando à disputa eleitoral de 2010 foi desdobrada em dois planos. No plano administrativo, as linhas foram a retomada das obras estruturantes paralisadas ou deixadas inacabadas pela gestão Cunha Lima (Centro de Convenção de João Pessoa, Hospital de Trauma de Campina Grande e outros hos-

[6] O deputado ajuizou uma ação pedindo autorização do TRE para deixar o PSB, alegando que a Resolução divulgada não existia porque a aludida proibição não fora discutida em reunião e muito menos votada, de acordo com depoimento do secretário de organização da Executiva Estadual, Edir Macedo, que denunciou que a ata teria sido adulterada, conforme o *Jornal da Paraíba*, em edição de 19 de maio de 2009. Em contra-ataque, o "presidente do PSB, Ricardo Coutinho, disse que o parlamentar não tem nenhuma prova de que estaria sofrendo de grave discriminação pessoal e afirmou ainda que Guilherme Almeida estaria sofrendo de esquizofrenia política", ainda na mesma edição daquele periódico.

pitais em polos regionais, adutoras na região do Cariri e de Campina Grande, regularização e produção nas várzeas irrigadas de Sousa no alto-sertão) e a elaboração de novos projetos estruturantes, principalmente na área de recursos hídricos. No plano político, uma linha tratou da consolidação da estrutura de apoio do PMDB e seus aliados que controlavam as prefeituras de sete dos nove maiores colégios eleitorais da Paraíba[7], após a capital João Pessoa. Outra linha buscou garantir o apoio do PT, em especial dos agrupamentos petistas, liderados pelo jovem deputado estadual Rodrigo Soares, que contestavam a orientação anti-maranhista do veterano deputado federal Luís Couto[8]. O PT era um apoio importante tanto no nível estadual – inclusive o vice-governador de Maranhão era o ex-vereador petista Luciano Cartaxo – como também no plano federal para assegurar o apoio do presidente Lula. Uma terceira linha tratou de trabalhar e conquistar novas adesões, principalmente de prefeitos da miríade de pequenos e médios municípios, até então vinculados às estruturas políticas cassistas; mas também dirigiu-se aos deputados federais e estaduais e aos prefeitos filiados ao PSB, o partido de Ricardo Coutinho. Restava, internamente ao PMDB, garantir o apoio ativo do prefeito Veneziano Vital do Rêgo, de Campina Grande, que almejava ser o candidato da renovação peemedebista ao governo estadual.

A perda do governo do estado fragilizou bastante a coalizão político-eleitoral capitaneada pelo PSDB. Aqui, a candidatura natural, após a reeleição de Cunha Lima, seria do senador Cícero Lucena, arqui-inimigo político

[7] Campina Grande (PMDB), Santa Rita (PMDB), Bayeux (PMDB), Patos (PMDB), Cajazeiras (PSB), Guarabira (PMDB) e Queimadas (PTB).

[8] A disputa acirrou-se a tal ponto que resultou em luta aberta pela presidência estadual do Partido dos Trabalhadores; o deputado Rodrigo Soares terminou por derrotar o deputado Luís Couto no PED (Processo de Eleição Direta) em novembro de 2009.

de Ricardo Coutinho. Ainda neste campo político, o senador Efraim Moraes, presidente estadual do DEM e em final do mandato senatorial de oito anos, posicionava-se como pretenso candidato a governador, também. O ex-governador Cássio Cunha Lima, após a cassação do seu mandato, decidiu-se por um autoexílio nos Estados Unidos, sem comprometer-se com nenhuma das duas alternativas eleitorais apresentadas em seu bloco político. Um enfrentamento eleitoral em 2010, sem o governo estadual e sem as prefeituras dos maiores colégios eleitorais, contra a unidade do bloco liderado pelo PMDB, PT e PSB não tinha, efetivamente, previsibilidade de vitória.

Apesar de deter o controle da máquina partidária do PSB e contar com o respaldo da direção nacional, representada pelo presidente Eduardo Campos, a estrutura política do prefeito Ricardo Coutinho tinha força política e eleitoral delimitada à capital e seu entorno mais restrito. Mesmo no PSB, os dois deputados federais, os quatro deputados estaduais e onze prefeitos filiados ao partido, tinham vida política e eleitoral próprias, que não se subordinavam à liderança do presidente estadual, e mantinham laços políticos anteriores com o grupo maranhista. Estava muito claro que, sem o apoio do PMDB de José Maranhão e seus aliados, a viabilização eleitoral da candidatura de Ricardo Coutinho teria que buscar uma estrutura de enraizamento estadual, necessariamente, através do PSDB, de Cássio, e do DEM, de Efraim: só assim seria possível encontrar bases políticas efetivas de apoio eleitoral em todas as regiões da Paraíba.

Nesta conjuntura, em entrevista publicada em 03 de junho de 2009, o governador Maranhão declara que "defendo firmemente a manutenção da aliança com os partidos da base ex-oposição, que hoje são situação... se alguém aqui quer se bandear para outros lados, problema dos outros, de quem está fazendo isso, se é que estão fazendo"

(JORNAL DA PARAÍBA, 2009). Na sequência, por outro lado, em matéria publicada no dia seguinte, o deputado estadual Agnaldo Veloso Borges, filho do presidente estadual do PP, Enivaldo Ribeiro, partido até então integrante da coligação cassista, declarava que Cássio e Ricardo "vão ter que se dobrar à vontade do povo (que) está estabelecendo a aproximação dessas duas lideranças" (JORNAL DA PARAÍBA, 2009) e, logo mais, o presidente estadual do PTB, deputado federal Armando Abílio, legenda também integrante, até então, da coalizão liderada pelo PSDB, declarava: "Há dois anos, eu falo da aliança entre o ex-governador Cássio e o prefeito Ricardo. Já tiveram tempo demais para negar; mas nunca negaram. Essa parceria interessa aos dois"[9].

A seguir, buscando afirmar seu projeto político e delimitar os campos, em 08 de junho, na abertura do Congresso Estadual do PMDB, o governador Maranhão tratou de avisar aos navegantes: "Eu não posso esquecer os deveres que tenho (como governante) ... em função de ser candidato. Mas eu sou sincero: reivindico esse direito... Não repudio a ideia de ser candidato à reeleição"[10].

Em 20 de junho de 2009, durante encontro com militantes partidários na cidade de Monteiro, ao sul do agreste paraibano, segundo noticiou o jornalista Helder Moura: "pela primeira vez, nesta temporada, o prefeito Ricardo Coutinho abriu as baterias contra o governo Maranhão... declarou não enxergar no governo as condições de tirar a Paraíba do atraso"[11]. Começando, assim, a delimitar seu próprio campo e a esboçar o principal mote de ataque do seu discurso enquanto candidato: o contraponto "novo/inovador" versus "velho/atrasado".

---

[9] Ver coluna "Helder Moura" do jornal *Correio da Paraíba*, edição de 07 de junho de 2009.

[10] Conferir o *Correio da Paraíba*, edição de 09 de junho de 2009, página A3.

[11] In: *Correio da Paraíba*, edição de 22 de junho de 2009, página A3.

Do seu autoexílio em solo americano, Cássio Cunha Lima continuava a emitir sinais de aproximação ao candidato pessebista. Em 25 de junho, em entrevista, seu pai, o também ex-governador Ronaldo Cunha Lima declarava:

> *Em verdade, nós temos dois bons nomes. O senador Efraim Morais pelo DEM e o senador Cícero Lucena pelo PSDB. Com relação à possível aliança (com Ricardo Coutinho) eu não descarto... aliança boa é aquela que o povo homologa. Se... nós vamos fazer uma aliança não em torno de pessoas ou siglas, mas em torno de ideias, programas e projetos*[12].

E, no dia seguinte, o prefeito Ricardo Coutinho participou de uma reunião, que se pretendia reservada, no apartamento do ex-governador Ronaldo Cunha Lima[13].

A explicitação das posições se configura com mais precisão ao aproximar-se o primeiro ponto de corte e definição: o encerramento do prazo de filiação, um ano antes da eleição pretendida[14]. O que, não por acaso, coincidiu com o retorno do ex-governador à Paraíba, em 20 de setembro de 2009, precedido de suposições e noticiários dando conta da possibilidade de deixar o PSDB ou disputar a presidência estadual da legenda, por causa do posicionamento do senador Cícero Lucena, presidente do partido, manifestamente contrário à aliança com Ricardo Coutinho e disposto a se lançar candidato ao governo do estado[15]. Por sua vez, o prefeito Ricardo já trabalhava a defesa da alian-

[12] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 26 de junho de 2009, página 4.

[13] Conferir a coluna "Aparte" do *Jornal da Paraíba*, edição de 27 de junho de 2009.

[14] Os outros dois pontos de corte e definição estabelecidos pela legislação eleitoral são o prazo para desincompatibilização dos candidatos (seis meses antes do pleito eleitoral) e a realização das convenções partidárias em junho.

[15] Sob a manchete "Cássio será presidente do PSDB", o jornal *Diário da Borborema*, de 22.09.2009, noticiou que: "ao menos uma coisa o ex-governador garantiu: seu intento de assumir a presidência do partido na Paraíba".

ça com o DEM, conjunção que enfrentaria o descontentamento e a desconfiança das suas bases eleitorais mais à esquerda e independentes, particularmente na capital e seu entorno metropolitano[16]. No dia 21 de setembro, entrevistado em Campina Grande, Ricardo Coutinho declarou que "aliança se faz com os diferentes, aliança não se faz com os iguais... aliança política não é questão de princípio, nem de ideologia, mas sim questão de estratégia"[17]. E, em nova entrevista, em 29 de setembro, o presidente do PSB "lamentou que o esquema maranhista esteja antecipando a campanha eleitoral de 2010... e comentou a declaração de Maranhão, na qual o governador disse que uma aliança entre Cássio Cunha Lima (PSDB) e o peessebista cheirava mal"[18], rebatendo : "Eu fiz uma aliança com ele em 2004 e não cheirou mal... agora eu digo sinceramente uma coisa, se quem disse isso tivesse a chance de ter o apoio do ex-governador Cássio Cunha Lima, eu lhe garanto que estaria de joelho pedindo apoio"[19].

Em 30 de setembro, o foco da imprensa e da política paraibana concentrou-se na primeira entrevista coletiva do ex-governador Cássio, desde a cassação de seu mandato em fevereiro, conforme o noticiário, "assumindo pela primeira vez publicamente a condição de pré-candidato ao Senado Federal... insistiu na maior parte do tempo so-

---

[16] Ainda mais que o senador Efraim Morais, presidente estadual do DEM, encontrava-se no centro de mais um escândalo de corrupção no Senado Federal.

[17] Conferir o *Diário da Borborema*, edição de 22 de setembro de 2009.

18 Em verdade, desde o primeiro semestre do ano que o presidente estadual do PSB vinha visitando todas as regiões da Paraíba, quando pôde aferir a fragilidade da sua estrutura partidária e constatar a inevitabilidade de aliança com um dos polos que desde 1998 dividem e comandam a política paraibana, desde que se pretenda disputar, em condições de competitividade, uma eleição majoritária estadual.

[19] Consultar o portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 29 de setembro de 2009, às 18h16min.

bre uma tese que acha fundamental para seu grupo político: a unidade do PSDB e da base aliada, e a união das oposições na Paraíba"[20].

O encerrar do prazo de filiação para quem desejasse ser candidato resultou na primeira montagem do tabuleiro do xadrez político para 2010. Do PSB ricardista saíram os dois deputados federais (um para o PMDB, o outro para o PSC) e todos os cinco deputados estaduais (um para o PMDB, três para o PSC e um para o PSL). Em compensação, o PSB recebeu nove ex-prefeitos e outras expressivas lideranças políticas regionais, todos oriundos, sintomaticamente, das bases partidárias cassistas[21].

Os meses finais de 2009 assistiram à delimitação dos dois campos eleitorais para 2010, através dos seus atores principais, em que pesem os movimentos complementares, ainda em ebulição, dos atores secundários. Enfim, em 13 de outubro, o governador Maranhão reconheceu, em entrevista ao Correio da Paraíba, que "não vê mais possibilidade de aliança com Ricardo Coutinho"[22]. De sua parte, o prefeito Ricardo intensificou a defesa da aliança preferencial com Cássio Cunha Lima, enterrando de vez o discurso e a possibilidade da "terceira via" na Paraíba: "não tem como comportar três forças políticas num mesmo patamar" resultando em "uma inevitável polarização" e mais que "não dá para ignorar a força de Cássio Cunha Lima no Estado e a sua relação com a população paraibana"[23]. E, no mesmo dia em que o Diretório Municipal do PSB de João Pessoa aprovou a "Resolução Política", indicando o nome de Ricardo Coutinho como pré-candi-

[20] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 1º de outubro de 2009, p. 2 e 3.

[21] Conferir os jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, em suas edições de 03 de outubro de 2009.

[22] Na edição de 13 de outubro de 2009, p. A3.

[23] Conferir a coluna "Aparte" do *Jornal da Paraíba*, edição de 13 de novembro de 2009.

dato ao governo e a formação de uma "Frente Ampla das Oposições", o vice-presidente estadual, Edvaldo Rosas, "admitiu nesta quinta-feira... que as conversações com o PSDB e o DEM estão bastante avançadas"[24]. Em contraposição, o novo presidente estadual do PT, deputado estadual Rodrigo Soares, declarou que "repudiamos qualquer aliança dos partidos de esquerda com o DEM e o PSDB. Queremos avançar no diálogo com aqueles que têm uma relação com o governo federal"[25].

O presidente estadual do PSDB, senador Cícero Lucena ainda insistiu na tese da candidatura própria, como forma de barrar a aliança tucana com o socialista, divulgando que, na reunião de 18 de dezembro:

> *Disse ao meu amigo Cássio que continuo andando por toda a Paraíba apresentando meu nome como opção aos paraibanos... Estou cumprindo o que foi combinado antes de sua ida aos Estados Unidos... Não tenho dúvidas que o PSDB unirá as oposições em torno do nosso projeto... fomos vencedor em 2002 e 2006, não temos o que temer diante de um Maranhão III*[26].

Em resposta, o ex-governador Cássio Cunha Lima afirmou que "tenho até aqui me colocado como magistrado, procurando dialogar com importantes membros do partido, a começar pelo próprio senador Cícero... para que possamos no início do ano que vem criar mecanismos de definição... para eleição de 2010", mas destacando que o "PSDB é menor que a Paraíba e não se deve fechar para alianças"[27]. Na sequência, em mais um evento político no interior do estado, desta feita na cidade de Boquei-

[24] Conferir o Portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 04 de dezembro de 2009, às 00h11 e às 14h14.

[25] Ver *Correio da Paraíba*, de 21 de dezembro de 2009, p. A3.

[26] Ver a coluna "Aparte" do *Jornal da Paraíba*, de 19 de dezembro de 2009.

[27] In: *Jornal da Paraíba*, edição de 22 de dezembro de 2009.

rão, no Cariri paraibano, ao lado de líderes políticos do PTB, DEM, PSB e PSDB, o prefeito de João Pessoa declarou: "Dessa aliança... vai estar Cássio também porque a aliança já está feita. Ela precisa ser somente anunciada... aqueles que, porventura, não queiram a unidade das oposições... sabendo ou não, estão fazendo o jogo de Maranhão... se entrar com três (candidatos), leva a disputa para o segundo turno, se entrar com dois ganha no primeiro turno... nós estamos parceiros dentro do mesmo projeto. Com Efraim já fomos a Sousa, Catolé do Rocha e Araruna. Estamos dizendo que a aliança é para valer"[28].

Neste quadro, alguns partidos anunciaram definições explícitas ou condicionadas. O PP anunciou o apoio a Ricardo Coutinho para governador e lançou para o senado a chapa com Cássio Cunha Lima e o ex-senador pelo PMDB, Ney Suassuna, discordando, portanto, da inclusão de Efraim Morais, durante o 3º Encontro Estadual do Partido Progressista, em novembro, em Campina Grande. Em dezembro, o PR e o PDT, até então oposição ao governo Maranhão e integrantes das bases do ex-governador Cássio, anunciaram que só irão se posicionar em junho. O PTB, tradicionalmente aliado do grupo Cunha Lima, anunciou apoio às candidaturas de Ricardo Coutinho e Cássio, mas exigiu a vaga, na chapa majoritária, de vice-governador e seu presidente estadual, deputado federal Armando Abílio, reafirmou seu veto ao nome do senador Efraim Morais.

2010: O novo tabuleiro político paraibano

Na Paraíba, o ano começou politicamente no dia 06 de janeiro, na Festa da Padroeira da cidade de Bananeiras, quando, ladeados, Ricardo Coutinho (PSB), Cássio Cunha Lima (PSDB) e Efraim Morais (DEM) consagraram, na

[28] Conferir *Jornal da Paraíba*, edição de 29 de dezembro de 2009, p.04.

prática, a nova aliança que redefiniu os blocos partidários polarizados e reformulou o tabuleiro da política paraibana. Na entrevista, Cássio afirmou ter ocorrido uma "profunda mudança na correlação de forças da política do Estado" após o seu afastamento do governo: "quem estava no governo foi para oposição e quem estava na oposição se dividiu entre os que foram para o governo e os que não foram como foi o caso do prefeito Ricardo Coutinho"[29].

Enquanto isso, o governador José Maranhão intensificou sua estratégia de adesão de prefeitos. No sertão do noroeste paraibano "recebeu as adesões de dois prefeitos do DEM [...] e os prefeitos Marcos Pereira (PTB), de Vieirópolis, e Vivaldo Diniz (PDT), de Lastro, apresentaram a Maranhão as suas reivindicações, principalmente estradas"[30]. E, ainda: "Depois das prefeitas Célia Maria de Oliveira (PSDB), de Sobrado, e Maria Auxiliadora Dias (DEM), de Riachão do Poço, Maranhão deve receber adesões sábado... quando pisar em Catolé do Rocha"[31] e, em março, o "prefeito de Sapé, João da Utilar (DEM), iniciou a semana anunciado sua adesão à reeleição... Félix Antônio Menezes (PP), de Pilões, disse não ser à toa que Maranhão seja conhecido como mestre de obras"[32]. No final de março, o PCdoB, declarou seu apoio à reeleição de José Maranhão e o PTB, através da sua Comissão Executiva Estadual, deliberou pelo rompimento com a candidatura de icardo Coutinho e o apoio à candidatura do PMDB[33]. Quanto ao PT, a Comissão de Política Eleitoral se reuniu para cobrar do governador a manutenção do nome do vice-governador Luciano Cartaxo na chapa majoritária, face

[29] Conferir *Jornal da Paraíba*, edição de 08 de janeiro de 2010, p.3.

[30] Idem.

[31] Conferir *Jornal da Paraíba*, edição de 21 de janeiro de 2010, p.3.

[32] Em *Jornal da Paraíba*, edição de 17 de março de 2010, p.4.

[33] Conferir o *Correio da Paraíba*, edição de 30 de março de 2010, p.A2.

aos movimentos de José Maranhão no sentido de convencer o prefeito Veneziano Vital do Rêgo, de Campina Grande, a renunciar para ser o candidato a vice-governador[34].

Enquanto isso, no campo da extrema-esquerda, o PSOL aprovou por 15 votos o nome do professor Nelson Júnior como candidato ao governo, enquanto o ex-candidato em 2006, o professor David Lobão, recebeu 08 votos e Tony Cultura obteve 03[35]. E o PCO, pela terceira vez, lançou o nome da professora Lourdes Sarmento como candidata ao governo do estado[36].

Nos campos da bipolarização Cunha Lima / Maranhão, ainda no início de maio, alegando irritação com a demora na definição do cargo de vice-governador, na chapa liderada pelo PMDB, o vice-governador Luciano Cartaxo (PT) anunciou sua desistência em disputar o cargo majoritário e a decisão de concorrer ao cargo proporcional de deputado estadual[37]. Ricardo Coutinho, ainda em abril, na inauguração da nova sede do PT em João Pessoa, apresentava publicamente o convite para que o Partido dos Trabalhadores integrasse a chapa majoritária encabeçada pelo PSB[38]. No PSDB, o comando do ex-governador se impôs e o senador Cícero Lucena anunciou a retirada de sua pré-candidatura[39].

Ao encerrar junho, prazo final para a realização das convenções eleitorais, a disposição das peças no tabuleiro se concluiu. Nos últimos momentos, o PDT permaneceu no

---

[34] Conferir a coluna "Aparte" do *Jornal da Paraíba*, edição de 11 de março de 2010.

[35] Ver *Jornal da Paraíba*, edição de 23 de março de 2010, p.3.

[36] Ver *Correio da Paraíba*, edição de 4 de abril de 2010, p. A4.

[37] Conferir *Jornal da Paraíba*, edição de 1º de maio de 2010, p.3 e *Correio da Paraíba*, edição de 06 de maio de 2010, p. A3.

[38] Ver o *Jornal da Paraíba*, edição de 10 de abril de 2010, p.3.

[39] Em *Jornal da Paraíba*, edição de 07 de maio de 2010, p. 3.

apoio a Ricardo Coutinho. Mas o PP rompeu porque, segundo seu presidente Enivaldo Ribeiro, "houve uma quebra de compromisso. Fomos preteridos na chapa majoritária. Nem Ney Suassuna pôde ser candidato ao senado, nem Daniella (sua filha) foi indicada a vice. Além do mais, não foram honrados os compromissos com as candidaturas de Agnaldinho (seu filho) a deputado federal, e Daniella a estadual. Ou seja, não deram o valor que o PP tem"[40].

Problemas surgiram no PTB quando o ex-deputado federal Carlos Dunga que era o líder dissidente pró-Ricardo decidiu não mais apoiá-lo e "orientou seu filho Júnior (deputado estadual) a pedir demissão da Secretaria na Prefeitura de João Pessoa"[41]. Também o PR, comandado pelo deputado federal Wellington Roberto, optou pela coligação com o PMDB.

No PSDB, como candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Ricardo Coutinho, o ex-governador Cássio Cunha Lima indicou o deputado federal Rômulo Gouveia, um aliado fiel que em 2004 e em 2008 disputou, e perdeu no 2º turno, a prefeitura de Campina Grande. No outro campo, o PT indicou como candidato a vice-governador na chapa liderada por José Maranhão, o jovem deputado estadual Rodrigo Soares.

Após o registro junto ao Tribunal Regional Eleitoral, o quadro das candidaturas para governador, com seus partidos e coligações, apresentou seis nomes:

---

[40] Conferir *Correio da Paraíba*, edição de 06 de julho de 2010, pp. A2 e A3 e o portal www.paraibaonline.com.br, postagem de 06.07.2010 às 12:09.

[41] Conferir a coluna "Helder Moura" do *Correio da Paraíba*, edição de 06 de julho de 2010.

CANDIDATO	PARTIDOS	COLIGAÇÃO
José Maranhão (PMDB)	PMDB - PT (1) - PSC - PTB (2) - PCdoB - PR - PRB - PTdoB - PMN - PHS - PSL - PP	"PARAÍBA UNIDA"
Ricardo Coutinho (PSB)	PT - PSDB (3) - DEM - PPS - PDT - PRP - PV - PTN - PTC	"UMA NOVA PARAÍBA"
Nelson Júnior (PSOL)	PSOL	—
Francisco de Assis (PSB)	PCB	—
Marcelino da Silva (PSTU)	PSTU	—
Lourdes Sarmento (PCO)	PCO	—

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

(1)Os agrupamentos petistas liderados pelo deputado federal Luís Couto, o superintendente do SEBRAE Júlio Rafael, a maioria do Diretório Municipal de João Pessoa e a prefeita de Pombal Pollyana Feitosa, dentre outros, fizeram campanha aberta para Ricardo Coutinho.
(2) O PTB, por interferência do presidente nacional Roberto Jeferson, liberou seus filiados quanto à candidatura para governador.
(3) No PSDB, o senador Cícero Lucena, presidente estadual, liberou seu grupo para a eleição para governador, dentre os quais os deputados estaduais João Gonçalves, Pedro Medeiros, Ariano Fernandes e o vereador Hervázio Bezerra, bem como o vereador cicerista Aníbal Marcolino, este filiado ao PSL[42].

Em função das coligações realizadas, ou não, o tempo do horário eleitoral para os candidatos a governador ficou distribuído assim:

[42] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 27 de agosto de 2010, p.4.

CANDIDATO	TEMPO
Ricardo Coutinho (PSB)	07min18s
José Maranhão (PMDB)	07min02s
Nelson Júnior (PSOL)	01min16s
Francisco de Assis (PCB)	01min12s
Marcelino da Silva (PSTU)	01min12s
Lourdes Sarmento (PCO)	01min12s

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – Eleições 2010

Para o Senado Federal, apresentaram-se oito candidatos:

COLIGAÇÃO	CANDIDATOS (Partido)
"Paraíba Unida"	Vital do Rego Filho (PMDB) Wilson Santiago (PMDB)
"Uma Nova Paraíba"	Cássio Cunha Lima (PSDB)[43] Efraim Morais (DEM)
PSOL	Marcos Dias (PSOL) Edgar Malagodi (PSOL)
PCB	Vital Farias (PCB) Maria das Dores (PCB)
PSTU	_____
PCO	_____

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

Nas eleições proporcionais, as duas grandes coligações apresentaram as variações seguintes:

Deputado Federal

COLIGAÇÃO	PARTIDOS
Paraíba Unida I	PMDB - PSC - PTB - PP
Paraíba Unida II	PR - PT - PSL - PRTB - PRB - PCdoB - PHS - PTdoB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

[43] Em 05 de agosto de 2010, o TRE da Paraíba, por 5x1 votos, negou o registro da candidatura de Cássio Cunha Lima com base na Lei Complementar nº 135, a chamada "Lei da Ficha Limpa". Os advogados do tucano recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral para assegurar a candidatura e a

COLIGAÇÃO	PARTIDOS
Uma Nova Paraíba I	PSDB – PSB – DEM – PDT – PPS – PRP – PV – PTN - PTC

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

Deputado Estadual

COLIGAÇÃO	PARTIDOS
Paraíba Unida III	PRTB - PHS - PMN - PCdoB - PTdoB
Paraíba Unida IV	PTB - PP
Paraíba Unida V	PMDB - PSC
Paraíba Unida VI	PT - PRB - PSDC - PCdoB
Paraíba Unida VII	PR - PSL

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

COLIGAÇÃO	PARTIDOS
Uma Nova Paraíba II	PSDB – PSB – DEM – PDT
Uma Nova Paraíba III	PTN – PPS – PV – PTC - PRP

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

A disputa no 1º turno: Propostas, concepções e ataques.

A atenção da mídia especializada, dos militantes e correligionários, da opinião pública e, posteriormente, da grande massa de eleitores, com a evolução da campanha nas ruas, no guia eleitoral e os debates na mídia, centrou-se na disputa das duas grandes coligações.

As quatro candidaturas do campo da "extrema esquerda" não conseguiram despertar expectativas de mobilização ou articular discursos capazes de gerar debate político. Marcelino, do PSTU, "criticou as oligarquias que... cercam os dois candidatos" (Maranhão e Ricardo); Lourdes Sarmento (PCO) "taxou os principais concorrentes de representantes da burguesia"; Francisco de Assis, do

participação na campanha eleitoral.

PCB, "comparou que se um metalúrgico... governa o país, um homem simples (como ele) pode governar a Paraíba"; e o candidato Nelson Júnior, do PSOL, "chegou a dizer que Ricardo Coutinho era o genérico dos Cunha Lima... e detonou a falta de investimento da educação e, sobretudo, no professor"[44]. Um fato que chamou a atenção da imprensa especializada, em momentos do guia eleitoral dos partidos do campo mais à esquerda, foi o destaque dado, por vários candidatos dessas legendas, à campanha salarial e às lutas internas do movimento sindical dos empregados dos Correios – a ECT[45].

O plano de governo apresentado pelo candidato José Maranhão destaca a realização de obras consideradas estruturantes, como: a construção de sete adutoras; porto de águas profundas; ampliação aeroportuária; ramal paraibano da Transnordestina; porto seco (centro alfandegário de recepção e redistribuição de cargas); abastecimento de água tratada em todos os municípios; ampliação de 1.500 km de rodovias; além das propostas para segurança pública, saúde, educação, assistência social, habitação popular. Modernização da infraestrutura, em suma.

No programa de Ricardo Coutinho, o carro-chefe é o conjunto intitulado "choque de gestão": criação do Orçamento Democrático; sistema *e-governo* e *web-governo* de comunicação e informação; autonomia dos conselhos de direitos e setoriais para intensificação do controle social; gestão por resultado com metas para desempenho dos serviços públicos; profissionalização dos servidores públicos; geração de emprego e renda, via Agência de Desenvolvimento Sustentável; educação com ensino profissionalizante e interiorização do ensino superior;

---

[44] Conferir *Diário da Borborema*, edição de 22 de agosto de 2010, p.3.

[45] Ver coluna "Informe" do jornal *Correio da Paraíba*, edição de 10 de setembro de 2010.

ampliação da pré-escola e educação de jovens e adultos; habitação popular, saúde e segurança pública. Em suma, modernização administrativa e institucional[46].

Além dos planos de governo, os municiadores dos discursos propositivos, a concepção da campanha eleitoral se expressa na construção do discurso de auto-identidade, a caracterização da própria imagem do candidato, e na elaboração do discurso de ataque, a desconstrução da imagem do adversário. A seguir, um quadro sintético e comparativo dos discursos de construção de autoimagem e dos discursos de desconstrução da imagem do adversário.

JOSÉ MARANHÃO (PMDB): O ZÉ	**RICARDO COUTINHO (PSB): O RICARDO**
AUTOIDENTIDADE	**AUTOIDENTIDADE**
a) Obras estruturantes; b) O mestre de obras; c) Experiência administrativa; d) Matuto sabido; e) Conhece a Paraíba; f) Está reconstruindo o estado; g) Amigo de Lula e de Dilma; h) Apoio dos prefeitos; i) Em Campina Grande: apoio do prefeito Veneziano.	a) O novo, o inovador: "é hora de mudar"; b) Realizador: "foi Ricardo que fez... fará"; c) Democracia: participação e transparência; d) Tem um projeto político e estratégico; e) Apoio de Ciro Gomes e Eduardo Campos; <u>2º turno</u> f) Apoio de Marina; g) Pacto com Deus.

[46] Conferir o *Correio da Paraíba*, em 07 de julho de 2010.

JOSÉ MARANHÃO (PMDB): O ZÉ	RICARDO COUTINHO (PSB): O RICARDO
ATAQUE E DESCONSTRUÇÃO	**ATAQUE E DESCONSTRUÇÃO**
a) Aliança do PSB com PSDB/DEM "cheira mal", "é espúria"; b) Arrogante e prepotente; c) Não conhece o estado; d) A Paraíba vai ficar subordinada à Pernambuco. 2º turno e) Ateu e macumbeiro: pacto com o diabo; f) Defende as drogas	a) Político velho, ultrapassado; b) Longa permanência no poder: "dez anos de Maranhão"; c) Uso e abuso da máquina administrativa; d) Perseguidor e totalitário; e) Governo ilegítimo: "ganhou no tapetão"; f) Obras virtuais; g) "é contra Campina" (Grande); h) Não debate: "fujão".

Um dos principais problemas eleitorais da candidatura de Maranhão foi a sua rejeição em Campina Grande, o segundo maior colégio eleitoral[47]. A tática utilizada para enfrentar este problema foi ligar a imagem do candidato Maranhão à imagem do prefeito Veneziano, carismática e jovem, com este frequentando o guia eleitoral para destacar as parcerias administrativas da Prefeitura Municipal com o governo do estado, em obras importantes como o Hospital de Trauma, a Feira da Prata e a urbanização do Araxá[48], em contraposição à gestão anterior do ex-governador Cássio, que não firmara e nem executara convênios e repasses.

A principal faixa de rejeição e resistência ao nome do candidato José Maranhão encontrava-se nas camadas médias e entre os eleitores de nível educacional superior. Em 2002, no ano final de sua gestão iniciada em 1999, o

[47] A terceira pesquisa IBOPE, publicada pelo Jornal da Paraíba, edição de 29 de agosto de 2010, p. 2, apontou que a taxa de rejeição de Maranhão no estado era de 24%, mas alcançava 46% na região de Campina Grande.

[48] Conferir a coluna "360 graus", do *Jornal da Paraíba*, edição de 24 de agosto de 2010, p.4.

governador Maranhão enfrentou um forte movimento paredista na Universidade Estadual da Paraíba[49] em prol de melhorias salariais, que, rapidamente, evoluiu para um confronto aberto, agravado pela realização de greve de fome e pelo apoio político e logístico dado pelo então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima; o qual, em 2004, quando governador do estado, aprovou a Lei de Autonomia Financeira[50], implementada a partir de 2005, quando a líder do movimento e protagonista da greve de fome, a professora Marlene Alves, elegeu-se reitora da UEPB. Em junho de 2009, o governo do estado anunciou o realinhamento do orçamento e reduziu de 37 milhões para 17 milhões de reais a dotação da UEPB. O secretário de Planejamento, em entrevista à imprensa, declarou que "esse recurso fica contingenciado, ela não vai perder um real até o final do ano, ela terá de volta"[51]. A reação foi rápida: Reitoria, Assembleia Legislativa do Estado, Câmara de Vereadores de Campina Grande, sindicatos de professores e funcionários, diretórios e centros acadêmicos. Ao perceber o estrago político, o governador decidiu rever o corte de 16 milhões de reais e, posteriormente, o secretário Ademir Melo foi substituído. Mas, em 24 de agosto de 2010, em plena campanha eleitoral, ao participar do ciclo de debates com os candidatos a governador pela Associação Comercial de Campina Grande, o candidato José Maranhão declarou: "Eu acho que é inteiramente viável fazer a federalização da UEPB..."[52]. Dois dias depois, no mesmo

[49] No governo de Tarcísio Burity, em 1987, a então Fundação Universidade Regional do Nordeste, com sede em Campina Grande, foi estatizada e transformada em Universidade Estadual da Paraíba, com a reitoria instalada naquela cidade.

[50] Pela lei, a dotação orçamentária da Universidade foi estabelecida em 5% da receita do estado.

[51] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 02 de junho de 2009, p.3.

[52] Ver a edição de 25 de agosto de 2009 do *Jornal da Paraíba*, p.3.

palanque, o candidato Ricardo Coutinho detonou: "Maranhão, desde sempre, tentou se livrar da UEPB... É um governo que não compreende a importância de se ter uma universidade estadual... uma postura de tentar a todo momento... combater a autonomia... ou então se livrar dela", hipotecando ainda "apoio ao manifesto publicado ontem pela Associação dos Docentes da UEPB"[53].

Em relação à dicotomia novo/velho, relacionada à dicotomia inovação/atraso, Ricardo Coutinho construiu o discurso da candidatura inovadora "porque o estado precisa de outro ciclo político... o ciclo político que aí está, está acabando"[54]. É um discurso estruturado não apenas para se contrapor a Maranhão, tido como o "ultrapassado", o "velho", mas também como escudo de defesa contra os ataques à sua aliança com os "setores oligárquicos" e "conservadores" representados pelos novos aliados: PSDB/DEM. Ainda em junho de 2010, o governador Maranhão rebatia o conceito do "novo" como não justificável por si próprio:

> *o novo não é sinônimo de eficiência; o novo não é sinônimo de trabalho. Não podemos dispensar a experiência daqueles que já viveram e acumularam um cabedal de conhecimentos para dirigir e fazer as coisas com eficiência... não é possível que a Paraíba se saia com balela como essa. Vamos acabar com essa balela do novo, do novo, do novo... novas são as ideias; novo é o espírito; nova é a capacidade de trabalho, nova é a capacidade de fazer um governo inovador*[55].

Entretanto, na chapa maranhista, o candidato a vice-governador Rodrigo Soares, com 35 anos de idade, não materializou um discurso sistemático como o "novo" ou para os setores jovens; aliás, a sua presença no horário eleitoral foi pouco expressiva, pouco explorada, parca.

[53] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 27 de agosto de 2010, p.3.

[54] Ver Jornal *Correio da Paraíba*, edição de 27 de agosto de 2009, p.A4.

[55] Ver *Jornal da Paraíba*, coluna "Aparte", edição de 02 de junho de 2009, p.3.

O presidente Lula como cabo eleitoral

Um dos carros-chefes do Guia Eleitoral do candidato José Maranhão foram as inserções do presidente Lula enaltecendo o seu apoio. Como destacou, em manchete, o *Correio da Paraíba*: "Em programa na televisão, presidente lembra antiga amizade com o governador e elogia seu trabalho na Paraíba"[56]; e a manchete no *Jornal da Paraíba*: "No guia, Lula pede voto para Maranhão"[57]. O presidente Lula, em sua intervenção, declarou: "estivemos lado a lado no movimento das diretas e fomos colegas na Constituinte... além disso, Maranhão é um governador da mais alta competência... por isso eu lhe peço... vote em Zé Maranhão no dia 03 de outubro"[58]. Ainda segundo o *Jornal da Paraíba*, "a participação de Lula no guia da Paraíba é reflexo no (sic) debate realizado... quinta-feira (19) onde o Ricardo Coutinho acusou Maranhão de mentir ao dizer que sempre foi aliado do atual presidente"[59].

Em reação, o vereador Bira Pereira, secretário-geral do PSB, afirmou, em entrevista, que "o partido irá cobrar o tratamento igualitário de Dilma e Lula para os candidatos a governador"[60]. Logo depois, o candidato "Ricardo Coutinho (PSB) que demonstrou descontentamento com o vídeo... ficou surpreso com a aparição de Lula no guia de Maranhão, já que havia um acordo junto à direção nacional, o que não foi cumprido"[61]. Mas, em 10 de setembro, o presidente nacional do PT e coordenador da campanha de Dilma Rousseff, em visita à Paraíba, declarou, em en-

---

[56] Conferir a edição de 21 de agosto de 2010, p.A3.

[57] Ver edição de 21 de agosto de 2010, p.2.

[58] Ver o *Correio da Paraíba*, edição de 21 de agosto de 2010, p. A3.

[59] No *Jornal da Paraíba*, edição de 21 de agosto de 2010, p.2

[60] Idem.

[61] Ver *Diário da Borborema*, edição de 24 de agosto de 2010, p.3.

trevista à imprensa, que sua presença era para "mostrar de forma muito clara quem é o palanque na Paraíba: O PMDB de Maranhão"[62].

Não há como afirmar, analiticamente, que a presença intensa das inserções do presidente Lula tenha resultado em transferências de voto para o candidato Maranhão; ou, dito de outro ângulo, tenha retirado votos do candidato Ricardo. Ao final do 1º turno, na Paraíba, Dilma ficou em primeiro lugar com 53,21% dos votos válidos, e Ricardo teve 49,74% contra 49, 30% de Maranhão.

A aliança pragmática de Ricardo

A trajetória pública de Ricardo Coutinho se processou no campo mais à esquerda do espectro político-ideológico, no movimento estudantil e nos movimentos sociais. No PT, não se vinculou a nenhuma das variadas tendências e construiu, a partir de sua vida parlamentar, iniciada com o mandato de vereador em João Pessoa, em 1993, seu próprio agrupamento, intitulado "Coletivo Ricardo Coutinho" (CRC), incorporando líderes estudantis e sindicais, militantes do PT, em articulação com os "movimentos sociais mais alternativos e menos institucionalizados (CUT, Sociedade de Amigos de Bairros)" (ARAÚJO, 2005). Vereador mais votado em João Pessoa, em seguida "elege-se o deputado estadual mais votado na Paraíba, com 47.912 votos... com alta concentração de votos na capital (35.566)" (ARAÚJO, 2005). Em 2003, minoritário na estrutura partidária do PT, filia-se ao PSB[63] para viabilizar sua candidatura a prefeito. Em 2004, elege-se prefeito de João Pessoa com 64,45% dos votos válidos contra 30,82% do adversário tucano e 3,29% do candi-

[62] Em *Jornal da Paraíba*, edição de 11 de setembro de 2011, p.4.

[63] Com a garantia do controle estadual do Partido, assegurado pelo presidente nacional Eduardo Campos.

dato do PT. Em 2008, é reeleito com 73,8% dos votos válidos contra 23% do candidato da coligação PSDB/DEM e 3,09% dos outros quatro candidatos.

Em 2010, considerando-se a sua trajetória anterior, a nova ruptura político-partidária de Ricardo Coutinho foi mais radical: a aliança à direita com o PSDB e o DEM. É verdade que essa aliança assegurou ao candidato Coutinho uma capilaridade político-eleitoral em todas as regiões do estado, através das estruturas políticas e partidárias de Cássio (PSDB) e de Efraim (DEM). Entretanto, provocou desconforto e desconfiança no seu eleitorado, à esquerda e independente, dos grandes colégios eleitorais urbanos, perdendo densidade eleitoral nas camadas médias, especialmente na capital. Ao perceber o prejuízo, no horário eleitoral de 23 de agosto, o candidato se defendeu: "num tom de quase pedido de desculpas, explicou ao eleitor que, para ter mais tempo de rádio e televisão, no Guia Eleitoral, não tinha outra alternativa, a não ser se aliar a Efraim Morais e Cássio Cunha Lima" (MAIS PB, 2010). E também contra-atacou: "Em câmera fechada, Ricardo enfrentou a questão de frente lembrando que ninguém ganha eleição sozinho, que a aliança entre PSB, PSDB e DEM é necessária para vencer um inimigo poderoso e que governa há dez anos... Ele citou que se saísse candidato sozinho seria um candidato a perdedor, pois teria apenas um minuto"64. Volta a se defender citando a aliança de Luís Carlos Prestes com Getúlio Vargas, ao ser solto no final da ditadura do Estado Novo: "Prestes colocou interesses públicos acima de questões pessoais"[65]. E, mais uma vez, buscou outro argumento de autoridade para se explicar: "Para fazer

[64] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 25 de agosto de 2010, p.5.

[65] Ver a coluna "Nonato Guedes", no *Diário da Borborema*, edição de 27 de agosto de 2010, p.4.

essa aliança aqui, o presidente Lula não apenas soube da possibilidade de parceria, ainda no ano passado em Campina Grande, como me incentivou a ir adiante"[66].

O favoritismo de Maranhão e as pesquisas

Ao assumir o governo do estado com a cassação de Cássio Cunha Lima, José Maranhão, após seis anos seguidos na oposição, passou a trabalhar a sua reeleição no cenário favorável do controle da administração estadual, com o apoio da maioria dos prefeitos dos maiores colégios eleitorais, posicionado como o aliado preferencial do presidente Lula e contando com o apoio do PT. Há, efetivamente, uma percepção do favoritismo nítido da candidatura de Maranhão e os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa, e reverberados nos discursos políticos, ampliando esta percepção.

Em março de 2010, o Instituto Vox Populi divulgou seus números[67]:

RESPOSTA	PERCENTUAL
José Maranhão (PMDB)	44
Ricardo Coutinho (PSB)	32
Cícero Lucena (PSDB)	08
Branco/nulo	07
Não sabe/não respondeu	09

Em junho, uma pesquisa do Instituo Data Vox, divulgada pela TV Itararé, apresentou números aproximados[68]:

RESPOSTA	PERCENTUAL
José Maranhão (PMDB)	45,9
Ricardo Coutinho (PSB)	31,7

[66] Em *Diário da Borborema*, edição de 02 de setembro de 2010, p.3.

[67] Conferir o *Correio da Paraíba*, edição de 21 de março de 2010.

[68] Conferir o www.portalcorreio.com.br, postagem em 02/06/2010, às 13:03.

O Instituto Consult, patrocinado pelo jornal *Correio da Paraíba*, realizou uma sequência de oito pesquisas, de fevereiro a outubro de 2010. Da pesquisa de fevereiro até a realizada em agosto, o desempenho do candidato Maranhão é uma linha em franca ascensão, enquanto o candidato Ricardo patina numa linha estável.

Consult / Correio

RESPOSTAS	FEV (25 a 28)	ABR (08 a 11)	JUN (13 a 17)	JUL (22 a 25)	AGO (12 a 14)	AGO (29 a 31)
José Maranhão	40,1%	42,3%	43,7%	47,5%	49,2%	53,6%
Ricardo Coutinho	32,6%	32,0%	32,7%	30,5%	31,1%	31,8%
Não sabe	12,0%	12,3%	15,1%	14,6%	14,6%	08,8%
Nenhum	06,5%	07,1%	08,2%	06,7%	06,7%	05,0%

Na pesquisa Consult, divulgada em 26 de setembro, o candidato Maranhão continuou com 53 pontos e o candidato Ricardo apresentou um pequeno aumento, chegando aos 32 pontos. A manchete de apresentação da matéria é expressiva: "Faltando sete dias para as eleições, vantagem em favor do governador é de 19 pontos percentuais"[69]. A última pesquisa do 1º turno, divulgada exatamente no dia 3 de outubro, manteve Maranhão com 53,7%, mas Ricardo Coutinho apresentou um crescimento de 11 pontos em apenas sete dias, subindo para 45,2%. Mas a manchete continuava alardeando uma vantagem expressiva para a reeleição do peemedebista: "Correio/ Consult aponta vitória do governador com cerca de 200 mil votos de maioria sobre Ricardo"[70].

No Ibope, sob encomenda do *Jornal da Paraíba*, as pesquisas realizadas até agosto de 2010 guardam semelhanças com os resultados apresentados pelo Consult: o candidato Mara-

[69] Conferir o *Correio da Paraíba*, edição de 26 de setembro de 2010, p. A3.

[70] Ver *Correio da Paraíba*, edição de 03 de outubro de 2010, p. A3.

nhão em linha ascendente e o candidato Ricardo transitando de 36% para 31% das intenções de voto. Assim, a diferença do peemedebista sobre o pessebista que, em maio, era de 12 pontos, sobe para 16 em julho e, em agosto, provoca manchete: "Maranhão abre 22 pontos contra Ricardo e seria eleito no 1º turno"[71]. Mas, na pesquisa realizada entre 14 e 16 de setembro, a manchete muda: "Vantagem de Maranhão cai cinco pontos"[72]. E, em 3 de outubro, com resultados mais aproximados da realidade que emergirá das urnas, do que o Instituto Consult/ Correio, a manchete alerta: "Pesquisa não garante decisão no 1º turno"; e com as variações nas margens de erro, os dois candidatos chegam à mesma intenção de voto: 49%[73]. De setembro para outubro, o candidato do PSB cresceu 12 pontos em quatorze dias.

Ibope

RESPOSTAS	MAI	JUL	AGOS	SET	OUT
José Maranhão	48%	48%	53%	51%	52%
Ricardo Coutinho	36%	32%	31%	34%	46%

Enfim, embora estivessem com números distantes da realidade que se expressaria nas urnas de três de outubro[74], os institutos Consult e Ibope, este de forma menos desfocada, conseguiram captar o processo de crescimento de Coutinho, mas não perceberam o decréscimo de Maranhão. Os jornais do dia 03 de outubro apresentaram o peemedebista com 53,7%, pelo Consult, e 52%, pelo Ibope. Contudo, das urnas saiu Maranhão com 49,30% dos votos válidos, atrás de Ricardo que alcançou 49,74%.

[71] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 28 de agosto de 2010.

[72] *Jornal da Paraíba*, edição de 18 de setembro de 2010.

[73] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 03 de outubro de 2010, p. 2.

[74] Indubitavelmente, como assinalaram várias colunistas da imprensa especializada, uma das grandes derrotas neste processo eleitoral foi a da credibilidade dos institutos de pesquisa.

A tática maranhista da fuga e a virada ricardista

As inovações tecnológicas e a expansão das redes de televisão, bem como as restrições legais às campanhas de rua – a exemplo da proibição das atrações musicais – reforçaram a importância dos meios eletrônicos nas campanhas eleitorais, em especial nos pleitos majoritários. Assim, o horário eleitoral, com suas especificidades de concepção, de qualidade da imagem, da técnica e da apresentação, assumiu uma preponderância estratégica, acompanhada, *pari passu*, pelos debates promovidos pelas redes de televisão. O candidato José Maranhão participou, com os outros cinco candidatos, do primeiro debate televisivo, em 19 de agosto, realizado pela TV Clube, dos Diários Associados. A cobertura do *Diário da Borborema* destaca que "Maranhão defendeu sua terceira gestão no governo e tentou emplacar a ideia de continuidade, já Ricardo teve que responder pela administração de JP (João Pessoa) e pregou a mudança"[75]; mas a matéria também destaca: "temperatura elevada, longe das câmeras... Fora do ar o clima ficou pesado com troca de acusações e insultos com assessores"[76]. O episódio serviu de justificativa para o comando da campanha maranhista decidir pelo não comparecimento aos debates seguintes[77]. Em verdade, a percepção da vitória se espalhara na estrutura da campanha

[75] Na edição de 22 de agosto de 2010, p.3.

[76] Idem, ibidem.

[77] Conforme o jornalista Nonato Guedes, em sua coluna no *Diário da Borborema*, na edição de 27 de agosto de 2010, p.4: "Interlocutores do governador José Maranhão (PMDB) confirmaram as versões de que ele não está motivado a participar de debates com outros candidatos em emissoras de televisão ou em outros órgãos de comunicação, preferindo manter o diálogo com segmentos sociais, conceder entrevistas e expor metas no Guia Eleitoral... teria se sentido constrangido diante de provocações sofridas nos bastidores do único debate a que compareceu... de adversários políticos declarados, a exemplo do ex-governador Cássio Cunha Lima".

maranhista, e pontificava o "clima do já ganhou"[78]. Na sequência, o ex-governador Cássio, candidato ao senado, "usou seu espaço no guia eleitoral... para criticar a postura do governador José Maranhão... de estratégia para fugir do debate com Ricardo Coutinho... além de tentar confundir a opinião pública, procurando tirar proveito de obras da gestão anterior" e atacou: "Para com isso, Maranhão. Deixa de me provocar e vai trabalhar, porque já, já, Ricardo te pega"[79]. No dia 26, o candidato Ricardo já postava em seu *twitter*: "a hora é agora. Vamos pra cima".

Em 3 de setembro, Maranhão não compareceu ao debate da TV Borborema/SBT e "acabou se transformando no grande alvo dos cincos concorrentes... Nelson Júnior (PSOL), chegou a dizer que o gestor ficará conhecido como 'candidato fujão' (e para) Marcelino Pereira... a educação na Paraíba estaria sucateada por culpa do governador que não tem sequer a coragem de comparecer ao debate"[80]. A recidiva foi no debate radiofônico promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande, em 14 de setembro. Segundo o noticiário, a ausência do candidato do PMDB "transformou a atividade em uma entrevista coletiva... na qual o socialista respondeu a questionamentos dos empresários"[81]. E o candidato

---

[78] Provavelmente, também, o comando da campanha maranhista recordou a campanha eleitoral de 2002. O confronto final entre o candidato tucano Cássio Cunha Lima e o candidato peemedebista Roberto Paulino foi o debate promovido pela *TV Cabo Branco*, afiliada da Rede Globo. E ao desempenho do então governador Roberto Paulino (era o vice-governador de José Maranhão), um político com o perfil de um homem simples e bonachão, do contato direto com o eleitor e afeito ao programa radiofônico com largo tempo de intervenção, mas sem a agilidade que a televisão requer, se atribui a derrota eleitoral.

[79] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 24 de agosto de 2010, p.4.

[80] Ver o *Diário da Borborema*, edição de 05 de setembro de 2010, p.3.

[81] Ver a coluna de Helder Moura no *Correio da Paraíba*, edição de 28 de agosto de 2010, p.A3.

Ricardo aproveitou e "fez novas críticas sobre a ausência do governador e candidato a reeleição José Maranhão". Mais: "O debate é um símbolo democrático e não pode ser tratado como instrumento de conveniência política de cada candidato. Gostaria de discutir com o nosso principal adversário as questões em prol da Paraíba, mas nosso concorrente foge continuadamente. A ausência dele nos debates é uma demonstração de que ele também está ausente na Saúde, na Segurança Pública, na Educação, naquilo que é importante para o estado"[82].

Indubitavelmente, o debate televisivo de maior audiência é o promovido pela afiliada da Rede Globo, tanto pela amplitude de telespectadores da sua programação normal, quanto por ser datado como o último da campanha, há apenas quatro dias do domingo eleitoral.

Imbuído da convicção de que a ausência seria mais proveitosa, em termos do desempenho eleitoral, e ciente da maior fragilidade da candidatura do PMDB em Campina Grande, o comando da campanha criou um evento naquela cidade[83] para, assim, justificar a não participação do governador candidato no debate da TV Cabo Branco, retransmitido pela TV Paraíba, ambas afiliadas da Rede Globo e sediadas, respectivamente, em João Pessoa e Campina Grande, alcançando quase todas as regiões da Paraíba e com um público potencial de centenas de milhares de telespectadores. Antes do evento de Campina Grande, em

[82] Idem.

[83] O evento foi concebido e apresentado como um debate direto, sem intermediação jornalística, entre o candidato Maranhão e representações da sociedade civil; no dizer do candidato: "Deus me deu um presente: encerrar minha campanha para o guia eleitoral em Campina Grande com um grande debate com o povo". In: portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 28 de setembro de 2010 – 23h27. Na prática, transformou-se em um mega comício, estruturado em torno de uma arena, que mobilizou centenas de militantes e correligionários da região do compartimento da Borborema, no entorno de Campina Grande, sem atrair ou conquistar novos eleitores.

entrevista ao programa *JPB 2ª edição*, o telejornal estadual retransmitido, simultaneamente, pelas TV Cabo Branco e TV Paraíba, o candidato José Maranhão declarou que "não estou interessado no debate. Não vou participar. Lá vai ser um monólogo"[84]. Logo mais, no decorrer do debate televisivo, perante o espaço vazio do candidato ausente, Ricardo Coutinho atacou: "A ausência do candidato à reeleição pelo PMDB, José Maranhão, é inexplicável. Um desrespeito ao eleitorado **e principalmente às pessoas que votam nele** [...] se o candidato se recusa a participar dos debates, ou é porque quer esconder algo, ou é porque não tem o que mostrar" (grifo meu)[85]. E o candidato Nelson Júnior, do PSOL, em suas considerações finais, declarou "que o candidato à reeleição José Maranhão (PMDB) não merece ser avaliado, por desrespeitar o eleitor quando não participou dos debates, privando o eleitorado de conhecer as ideias do seu plano de governo", e mais: "Zé Maranhão não é uma alternativa, ele é o mais atrasado. Ele representa a estagnação, não representa a República, o novo: ele representa o que é de mais antigo"[86].

Em suma, a ausência sistemática aos debates, caracterizando o "candidato fujão", indubitavelmente contribuiu para a perda de sustentação política e eleitoral e facilitou o processo de desconstrução da imagem do candidato Maranhão[87]. Avento, ainda, a hipótese de que a tática

[84] Conferir o portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 28 de setembro de 2010 – 23h10.

[85] Idem, postagem em 28 de setembro de 2010 – 00h04.

[86] In: portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 29 de setembro de 2010 – 00h52.

[87] O guia eleitoral televisivo, com suas especificidades de imagem e som, assume como que a caracterização de um discurso mais sério, como se fosse imbuído da imagem ou do padrão dos telejornais. O guia eleitoral radiofônico, despossuído da imagem, desenvolve linguagens tidas como mais leves, menos sérias, calcadas nos programas humorísticos. E é neste espaço que o processo de desconstrução da imagem de um candidato é mais intensificado

maranhista da ausência facilitou a defesa ricardista de reconstrução da imagem de coerência político-ideológica e de esquerda autêntica e independente, bastante abalada em função da coligação de Coutinho com o PSDB/DEM; favorecendo, assim, a recuperação de intenções de votos perdidos para Maranhão.

A campanha presidencial

Ainda em maio de 2009, com a então ministra Dilma Rousseff pouco conhecida do público, e sem a participação direta do presidente Lula, uma pesquisa do Ibope apontava os números seguintes na disputa da presidência no estado da Paraíba:

Ibope

RESPOSTAS	PERCENTUAL
José Serra	48
Dilma Rousseff	15
Ciro Gomes	12
Heloísa Helena	07
Marina Silva	05
Branco/Nulo	04
Não sabe/Não respondeu	09

In: *Jornal da Paraíba*, edição de 22 de outubro de 2009.

A partir de maio de 2014, a candidata Dilma Rousseff assume a dianteira nas pesquisas eleitorais.

---

pelas armas do deboche e da caricaturização, com o uso e o abuso de termos pejorativos e chulos, encaixados em pequenas historietas que pretendem manter a atenção do imenso público da radiofonia.

Ibope

RESPOSTAS	MAIO	JULHO	SETEMBRO
Dilma Rousseff	54%	53%	63%
José Serra	29%	28%	20%
Marina Silva	05%	04%	08%
Branco/Nulo	05%	07%	03%
Não sabe/ Não respondeu	07%	09%	06%

In: *Jornal da Paraíba*, edições de 30 de maio, de 1º de agosto e de 19 de setembro de 2010.

Os números acima apontam uma tendência de queda para o candidato Serra e, como se fosse em contrapartida, uma tendência de alta para a candidata Marina.

Entretanto, a partir da segunda quinzena de agosto, o processo de desconstrução da imagem de Dilma Rousseff começou a se fazer perceber de forma difusa na opinião pública, em setores sociais específicos das camadas médias urbanas; especialmente em João Pessoa e em Campina Grande, nesta, de forma mais acentuada. Ainda em maio de 2010, nos números da pesquisa supracitada do Instituto Ibope, a candidata Dilma apresenta 54% das intenções de voto na média do estado; mas, na distribuição de índice por região, caiu para 50% em João Pessoa e despenca dez pontos em Campina Grande, apresentando 44%.

A desconstrução da candidatura Rousseff se dá através dos epítetos de "assaltante de banco" e "assassina", "defensora do aborto" e "homossexual". A construção, pelo ataque, de uma imagem negativa da candidata Dilma como "não temente a Deus", em resumo, não significou a transferência da intenção de voto para José Serra. O processo beneficiou diretamente a candidatura de Marina Silva. A divulgação da confissão religiosa da candidata do PV, como evangélica, fez entrar em cena uma campanha de mobilização ideológica e político-eleitoral assentada, principalmente, nos agru-

pamentos confessionais neopentecostais, evangélicos e católicos – a base moderna da direita religiosa – o que deu capilaridade à candidatura de Marina Silva.

Senador: duas vagas e um franco favorito

Em 2010, na Paraíba, a disputa para as duas vagas ao senado federal assumiu uma conotação singular por conta da situação jurídica do ex-governador e candidato Cássio Cunha Lima[88]. Desde o começo da disputa foi o franco favorito, apesar da incerteza jurídica da sua candidatura e da eventual possibilidade legal de posse do cargo. Mas a presença político-eleitoral do tucano não se delimitou apenas à candidatura para senador; adentrou à disputa do governo porque fazia contraponto com o candidato José Maranhão e era o vetor principal do apoio político e da mobilização eleitoral pela candidatura de Coutinho no interior do estado e, decisivamente, em Campina Grande[89].

[88] Cassado em 2007 pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, com confirmação pelo TSE em 2009, o ex-governador ficou inelegível por três anos. Em 2010, com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, o TRE-PB, por 5X1 votos, negou o registro da sua candidatura. Os advogados recorreram ao TSE para garantir a campanha; e processos semelhantes chegaram ao Supremo Tribunal Federal que, ao julgar a aplicabilidade daquela lei às eleições em curso, ficou com a decisão em suspenso por conta do empate por 5X5 votos. A aplicação da Lei nº 135/10 resulta em um período de inelegibilidade de oito anos, o que afastaria o candidato Cássio do mandato de senador que pleiteava.

[89] Na campanha, o discurso cassista se estruturou em duas outras vertentes, além do contraponto ao governador Maranhão. Na vertente jurídica, a defesa pela declaração de inocência se acopla ao reconhecimento de que, ainda assim, cumpriu o que devia à justiça e agora com a nova lei, o indeferimento e a inelegibilidade seriam uma injustiça flagrante: "Eu sou ficha limpa. Fui condenado por conta do surgimento de uma figura nova na legislação eleitoral chamada conduta vedada e não por compra de votos... Ocorre que eu já cumpri minha pena de três anos. Seria um absurdo jurídico sem precedentes, você querer que alguém seja punido porque uma lei foi alterada se tornando mais dura, fazendo com que o apenado volte e cumpra uma segunda pena" (www.paraibaonlina.com.br, postagem em 26 de junho de 2010 – 14h03). E na mesma linha: "fui punido por uso promocional de um programa do governo... que, a meu ver, é uma decisão equivocada da Justiça Eleitoral. Anula-

Na disputa eleitoral, a primeira vaga era tida como certa, a depender, é claro, das consequências do processo jurídico, da espera pela definição do STF. É, pois, em torno da segunda vaga que a disputa é renhida. Pela coligação ricardista, o candidato à reeleição Efraim Morais, do DEM; pela coligação maranhista, os dois deputados federais peemedebistas, Vital Filho e Wilson Santiago. As pesquisas retratam esta batalha.

Abril

RESPOSTAS	PERCENTUAIS
Cássio Cunha Lima	47,9
Efraim Morais	32,6
Vital do Rego Filho	18,3
Wellington Roberto	7,8
Wilson Santiago	7,3
Roberto Cavalcanti	4,2
Nenhum	28,1
Não sabe	53,5

In: *Correio da Paraíba*, edição de 21 de abril de 2010, p.A3.

Correio/Consult

RESPOSTAS	PERCENTUAIS			
	Jul (22-25)	Ago (12-14)	Ago (29-31)	Set (27-30)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	43,80	45,55	43,75	47,30
Vital do Rego Filho (PMDB)	29,35	28,85	31,20	39,75
Efraim Morais (DEM)	27,30	27,30	25,70	32,15
Wilson Santiago (PMDB)	17,60	19,55	22,30	30,05

ram mais de um milhão de votos que recebi, além de me afastarem do cargo, bem como... inelegibilidade por três anos. Nem a pior ditadura seria capaz de ampliar essa pena já cumprida" (Conferir o portal www.paraibaonline.com.br, postagem em 18 de agosto de 2010 – 21h54). E a terceira vertente foi apelo aos sentimentos populares de empatia à vítima das injustiças e das perseguições, dos pedidos de orações e correntes de solidariedade, de tocar na sensibilidade da caridade cristã.

Vital Farias (PCB)	2,55	1,50	1,60	1,50
Maria das Dores (PCO)	0,75	0,75	0,45	0,20
Edgar Malagodi (PSOL)	0,30	0,50	0,20	0,15
Marcos Antônio (PSOL)	0,25	0,05	0,05	0,15
Nenhum	30,10	27,60	27,25	17,20
Não sabe	48,00	48,35	47,50	31,55

In: *Correio da Paraíba*, edição de 29 de julho, 18 de agosto, 04 de setembro e 03 de outubro de 2010.

Ibope

RESPOSTAS	PERCENTUAIS				
	Mai	Jul	Ago	Set	Out
Cássio Cunha Lima (PSDB)	45	45	46	49	53
Vital do Rego Filho (PMDB)	14	21	29	33	36
Efraim Morais (DEM)	20	22	25	29	33
Wilson Santiago (PMDB)	8	17	19	24	22
Vital Farias (PCB)	2	4	3	4	3
Edgar Malagodi (PSOL)	0	1	1	1	1
Marcos Antônio (PSOL)	0	1	1	1	1
Nenhum	20	26	17	17	18
Não sabe	27	35	27	22	7

In: *Jornal da Paraíba*, edição de 30 de maio, 1º de agosto, 18 de setembro e 03 de outubro de 2010.

Os institutos de pesquisa constataram o largo favoritismo do tucano, detectaram a ascensão do peemedebista Vital Filho, inclusive a ultrapassagem sobre o demista Efraim, mas não conseguiram dar conta do empuxo da linha ascendente do peemedebista Wilson.

Resultados do 1º turno: presidente, governador e senador.

Os resultados do 1º turno trazem como leitura primeira o acerto da virada ricardista sobre o favoritismo maranhista. Ricardo saiu vitorioso com 8.367 votos de vantagem sobre

Maranhão. A seguir, os resultados para presidente, governador e senador, conforme os dados oficiais do TRE-PB.

Presidente

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
Dilma Rousseff (PT)	1.031.185	53,21%
José Serra (PSDB)	551.053	28,43%
Marina Silva (PV)	341.916	17,64%
Plínio de Arruda (PSOL)	9.270	0,48%
José Maria Eymael (PSDC)	1.490	0,08%
Ivan Pinheiro (PCB)	1.052	0,05%
José Maria de Almeida (PSTU)	1.023	0,05%
Levy Fidelix (PRTB)	717	0,04%
Rui Pimenta (PCO)	280	0,01%
Brancos	3.479.340	3,13%
Nulos	6.124.254	5,51%

Dos nove estados nordestinos, a Paraíba ficou em 6º lugar quanto aos números do desempenho eleitoral da candidata Dilma, que aqui obteve 53,21% dos votos válidos[90]. Mas, nos dois maiores colégios eleitorais – João Pessoa e Campina Grande –, a votação de Dilma Rousseff ficou bem abaixo da média estadual: 41,62% e 27,26%, respectivamente. Assim, manifestou-se forte o "efeito Marina da Silva", que, em terceiro lugar no estado, com 17,64% dos votos válidos, posicionou-se em segundo lugar, tanto em João Pessoa com 34,08% como em Campina Grande com 28,77%. Na capital, José Serra foi empurrado por Marina Silva para o terceiro lugar, ficando com apenas 23,25% dos votos válidos, abaixo da sua média estadual: 28,43% (PENSAMENTO MÚLTIPLO, 2010)[91].

[90] O melhor desempenho foi no Maranhão, com 70,65% dos votos válidos; em segundo, o Piauí (67,09%), Ceará (66,5%), Bahia (62,62%), Pernambuco (61,74%); em sétimo, o Rio Grande do Norte (59,54%), Alagoas (50,92%); e, por fim, Sergipe (47,62%).

[91] Estes números reforçam a hipótese de que o agrupamento político mais

Governador

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
Ricardo Coutinho (PSB)	942.121	49,74%
José Maranhão (PMDB)	933.754	49,30%
Nelson Júnior (PSOL)	12.471	0,66%
Lourdes Sarmento (PCO)	2.442	0,13%
Francisco Oliveira (PCB)	1.886	0,10%
Marcelino (PSTU)	1.252	0,07%
Brancos	101.032	3,69%
Nulo	237.303	8,67%

Em 2006, a vitória do então governista Cássio foi assegurada na miríade dos 189 pequenos municípios com menos de 10.000 votos válidos, enquanto o reduto do oposicionista Maranhão se concentrou nos 11 maiores colégios eleitorais. Agora, em 2010, as posições se inverteram. O governador Maranhão ganhou no universo dos colégios eleitorais menores e o oposicionista Ricardo Coutinho vitoriou no conjunto dos onze maiores centros urbanos. No cômputo geral, dos 223 municípios, Maranhão foi vitorioso em 166 e Ricardo venceu em 57, conforme quadro seguinte.

Nº DE MUNIC.	VOTOS VÁLIDOS	CANDIDATOS	MUNIC. C/ VITÓRIA	VOTOS ALCANÇADOS	DIFERENÇA PRÓ
11	+20.000	Ricardo	06	494.856	Ricardo +132.779
		Maranhão	05	362.077	
13	-20.000 +10.000	Ricardo	04	124.648	Maranhão +26.120
		Maranhão	13	150.768	
189	-10.000	Ricardo	47	322.617	Maranhão +98.292
		Maranhão	142	420.909	

A ausência nos debates e o fortalecimento da imagem anti-Campina Grande contribuíram decisivamente para a derrota maranhista. A diferença pró-Ricardo Coutinho

próximo de Ricardo Coutinho fez campanha por Marina Silva, em retaliação à presença de Lula no horário eleitoral de Maranhão.

de 132.779 votos, conquistada nos onze maiores colégios eleitorais, cobriu a diferença de 124.412 votos que o governador Maranhão agregou em 212 municípios.

Senador

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
Vital do Rego Filho (PMDB)	869.501	35,4%
Wilson Santiago (PMDB)	820.653	33,4%
Efraim Morais (DEM)	692.451	19,86%
Vital Farias (PCB)	58.460	1,68%
Marcos Antonio (PSOL)	16.937	0,49%
Brancos	446.538	12,80%
Nulos	1.559.952	44,75%

O TRE-PB não divulgou os números do candidato Cássio e não os computou no comparativo dos votos válidos com os demais candidatos. Mas a soma final foi de 1.004.183 votos para o candidato, confirmando o favoritismo registrado pelas pesquisas; apresentando uma vantagem de 134.682 votos sobre o candidato Vital Filho, proclamado eleito em 1º lugar pelo TRE, por conta das pendências legais do tucano. A ultrapassagem de Wilson Santiago, proclamado como segundo eleito, sobre Efraim Morais foi de 128.202 votos, desconsiderando, pois, os institutos de pesquisas, mais uma vez.

Resultados do 1º turno: deputados federais e estaduais

Os resultados das eleições proporcionais são apresentados a seguir, de acordo com o quadro oficial do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Deputado federal

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
Wellington Roberto (PR)	113.089	5,8%
Ruy Carneiro (PSDB)	108.627	5,6%
Manoel Júnior (PMDB)	108.032	5,5%
Wilson Filho (PMDB)	105.880	5,4%
Luiz Couto (PT)	95.529	4,9%
Romero Rodrigues (PSDB)	95.201	4,9%
Benjamim Maranhão (PMDB)	94.873	4,9%
Aguinaldo Ribeiro (PP)	87.572	4,5%
Dr. Damião (PDT)	87.128	4,5%
Efraim Filho (DEM)	86.970	4,5%
Hugo Mota (PMDB)	86.150	4,4%
Nilda Gondim (PMDB)	79.412	4,1%
Brancos	186.929	8,37%
Nulos	92.595	4,15%

Dos 12 representantes da Paraíba na Câmara dos Deputados, a coligação ricardista, Uma Nova Paraíba I, elegeu apenas quatro: dois do PSDB, um do PDT e um do DEM. No campo maranhista, a coligação Paraíba Unida I elegeu cinco do PMDB e um do PP, e a coligação Paraíba Unida II elegeu um do PR e um do PT; no total de oito. Entretanto, o deputado federal reeleito, Luís Couto, liderou a dissidência petista que apoiou Ricardo Coutinho, o qual, porém, não conseguiu eleger nenhum candidato do seu próprio esquema político ou do PSB.

Deputado estadual

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
Toinho do Sopão (PTN)	57.590	2,9%
Gervasio Maia (PMDB)	45.597	2,3%
Francisca Motta (PMDB)	43.475	2,19%
Manoel Ludgerio (PDT)	40.093	2,02%
Léa (PSB)	37.782	1,9%
Arnaldo Monteiro (PSC)	35.642	1,8%
Trocolli Junior (PMDB)	35.566	1,79%
Ricardo Marcelo (PSDB)	35.075	1,77%
Lindolfo Pires (DEM)	34.935	1,76%
Edmilson Soares (PSB)	33.351	1,68%
Andre Gadelha (PMDB)	33.307	1,68%
José Aldemir (DEM)	32.814	1,65%
João Henrique (DEM)	32.590	1,64%
Olenka Maranhão (PMDB)	32.286	1,63%
Caio (PR)	32.224	1,62%
Branco Mendes (DEM)	32.008	1,61%
Tião Gomes (PSL)	30.634	1,54%
Daniella Ribeiro (PP)	29.863	1,5%
Guilherme Almeida (PSC)	29856	1,5%
Raniery Paulino (PMDB)	29.255	1,47%
Adriano Galdino (PSB)	29.095	1,47%
Eva Gouveia (PTN)	27.151	1,37%
Dinaldo Wanderley (PSDB)	26.822	1,35%
Frei Anastácio (PT)	26.008	1,31%
João Gonçalves (PSDB)	25.541	1,29%
Doda de Tiao (PMDB)	24.950	1,26%
Wilson Braga (PMDB)	24.752	1,25%
Vituriano (PSC)	24.482	1,23%
Antonio Mineral (PSDB)	24.387	1,23%
Luciano Cartaxo (PT)	24.295	1,22%
Batinga (PSC)	23.729	1,2%
Anísio Maia (PT)	21.508	1,08%
Gilma Germano (PPS)	21.002	1,06%
Dr. Aníbal (PSL)	20.452	1,03%
Janduhy Carneiro (PPS)	16.504	0,83%
Genival Matias	15.253	0,77%
Brancos	130.427	5,84%
Nulos	116.404	5,21%

A Assembleia Legislativa da Paraíba conta com 36 deputados estaduais. Aqui, também, o campo maranhista

elegeu uma maioria: oito do PMDB, quatro do PSC, três do PT, dois do PSL, um do PR, um do PP e um do PTdoB. Entretanto, no início do 2º turno, Tião Gomes do PSL declarou apoio à candidatura de Ricardo Coutinho. As duas coligações ricardistas elegeram 16 representantes: quatro do PSDB, quatro do DEM, três do PSB, dois do PTN, dois do PPS e um do PDT. Da mesma forma que a bancada federal eleita pela coligação ricardista, também a bancada estadual não é composta e não tem representantes do grupo político próprio de Ricardo Coutinho; são, nas duas esferas, majoritariamente vinculados ao ex-governador Cássio e ao ex-senador Efraim Morais.

O deputado estadual mais votado, e candidato pela primeira vez, Antonio Petrônio de Sousa, o Toinho do Sopão, em entrevista ao *Jornal da Paraíba*, em 5 de outubro de 2010, "atribui o sucesso nas urnas à sua popularidade conseguida com o trabalho voluntário de arrecadação de donativos e distribuição de sopas, que já realiza há nove anos no Parque Solon de Lucena (no centro de João Pessoa)". O eleito declarou: "Está aqui o Barack Obama da Paraíba"; e ainda: "A campanha foi uma maravilha, fiquei na rua com meu santinho, e as pessoas vinham pegar como se fosse um ingresso para ver o show de Michael Jackson e Madonna".

Resultados do 1º turno: Campina Grande

A leitura dos números que saíram das urnas no 1º turno, em Campina Grande, atesta a força político-eleitoral de Cássio e do grupo Cunha Lima. Em João Pessoa, sua terra natal e berço político, Coutinho foi eleito prefeito, em 2004, com 64,45% e reeleito, em 2008, com 73,8%. Ao final do primeiro turno de 2010, na capital, o candidato Ricardo alcançou 59,48% dos votos válidos para governador contra 38,61% de Maranhão. Em Campina Grande,

onde tinha uma estrutura partidária própria pífia e um círculo muito restrito de correligionários, além de ser desconhecido, até então, para a imensa maioria dos eleitores, Coutinho estourou com 64,22% dos votos válidos, bem à frente de Maranhão, que ficou com 33,94%.

O "efeito Cássio" se espraiou para as outras disputas. Em toda a Paraíba, o candidato tucano à presidência obteve 28,43% dos votos válidos, conquistando o 2º lugar; e na capital amargou a 3º posição, com 23,25%, atrás de Marina Silva, que abocanhou 34,08%. Mas, em Campina Grande, Serra levou o galardão do 1º lugar, conquistando 43% dos votos válidos e deixando a candidata Dilma amargar o 3º lugar, com apenas 27,26%, atrás de Marina Silva que abocanhou 28,77%. No 2º turno presidencial, a façanha se repetiu: na Paraíba, a candidata Dilma ganhou com 61,55% dos votos válidos contra os 38,4% do candidato Serra. Mas, em Campina Grande, a força Cunha Lima, com o apoio da direita religiosa, manteve Serra no 1º lugar com 60,21%, bem longe de Dilma, que teve apenas 39,79%. À mesma dedução se chega através da leitura dos números para o Senado Federal. Por força da legislação eleitoral, os votos dados ao candidato Cássio não foram divulgados oficialmente. Entretanto, analisando os números dos outros candidatos, a leitura pode ser feita. No resultado estadual, os candidatos da coligação maranhista – Vital do Rego Filho (PMDB) e Wilson Santiago (PMDB) – foram considerados eleitos pelo TRE-PB e o candidato Efraim Morais (DEM), companheiro de coligação de Cássio, ficou em 3º lugar, com 19,86% dos votos válidos. Mas, em Campina Grande, o então senador Efraim, candidato à reeleição, ficou em 1º lugar com 41,98% dos votos válidos, seguido por Vital Filho, com 31,90%, e Wilson Santiago, com 22,50% dos votos válidos; enquanto em João Pessoa, Vital Filho (PMDB) ficou em 1º lugar com 37,35%, em se-

gundo Wilson Santiago (PMDB) com 31,12% e, por fim, em terceiro, Efraim Morais do DEM com 23,03%.

Há que se considerar também que, em Campina Grande, a contraposição ao grupo Cunha Lima foi personificada pelo prefeito Veneziano Neto, irmão de Vital Filho, que consagrou-se vencedor nas disputas da prefeitura local em 2004 e em 2008. Mas, em 12 de abril de 2010, o juiz da 16º Zona Eleitoral cassou, a partir de uma AIJE (Ação de Investigação da Justiça Eleitoral), decorrente da eleição municipal de 2008, o mandato do prefeito Veneziano Neto, que retornou ao cargo por força de uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, logo depois[92].

Prevendo a força do grupo Cunha Lima naquele município, o candidato José Maranhão tentou, por várias vezes, até antes do prazo final da desincompatibilização, que Veneziano Vital do Rego renunciasse ao cargo de prefeito para representar Campina Grande na chapa majoritária, como candidato a vice-governador.

O 2º turno: a campanha

Após a totalização dos votos, em entrevista, Ricardo Coutinho "desafiou o candidato concorrente... a, desta vez, comparecer aos debates... E para o presidente Lula... mandou outro recado: é preciso uma caminhada de mão dupla"[93]. Do outro lado, José Maranhão declarou que o "resultado da eleição [...] surpreendeu a todos, até mesmo os

[92] Na disputa pela segunda vaga senatorial, a polarização Efraim Morais/Vital Filho, demonstrada nas pesquisas divulgadas, acirrou a disputa, como no debate radiofônico promovido pela Rede Paraíba SAT, quando "Efraim Morais e Vital Filho começaram a usar um tom mais agressivo [...] Vitalzinho acusou o senador democrata de ser uma 'pedra no sapato de Lula'... votado contra projetos... o PROUNI, o piso nacional do magistério... o senador do DEM chamou de 'esdrúxulas' as acusações e... devolveu... tocando na ferida da cassação do irmão como ficha suja". Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 22.09.2010.

[93] Ver *Jornal da Paraíba*, edição de 4 de outubro de 2010, p.2.

institutos de pesquisas. Todos erraram.", e afirmou que irá participar dos debates porque mudou de ideia, enfatizando: "Até porque quem tem ideia fixa é doido e quem tem o espírito democrático tem o direito de mudar [...] Não sei se foi um erro estratégico, mas vou participar dos debates"[94].

Nos preparativos para a nova batalha, Coutinho dispensou a agência de Duda Mendonça, responsável pelo 1º turno, e contratou as paraibanas MIX, vinculada a Cunha Lima, e Antares, que realizou sua campanha para prefeito; para a coordenação geral da campanha convidou Cássio Cunha Lima, destacando que "é uma liderança incontestável e foi o personagem desse pleito que enfrentou a maior onda contra sua candidatura"[95]. Maranhão afastou o coordenador Marcelo Weick, seu ex-procurador geral no governo, designando um colegiado de candidatos eleitos[96].

No reposicionamento para o 2º turno, os partidos do campo mais à esquerda se posicionaram pelo voto nulo (PCO e PSTU), liberaram os filiados (PSOL) e declararam neutralidade (PCB)[97].

A vitória, ainda que apertada, no 1º turno provocou uma reversão de expectativas, trazendo para Ricardo Coutinho a perspectiva da vitória, o clima do favoritismo. Já no dia 8 de outubro, em encontro de lideranças correligionárias em Campina Grande, o candidato pessebista anunciava a adesão de 12 prefeitos que tinham apoiado o candidato do PMDB no 1º turno.

Na pesquisa do Ibope, divulgada pelo *Jornal da Paraíba* em 16 de outubro de 2010, Ricardo Coutinho já apresenta uma maioria de doze pontos sobre José Maranhão, consolidando a perspectiva do favoritismo.

---

[94] Idem, Ibidem.

[95] Ver *Diário da Borborema*, edição 4 de outubro de 2010, p.2.

[96] Conferir o *Diário da Borborema*, edição de 5 de outubro de 2010, p.3.

[97] In: *Jornal da Paraíba*, edição de 5 de outubro de 2010, p.4.

RESPOSTAS	PERCENTUAIS
Ricardo Coutinho (PSB)	52
José Maranhão (PMDB)	40
Brancos / nulos	3
Indecisos	5

A ampliação dos apoios à candidatura foi trabalhada também em outras frentes. O candidato do PSB, em comícios e campanha pelo sertão paraibano, contou com a presença dos três governadores eleitos pela legenda: Eduardo Campos de Pernambuco, Cid Gomes do Ceará e Renato Casagrande do Espírito Santo[98]. Pouco depois, a deputada estadual não reeleita, Iraê Lucena, do PMDB, sobrinha do ex-senador Humberto Lucena, que durante décadas presidiu o MDB e, depois, o PMDB, declarou seu apoio à candidatura de Ricardo Coutinho: "... fechamos um ciclo histórico. Iniciamos um novo processo político, inexorável diante da história. Por imposição dos paraibanos, o ano de 1998 termina agora"[99]. E no guia eleitoral de Coutinho, a ex-candidata a presidente Marina Silva manifestou seu apoio: "... digo que Ricardo tem o meu apoio e o de todos que querem mudar, e mudar para melhor" [100].

O curto espaço de tempo do 2º turno não impediu a circulação, pelos candidatos, de propostas consideradas polêmicas, como a 13º parcela ou abono natalino com recursos do Tesouro Estadual para os cadastrados no Programa Bolsa Família; a construção de quarenta mil casas em quatro anos, por Coutinho; a implantação, na Paraíba, da PEC 300, que garante salários nivelados

[98] Conferir o *Diário da Borborema*, edição de 20 de outubro de 2010, p.A3.

[99] Ver o *Jornal da Paraíba*, edição de 23 de outubro de 2010, p.3. Na Convenção partidária de 1998, o PMDB da Paraíba cindiu-se em dois grupos antagônicos: Maranhão X Cunha Lima.

[100] Em *Jornal da Paraíba*, edição de 26 de outubro de 2010, p.5.

pelos pagos no Distrito Federal, para os servidores da Segurança Pública; e a construção do Porto de Águas Profundas, da parte de Maranhão. No debate radiofônico entre candidatos promovido pela Rádio Correio e afiliadas, "Maranhão e Ricardo mostram divergências sobre segurança, saúde, educação e visão de desenvolvimento" com "momentos acalorados entre os dois"[101]. No debate da TV Cabo Branco, os "candidatos deixam propostas de lado e priorizam ataques mútuos... Maranhão e Ricardo mantém, no debate, o clima de guerra da campanha". Ricardo Coutinho prometeu "pagar toda a PEC, todo o aumento de policiais que estejam dentro da lei e da legalidade" e "acusou Maranhão de promover a distribuição de panfletos apócrifos contra a sua pessoa, usando até um helicóptero de campanha". José Maranhão "acusou o socialista de ser a favor da liberação das drogas" e "pediu explicação sobre a compra de uma fazenda em Cuiá pela Prefeitura (de João Pessoa) com o preço superfaturado, bem acima dos R$ 2,5 milhões indicados pelo CREA: R$ 11 milhões no período de campanha e com antecipação do pagamento em um mês" [102].

No 2º turno, o forte da estratégia ricardista foi a atração dos prefeitos dos municípios que deram vitória a Maranhão no 1º turno, sob a coordenação de Cássio Cunha Lima; no campo da defesa, foram as declarações de Ricardo Coutinho para barrar os ataques que visavam estigmatizá-lo como "satanista" e "macumbeiro". O *Jornal da Paraíba*, em sua edição de 14 de outubro, noticia que "Ricardo usa o guia para desconstruir mensagens de panfletos apócrifos", e na entrevista com o candidato, na edição de 24 de outubro, traz como manchete: "Se fiz algum pacto, foi com Deus, o melhor guia

[101] Conferir o *Correio da Paraíba,* edição de 23 de outubro de 2010, p.A3.

[102] Conferir o *Jornal da Paraíba,* edição de 29 de outubro de 2010, p.3.

do homem público"[103].

Na campanha maranhista, o candidato participou de todos os debates radiofônicos e televisivos e a concentração se deu nos dois maiores colégios eleitorais – Campina Grande e João Pessoa. Mas foi nitidamente visível a estratégia de desconstrução da imagem do candidato adversário.

O 2º turno: os números

Na última pesquisa divulgada, com margem de erro de três pontos percentuais, Ricardo teria 52% contra 48% de Maranhão, segundo o Ibope[104].

Segundo o TRE-PB, o resultado oficial é o que se segue, com Ricardo Coutinho colocando uma maioria de 148.833 votos a mais do que José Maranhão.

OPÇÃO DO VOTO	VOTOS	PERCENTUAL
Ricardo Coutinho (PSB)	1.079.164	53,7%
José Maranhão (PMDB)	930.331	46,3%
Brancos	38.572	1,74%
Nulos	169.073	7,63%
Abstenções	521.249	19,03%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

OBS.: O total dos votos válidos no 2º turno foi de 2.009.495.

No 1º turno, o candidato Ricardo venceu em apenas

[103] A respeito da campanha com panfletos apócrifos, a Polícia Federal apreendeu, em 27 de outubro, o helicóptero usado pela campanha de Maranhão, na cidade sertaneja de Patos, após denúncias apresentadas pelo próprio Ricardo Coutinho à Superintendência Regional, em João Pessoa. E em Campina Grande, em 28 de outubro, uma "operação conjunto entre as polícias Federal e Militar terminou na apreensão de cerca de mil cópias de títulos eleitorais, contas de energia, panfletos apócrifos contra o candidato... Ricardo Coutinho, e cerca de R$ 3 mil em espécie na casa de um suposto traficante no bairro do Araxá", conforme o *Jornal da Paraíba*, edição de 29 de outubro de 2010, p.5.

[104] Conferir o *Jornal da Paraíba*, edição de 1º de novembro de 2010, p.2.

53 municípios; no 2º turno, foi vitorioso em 127 dos 223 municípios paraibanos, enquanto seu adversário perdeu em 74 municípios a mais que no 1º turno. Comprovando, assim, o acerto da estratégia de focar no universo dos pequenos municípios, em busca das novas adesões.

No lado maranhista, a estratégia de focar nos dois maiores municípios teve resultados favoráveis *de per si*, mas incapazes de reverter a ampla maioria que a coligação liderada por PSB/PSDB/DEM alcançou nos médios e pequenos municípios.

Quadro comparativo do 1º e 2º turnos

Nº DE MUNIC.	VOTOS VÁLIDOS	CANDIDATOS	MUNICÍPIOS COM VITÓRIA		VOTOS VÁLIDOS 2º TURNO	DIFERENÇA 1º TURNO P/ 2º EM VOTOS
			1º TURNO	2º TURNO		
11	+20.000	Ricardo	06	07	396.786	+74.119
		Maranhão	05	04	392.029	-28.880
23	-20.000 +10.000	Ricardo	04	15	152.483	+27.835
		Maranhão	19	08	142.858	-7.910
189	+10.000	Ricardo	47	97	529.895	+35.090
		Maranhão	142	92	395.444	+33.367

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

Em João Pessoa e Campina Grande, por conta da tática focal da coligação maranhista, o candidato Ricardo teve uma queda percentual em relação ao 1º turno, conforme o quadro seguir.

CANDIDATO	MUNIC.	1º TURNO		2º TURNO		DIFERENÇA DO 1º P/ 2º TURNO	
		Votos	%	Votos	%	Votos	%
Ricardo Coutinho	João Pessoa	213.811	59,48	215.593	58,17%	+1.782	-1,31%
	Campina Grande	130.157	64,22	135.833	62,89%	+5.676	-1,33
José Maranhão	João Pessoa	138.776	36,81	155.019	41,83%	+16.243	+5,02%
	Campina Grande	68.784	33,94	80.145	37,11%	+11.361	+3,17%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

O número 148.833 é a quantidade de votos a mais de Ricardo Coutinho sobre José Maranhão no 2º turno, assegurando uma vitória incontestável, com o reconhecimento imediato pelo adversário. Mas há também alguns números interessantes no campo dos eleitores que descartam os candidatos. No 2º turno, exatos 130.690 eleitores deixaram o posicionamento do repúdio, do voto nulo ou branco, e optaram por um candidato, conforme o quadro seguinte.

VOTO	1º TURNO	2 º TURNO	DIFERENÇA DO 1º P/ O 2º
Branco	101.032	38.572	-62.460
Nulo	237.303	169.073	-68.230
Total	338.335	207.645	-130.690

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

Esta queda no voto negativo ou, dito de outra forma, este aumento do voto propositivo se manifestou em todos os municípios paraibanos, independente do porte eleitoral, conforme demonstrativo a seguir, com base nos dados oficiais do TRE-PB.

Nº DE MUNIC.	VOTOS VÁLIDOS	OPÇÃO DE VOTO	1º TURNO	2º TURNO	DIFERENÇA DO 1º P/ 2º
11	+20.000	Brancos	42.618	16.418	-26.200
		Nulos	88.393	65.251	-23.142
13	-20.000 +10.000	Brancos	16.966	6.323	-10.643
		Nulos	37.824	27.019	-10.805
189	-10.000	Brancos	41.448	15.831	-25.617
		Nulos	111.086	76.803	-34.283
TOTAL					-130.690

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 2010

Quanto à abstenção do eleitor, previa-se que a ocorrência de um "feriadão", por conta do Dia de Finados, poderia ampliar ausência às urnas. No 1º turno a abstenção alcançou 506.052 eleitores e no 2º turno passou para os 521.249 eleitores faltosos; um incremento de mais 15.197 pessoas que não compareceram, um incremento percentual não expressivo de um pouco mais que a variação de 3% de erro das pesquisas eleitorais.

À guisa de conclusão

Ao abrir o ano de 2010 em abraço ladeado por Cássio do PSDB e Efraim do DEM, Ricardo Coutinho desmontou um paradigma ideológico que construíra desde sua militância nos movimentos estudantil e sindical e no exercício de mandatos parlamentares, sempre posicionado no campo mais à esquerda dentro do PT. Rompeu também uma coalizão político-eleitoral que se cristalizou ao longo das eleições de 2002, 2004, 2006 e 2008.

Mas a nova estratégia eleitoral do candidato Ricardo Coutinho rendeu o fruto desejado: a conquista do governo do estado, coroando uma carreira política de vitórias sucessivas em crescimento. Entretanto, a lógica e a equação política da bipolaridade se manteve na elei-

ção de 2010 na Paraíba, com o PSB de Coutinho agora com o sinal trocado, isto é, na outra coalizão política. Por isso, pela manutenção do esquema bipolar, a vitória de Ricardo não pode ser descrita como a criação de uma terceira força que estivesse a romper a dicotomia da política paraibana.

Referências

ARAÚJO, Hermano Nepomuceno. João Pessoa: uma vitória anunciada. In: CORTEZ, Hugo e HERMANN, Klaus. (2005), **Nordeste 2004**: o Voto das Capitais, Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer.

CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antônio. (2010), **Nordeste 2008** – o sentido do voto, Natal, EDUFRN.

CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antônio. (2010), **Nordeste 2010:** o voto das capitais II, Natal, EDUFRN.

LINS, Aline. Em Foco. **Jornal da Paraíba,** João Pessoa, 03 jun. 2009.

MAIS PB. **O novo Discurso de Ricardo.** Disponível em: < http://www.maispb.com.br/ >. Acesso em: 25 ago. 2010.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p.71-117, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a03v55n1.pdf>. Acesso em: 2012.

PENSAMENTO MÚLTIPLO. **Crescimento de Marina Silva e Voto Antimaranhista Definiram Eleição na Paraíba.** Disponível em: < http://pensamentomultiplo.blogspot.com/>. Acesso em: 03 nov. 2010

SOUZA, Arimatea. Aparte. **Jornal da Paraíba,** João Pessoa, 04 jun. 2009.

Alagoas: o resultado eleitoral

Alberto Saldanha
Professor do Curso de História
da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Introdução

Este artigo apresenta o resultado das eleições de 2010 no estado de Alagoas. Longe de desenvolver um tratamento conceitual, o objetivo é permitir um primeiro contato com o desfecho do processo eleitoral. Pertencente ao gênero da análise de conjuntura política, particularmente o comentário pós-eleitoral, privilegia os dados eleitorais e a crônica política.

A eleição presidencial

O pleito de 2010 indicou algo já presenciado na eleição de 2006: a vitória na capital, Maceió, do candidato do PSDB à Presidência da República. José Serra obteve a maioria dos votos tanto no 1º quanto no 2º turno. Com o detalhe de que em 2006 o candidato tucano Geraldo Alckmin superou não só Lula, mas também Heloísa Helena, senadora por Alagoas. Será que uma estranha força ou, talvez, um extremo conservadorismo habita mentes e corações de boa parte do eleitorado maceioense?

Em 2010, José Serra obteve o voto de 179.137 eleitores da capital alagoana, o que significou 44,09% do total dos válidos. Já Dilma Rousseff (PT) ficou com 132.870 votos (32,7% dos válidos) e a terceira colocada, Marina Silva (PV), obteve 87.300 votos (21,49%). O candidato do Partido Socialismo Liberdade (PSOL), Plínio de Ar-

ruda Sampaio, recebeu 5.360 votos (1,32%), resultado do pouco empenho de seu partido no estado. Nem o candidato ao governo (Mario Agra) nem a candidata ao senado (Heloísa Helena) vincularam suas campanhas ao candidato presidencial.

Em âmbito estadual, Dilma venceu com folga, graças à excelente votação no interior. No resultado final, a petista obteve 709.844 votos (50,92% do total válido), contra 508.232 de Serra (36,46%). Marina Silva teve 160.380 votos (11,5%) e 11.096 eleitores (0,80%) votaram em Plínio de Arruda Sampaio. Os outros candidatos receberam juntos 4.527 votos (0,32%). Votos em branco foram 57.821 (3,65%) e nulos 131.944 (8,33%).

Na comparação com o resultado de 2006, em qual Lula recebeu 625.162 votos (46,63%), Geraldo Alckmin, 506.722 (37,79%); Heloísa Helena, 178.557 (13,32%); e Cristovam Buarque, 27.172 (2,03%), observa-se uma superação de Dilma em relação à votação de Lula.

No segundo turno, Dilma Rousseff venceu em Alagoas com 53,63% dos votos válidos (737.236), enquanto José Serra obteve 46,37% (637.368). Nesse caso, o comparativo com 2006 sinaliza mais dificuldades para a candidata do PT, pois Lula obteve 61,45% dos votos (822.505) e Alckmin 38,55% (516.059).

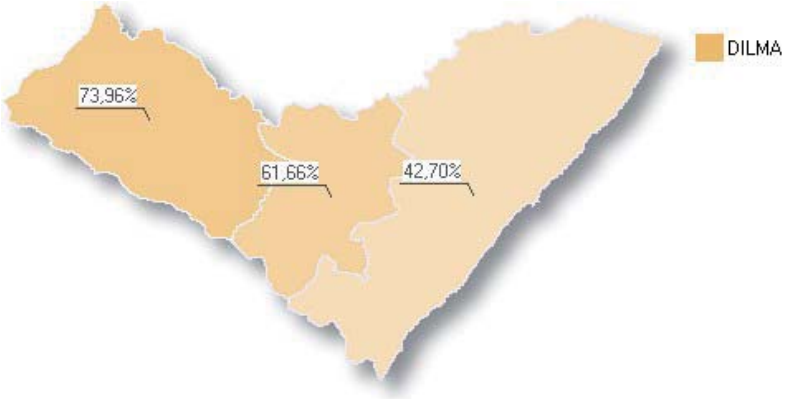
No caso da capital, o tucano recebeu 60,8% dos votos válidos (236.597), contra 39,2% (152.559) de Dilma Rousseff. Resultado bastante significativo em relação ao de 2006: Alckmin – 51.27% (191.748) e Lula – 48,73% (182.236). Os números de 2010 apontam que majoritariamente os votos dados a Marina Silva migraram para o candidato do PSDB.

A mesma coisa parece ter acontecido na cidade de Arapiraca, segundo maior colégio eleitoral. No primeiro turno, Dilma alcançou 46,71% dos votos válidos (42.408).

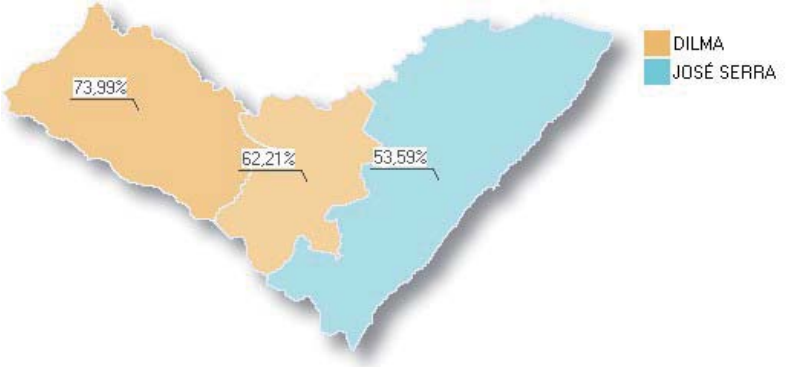
Serra teve 43,37% (39.372) e Marina 8,84% (8.027). No confronto final, Serra obteve 52,65% (47.437 votos) e Dilma 47,35% (42.663).

Para uma melhor visualização da distribuição dos votos alcançados por Dilma Rousseff, ver os mapas abaixo.

Maior votação nas mesorregiões: Sertão, Agreste e Leste – 1º Turno



Maior votação nas mesorregiões: Sertão, Agreste e Leste – 2º Turno



Como se percebe, no 1º turno, Dilma venceu em todas as regiões do estado, com melhor desempenho no Sertão (73,96%).

O resultado mais apertado se deu na Zona da Mata e Litoral (região leste). A petista obteve 42,70% dos votos válidos, Serra 41,38%, Marina 14,68% e Plínio 0,89%. No entanto, no 2º turno, é Serra quem obtêm a maioria dos votos da região leste (53,59% contra 46,41%), revertendo de forma significativa a derrota no 1º turno. Fato importante a ser lembrado é que nem o tucano nem a petista visitaram Alagoas durante a campanha. Muito menos ainda o presidente Lula.

A disputa para o cargo de governador

No embate para o governo de Alagoas, pela primeira vez desde o retorno da eleição direta para governador de estado em 1982, três fortes candidatos se enfrentaram. De um lado, tentando a reeleição, o governador Teotônio Vilela (PSDB/DEM/PP/PSB/PPS/PSC), do outro lado, duas candidaturas apresentando-se como oposição: o ex-governador e atual senador Fernando Collor (PTB/PMN/PRB/PTC/PSL/PHS), e o também ex-governador Ronaldo Lessa (PDT/PT/PMDB/PR/PCdoB/PTdoB/PRP).

Inicialmente, essas candidaturas oposicionistas tentaram manter-se unidas. Uma espécie de "chapão" foi articulado para reproduzir localmente o universo de partidos que deram sustentação ao governo Lula. O prefeito de Maceió, Cícero Almeida (PP), um dos campeões de votos do pleito de 2008 (SALDANHA, 2010), despontava como provável candidato do grupo ao governo do estado. Entretanto, esse não foi o desejo dos dois senadores Renan Calheiros (PMDB) e Fernando Collor (PTB). A dobradinha Renan/Collor traçou uma estratégia cuja intenção principal era garantir a reeleição de Calheiros. Além disso, sabe-se agora que Collor articulava sua própria candidatura ao governo.

Diante das pesquisas que indicavam Heloísa Helena (PSOL) como favorita a uma das vagas de senador, Ca-

lheiros necessitou retirar do páreo outro forte concorrente, o ex-governador Ronaldo Lessa (PDT). Daí o empenho na articulação com o presidente Lula e o PT nacional a fim de pressionar Lessa a aceitar novamente a disputa ao governo de Alagoas. Para convencer Lessa, lhe foi prometido todo o apoio de Lula e de Dilma. Como forma de demonstrar esse compromisso, caberia ao diretório regional do Partido dos Trabalhadores indicar o candidato a vice-governador. Para Lessa, sem foro privilegiado e respondendo a vários processos em nível estadual e federal, além de sofrer pressão de Calheiros, Collor e Lula, só restou aceitar a missão.

Essa articulação não foi digerida pelo deputado federal e candidato ao senado, Benedito de Lira, presidente regional do Partido Progressista (PP). Lira percebeu dificuldades em sua pretensão de chegar ao Senado Federal e começou a negociar com o governador Teotônio Vilela. Começava a implosão do "chapão".

O prefeito Cícero Almeida, "campeão de votos", mas sem controle sobre seu partido, foi progressivamente sendo deslocado das negociações. Inicialmente, manifestou apoio à tese do candidato único de oposição, fosse quem fosse, mas terminou se distanciando do grupo após Collor anunciar sua candidatura solo. O caminho escolhido por Almeida foi acompanhar Lira e apoiar Vilela.

O detalhe é que as circunstâncias do pleito, com duas vagas ao Senado, foi propiciando a demolição da candidatura única de oposição ao governo do estado. Se Heloísa Helena era dada como eleita, a disputa da outra vaga se daria em melhores condições se tanto Calheiros quanto Lira estivessem como candidatos preferenciais em chapas separadas, estratégia que interessou principalmente a Lira. Os dois tiveram "companheiros" na composição da chapa ao senado. Calheiros tinha ao seu lado Eduar-

do Bomfim (PCdoB), e Lira compartilhava com José Costa (PPS). No entanto, como mostram os números que serão apresentados mais adiante nesse texto, o que funcionou foi a dobradinha, nem tanto informal, Lira/Calheiros. Além disso, Collor apresentou uma dupla de empresários de seu séquito como candidatos ao senado, os quais pela pouca expressão não incomodavam.

Com as três candidaturas, Vilela, Lessa e Collor, houve a quebra do duelo maniqueísta, centrado na luta do bem contra o mal, tão presente nas disputas estaduais anteriores. A tentativa de reedição do combate "às forças do atraso" ficaria para o 2º turno, onde tanto Vilela quanto Lessa preferiam enfrentar Collor.

O interessante é que os dois ex-governadores e o atual governante se apresentaram como "o mais amigo do Presidente Lula" e, como eram duas vagas em disputa para o Senado Federal, todos contribuíram para a reeleição do senador Renan Calheiros, o mais beneficiado em tudo isso. Esta circunstância local influenciou nas estratégias pessoais de Dilma e de Serra, o que levou ambos a não visitarem o estado.

O resultado do primeiro turno na disputa ao Governo de Alagoas foi o seguinte: Teotônio Vilela conquistou 39,58% dos votos válidos (534.962), Ronaldo Lessa obteve 29,16% (394.155), Fernando Collor alcançou 28,81% (389.337), Mario Agra (PSOL) com 1,37% (18.520), Tony Cloves (PCB) com 0,65% (8.758) e Jeferson Piones (PRTB) com 0,43% (5.752). Os votos em branco foram 4,86% (76.985) e os nulos, 9,81% (155.375).

Teotônio Vilela venceu em 68 municípios, Fernando Collor, em 18 e Ronaldo Lessa, em 16 cidades. Entre os municípios que Vilela venceu estão as duas maiores cidades: Maceió e Arapiraca. A maior vitória aconteceu no município de Jundiá, onde o governador alcançou 81,79% dos votos válidos.

O senador Fernando Collor de Mello teve a maior vitória em Campo Alegre, onde obteve 53,14% dos votos válidos. Já o ex-governador Ronaldo Lessa se consagrou em Inhapi, com 66,05% dos votos válidos.

Em Maceió, o resultado foi o seguinte: Teotônio Vilela – 35,92% dos votos válidos (143.416), Ronaldo Lessa – 34,41% (137.366) e Fernando Collor – 24,99% (99.768).

A distribuição dos votos por regiões mostra a vitória de Vilela em todo o estado. A exemplo de Dilma, seu melhor desempenho se dá na região do sertão (42,01%); entretanto, a maioria do eleitorado sertanejo se dividiu entre Lessa (28,65%) e Collor (27,92%)

Maior votação nas mesorregiões: Sertão, Agreste e Leste – 1º Turno

Apesar da aliança, Teotônio Vilela conquistou a reeleição no segundo turno. Venceu a disputa em 66 municípios do estado e Ronaldo Lessa saiu vitorioso em 36 cidades. Vilela recebeu 712.789 votos (52,74%) e Lessa 638.762 (47,26%). Votos nulos foram 106.487

[1] Disponível: www.tudonahora.uol.com.br – 07 out. 2010

(7,12%) e em branco 38.608 (2,58%). A comparação com o 1º turno mostra que os votos dados a Collor se dividiram entre os dois candidatos.

Em Maceió, Lessa reverteu a derrota do 1º turno, mas não de forma suficiente para virar o jogo. Obteve 194.659 dos votos válidos (50,29%) contra 192.390 (49,7%) de Vilela. No entanto, em Arapiraca o cenário foi o inverso. Teotônio conquistou 56,92% dos votos válidos (50.522), contra 43,10% (38.230) de Lessa. A comparação com o resultado do 1º turno, Teotônio Vilela – 39,76% (35.506 votos), Ronaldo Lessa – 33,85% (30.232) e Fernando Collor – 24,66% (22.026), mostra que o apoio de Collor a Lessa não impulsionou sua candidatura. Além disso, vale frisar, Lessa contou desde o início com o apoio do prefeito Luciano Barbosa (PMDB), fiel escudeiro do senador Renan Calheiros.

O maior placar de Vilela foi conquistado novamente no município de Jundiá. Teve 2.109 (90,59% dos votos válidos) contra 219 (9,41%) de Lessa. Da mesma forma, é a cidade de Inhapi que dá a Lessa seu melhor resultado: 5.232 (70,9%), contra 2.147 (29,1%) de Vilela. Em Canapi, houve o maior equilíbrio, Ronaldo Lessa venceu Teotônio Vilela por apenas dois votos: 3.984 contra 3.982.

No geral, Vilela vence em todas as três regiões do estado. No Sertão, o placar foi Vilela 102.705 votos (53,21%) e Lessa 90.319 (46,79%). Na região do Agreste, o tucano teve 139.182 votos (51,76%) contra 129.723 (48,24%) do pedetista. Na Zona da Mata e Litoral, Vilela obteve 467.343 votos (52,90%) e Lessa, 416.144 (47,10%).

As vagas ao senado

A grande novidade veio com o resultado da disputa pelas duas vagas ao Senado Federal.

A primeira pesquisa divulgada, realizada pelo Instituto Gape, pertencente às Organizações Arnon de Mello,

sequer dava chances para a eleição de Benedito de Lira. No dia 24 de agosto, o resultado apontava Heloísa Helena com 34% das intenções de votos, Renan Calheiros com 20% e Benedito de Lira com 11%. Pesquisa Ibope divulgada na mesma data indicava que Heloísa Helena tinha 44%, Renan 42% e Benedito de Lira 28%.

Em 15 de setembro, segundo os dois institutos, houve uma mudança de posições. O Ibope indicou Renan Calheiros com 54% das intenções de voto, Heloísa Helena tinha 41% e Benedito de Lira chegava a 35%. Para o Gape, Heloísa Helena continuava liderando com 25% da preferência do eleitorado. Renan Calheiros vinha em segundo, com 24%. No entanto, Benedito de Lira surgia com 19% das intenções.

Já na última pesquisa, em 01 de outubro, a reviravolta dos números. O Gape aponta Benedito de Lira assumindo a liderança com 50% das intenções de votos. Renan Calheiros em 2º lugar com 46% e Heloísa Helena caindo para 34%. O Ibope manteve Renan Calheiros à frente com 56%, indicou Benedito de Lira assumindo o segundo lugar com 49% e apontou a queda de Heloísa Helena para 29%.

Uma das explicações para a tal mudança se encontra no fato que tanto Calheiros quanto Lira se apresentaram ao eleitorado como os senadores apoiados pelo presidente Lula. Calheiros foi o primeiro a exibir, em seu horário eleitoral, mensagem do presidente pedindo aos alagoanos que o reelegesse. Em seguida, com o crescimento nas pesquisas, foi a vez de Lira.

Além disso, o fortalecimento da candidatura de Benedito de Lira foi se dando mediante um ataque cerrado a Heloísa Helena. Enfatizava o comparativo entre os recursos que trouxera a Alagoas enquanto deputado federal, cujo partido controlava o Ministério das Cidades e tinha importante papel no Plano de Aceleração do Crescimento

(PAC), e o período do mandato de Helena como senadora. Completava sua estratégia com a utilização de um desenho animado, no qual o personagem enaltecia "as qualidades e virtudes de Biu" e apontava a adversária como "criadora de crises" e incapaz de ajudar Alagoas.

Do outro lado, Heloisa Helena com poucos recursos materiais e ínfimo espaço no guia eleitoral tentou manter a altivez de uma candidata sem máculas. Reafirmou sua crença nos "homens e mulheres livres de meu estado" capazes de garantir sua eleição. Tentou responder ao adversário mostrando suas emendas parlamentares ao orçamento da União quando senadora, mas se os recursos não chegaram foi culpa da "camarilha de corruptos que habita a política alagoana".

No entanto, a dificuldade maior para a candidata foi lutar contra o uso da imagem de Lula. Por isso, tratou de não atacar o presidente da República. Procurou ao máximo regionalizar a disputa, evitando falar sobre a disputa nacional. O problema foi que do outro lado Lira exibia em seu guia eleitoral as imagens com o discurso e o estilo agressivo da ex-senadora atacando o presidente Lula. Sem tempo televisivo para responder, e sem poder se aproveitar da popularidade do presidente, Helena foi se isolando na disputa.

O resultado das urnas terminou revelando Lira como o mais votado do estado. Fato inesperado que terminou causando inveja no senador Renan Calheiros, candidato preferencial do Planalto. Benedito de Lira recebeu 35,94% dos votos válidos (904.345), Renan Calheiros obteve 33,42% (840.809), Heloísa Helena alcançou 16,60% (417.636). Em seguida vieram Eduardo Bomfim com 5,51% (138.710), José Costa com 4,49% (112.921) e Álvaro Vasconcelos, um dos candidatos de Collor, com 2,50% (62.909). Outros quatro candidatos somaram 1,6%. Des-

taca-se ainda o resultado dos votos em branco 8,61% (272.895) e nulos 11,95% (378.665). Um universo superior à votação de Heloísa Helena.

A votação em Maceió também deu a Lira o primeiro lugar. Ele teve 33,82% dos votos válidos (243.370) e Calheiros conseguiu 26,34% (189.519). Helena obteve 23,10% (166.195), Bomfim ficou com 7,19% (51.769), Costa somou 6,31% (45.373) e Vasconcelos alcançou 1,79% (12.902). A votação dos outros quatro totalizou 1,5%. Outra vez, o somatório dos votos em branco, 8,52% (76.476), e nulos, 11,28% (101.211), foi superior à votação da candidata do PSoL.

Em entrevista concedida após o resultado, Heloísa Helena, que ainda tinha dois anos de mandato na Câmara Municipal de Maceió, ponderou sobre a derrota nas urnas. "Sinto-me vitoriosa porque não me rendi e não me vendi. Eu não participei de conluio algum". A vereadora ainda complementou: "Eu prefiro as derrotas eleitorais às vitórias com as velhas formas de fazer política, roubando o dinheiro público" (ALAGOAS 24 HORAS, 2010).

O resultado eleitoral do PSOL em Alagoas demonstrou que o partido vai se tornando refém de um único projeto: a vontade pessoal de sua presidente, Heloísa Helena (SALDANHA, 2010)[2]. Sua carreira solo, em prol da "moralização da política" não se materializa em um projeto de mudança. Apesar de toda a liderança, demonstra-se incapaz de ser um polo aglutinador da esquerda alagoana. Suas atitudes, como não pedir voto para o candidato a presidente do seu partido (Plínio de Arruda Sampaio) e de indicar que o eleitorado anulasse o segundo voto para o Senado, só reafirmaram o estilo personalista e messiânico.

[2] Na eleição de 2006, o candidato do PSOL ao governo do estado, Ricardo Barbosa, obteve 3,94% dos votos válidos (51.680). Ver SALDANHA, Alberto. "Alagoas: a 'Açucarada' sucessão e a volta 'Delle'" in CORTEZ, Hugo & SPINELLI, José Antonio (orgs.). *Nordeste 2006: os sentidos do voto*. Natal/RN, EDUFRN, 2010.

Câmara Federal e Assembleia Legislativa: "mais do mesmo"

Para a Câmara Federal, o destaque foi a eleição dos jovens Renan Filho e Rui Palmeira, herdeiros políticos, respectivamente, do senador Renan Calheiros e do ex-governador e ex-senador Guilherme Palmeira. Além disso, manteve-se "a maldição": o PT alagoano continuou sem conseguir eleger um deputado federal. A compensação veio com a eleição de três deputados estaduais, apesar de dois deles serem identificados como "neo-petistas".

Alguns dos deputados estaduais indiciados pela Operação Taturana, desencadeada pela Polícia Federal em 2007 para apurar o desvio de mais de R$ 300 milhões da Assembleia Legislativa, não só conseguiram se reeleger, mas ampliaram o número de eleitores.

O deputado estadual Antônio Albuquerque (PTdoB), acusado de ser líder da quadrilha criminosa desbaratada pela Polícia Federal, foi eleito, em 2006, com 40.742 votos. Em 2010, Albuquerque ampliou o número de eleitores, recebeu 43.304 sufrágios. Isnaldo Bulhões (PDT) saiu dos 28.645 votos conquistados em 2006 para 44.213 eleitores em 2010. Maurício Tavares (PTB) também mostrou um crescimento significativo, dos quase 28 mil votos no pleito anterior, alcançou, neste, a marca de 32.091 sufrágios. Marcelo Victor (PTB), que responde também por furto de energia elétrica, trilhou o mesmo caminho, superando os 28 mil votos de 2006, contando, desta vez, com 37.379 eleitores ao seu lado.

Outro dos envolvidos na Operação Taturana, Artur Lira, filho do senador eleito Benedito de Lira, foi além. De deputado estadual, em 2006, com pouco mais de 42 mil votos, a uma vaga na Câmara Federal em 2010, graças ao apoio de quase 85 mil eleitores.

Outros obtiveram menos votos, mas conseguiram retornar à "Casa de Tavares Bastos". Nelito Gomes de Bar-

ros (PSDB), filho do ex-governador Manoel Gomes de Barros, eleito em 2006 com 28.939 votos, recebeu dessa vez 28.081. Temóteo Correia (DEM) caiu de aproximadamente 26 mil para 24.756 e Marcos Barbosa (PPS) de mais de 25 mil votos para 24 mil.

A queda mais acentuada foi a de Cícero Ferro (PMN). Indiciado na Operação Taturana e respondendo por crime de mando, Ferro teve em 2006 mais de 42 mil votos. Desta vez, com apenas 24.055 perdeu a eleição e não retornou ao parlamento alagoano. Perdeu o foro privilegiado e agora responde na justiça a vários processos.

Os primeiros desdobramentos pós-eleição.

Com o início da nova legislatura, o governador Teotônio Vilela conseguiu estabelecer um acordo com a maioria dos deputados. Reelegeu o deputado Fernando Toledo como presidente da Assembleia Legislativa e acomodou como vice-presidente do parlamento o deputado Antonio Albuquerque, apontado pela Polícia Federal como um dos líderes da organização criminosa descoberta na Operação Taturana. Como a pretensão declarada do deputado Fernando Toledo é se tornar membro do Tribunal de Contas do Estado, provavelmente o deputado Antonio Albuquerque não deixará de interferir na presidência da "Casa de Tavares Bastos".

Como tem sido a tônica nos últimos mandatos governamentais, a maioria dos deputados compõe o Palácio República dos Palmares depois que o chefe do executivo se rende às suas exigências. O perigo de sempre é o governador se tornar refém de um eterno processo de chantagem. O que parece não preocupar Teotônio Vilela. Ao ser questionado sobre o apoio que recebeu dos deputados envolvidos em crimes de mando e desvio de recursos públicos, disse que eles é que devem responder pelos seus atos,

pois "tenho as mãos limpas e o fato de um deputado ter se envolvido em um esquema fraudulento não significa que ele não poderá me ajudar a governar corretamente".

Numa espécie de prenúncio, a aprovação pela Assembleia Legislativa do orçamento financeiro do exercício 2011 passou pela concordância do governador em não interferir na composição da nova mesa diretora da "Casa de Tavares Bastos". Além disso, a mesa diretora da Assembleia Legislativa impôs ao governo estadual o reajuste dos recursos destinados ao parlamento e nenhuma satisfação prestou à sociedade sobre os deputados indiciados na Operação Taturana. Preocupados em manter seus privilégios, tratam a casa legislativa como um centro de lobistas.

Para quebrar esse ciclo vicioso de dependência com a Assembleia Legislativa, caberia ao governador realizar uma gestão compartilhada com diálogo permanente com a população, os movimentos sindicais e os servidores estaduais. Dessa forma, seria possível deixar às claras o que acontece nos bastidores, qual a real situação do estado e o que os deputados exigem para apoiá-lo. No entanto, o caminho escolhido foi de continuar mantendo "a governabilidade sem sobressaltos".

Referências

ALAGOAS 24 HORAS. **Entrevista.** Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/>. Acesso em: 05 out. 2010

SALDANHA, Alberto. Alagoas: a “Açucarada” sucessão e a volta “Delle” in CORTEZ, Hugo & SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2006**: os sentidos do voto. Natal/RN, EDUFRN, 2010.

SALDANHA, Alberto. O Prefeito, a Senadora, Deus e o Povo in CORTEZ, Hugo & SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2008**: o voto das capitais II. Natal/RN, EDUFRN, 2010.

TUDONAHORA. **Entrevista.** Disponível em: <www.tudonahora.uol.com.br>. Acesso em: 04 out. 2010.

Sergipe: as eleições de 2010

José Ibarê Costa Dantas

Introdução

Ao analisar as eleições de 2010 em Sergipe, começaremos contextualizando o quadro político pré-eleitoral, para enfim tratarmos dos três momentos marcantes do pleito: a definição das candidaturas, a campanha e o resultado.

O primeiro fenômeno a observar, no curso do último quatriênio, corresponde à persistência da polarização no processo político estadual. Depois de duas décadas controlando a política do estado, aliado ou alternando com o PSDB, o grupo de João Alves Filho (PFL/DEM) esmerou-se na oposição em criticar a nova administração, sob a chefia do governador Marcelo Déda (PT).

Sendo o líder pefelista um homem experiente, com um mandato de prefeito (1975/79) e três mandatos de governador (1983/86, 1991/94 e 2003/06), além de ter sido Ministro do Interior no Governo Sarney, seus marqueteiros aproveitaram a robustez do seu curriculum e contrapuseram-no ao da liderança emergente, Marcelo Déda, desqualificando este como gestor. Esse mote provinha desde pelo menos 2005, quando o jovem prefeito Déda demonstrava ambições de concorrer ao governo do estado e o então governador João Alves o chamava de "menino", como forma de diminuí-lo.

É verdade que a alternância de poder provocou enfraquecimento do grupo alvista. Numerosos dos seus adeptos perderam comissões ou cargos na máquina pública,

outros migraram para o campo governista. A coligação PFL, PSDB, PSC e PP, que defendia a reeleição do governador João Alves, em 2006, ficou reduzida ao DEM e ao PP. Apesar da pequenez da representação parlamentar oposicionista, a influência dos perdedores revelou-se presente em alguns órgãos da sociedade civil e em setores da sociedade política como o Judiciário, o Tribunal de Contas e nas polícias civil e militar. Tratando-se de um grupo que, aliado ou alternando com o PSDB, manteve-se influente desde o período militar, gozava de um enraizamento social significativo.

As realizações do governo Déda

Ao assumir o controle da administração, o governador dedicou-se a organizar as finanças, realizar obras e consolidar a base governista de forma ampliada.

Ao receber o estado endividado[1], com receita deficitária e as finanças desorganizadas, a prioridade do governo no ano 2007 foi pôr ordem nas contas públicas. Para tanto, reduziu gastos, formou superávit, enquadrou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ajustou-se com a Secretaria do Tesouro Nacional. Enfim, regularizou as pendências na área federal e demorou cerca de um ano para conseguir destravar as certidões negativas pendentes em várias áreas.

Diante da crise de 2009, o governo promoveu reforma administrativa, reduziu o número de secretarias e cortou gastos de custeio. Mas, segundo dados oficiais, manteve o nível de investimentos ao longo dos quatro anos, de forma que em fevereiro/2010 o governador previa que na sua gestão alcançaria a cifra de R$ 1.300.000.000,00 (um bilhão

[1] Marcelo Déda recebeu o estado com a dívida consolidada de R$ 1.426.599,59, mas com possibilidade de maior endividamento. O déficit primário em 2006 era da ordem de R$ 1.426.599,59. Cf. CHAGAS, Marcelo Déda. *Mensagem à Assembleia Legislativa,* apresentada em 2009.

e trezentos milhões de reais) de investimentos totais[2], realizando numerosas obras, distribuídas em todos os municípios do estado.

Na área social, houve muitos problemas. Na saúde, interveio de forma abrangente, transformando o sistema autárquico em fundação de direito público. Empenhou-se em edificar cinco hospitais, mas até outubro de 2010 somente havia concluído um. No interior, das 102 Clínicas de Saúde projetadas, tinha inaugurado 44 unidades[3]. A reestruturação das bases físicas, dentro da montagem do novo sistema, gerou resistências, transtornos, carências e falhas no atendimento, tornando a gestão operosa, mas tumultuada e controvertida.

Na educação, o governo expandiu as matrículas do ensino médio e promoveu a recuperação física de várias escolas de forma emperrada e mal planejada; empenhou-se para a construção de escolas técnicas e do campus universitário da área médica, projetado para o município de Lagarto-(SE), concedeu o piso nacional a uma categoria organizada em sindicato forte, sob controle da tendência Articulação de Esquerda do PT, mas não conseguiu compromisso com a melhoria da qualidade do ensino, colhendo resultado aquém do esperado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.[4]

---

[2] Cf.: CHAGAS, Marcelo Déda. *Mensagem à Assembleia Legislativa*, em fevereiro de 2010, p. 24.

[3] Criou 14 unidades de pronto atendimento e, das cinco farmácias populares programadas, entregou ao público duas. Cf. declarações de José Francisco dos Santos, Secretário Especial da Articulação Política e das Relações Institucionais, ao autor em 05.10.2010.

[4] Cf.: *Cinform*, 12 a 18 jul 2010. Diversos problemas que aconteceram na Secretaria de Educação foram tributados à fraca gestão do Dr. José Fernandes de Lima. Cf.: declarações de José Francisco dos Santos, Secretário Especial da Articulação Política e das Relações Institucionais, ao autor em 05 out 2010 e entrevista do vice-governador e sucessor do secretário Lima. Cf.: *Jornal da Ilha*, 06 out 2010.

Para a área da segurança, o governador dispensou muita atenção. Investiu altas somas em equipamentos para a polícia, em numerosas viaturas, armamento, fardamento e melhoria salarial, resultando em maior eficiência. Todavia, o reajuste salarial concedido à polícia civil gerou reação forte, mediante campanha agressiva, da polícia militar, que terminou recebendo aumento bastante elevado, ficando o governo sem condições de atender às reivindicações das demais categorias.

Na política partidária, o governador demonstrou grande habilidade na ampliação da base de apoio, mas fez alianças complicadas. Como a coligação PT/PCdoB/PSB/PL/PTB/PMDB, liderada por Marcelo Déda na campanha para governador (2006), elegeu apenas nove parlamentares de uma bancada de vinte e quatro, para assegurar a maioria, o governador negociou o apoio de Edvan Amorim, líder e comandante do PSC, que controlava os seis deputados eleitos por esta sigla. Outros três, embora se dizendo independentes, nem por isso deixaram de sufragar as proposições do governo. Por ocasião da posse (01.01.2007), Marcelo Déda já contava com maioria naquela casa legislativa.[5] Na oposição, restaram quatro representantes do PFL, um do PP e um do PTdoB.

Na esfera municipal, cerca de 23 prefeitos aderiram à candidatura de Marcelo Déda antes da eleição de 2006. Depois da posse, esse número aumentou significativamente. Após o pleito de 2008, apenas cinco dos 79 municípios continuavam declarando seu pertencimento ao grupo de João Alves.

Essa política de alianças, ampliada com a incorporação do PTB e PTdoB, recebeu críticas fortes das tendências de esquerda que compõem o Partido dos Trabalhadores, especialmente da Articulação de Esquerda, que divulgou

[5] Segundo João Alves Filho, seu grupo elegeu 11 deputados, mas antes da posse de Déda seis já haviam aderido. Cf.: *Jornal da Cidade*, 17 dez. 2009.

uma cartilha, em 2007, condenando, entre outros pontos, sua política considerada de "conciliação de classes"[6]. O caso que chamou mais atenção foi a adesão dos irmãos Amorim (Edvan e Eduardo), em face das suas biografias de homens pragmáticos e agressivos nos negócios.[7]

Embora respaldado com folgada base de apoio, o governador conviveu com a ameaça de perder o mandato, decorrente do show que promoveu por ocasião de sua renúncia da Prefeitura para candidatar-se a governador, gerando uma ação judicial promovida pelo Partido dos Aposentados do Brasil. A possibilidade de ser afastado se tornou mais temida diante da cassação dos governadores Jackson Lago (PDT) do Maranhão, Marcelo Miranda (PMDB) do Tocantins e Cássio Cunha Lima (PSDB) da Paraíba. Diante dessas ações punitivas, suspeitava-se que os magistrados esperavam um nome do PT para demonstrar equidade nos julgamentos. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal derrubou a liminar por 6x4 e devolveu ao Tribunal Regional Eleitoral (TER) para julgar na primeira

---

[6] Cf.: Articulação de Esquerda. PT. *Por novos rumos para PT e para Sergipe*. Aracaju. Gráfica e Editora Textopronto LTDA, 2007. Essa tendência controla o sindicato dos professores do Estado (Sintese) e com seu apoio elegeu um deputado estadual e outro federal em 2006, mas em 2010 apenas o estadual foi vitorioso.

[7] Nos tempos do domínio de João Alves, Edvan Amorim, então genro e aliado do referido governador, levantou grandes empréstimos no Banco do Estado do Paraná e no Banco do Brasil, adquiriu uma frota de caminhões, explorando transporte rodoviário e, cerca de dois anos depois, devolveu os veículos, possivelmente sem saldá-los. O caso chegou ao STJ, que teve como relator um sergipano, e tudo indica que o processo foi arquivado. Edvan e seu irmão, Eduardo Amorim, montaram uma rede de rádios com ajuda do governo do PFL, dedicaram-se a financiar campanhas de prefeitos, vereadores e deputados e formaram um grupo político forte e obediente à sua orientação, marcada por pragmatismo. Enquanto Edvan Amorim prosseguia como o principal estrategista, Eduardo Amorim assumiu a Secretaria de Saúde no início do governo João Alves e tornou-se alvo de várias acusações nunca apuradas. Foram os irmãos Amorim que negociaram a aprovação de Flávio Conceição, um dos principais intermediários com a empresa Gautama de Zuleido Veras, que resultou na operação Navalha da Polícia Federal. Cf.: Ricardo Noblat. *O Globo*, 23 mai 2007.

instância. Ao chegar ao Tribunal Superior Eleitora (TSE), em 21 de setembro de 2010, foi negado o provimento ao recurso contra Déda por 7x0[8]. Terminava uma grande apreensão que se arrastou por anos preocupando o governador e seus aliados.

Outro problema que afetou Marcelo Déda foi seu estado de saúde, que se agravou em 2009. Ao submeter-se em São Paulo a exames clínicos, foi instado a operar-se em 2 de outubro de 2009, no Hospital Sírio Libanês, para retirar um suposto nódulo no pâncreas. Recebeu alta em 19 de outubro e sofreu nova cirurgia em 4 de novembro de 2009 para corrigir aderência intestinal. Adversários chegaram a anunciar sua morte. Todavia, depois de uma convalescença difícil, reassumiu em 11 de janeiro de 2010, quando completava 100 dias de licença da governadoria.

Enquanto esteve afastado, o vice Belivaldo Chagas atuou com muita lealdade, dando continuidade ao projeto de governo. Sendo, no entanto, uma personalidade mais simples e mais aberta aos contatos e às audiências, sua postura gerou comparações com o estilo do titular, pouco receptivo ao atendimento de prefeitos, deputados e até de alguns secretários de estado.

Ao tempo em que tentava estabelecer um relacionamento republicano, sem discriminar adversários, Marcelo Déda comunicava-se com autoridades e subordinados através de e-mails, mas a falta de contato pessoal provocou desagrados. Acostumados a conversas amistosas, com demonstração de intimidade e prestígio, houve estranhamento por parte de prefeitos, deputados e subordinados, gerando muitas reclamações.

Contudo, o grande desafio do governador foi o de manter a aliança partidária formada por "caciques" políticos do PDT, PMDB, PSB, além do PT. Ao longo do tempo,

[8] Cf.: decisão do Supremo Tribunal Federal de 01 out. 2009.

cada liderança passou a superestimar seu papel na vitória do grupo e a revelar novas ambições, mas o governador, com habilidade, foi atendendo às demandas e terminou fechando sua chapa em 2010 sem grandes defecções.

Foi então formalizada uma ampla coligação intitulada Para Sergipe Continuar Seguindo Em Frente, formada com as seguintes siglas partidárias: PRB/PDT/PT/PMDB/PSL/PSC/PR/PTC/PSB/PCdoB, cuja chapa majoritária ficou assim constituída: para governador, Marcelo Déda; vice-governador, Jackson Barreto; senadores, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Amorim.

Na esfera oposicionista, pode-se dizer que seus membros, conhecendo por dentro a máquina administrativa, revelaram-se combativos, acompanhando criticamente os atos governamentais. Diferente de sua postura de quando dominavam, passaram a incentivar e apoiar as reivindicações dos sindicalistas e dos movimentos sociais, atuando de forma sistemática nos meios de comunicação, especialmente nos programas matinais das rádios. Essas ações foram se revelando eficazes para desgastar a imagem do governo, sobretudo devido ao silêncio e/ou pela atuação bisonha da Secretaria de Comunicação nos dois primeiros anos de administração.

Nesse contexto, o líder maior do grupo oposicionista, João Alves Filho, persistiu prestigiado pela população, não obstante passar os dois primeiros anos semidistanciado da política cotidiana, motivado por duas adversidades. Primeiro, pela enfermidade da esposa, a senadora Maria do Carmo Alves, em demorado processo de recuperação de sua saúde. Segundo, a acusação contra o ex-governador no processo iniciado com a Operação Navalha da Polícia Federal, fato que recomendava discrição.

Apesar desses precedentes, a persistência de seu prestígio ficou evidente quando as pesquisas de opinião reve-

laram seu favoritismo para prefeito de Aracaju na eleição de 2008. Entretanto, João Alves preferiu lançar seu genro e emprestar-lhe todo o apoio, que se revelou insuficiente para evitar a reeleição no primeiro turno de Edvaldo Nogueira do PCdoB, com o respaldo do governador.

Diante do pleito de 2010, a situação pareceu-lhe mais adequada para confrontar os situacionistas e retornar ao governo. Encontrou-se com o pré-candidato José Serra no início de novembro de 2008 e retornou a Sergipe animado diante das promessas do governador paulista, interessado, por sua vez, em contar com grupos vigorosos nas diversas unidades da federação.[9] Internamente, enquanto Marcelo Déda esteve afastado por questão de saúde, João Alves Filho percorreu os municípios e povoados do estado de forma planejada e abrangente, tentando animar velhos correligionários, reaver influência perdida e construir novos grupos de apoio. Enquanto se mobilizava, a esperada cisão no grupo governista, em dificuldades para atender às ambições dos postulantes ao Senado, terminou não ocorrendo. Como se isso não bastasse, a aliança do DEM com o PSDB, considerados parceiros naturais, não se concretizou por força dos acertos da direção nacional, complicando o caso de Sergipe.

No curso do primeiro semestre de 2010, Albano Franco e João Alves realizaram vários encontros, mas o deputado tucano decidiu fazer campanha independente para o Senado. Juntou-se com o minúsculo Partido Verde e não registraram chapa para concorrer a chefe do poder executivo estadual. A decisão do deputado do PSDB provocou grande impacto no grupo do ex-governador João Alves, que, para amenizar a perda, entrou com recurso para que o DEM incorporasse o tempo do PSDB, dada a aliança nacional, e o TRE lhe deu ganho de causa.

[9] Cf.: *Jornal da Cidade*, 11 nov. 2008.

Sem a presença de Albano Franco, os democratas registraram apenas um nome para o Senado: o deputado federal José Carlos Machado, um dos mais articulados quadros do partido. Em seguida, juntaram-se com cinco partidos pequeninos, entre os quais o PPS, cujo candidato ao Senado ficou como segunda opção dos democratas. Dessa última agremiação, trouxeram também Nilson Lima, um dissidente do PT, ex-secretário da Fazenda do governo Déda, e deram-lhe a candidatura da vice-governadoria. Formaram então a coligação Em Nome do Povo composta pelos seguintes partidos: PP/PTN/PPS/DEM/PHS/PMN. João Alves Filho (DEM) saiu para governador, tendo como vice Nilson Nascimento Lima (PPS).

Estavam então formalizadas as duas coalizões com partidos politicamente relevantes. Nesse meio tempo, foram registrados no TRE mais sete partidos juridicamente existentes, mas eleitoralmente pouco expressivos.[10]

Afinal, o quadro de postulantes a governador ficou assim estabelecido:

[10] Essa qualificação dos partidos eleitoralmente pouco expressivos foi apresentada por Nicolau, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 106.

[11] Cf.: *Infonet*, 02 out. 2010.

Quadro 1: Eleições 2010 – Candidatos a governador – Sergipe

CANDIDATO	DADOS PESSOAIS[11]	COLIGAÇÃO/ PARTIDO(S)	PREVISÃO DE GASTOS R$
JOÃO ALVES FILHO (DEM) VICE: Nilson Lima (PPS)	Engenheiro, empresário, 68 anos. Ex-prefeito e ex-governador de três mandatos. Patrimônio: R$ 1.038.102,00	EM NOME DO POVO PP + PTN + PPS + DEM + PHS + PMN	10.000.000,00
MARCELO DÉDA CHAGAS (PT) VICE: Jackson Barreto (PMDB)	Advogado, 50 anos. Ex-deputado estadual e federal, ex-prefeito de Aracaju, governador. Patrimônio: R$ 555.730,00	PARA SERGIPE CONTINUAR SEGUINDO EM FRENTE PRB + PDT + PT + PMDB + PSL + PSC + PR + PTC + PSB + PCdoB	6.000.000,00
FRANCISCO HENRIQUE DE ARAGÃO DO GRUPO MEXA-SE (PRTB) VICE: Cloves Lapada	44 anos. Cursou primeiro grau. Líder comunitário e fundador do grupo Mexa-se, organização sem fins lucrativos. Sem Patrimônio.	Sem Coligação Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	500.000,00
LEONARDO VICTOR DIAS (PCB) VICE: Euton Dantas	35 anos, professor. Militante político com vivência de dois anos em Cuba. Patrimônio: R$ 80.500,00	Sem Coligação-Partido Comunista Brasileiro	20.000,00
ARIVALDO JOSÉ DOS SANTOS (PSDC) VICE: Adelson Alves	66 anos, pastor batista - jubilado. É administrador público, aposentado pela UFS. Sem Patrimônio.	Sem Coligação-Partido Social Democrata Cristão	2.000.000,00

PROFESSORA AVILETE SILVA CRUZ (PSOL) VICE: Roque Bonfim	58 anos, pedagoga aposentada, com Pós-Graduação em Informática e Psicopedagogia. Patrimônio: 205.000,00	Sem Coligação Partido Socialismo e Liberdade	50.000,00
VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO (PSTU) VICE: Dalton Francisco dos Santos	43 anos. Graduada em Ciências Sociais. Foi operária e líder sindical ligada à CUT. Fundou e unificou sindicatos. Hoje é educadora sindical. Sem Patrimônio.	Sem Coligação Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	150.000,00

Fonte: TRE/SE.

Para o Senado, depois das longas negociações, foram registradas 14 candidaturas. Destas, uma foi indeferida pelo TRE com base na Lei da Ficha Limpa. Dos 49 inscritos para Deputado Federal, quatro foram indeferidos, assim como outros quatro para Deputado Estadual.

As campanhas eleitorais

A campanha para governador

O empenho do governador Marcelo Déda em manter o grupo de aliados e incorporar novas lideranças em sua base política, com certo sucesso, proporcionou-lhe favoritismo no pleito de 2010. Sua administração, conforme se vê pelo quadro abaixo, vinha sendo avaliada em boa e ótima por mais de 50% dos entrevistados.

Quadro 2: Avaliação do Governo Déda

CONCEITO /Data	03/2010 (a)	04/2009 (b)	06/2010 (c)	08/2010 (d)
Ótimo	12,9	12,1	12,8	13,9
Bom	49,9	33,6	41,5	47,3
Regular	10,5	31,4	19,0	?
Ruim	16,4	7,9	11,4	11,3
Péssimo	7,9	12,9	12,1	11.2
Não Sabe	2,4	1,9	3,2	
Instituto	Dataform	Padrão	Dataform	Dataform

Fontes: Cinform, o voto, 8 a 14.03.2010; Jornal da Cidade, 21 a 22 abr 2009; Cinform, 21 a 27 jun. 2010; d) Cinform, 30 ago. a 05 set. 2010.

Mas esse desempenho era insuficiente para proporcionar-lhe segurança, pois o embate travava-se com uma liderança experiente, com feitos significativos e com uma tradição de mando acatada e reverenciada desde os anos oitenta. Não foi por acaso que as pesquisas de intenção de voto em determinados momentos revelavam empate técnico, indicando que a competição seria mais ou menos equilibrada, a depender dos fatos imponderáveis. Ademais, para quem ganhou a eleição prometendo governo de mudanças, os problemas administrativos em várias áreas revelaram que as transformações muitas vezes não corresponderam às elevadas expectativas.

Consciente desse quadro, o governador reconhecia a liderança do seu principal adversário e trabalhou para derrotá-lo. Preparou com esmero as propostas de governo para serem apresentadas ao TRE e ao público em geral. O texto bem ilustrado com fotos e gráficos coloridos associava a prestação de contas de sua gestão com o anúncio das obras que pretendia continuar ou iniciar.

O programa eleitoral de rádio e TV para governador praticamente limitou-se a mostrar as realizações de seu

governo, por vezes um tanto enfeitadas, mas de forma fria, ignorando as críticas pontuais e persistentes apresentadas pelos seus adversários.

É certo que alguns acontecimentos proporcionavam-lhe alento. Primeiro, havia o respaldo do presidente Lula e a identificação com a presidenciável Dilma. Segundo, era patente o apoio formalizado de grande parte do quadro político estadual. O problema foi que os apoiadores, entre os quais prefeitos, chefes políticos, vereadores e outras lideranças detentoras de controle sob parcelas do eleitorado, tradicionalmente, negociavam seu apoio. Quando era o governador o beneficiário, as expectativas de "ajuda para a infraestrutura", ou seja, as compensações pecuniárias costumavam ser elevadas. Nessa campanha, tudo indica que o tratamento do chefe do executivo mudou, pelo menos enquanto as "ajudas para infraestrutura" não fluíram como ia acontecer. Não foi por acaso que as reclamações abundaram, repercutindo inclusive entre formadores de opinião, falando em boicote de prefeitos e de desconfiança de outras variantes.[12] O jornalista Cláudio Nunes chegou a afirmar:

> *Déda fez a opção perigosa de não optar pelo loteamento da máquina estatal e não cedeu à barganha política já tradicional de quem encontra-se à frente do governo. E muitos políticos aliados do petista acostumados com a barganha eleitoral, cruzaram os braços nesta campanha eleitoral*[13].

O diálogo com os empresários ampliou-se. Pagando as construtoras e as empresas prestadoras de serviços para o estado com regularidade, durante a campanha recebeu fortes demonstrações de apoio, inclusive através de doa-

[12] Cf.: Josailton Lima. *Cinform,* 04 a 10 out 2010. p. 1-3.

[13] Em outra oportunidade, Cláudio Nunes afirmou: "Este jornalista acredita que Déda não será sucumbido pela chamada 'Pureza Fatal', que levou Robespierre ao fim trágico." Cláudio Nunes, *Infonet,* 04 out. 2010.

ções. Somente as construtoras doaram mais de dois milhões. No conjunto, computando inclusive os repasses avultados do Diretório Nacional do PT, o governador Marcelo Déda arrecadou R$ 6.302.389,00, enquanto João Alves conseguiu apenas R$ 3.479.546,51, grande parte do Comitê Financeiro Único, como uma forma de esconder os doadores.[14]

Apesar do empenho de Marcelo Déda em participar de vários debates, conceder inúmeras entrevistas, liderar carreatas e discursar em comícios na capital e em cidades e povoados do interior num ritmo extenuante; a partir de meados de setembro, as pesquisas internas começaram a indicar discreta queda na grande Aracaju, que se manteve até às vésperas do pleito. No interior, em geral, as preferências se mantiveram, decorrentes das realizações de assistência às classes subalternas mediante programas do Governo federal.

O governador demonstrou prestígio ao trazer o presidente Lula a Sergipe poucos dias antes da eleição. Na noite de 29 de outubro de 2010, num comício em Aracaju, o presidente da República fez um balanço de sua gestão e defendeu enfaticamente as candidaturas de Dilma e Déda.[15] Depois de advogar o preparo de sua candidata a presidente, Luiz Inácio lembrou-se da mãe e concluiu:

> *Como pode alguém cuidar dos filhos e não pode cuidar de 190 milhões de brasileiros? Não precisa governar. Governar é uma palavra da elite. Precisamos é cuidar do povo brasileiro. E não tem nada melhor que cuidar do que uma mãe. O Brasil está precisando de um olhar de mãe.*[16]

Era uma estranha concepção de poder sob a forma de tutela, sem mediações políticas, no qual o cidadão apare-

[14] Cf.: Dados do TSE. Disponível em: <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/candidatoServlet.do>.

[15] Cf.: *Blog* de Eduardo Lima, 30 set. 2010.

[16] Cássio Bruno. Site *O Globo,* 29 set. 2010.

ce desprovido de autonomia, de soberania, como um ser de menor idade, inspirando cuidados de uma matriarca.

A campanha de João Alves desenvolveu-se permeada por dificuldades. Como o seu candidato presidenciável, José Serra (PSDB), manifestou-se favorável à transposição do Rio São Francisco, o tema preferido do candidato do DEM para explorar de forma exorbitante, como aconteceu em 2002 e 2006, foi arquivado.

As tradicionais fontes de financiamento diminuíram consideravelmente, inclusive do empresariado, que pouco compareceu ao seu chamamento. A maioria dos políticos, aliada nos bons tempos, deu-lhe as costas e optou pelo lado governista. O envolvimento de João Alves e do filho na Operação Navalha era uma referência negativa. Mas, ignorando essa situação, o representante do DEM, que há mais de ano vinha percorrendo o interior, reconstruindo sua influência esmaecida, persistiu resistente.

Em seu projeto de governo, prometia erradicar a miséria e apresentar um programa de desenvolvimento autossustentável que faria Sergipe ter a melhor qualidade de vida do Nordeste. A partir desses eixos, surgiram outras promessas: levar água e energia a 100% do estado até 2014; revitalizar o Projeto Pró-Mulher e a rede pública hospitalar; elevar o IDH de Sergipe ao padrão do Sudeste; além de gerar 40 mil empregos e atrair 120 empresas para o semiárido sergipano somente no projeto Califórnia II,[17] uma experiência de agricultura irrigada, iniciada no seu primeiro governo (de 1983 a 1987). Dispondo de tempo largo, contou com uma equipe proveniente de São Paulo, que produziu programas eleitorais de rádio e TV inteligentes e sugestivos, bem superiores aos de seu principal adversário.[18] Ao tempo em que mostravam as obras cons-

[17] Cf.: Adilberto de Souza. Blog na *Infonet,* 18 ago 2010.

[18] A equipe de propaganda de João veio de fora, financiada pela campanha

truídas pelo Dr. João em doze anos de gestão, os programas criticavam de forma persistente os pontos julgados críticos do governo Déda, especialmente a saúde.

A divulgação das pesquisas do Ibope, dando-lhe grande desvantagem, provocou-lhe grande indignação, passando a trabalhar com mais insistência a imagem de vítima. Ele, que liderou os "acórdãos" mais ampliados, aglutinando os setores conservadores em campanhas milionárias como ocorreu em 1982, 1990 e 2002, quando se elegeu governador,[19] dessa vez, com sinal trocado, esteve a denunciar os poderosos, o acordão, considerando-se David contra Golias.

Não obstante sua participação atrapalhada nos debates políticos, João Alves prosseguiu inquieto, cada vez mais indignado com seus adversários, cavando fatos políticos.[20] Em meio a essas adversidades, é provável que tenha percebido aumento da receptividade popular, levando-o a enfrentar o pleito confiante, conforme demonstrou em entrevista no dia da eleição, garantindo que venceria no primeiro turno.

Os projetos dos candidatos nanicos revelavam os mesmos chavões e a mesma despreocupação quanto à sua

---

Serra. Cláudio Nunes, blog da infonet, 16 set. 2010.

[19] Em 1990, João Alves comandou a coligação denominada *União por Sergipe*, formada pelas siglas: PFL/PRN/PMDB/PDS/PL/PMN/PRP/PDC/PCN, contando com o apoio do governo do estado. Cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe (1985/2000).* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002, p. 105/143. Em 2006, João Alves liderou a coligação situacionista formalizada em 30.06.2006, com o nome Sergipe tem rumo certo, constituída pelas siglas: PFL/PSC/PSDB/PP/PPS/PV/PT do B/PTN/PHS/PRTB/PTC/PAN com mais de cem nomes disputando as vagas de deputado estadual e federal. Cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. Sergipe: 2006: a quebra do continuísmo. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antonio (Orgs). *Nordeste 2006:* o sentido do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal: EDUFRN, 2010.

[20] Um exemplo disso foi a tentativa de invadir o Hospital João Alves Filho, acompanhado de correligionários e da equipe da TV, ignorando a legislação eleitoral.

viabilidade. Indiferentes às desastradas experiências estadistas, os representantes do PCB, do PSTU e do PSOL apresentavam como principais bandeiras a estatização das empresas de serviços públicos, ao tempo em que apontavam a dispensa das atividades produtivas privadas. O PSOL, por sua vez, quando se referia ao quadro interno, prometia que o seu governo estadual iria impedir a transposição do Rio São Francisco, apoiar as ocupações de terra e terrenos urbanos, atuaria pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução de salários e impediria o aumento de tarifas públicas.[21] Quanto à candidata do PSTU, expressou bem seu ideário ao dizer: "o nosso governo defende a reestatização da Energisa, assim como é bandeira do PSTU a nível nacional, levantada pelo nosso presidente, Zé Maria, a reestatização da Vale, da Embraer e das telecomunicações."[22]

Já o PRTB elencou 28 propostas soltas e por vezes estapafúrdias, começando pela primeira, que propunha a criação de uma escola de zabumbeiro, trianguleiro e sanfoneiro. Seu candidato ao governo, Francisco Henrique de Aragão, depois de vários estranhamentos na área da administração pública, em determinado momento da campanha reconheceu que estava despreparado para governar.

O PSDC apresentou como candidato ao governo um pastor, presidente da União de Ministros Evangélicos de Sergipe, funcionário público aposentado, com credenciais para se esperar alguma contribuição ao debate político. Mas a decepção começou com seu projeto político copiado do Espírito Santo, sem o cuidado de realizar algumas adaptações. Em face disso, divulgou o texto prometendo realizar o diagnóstico econômico do estado do Espírito Santo, e por aí seguiu propondo qualificar, certificar e

[21] PSOL. Programa de ação no Estado de Sergipe. *TSE* via internet.

[22] Cf.: Vera Lúcia, candidata do PSTU, Chat da *Infonet*, 09 set. 2010.

treinar a mão-de-obra da população permanente do estado do Espírito Santo.[23] Na TV, a cantiga entoada num coro ridículo visava ressaltar o verbo transformar.

Os canais de TV apresentaram três debates. No primeiro, promovido pela TV Cidade, quase todos candidatos dedicaram-se a criticar o governador em vantagem nas pesquisas de intenções de votos. No segundo e no terceiro, participaram apenas os postulantes de partidos com representação no Congresso, ficando reduzidos a três. Além de João Alves (DEM) e Marcelo Déda (PT), foi incluída a representante do PSOL, Professora Avilete Silva Cruz, que, embora em determinados momentos tenha declarado que os dois candidatos opositores eram iguais, não conseguiu esconder sua vinculação com o candidato do DEM.[24] Não obstante a grande desenvoltura de Marcelo Déda, seus adversários não perderam a oportunidade de criticar acerbamente sua administração.

Enquanto isso, as pesquisas iam revelando a receptividade eleitoral dos candidatos.

---

[23] Plano de governo do candidato a governador Arivaldo José e do candidato a vice-governador Adelson Alves de Almeida: *Pela fé: cristãos de Sergipe rumo ao governo do estado*. TSE via Internet.

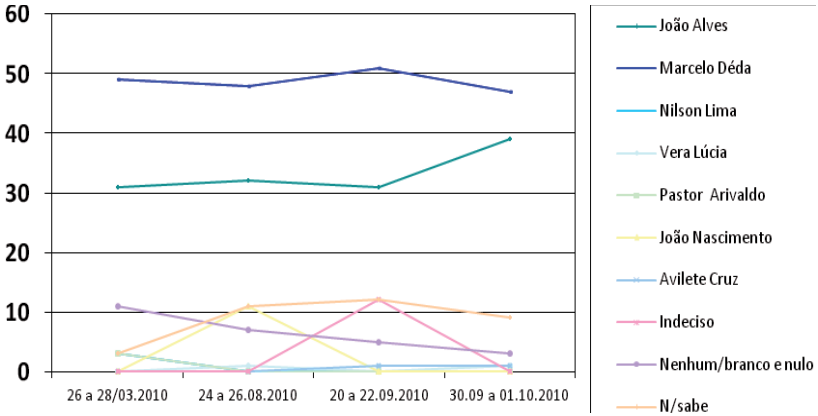
[24] No primeiro debate, a candidata do PSOL leu a pergunta emendada com a réplica, provocando risos da plateia. No último, chamou Dilma Rousseff de terrorista, um dos motivos pelo qual a Executiva Estadual tentou cassar sua candidatura, procedimento negado pelo judiciário.

Quadro 3: Eleições 2010 – Candidatos a governador – Sergipe – Pesquisas de intenções de voto do Ibope

CANDIDATO / Período da pesquisa	26 a 28.03.2010 (a) %	24 a 26.08.2010 (b) %	20 a 22.09.2010 (c) %	30.09 a 01.10.2010 (d) %
João Alves	31,00	32,00	31,00	39,00
Marcelo Déda	49,00	48,00	51,00	47,00
Nilson Lima	3,00			
Vera Lúcia		1,00	-	1,00
Pastor Arivaldo	3,00			-
João Nascimento		11,00		-
Avilete Cruz			1,00	1,00
Indecisos			12,00	
Nenhum / branco e nulo	11,00	7,00	5,00	3,00
Não sabe	3,00	11,00	12	9
Amostra			812 eleitores	
Área			35 munic.	

Fontes: Jornal da Cidade, 12 mar. 2009; Jornal do Dia, 28.08.2010; Jornal da Cidade, 24 set. 2010; TV Sergipe, Canal 4, divulgada em 02 out. 2010.

Gráfico 1: Eleições 2010 – candidatos a governador de Sergipe – Pesquisas de intenções de voto do Ibope



A campanha pelo senado

A campanha para o Senado foi a mais acirrada, não tanto pelo grande número de candidatos (quatorze), mas, sobretudo, pelo envolvimento de quatro nomes competitivos que disputavam as duas vagas. Além disso, foi a que despertou mais atenção, principalmente a partir do momento em que o deputado Albano Franco decidiu sair como candidato independente e empenhava-se como nunca para suplantar três postulantes competitivos. Para tanto, recebeu adjutório financeiro substancial do patronato paulista em plena campanha, mas encontrou dificuldades. Em vários momentos, tentou forçar a participação junto ao governador, mas este, amarrado por compromissos com os candidatos formalizados de sua coligação, permaneceu defendendo os nomes de Valadares e Amorim, escapando, sem hesitações, das armadilhas de encontros. Enquanto isso, num "salve-se quem puder", os próprios candidatos desta coligação, no afã de conquistar votos, desentenderam-se, ameaçando a desagregação da coalizão. O senador Valadares (PSB) buscava o terceiro

mandato com bases eleitorais alimentadas por longo período de liderança. Apontado nas pesquisas como favorito, percebeu a falta de reciprocidade, a avalanche de seu companheiro de aliança e estrilou. Foi necessário que o governador interviesse e, em reuniões difíceis, conseguisse dos dois coligados o cumprimento civilizado de alguns parâmetros pactuados.[25]

Eduardo Amorim (PSC), deputado federal em primeiro mandato, médico, hábil nos relacionamentos, semblante de bom moço, atencioso, discurso moderado, pautado em valores do senso comum, administrou os gastos da campanha com eficiência, sem ser flagrado pela justiça eleitoral. Assistido por marqueteiros de alto nível de São Paulo, construiu o programa da TV mais persuasivo da campanha. Gastando sem limites[26] e formando as alianças mais transversas possíveis com todo pragmatismo, mobilizou seus correligionários com energia e avançou a olhos vistos sobre o companheiro de coligação e sobre os adversários.

José Carlos Machado (DEM), engenheiro e experiente parlamentar na Assembleia e na Câmara dos Deputados, apareceu com recursos e discurso articulado contra os governistas. Apresentado pelo ex-governador João Alves e pela senadora Maria do Carmo Alves como "candidato do João", merecedor de todos encômios, nem por isso decolou como seria de esperar nas pesquisas.

---

[25] Afirmação de Déda sobre a disputa entre os senadores da coligação: "Eu sei do esforço que fiz. Talvez até eu tenha arriscado minha própria reeleição para agir como líder da coligação... Fiz um esforço imenso. Tive que ficar em casa discutindo acordo ao invés de ficar na rua fazendo campanha". Cinform, 04 a 10.10.2010. p. 13.

[26] Amorim revelou "que ao todo já gastou R$ 100 milhões." Diógenes Brayner in *Correio de Sergipe,* 12 e 13.09.2010. Outro jornalista, referindo-se à eleição de Eduardo Amorim, indagou: "Será que um parlamentar que compra um mandato, gastando cerca de R$ 20 milhões, dorme tranquilo?" Cláudio Nunes, blog na internet, 14 out. 2010.

Emanuel Cacho (PPS), famoso criminalista, ex-correligionário de João Alves, líder da campanha xenófobica de 1990 contra o candidato José Eduardo Dutra, procurou identificar-se com o projeto do DEM. Sem encontrar grande receptividade dos ex-peefelistas, incorporou-se à comitiva de acompanhamento de José Serra, cometeu a gafe de constranger o seu presidenciável ao criticar no comício o tucano Albano Franco e não sensibilizou o eleitorado. Antonio dos Santos Leite (PV), um quadro conhecido como ator e militante do partido verde, empenhou-se tentando despertar a atenção do eleitorado, mas cedo sentiu o peso dos concorrentes. Os demais, dispondo de tempo e recursos exíguos, em geral seguiam as linhas dos candidatos a governador e, como eles, encontravam pequena receptividade junto aos eleitores.

Enquanto as pesquisas iam revelando a preferência dos postulantes, contrariando interesses, por vezes geravam certa confusão, levando os jornais a retificarem dados.[27] Entre as tendências publicadas, estava o número de indecisos muito alto até às vésperas do pleito.

Os resultados

Para governador

Na votação para governador, foi reeleito Marcelo Déda. Mais uma vez venceu no primeiro turno. Aliás, nas quatro últimas eleições em que o referido líder petista concorreu ao Executivo, duas para prefeito e duas para governador, em todas ganhou na primeira votação. Na de governador, em 2006, venceu João Alves por 52,46% a 45,02%. Dessa vez, a diferença foi um pouco menor: 52,08% a 45,18%.

27 Cf.: *Cinform*, 27.09 a 3 out. 2010.

Quadro 4: Eleições 2010 – votação para governador de Sergipe

CANDIDATO	Capital	Interior	Estado
MARCELO DÉDA CHAGAS (PT) VICE-Jackson Barreto (PMDB)	133.611 46,51%	403.612	537.223 52,08%
JOÃO ALVES FILHO (DEM) VICE-Nilson Lima (PPS)	139.147 48,44%	327.072	466.219 45,19%
VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO (PSTU) VICE-Dalton Francisco dos Santos	5.295 1,84%	3.272	8.567 0,83%
ARIVALDO JOSÉ DOS SANTOS (PSDC) VICE-Adelson Alves	2.939 1,37%	6.260	9.199 0,89%
LEONARDO VICTOR DIAS (PCB) VICE-Euton Dantas	3.383 0,83%	864	4.247 0,41%
PROFESSORA AVILETE SILVA CRUZ (PSOL) VICE-Roque Bonfim	2.242 0,78%	2.088	4.330 0,42%
FRANCISCO HENRIQUE DE ARAGAO DO GRUPO MEXA-SE (PRTB) VICE-Cloves Lapada	643 0,22%	1.153	1.796 0,17%

SERGIPE			
Total de votos	1.184.869	**Total de seções**	4.389
Votos brancos	51.601 (4,35%)	**Seções apuradas**	4.389 (100,00%)
Votos nulos	101.687 (8,58%)	**Eleitorado**	1.425.334
Votos válidos	1.031.581 (87,06%)	**Eleitorado apurado**	1.425.334 (100,00%)
Votos nominais	1.031.581 (100,00%)	**Comparecimento**	1.184.869 (83,13%)
Votos legenda	0 (0,00%)	**Abstenção**	240.465 (16,87%)

Fonte: TSE

A grande diferença de 2006 em relação a 2010 foi Marcelo Déda situar-se no segundo lugar em Aracaju, perdendo em três das quatro zonas eleitorais, e nos municípios limítrofes da capital, ou seja, da Grande Aracaju. Esse fato foi o que provocou mais comentários no período pós-eleitoral por parte dos adversários. Os oposicionistas, incluindo João Alves, consideraram o candidato do DEM como grande vencedor desse pleito, pelos parcos recursos com que contou na campanha. Seu genro, o deputado Mendonça Prado, reforçou a interpretação, dizendo que o eleitorado de Aracaju é de qualidade, por ser mais independente e esclarecido.[28]

Foi um sentimento compreensível por parte dos membros do DEM, pois o eleitorado da capital tem sido adverso a João Alves. Nenhum candidato a cargo executivo estadual perdeu tanto em Aracaju como o ex-governador. Nas seis vezes em que concorreu, submeteu-se a oito votações, duas das quais no segundo turno, e foi derrotado na capital seis vezes. O ex-governador exerceu três mandatos e ganhou na capital apenas em 1982 e em 2010. Dos candidatos a prefeito apoiados por João Alves, o único eleito foi Jackson Barreto, em 1985.

No interior, dos 73 municípios existentes, o governador Déda foi derrotado em 16. Mesmo assim, João Alves perdeu com a diferença de 76.540 votos.

A interpretação convencional aponta para o desgaste nos centros urbanos e para o prestígio nos "grotões". A questão é saber se a grande votação do interior ocorreu em face das relações de dependência e controle pessoal entre os líderes locais e o eleitorado ou pela presença efetiva de obras governamentais importantes em todos municípios.

Quanto à perda na Grande Aracaju, o próprio governador, em sua primeira entrevista coletiva após o pleito,

[28] Mendonça Prado, em entrevista em programa matinal da *Rádio Liberdade FM*, em 14. out. 2010.

reconheceu que o eleitorado da capital deu-lhe um puxão de orelha. E, sobre a festa dos oposicionistas, declarou:

> *"Deram tanto destaque à vitória de João Alves em Aracaju por menos de 6 mil votos que, ao me dirigir ao Palácio, pensei que o encontraria lá. (..) Eles perderam a eleição por 71 mil votos no 1º turno e agora querem ganhar na avaliação."*[29]

Chama atenção ainda o percentual de votos brancos e nulos para governador, superior aos para presidente, tanto na esfera nacional quanto em Sergipe, bem como na votação para deputado estadual, indicando insatisfação diante das alternativas apresentadas. Esse fato aponta para a hipótese de que a derrota do governador na capital não foi de maior proporção em decorrência dos elementos negativos de seu principal adversário, apesar de sua experiência e tradição de mando.[30]

Embora seja difícil apontar causas sem dispor de pesquisas qualitativas, em termos especulativos podemos levantar alguns problemas de sua gestão. Primeiro, a administração do governador petista parece um tanto emperrada. Segundo, nos serviços básicos, fez muito na saúde, mas de forma tumultuada, provocando muitas carências, sobretudo na Grande Aracaju, como reconheceu Marcelo Déda ao declarar que no segundo governo haveria duas pessoas cuidando da saúde, ele próprio e o secretário, indicando sua insatisfação com a gerência do setor. Ademais, a orientação política na saúde e em outras secretarias, entre as quais a de Inclusão Social, gerou muitos descontentamentos. A Secretaria de Educação, além de mal gerida, parecia sem metas objetivas e pouco

[29] Edilberto Souza, *Infonet*, 08 out. 2010.

[30] A tese foi esboçada pelo senador José Almeida Lima em entrevista à Rádio Ilha em 14 out. 2010 e transcrita parcialmente pelo *Jornal da Cidade* de 16 out. 2010.

acompanhada. Por fim, a política de recomposição salarial revelou-se mal conduzida, desigual, desproporcional para os militares, deixando a maioria das categorias com expectativas frustradas.

Passada a apuração do pleito, a Procuradoria Regional Eleitoral em Sergipe (PRE/SE) pediu a cassação do diploma do governador reeleito, Marcelo Déda (PT), e de seu vice, Jackson Barreto (PMDB), sob a acusação "de utilizarem residência oficial para promover um almoço com líderes políticos para anunciar a sua candidatura à reeleição, em maio passado, antes da convenção partidária e da campanha eleitoral" [31]. Mas a denúncia não prosperou.

Resultado para o senado

As votações para senador, assim como a campanha, despertaram atenções especiais. Com grande número de candidatos disputando, foi a campanha mais cara e, mesmo assim, houve recorde absoluto no percentual de votos brancos.

Enquanto o senador Valadares era vitorioso no segundo lugar, assegurando o terceiro mandato, Albano Franco sofria sua primeira e grande derrota, após uma longa carreira de sucessos, e José Antonio Marques de Oliveira teve sua candidatura indeferida pelo TRE, com base na Lei da Ficha Limpa.

[31] *Jornal da Cidade*, 09 nov. 2010.

Quadro 5: Eleições 2010 – Votação para senador

Sequência	Nº	Nome	Partido	Votos	% Válidos
1	200	EDUARDO AMORIM *	PSC	625.959	33,65%
2	404	VALADARES *	PSB	476.549	25,62%
3	456	ALBANO FRANCO	PSDB	340.259	18,29%
4	250	MACHADO	DEM	260.158	13,99%
5	231	EMANUEL CACHO	PPS	66.725	3,59%
6	432	ANTONIO LEITE	PV	27.553	1,48%
7	280	PAULINHO DA UNIÃO TUR	PRTB	24.370	1,31%
8	500	ATAMARIO CORDEIRO	PSOL	12.832	0,69%
9	211	PROF. LULA	PCB	7.394	0,40%
10	270	JOÃO AUGUSTO NASCIMENTO	PSDC	6.819	0,37%
11	162	LEANDRO	PSTU	4.445	0,24%
12	161	LOURDINHA	PSTU	3.901	0,21%
13	284	GUGU LIBERATO	PRTB	3.286	0,18%
14	212	PROFESSOR MARQUES[2]	PCB	0	0,00%

Fonte: TSE

Total de votos	2.369.738	Total de seções	4.389
Votos brancos	225.809 (9,53%)	Seções apuradas	4.389 (100,00%)
Votos nulos	283.679 (11,97%)	Eleitorado	1.425.334
Votos válidos	1.860.250 (78,50%)	Eleitorado apurado	1.425.334 (100,00%)
Votos nominais	1.860.250 (100,00%)	Comparecimento	1.184.869 (83,13%)
Votos legenda	0 (0,00%)	Abstenção	240.465 (16,87%)

Fonte: TRE
Nota: * candidatos eleitos.

A vitória de Eduardo Amorim, com número de votos superior ao do governador foi um marco na história eleitoral de Sergipe. Era o resultado de uma campanha agressiva, dentro de um esquema engenhoso, comandado pelo irmão do senador eleito, mostrando, de forma ostensiva, a força financeira e política do seu grupo.

Apesar da grande votação do ex-governador João Alves, ele não conseguiu eleger nenhum nome para o Senado. José Carlos Machado, o experimentado parlamentar empresário, "senador do João", ficou em quarto lugar, distanciado do terceiro colocado, Albano Franco.

No conjunto, o governador rejubilou-se com a vitória dos candidatos de sua coligação, mas quando se analisava o resultado para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, alguns elementos foram observados.

Resultado para a câmara dos deputados

Quadro 6: Eleições 2010 – Votação para deputado federal de Sergipe

Sequência	Nº	Nome	Partido	Votos	% Válidos
1	4040	VALADARES FILHO	PSB	95.680	10,49%
2	2510	MENDONÇA PRADO	DEM	89.641	9,83%
3	2000	ANDRE MOURA	PSC	83.641	9,17%
4	2222	LAERCIO OLIVEIRA	PR	79.514	8,72%
5	1515	ALMEIDA LIMA	PMDB	75.082	8,23%
6	1010	PASTOR HELENO	PRB	61.598	6,75%
7	1313	MARCIO MACEDO	PT	58.782	6,44%
8	1555	FABIO REIS	PMDB	56.208	6,16%

Total de votos	1.184.869	Total de seções	4.389
Votos brancos	91.302 (7,71%)	Seções apuradas	4.389 (100,00%)
Votos nulos	181.495 (15,32%)	Eleitorado	1.425.334
Votos válidos	912.072 (76,98%)	Eleitorado apurado	1.425.334 (100,00%)
Votos nominais	811.762 (89,00%)	Comparecimento	1.184.869 (83,13%)
Votos legenda	100.310 (11,00%)	Abstenção	240.465 (16,87%)

Fonte: TRE

Nota: Resultado alterado com a decisão do TSE, em 14.12.2010, quando autorizou a diplomação do candidato do PT Rogério Carvalho, que obteve 116.417 votos, deixando Fábio Reis na suplência.

A coligação que reelegeu o governador Déda preencheu sete das oito vagas na Câmara dos Deputados. O candidato mais votado foi o ex-secretário da Saúde, Rogério Carvalho (PT). Tendo administrado investimentos de R$ 300 milhões na área, montou forte estrutura para sua campanha e obteve 116.417 votos. Sua candidatura foi inicialmente indeferida pelo TRE. A votação ficou sub judice e sem reconhecimento até 14.12.2010, quando o TSE autorizou sua diplomação. Como efeito, o PMDB, que apareceu no primeiro resultado com dois deputados eleitos, ficou apenas com um. O DEM, que dispunha de uma bancada de três parlamentares, dessa vez também somente elegeu um nome. O PT conseguiu eleger dois, inclusive Márcio Macedo, a quem o diretório estadual doou cerca de um milhão e oitocentos mil reais, dispensando um tratamento bem diferente aos demais.[32]

As candidaturas de Manuel Marcos dos Santos, Eduardo Marques de Oliveira e Ana Cristina Fontes foram indeferidas.

Resultado para a assembleia legislativa

Para a Assembleia Legislativa, foram enquadrados na Lei da Ficha Limpa quatro candidatos. No conjunto, o resultado complementou o quadro que proporciona maior visão de conjunto sobre a hegemonia da política sergipana.

[32] Para se ter uma ideia da desproporção, o deputado federal Iran Barbosa, então exercendo mandato, teria recebido 50 mil do diretório estadual e 97 mil reais do diretório nacional. Cf. *Jornal da Cidade*, 11 nov.2010.

Quadro 7: Eleições 2010 – votação para deputado estadual de Sergipe

Sequência	Nº	Nome	Partido	Votos	% Válidos
1	40123	ADELSON BARRETO	PSB	61.598	5,79%
2	17123	CAPITAO SAMUEL	PSL	43.370	4,08%
3	12250	JEFERSON ANDRADE	PDT	33.726	3,17%
4	40111	MARIA MENDONÇA	PSB	32.937	3,10%
5	45123	LUIZ MITIDIERI	PSDB	30.296	2,85%
6	13000	JOAO DANIEL	PT	29.936	2,81%
7	20200	SUSANA AZEVEDO	PSC	29.925	2,81%
8	11111	VENÂNCIO FONSECA	PP	27.796	2,61%
9	13600	CONCEICAO VIEIRA	PT	27.378	2,57%
10	15000	GARIBALDE MENDONÇA	PMDB	26.074	2,45%
11	20111	DRA ANGELICA	PSC	25.797	2,43%
12	12345	ZE FRANCO	PDT	25.424	2,39%
13	25555	AUGUSTO BEZERRA	DEM	24.641	2,32%
14	20456	ZECA	PSC	23.842	2,24%
15	25000	ARNALDO BISPO	DEM	23.736	2,23%
16	25333	GORETTI REIS	DEM	23.157	2,18%
17	70555	PAULINHO DA VARZINHAS FILHO	PTdoB	23.054	2,17%
18	15555	ZEZINHO GUIMARAES	PMDB	22.499	2,12%
19	13300	FRANCISCO GUALBERTO	PT	22.220	2,09%
20	20123	PASTOR ANTONIO	PSC	21.308	2,00%
21	13900	ANA LUCIA	PT	20.000	1,88%
22	43123	GUSTINHO RIBEIRO	PV	15.654	1,47%
23	36123	DR GILSON ANDRADE	PTC	15.395	1,45%
24	17000	MUNDINHO DA COMASE	PSL	13.821	1,30%

Fonte: TSE

Total de votos	1.184.869	Total de seções	4.389
Votos brancos	60.258 (5,09%)	Seções apuradas	4.389 (100,00%)
Votos nulos	60.957 (5,14%)	Eleitorado	1.425.334
Votos válidos	1.063.654 (89,77%)	Eleitorado apurado	1.425.334 (100,00%)
Votos nominais	966.084 (90,83%)	Comparecimento	1.184.869 (83,13%)
Votos legenda	97.570 (9,17%)	Abstenção	240.465 (16,87%)

Fonte: TRE

Os oposicionistas alcançaram melhor desempenho para a Assembleia do que para a Câmara dos Deputados, na medida em que elegeram quatro nomes, três do DEM e um do PP. A coligação situacionista elegeu os 20 restantes, a grande maioria sem identificação com o projeto governista.

Os Amorim ajudaram na eleição dos quatro oposicionistas eleitos, assim como de pelo menos sete parlamentares da base governista. Se a bancada anterior já lhe obedecia de forma evidente, nessa nova legislatura o grupo Amorim ficou mais fortalecido. No primeiro mandato do governador, o apoio dos Amorim tinha um peso decisivo na Assembleia Legislativa, no segundo será mais importante ainda. Com efeito, a lealdade ao governo tende a tornar-se mais onerosa. Resta saber quais serão suas exigências. Segundo o experiente jornalista Edilberto Souza:

> *O sonho de consumo do partido [PSC] é voltar a comandar os Departamentos de Administração Financeira (DAF's) das principais secretarias estaduais. Foi assim no último governo de João Alves Filho, quando o presidente do PSC, Edvan Amorim, indicou os chefes dos DAF's de pastas importantes como Educação e Saúde. O resultado foi uma lástima. Após várias denúncias de irregularidades e processos abertos, caíram os secretários da Educação Marcos Prado, e da Saúde, Eduardo Amorim*[33].

Precavido, o governador conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse, em 11.11.2010, a centralização das contas financeiras, inclusive de empresas e de autarquias, permitindo assim que o secretário da Fazenda tenha maior controle sobre os gastos públicos.[34]

Pode-se dizer, então, que o pleito de 2010 explicitou a ascensão ostensiva do grupo Amorim e, com ela, de seus métodos de ação política. Como o governador revelou-se impotente para enfraquecer o grupo, restavam três alter-

---

[33] Adilberto Souza, *Blog na Infonet*, 08 out. 2010.

[34] Cf.: *Jornal da Cidade*, 12 Nov. 2010.

nativas: a) o governo de Marcelo Déda juntar novas forças para vencê-lo num próximo confronto; b) o aparecimento de um ajuntamento alternativo para impor-se; e c) o triunfo dos Amorim, com consequências imprevistas para a política do estado. De qualquer forma, prevê-se uma gestão com maiores desafios para o governador Marcelo Déda.

Os resultados da eleição presidencial

Os resultados dos dois turnos da eleição presidencial apresentaram uma certa semelhança, conforme se pode ver nos quadros abaixo.

Quadro 8: Eleições 2010 – 1º Turno: candidatos a Presidente do Brasil

CANDIDATO	COLIGAÇÃO/ PARTIDO(S)	Aracaju	Sergipe	BRASIL
DILMA	PT	103.289 34,97%	506.802 47,67%	47.651.434 46,91%
JOSÉ SERRA	PSDB	118.609 40,15%	404.584 38,05%	33.132.283 32,61%
MARINA SILVA	PV	68.632 23,23%	141.033 13,26%	19.636.359 19,33%
PLÍNIO	PSOL	3.294 1,12%	7.070 0,66%	886.816 0,87%
EYMAEL	PSDC	346 0,12	867 0,08%	89.350 0,09%
ZÉ MARIA	PSTU	732 0,25%	1.296 0,12%	84.609 0,08%
LEVY FIDELIX	PRTB	228 0,08%	731 0,07%	57.960 0,06%
IVAN PINHEIRO	PCB	239 0,08%	736 0,07%	39.136 0,04%
RUI COSTA PIMENTA	PCO	33 0,01%	135 0,01%	12.206 0,01%

Para Presidente

BRASIL		SERGIPE	
Votos totalizados	111.193.747	Votos totalizados	1.184.869
Votos válidos	101.590.153 91,36%	Votos válidos	1.063.254 89,74%
Votos nulos	6.124.254 5,51%	Votos nulos	78.561 6,63%
Votos em Branco	3.479.340 3,13%	Votos em Branco	43.054 3,63%
Abstenções	24.610.296 18,12%	Abstenções	240.465 16,87%

Quadro 9: Eleições 2010 – 2° Turno: candidatos a Presidente do Brasil

CANDIDATO	COLIGAÇÃO/ PARTIDO(S)	Aracaju	Sergipe	BRASIL
DILMA ROUSSEFF	PT	132.213 46,19%	568.862 53,56%	55.752.529 (56,05%)
JOSÉ SERRA	PSDB	154.000 53,81%	493.280 46,44%	43.711.388 (43,95%)

Quadro 10: Eleições 2010 – votação do 2° Turno para Presidente da República (dados complementares)

	SERGIPE	BRASIL
Eleitorado	1.425.359 (100%)	135.804.433 (100%)
Votantes	1.130.391 (79,31%)	106.606.214 (78,50%)
Abstenção	294.968 (20,69%)	29.197.152 (21,50%)
Votos Nulos	44.462 (3,93%)	4.689.428 (4,40%)
Votos Brancos	23.787 (2,10%)	2.452.597 (2,30%)

Fonte: TRE

O representante do PSDB venceu na capital nos dois turnos, enquanto a candidata do PT ganhava no interior nas duas votações. Ou seja, enquanto no primeiro turno Serra ganhou em Aracaju com uma diferença 15.320 votos da segunda colocada, no segundo turno o tucano ampliou a vantagem para 21.887 votos, obtendo 53,81% dos votos. Dentro da região Nordeste, Sergipe foi o estado a proporcionar a menor vitória para Dilma. No país, o PSDB elegeu 8 governadores; o PSB, 6; o PMDB, 5; o PT, 5; o DEM, 2; e o PMN, 1.

No parlamento, os oposicionistas elegeram uma representação de apenas 20% na Câmara dos Deputados e 25% no Senado, ficando sem condições de propor CPI ou barrar emendas à Constituição, situação que lembra o período militar, conforme afirmou o deputado federal Gustavo Fruet.[35]

Epílogo

Na esfera estadual, no voto para governador, apesar das vantagens do grupo situacionista que controla a máquina governamental, observou-se uma competição com menos abusos do que em pleitos precedentes. Na eleição para o Senado, o poder econômico manifestou-se muito forte, embora nem sempre necessariamente decisivo. Na competição para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, exceto para quem foi apoiado por corporações, as práticas eleitorais apresentaram muitos pontos comuns, inclusive no peso da disponibilidade de recursos para facilitar o controle de colégios eleitorais.

Afinal, houve acentuado fracionamento partidário nas representações da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa. Basta observar que, nesta última, os 24 deputados estavam distribuídos em 13 partidos, enquanto na Câmara dos Deputados registraram-se sete agremiações entre os oito deputados federais. Apesar disso,

[35] Gustavo Fruet. Oposição em tempos difíceis. *Folha de S. Paulo*, 16 nov. 2010.

essa diversidade de partidos pouco expressou em termos de pragmatismo. As distinções poderão emergir nas estratégias diante do mercado e no encaminhamento das políticas públicas.

As eleições de 2010 emitiram sinais no sentido de que a aliança comandada pelo PT, que operou a alternância de poder em 2006, encontrava dificuldades em consolidar-se. Não obstante à reeleição do governador no primeiro turno, o bloco político vitorioso revelou-se muito heterogêneo, comportando competição interna com tendência para cisão antes de 2014.

No conjunto, foi um pleito em que o PT saiu fortalecido no plano nacional, ficando em condições de prosseguir a implementação do seu projeto político. Apesar disso, a heterogeneidade do bloco governista poderá suscitar dificuldades na manutenção de sua unidade, com repercussão no comportamento do eleitorado, que se manifestou bastante dividido em 2010.

Bahia: a paz dos vencedores. Liderança, partido e elite política após as eleições de 2010

Paulo Fábio Dantas Neto

Introdução

O presente artigo compartilha, com outros anteriores (DANTAS NETO, 2010a; DANTAS NETO, 2010b; DANTAS NETO, 2010c)[1], a ideia de que é possível extrair, de análises sequenciadas de conjunturas eleitorais, uma visão sobre o significado da mudança política que a Bahia vive desde 2006. Trata-se de mudança de elite política? De uma alternância de partidos? Qual das duas dinâmicas é ou tende a ser mais relevante? Daí surge a questão específica, em foco nesses trabalhos: que formato de competição política afirma-se na Bahia pós-carlista e o que nele há de competição entre elites e/ou entre partidos?[2] Pretende-se,

[1] Este esforço de pesquisa e análise – cujo eixo organizador principal tem sido simpósios do Programa Observanordeste – levou este autor a produzir reflexões sobre a relação elites/partidos na política estadual, a partir do marco eleitoral de 2006. Dois desses trabalhos (*Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites?*, escrito em fevereiro de 2008; e *Elites, instituições políticas e competição eleitoral na Bahia após as eleições municipais de 2008*, escrito em 2009) foram publicados em 2010, em livros alusivos a dois dos referidos simpósios. Um terceiro trabalho (*Elites e partidos: a arte das alianças em municípios da Bahia*) foi apresentado, em 2010, ao *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política* (ABCP) e encontra-se publicado em seus anais.

[2] A formulação dessa questão resulta também de um diálogo travado no Grupo de Pesquisa Instituições Políticas Sub-nacionais, sediado no CRH/FFCH/UFBA, de modo especial com a professora Celina Souza e a rede de pesquisadores a que se vincula no estudo de instituições políticas em países federativos. Em recente trabalho

neste artigo, dar continuidade a essa agenda ainda não esgotada[3].

Apresentam-se e discutem-se aqui resultados das eleições de 2010 na Bahia, articulando-os, analiticamente, ao cenário da política baiana que havia sido desenhado após as eleições municipais de 2008. Corre-se o risco de imprudência lógica, pois há, como se sabe, análises consistentes na literatura especializada que afirmam o predomínio, em eleições municipais, de uma lógica diversa da que preside eleições estaduais e nacionais. Mas a prudência analítica também manda considerar o fato de que essa constatação de cientistas políticos não impede que elites e partidos sigam dando grande importância, em suas estratégias estaduais, à ocupação de postos municipais. Por quê?

Como de hábito, em 2010, as estratégias para as disputas dos cargos legislativos na Bahia foram caudatárias da disputa pelo governo estadual, que afetou, inclusive, alguns alinhamentos na eleição presidencial. Se, de um lado, a candidatura do governador Jacques Wagner (PT) à reeleição seguiu um *script* nacional, de outro, o ex-governador Paulo Souto (DEM) foi candidato por haver, na Bahia, o espólio do carlismo, sendo essa lógica estadual que montou o palanque de José Serra na Bahia e não o inverso. Quanto à candidatura de Geddel Vieira Lima (PMDB), foi mantida na contramão do influxo da disputa presidencial.

(Souza, 2011), ela discute mudanças políticas em arranjos autoritários sub-nacionais incrustados em regimes democráticos, caso em que se situaria, conforme sua abordagem, o objeto deste trabalho. Com preocupações análogas, Julián Durazo-Herrmann desenvolve o projeto de pesquisa "Challenging subnational authoritarianism gubernatorial elections in Bahia (Brazil) and Oaxaca (Mexico)", em seguimento a um trabalho anterior (HERRMANN, 2010).

[3] Essa agenda prevê investigar mudanças na composição de elites parlamentares, lideranças partidárias, quadros políticos e burocráticos de governo estadual e grupos sociais de influência e explorar literatura teórica e experiência metodológica pertinentes, acumulando conhecimento para abordagens comparativas da política estadual no Brasil.

Terminou limitada em seus movimentos pela inclusão de Michel Temer na chapa de Dilma Rousseff, mas ainda assim manteve-se pelo projeto estadual.

Numa palavra, as três candidaturas mencionadas foram frutos de estratégias de elites e partidos no âmbito da política estadual (respectivamente, reeleição de Wagner, resgate e reabilitação da tradição carlista e autodemarcação do PMDB como terceira via), embora tenham todas elas sofrido, na sequência, o impacto da dinâmica eleitoral do pleito presidencial (positivo, no caso de Wagner, negativo nos de Souto e Geddel).

Ao reconhecer a catalisação exercida pelo pleito para governador na formatação das estratégias eleitorais, admite-se também que as três candidaturas firmaram reputação de competitivas a partir de um cenário dado pela eleição municipal de 2008, no qual PT, PMDB e DEM, liderando seus respectivos campos de aliança, surgiram como termos de um virtual formato tripolar de competição (DANTAS NETO, 2010b; DANTAS NETO, 2010c).

O relativo equilíbrio de forças, sugerido pelos resultados eleitorais municipais de 2008, contrasta com a folgada margem de votos da vitória de Wagner em 2010. Ainda que a mesma vantagem não tenha se dado na eleição à Assembleia Legislativa, as verificadas nos pleitos para governador, para as duas vagas ao Senado e, até certo ponto, para a Câmara dos Deputados tendem, a princípio, a legitimar as ideias de não coincidência das lógicas de eleições municipais e estaduais e do forte condicionamento das eleições estaduais pela disputa presidencial. Por esta última via, costuma transitar a ideia de que o ex-presidente Lula foi cabo eleitoral mais eficaz do que o conjunto de prefeitos e lideranças municipais que apoiou o campo governista baiano, formal ou informalmente.

Propõe-se aqui uma análise com lentes menos panorâmicas e mais atentas ao papel de estruturas políticas que vêm se firmando na Bahia desde 2006, por iniciati-

va estratégica de diversas facções da elite política da Bahia pós-carlista e de seus respectivos partidos. A análise dos resultados das eleições de 2010 permite agora uma avaliação do realismo de cada uma das candidaturas ao governo, que Dantas Neto (2010c), analisando as eleições de 2008, já apresentava como resultantes de estratégias partidárias:

> *[...] elites partidariamente situadas usaram a eleição de 2008 como um laboratório de teste de suas estratégias para 2010. [...] Essas três principais candidaturas, mais que produtos de injunções da conjuntura eleitoral, foram artífices desta. Trabalhadas desde antes de 2008, foram eixos aglutinadores de lealdades políticas que cortaram transversalmente outros partidos, sem perderem a condição de candidaturas partidárias, em sentido estrito. Representaram, além das suas legendas, aspirações e interesses razoavelmente estruturados de facções da elite política estadual, mas sem traços semelhantes a projetos de políticos outsiders. É neste sentido que trato essas candidaturas como estratégias partidárias de cunho demarcatório. Por causa delas e dos seus rastros, os três partidos constituem-se, no caso baiano, em pontos de observação privilegiados da interação elites/instituições.*

A avaliação do realismo de cada uma dessas estratégias será feita mediante cotejamento dos resultados eleitorais obtidos pelas três alianças eleitorais que lhes corresponderam em 2010 com expectativas advindas do embate de 2008 e do período pré-eleitoral seguinte. Permite, além disso, que se avance na resposta à questão em foco, enunciada na abertura deste texto, vislumbrando mais nitidamente um formato de competição que, antes do pleito municipal (e mesmo logo após) parecia oscilar entre três alternativas, cujos desenhos já haviam se esboçado em trabalhos anteriores (DANTAS NETO, 2010ª; DANTAS NETO, 2010b), ganhando formulação mais acabada em Dantas Neto (2010c):

> *[...] que formato de competição política se a firma na Bahia pós carlistas e o que nele há de competição entre elites e/ou entre partidos? Esta questão, cuja solução implica num programa de pesquisa, admite três possíveis respostas, dentre outras:* **(i)** *um novo arranjo, ou repactuação, no âmbito de uma elite política, que se renova para seguir manejando, de modo decisivo, as instituições;* **(ii)** *uma bipolarização estável, tendente a revezar, no poder estadual, elites contrapostas segundo oscilações de um mercado político;* **(iii)** *elites são agora grupos de interesse, cingidos a regras dos sistemas partidário e eleitoral, num ambiente institucional em que decisões da maioria são mediadas pelo pluralismo de elites e pela dispersão do voto.*

Essas três hipóteses de resposta sugerem – nos três trabalhos anteriores aqui aludidos – uma analogia com três noções encontradas na literatura da chamada "teoria das elites" e em alguns de seus desdobramentos numa determinada vertente da teoria democrática (Sartori,1987). Assim, a formulação (i) permite analogia com a ideia da circulação de elites, de Vilfredo Pareto; a formulação (ii) alude a uma espécie de elitismo competitivo, a la Schumpeter, enquanto a (iii) é aproximação ao conceito de poliarquia, de R. Dahl.

Procede-se aqui, adaptando-se indicações de Lasswell (1984)[4], a uma delimitação de "elite política" como um agregado de três camadas: a) o pessoal de governo, camada direta ou indiretamente legitimada pelo voto, ocupando, por eleição direta ou nomeação pelos eleitos, cargos no Executivo e no Legislativo; b) a liderança política, pessoas e grupos que, estando ou não atualmente no governo, decidem estratégias eleitorais e políticas de aliança

[4] As indicações de Lasswell: os que ocupam altos postos num determinado período; os que ocuparam e estão em harmonia com a situação vigente; os que, mesmo sem exercício de cargos, são influentes no processo decisório; os membros de uma família fechada.

dos partidos, bem como indicam parte do pessoal de governo e orientam suas decisões; c) os grupos de influência, terceira camada, menos visível e menos permeável à manifestação do eleitor, que mesmo sem participar da política institucional, influi sobre ela, por poder econômico, tradição cultural, força intelectual, ou mobilização social. Observada essa demarcação e os objetivos desta reflexão, as três respostas alternativas referidas insinuam, respectivamente, três cenários factuais.

O cenário derivado da primeira hipótese restringe fortemente a política baiana às alianças de bastidores. Nele, os vários grupos subestimam a conveniência de afirmarem atitudes políticas contrastantes, persistindo no ambiente político a ideia de uma Bahia homogênea, tal como a concebida pelo carlismo. Esse cenário indica que o governo Wagner procura construir, em torno de si, um arco político tendente à unanimidade, adotando comportamento típico de agentes políticos de uma continuada modernização conservadora. Cabe nesse cenário a eventual destruição do grupo carlista, mas também a importação de aspectos notáveis da sua política para o campo do governo. Assim, a elite petista ocupa os postos de governo, mas não se constitui em liderança política alternativa, muito menos abala o *status quo* dos grupos sociais de influência. A este cenário associo o conceito paretiano de circulação de elites (PARETO,1984).

À segunda hipótese de resposta corresponde um cenário de reprodução do confronto carlismo/anti-carlismo. Nele, a bipolaridade que, durante o domínio carlista na pós-democratização do país (1991-2006) mantivera-se latente sem se converter, até 2002, em competição efetiva (dada a situação dominante[5] que até então vigorou), permanece vigente, a partir de 2006, com inversão entre ven-

[5] Conforme Charlot (1982), situação em que um partido exerce domínio incontrastável, com estabilidade crescente, mas com limitações à representatividade do sistema, com riscos de esclerose do poder e despolitização dos cidadãos.

cedores e vencidos, nova semântica e novos atores. Os demais grupos políticos tendem a se acomodar à gravitação em torno da mesma bipolaridade. Nessas circunstâncias, o polo ocupante dos postos de governo (o PT) tenta alcançar uma posição claramente hegemônica na liderança política e o outro polo, ocupando a área oposicionista dessa liderança, busca usá-la como via para recuperar os postos de governo. Os contendores portam, como afinidade eletiva entre suas atitudes, o comum interesse em restringir o conflito político à bipolaridade dada, procurando fechar as portas a terceiras vias, através dos discursos da governabilidade (no caso da situação) ou da unidade da oposição. A participação política da sociedade civil é pouco relevante, em proveito da lógica de mercado político. A este segundo cenário associo a visão schumpeteriana de competição entre elites (SCHUMPETER, s.d.).

A terceira hipótese de resposta sugere, como cenário, a adoção, pelo governo estadual e pela facção petista da elite política, de uma atitude contrastante com a da facção que lhe antecedeu, mas sem pretensões de hegemonia, nem de restrição bipolar da disputa. O território da liderança política tende a ganhar uma primazia estratégica, ainda que com riscos eleitorais imediatos para a conservação dos postos de governo. Seria também mais provável haver mudanças nos grupos sociais de influência sobre o poder estadual, como efeito de uma relação de dupla via entre o governo e atores da sociedade civil. As políticas de governo e/ou estratégias da liderança induzem ao aumento ou redução da influência deste ou daquele grupo social nas decisões políticas. Em contrapartida, grupos organizados podem – desde que representados na liderança política e nos postos de governo – fazer com que políticas públicas projetem novos ganhadores e perdedores, sem que uns e outros se vejam totalmente alijados de influên-

cia sobre o poder. Associo este terceiro cenário à concepção dahlsiana de um pluralismo de elites (DAHL, 1997).

Como já dito, a análise dos resultados eleitorais de 2010 serve, não só à avaliação do realismo de estratégias voltadas àquele pleito, como ao esclarecimento do formato de competição, que o transcende. Importa à análise não só os resultados como também estratégias pré e pós-eleitorais dos partidos e lideranças. Essas apontam à circulação da elite, o primeiro dos cenários. Disso se tentará persuadir o leitor, assim como se trará argumentos em favor da suposição (a ser testada pela agenda de pesquisa) de que, em cenário tal, elites políticas tendem, não só a se preservarem, na política estadual, enquanto entes políticos autônomos em relação aos partidos, como a se manterem como orientadoras estratégicas cruciais da vida institucional dos mesmos (KINZO, 2005).

Estratégias e resultados eleitorais na Bahia em 2010

Como informação prévia, atente-se a modificações nos alinhamentos políticos dos partidos para eleições de governador, tendo a vitória eleitoral do PT em 2006 como um ponto de inflexão. Cabe distinguir os campos políticos pré-existentes àquele pleito dos que se formaram após a vitória petista e se tornaram eixos da disputa de 2010.

Até antes das eleições de 2006 havia: a) um campo carlista, formado pelo então PFL, pelo PR, pelo PP e um conjunto de pequenas siglas que gravitavam em torno do governo estadual; b) um campo oposicionista liderado pelo PT, integrado pelo PSB, PCdoB e partidos menores da esquerda, como o PV e, às vezes, o PPS; c) um campo oposicionista liderado pelo PMDB, onde estava também o PTB; d) partidos independentes, como o PSDB, PDT e outros, não alinhados aos campos a ou b, nem agregados

de modo contínuo num projeto de terceira via, como era o caso do campo c.

No primeiro semestre de 2006 os campos b e c aliaram-se e formaram uma coligação eleitoral vitoriosa contra o campo carlista, com um candidato do PT a governador e com o PMDB indicando o candidato a vice-governador. Essa ampla aliança atraiu a maior parte do campo dos independentes, de onde saiu o candidato ao Senado[6]. E sancionou, em 2006, o formato bipolar que fora sugerido pelo resultado eleitoral de 2002[7].

Já nas eleições de 2010, os campos políticos estaduais foram nitidamente três, a saber: e) o campo do DEM (formado pelo DEM e PSDB); f) o campo do PT (PT, PCdoB, PSB, PDT, PP e outros); g) o campo do PMDB (PMDB, PTB, PR e outros[8]).

Comparando-se os dois alinhamentos verificam-se as seguintes alterações: 1. do antigo campo carlista restou o DEM (ex-PFL), agora aliado formalmente a um partido adversário do carlismo em 2006, formando o novo campo do DEM, oposicionista; 2. o antigo campo oposicionista do PT tornou-se agora o campo da situação estadual, do qual o PT segue sendo o principal partido, aliado a seus antigos parceiros PSB e PCdoB, incorporando mais estreitamente o PDT (aliado eleitoral do campo independente, em 2006) e atraindo o PP e algumas siglas menores do antigo campo carlista; 3. o antigo campo do PMDB, que

[6] O ex-governador João Durval Carneiro, do PDT. Já o PSDB, dividiu-se naquele pleito. A posição oficial foi apoiar (sem coligar) o candidato do PT, mas a maior parte dos prefeitos do partido e um de seus dois deputados federais apoiaram Paulo Souto, então governador e candidato derrotado à reeleição, pelo DEM.

[7] Em 2002, Paulo Souto, do DEM, derrotara Jacques Wagner, do PT, mas por pouco o pleito não foi a segundo turno.

[8] Assim como o PTB, o PPS, o PMN e o PTdoB incluem-se nesse campo porque se integraram à campanha de Geddel para governador, mesmo tendo José Serra como o seu candidato à presidência.

em 2006 coligara-se com o campo petista, rompe com este e constitui o novo campo do PMDB, oposicionista, que conserva o PTB e incorpora o PR e a maior parte das pequenas siglas que se alinhavam, em 2006, no campo carlista.

Cerca de sete milhões e meio de eleitores compareceram ao primeiro turno das eleições de 2010 na Bahia. A abstenção de 21,56% esteve, como de hábito, acima da média nacional, que foi de 18%[9]. Levando-se em consideração a história das eleições de âmbito estadual-nacional na Bahia após a Constituição de 1988, o comparecimento em 2010 (78,4% dos eleitores aptos a votar) foi semelhante ao ocorrido em 2006 (79,3%), quando voltara ao patamar atingido em 1990, ao qual se seguiu uma queda importante em 1994 e 1998 (em pleitos travados sob forte hegemonia do grupo carlista), iniciando-se o movimento de recuperação a partir do pleito de 2002, marco da efetivação de um formato bipolar de competição na política estadual[10].

A partir desse patamar de comparecimento eleitoral, observe os percentuais de votos nulos e brancos verificados nas diferentes votações envolvidas no pleito de 2010. Enquanto os percentuais de votos válidos para presidente (primeiro turno) e deputado federal foram idênticos (89,3% do total de votos apurados) e os dados para deputado estadual chegaram a alcançar 90,6% do mesmo universo, os válidos para governador representaram 85,8% do total de votos apurados. Embora a disputa do governo do estado tenha condicionado as demais e servido de ân-

[9] A abstenção na Bahia no primeiro turno das eleições de 2010 só não foi maior que no Maranhão, Acre e Alagoas.

[10] As taxas de comparecimento eleitoral na Bahia, nos 6 pleitos de âmbito estadual-nacional até aqui realizados sob a vigência da Constituição de 88, são as seguintes: 78,6% em 1990; 73,3% em 1994; 68,2% em 1998; 74,7% em 2002; 79,3% em 2006 e 78,4% em 2010. Uma análise desse fenômeno no período 1990-2002 está em Dantas Neto (2002).

cora para a fixação das estratégias eleitorais dos partidos e facções da elite política, nessa disputa ocorreu, portanto, alienação eleitoral maior do que as ocorridas nos demais pleitos, exceto na eleição para senador (na qual os válidos representaram 78,2% dos votos totais), que não permite comparação adequada, em razão do duplo voto a que nela cada eleitor tem direito.

Eleição presidencial

O primeiro turno das eleições presidenciais na Bahia foi vencido sem dificuldades por Dilma Rousseff. Além dos conhecidos e reiterados fatores que possibilitaram – em quase toda a parte e no Nordeste, em especial – a vitória da candidata petista, na Bahia, a campanha de José Serra encontrou dificuldades adicionais pela desconexão entre as partes constituintes da aliança, no caso, o DEM de um lado, PSDB e PPS de outro.

O candidato presidencial tucano não logrou arregimentar recursos nem engajamento forte dos aliados do DEM, eles próprios com problemas de mobilização até mesmo para fazerem a campanha de Paulo Souto, quadro do partido, candidato ao governo estadual. Sequer teve efeitos visíveis a iniciativa de fazer na Bahia a Convenção Nacional do PSDB, onde foi feito o lançamento nacional da campanha de José Serra. Foi um evento discreto, marcado por falta de entusiasmo e excessos de desorganização. Essa situação refletiu-se em toda a campanha e também nos números finais do primeiro turno presidencial, mostrados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Bahia – Eleições 2010: resultado do primeiro turno para Presidente da República

CANDIDATO(A)	PARTIDO (OU COLIGAÇÃO)	Nº DE VOTOS	% SOBRE OS VOTOS VÁLIDOS
DILMA	PT / PRB / PDT/ PMDB / PTN /PSC/ PR/PTC/PSB/PCdoB	4.188.099	62,62
JOSÉ SERRA	PSDB /PTB / PPS / DEM / PMN / PTdoB	1.403.153	20,98
MARINA SILVA	PV	1.052.674	15,74
PLÍNIO SAMPAIO	PSOL	30.603	0,46
ZÉ MARIA	PSTU	3.658	0,05
EYMAEL	PSDC	3.415	0,05
IVAN PINHEIRO	PCB	3.016	0,05
LEVY FIDELIX	PRTB	2.644	0,04
RUI PIMENTA	PCO	639	0,01

Fonte: TSE

Fato notável foi o desempenho da candidata do PV, Marina Silva, cuja votação ficou próxima à de José Serra. Como em todo lugar, também na Bahia inexistiu conexão entre os desempenhos da candidata e do seu partido, que só elegeu um deputado estadual.

Inexiste, igualmente, base segura para afirmar qual dos campos políticos principais foi mais afetado, eleitoralmente, pelo fenômeno Marina. Mas os números do segundo turno da eleição presidencial, apresentados no seguinte Quadro 2, dão pistas a esse respeito.

Quadro 2: Bahia – Eleições 2010: resultado do segundo turno para Presidente da República

CANDIDATO(A)	PARTIDO (OU COLIGAÇÃO)	Nº DE VOTOS	% SOBRE OS VOTOS VÁLIDOS
DILMA	PT / PRB / PDT/ PMDB / PTN / PSC/ PR/PTC/PSB/ PCdoB	4.737.079	70,85
JOSÉ SERRA	PSDB/PTB / PPS / DEM / PMN / PTdoB	1.948.584	29,15

Fonte: TSE

O incremento relativo da votação de José Serra no segundo turno foi significativamente maior do que o referente à votação de Dilma Rousseff. Como se vê no Quadro 1, a soma das votações, no primeiro turno, dos dois candidatos afinal classificados ao segundo chegou a 83,6% do total de votos válidos. Portanto, haveria, no segundo turno, caso se mantivesse a alienação eleitoral havida no primeiro e não houvesse migração de votos entre os dois contendores, pouco mais de um milhão de votos adicionais a serem disputados por Dilma e Serra. Se levado em conta o resultado líquido da comparação entre os fatores de alienação eleitoral ocorridos no primeiro e no segundo turnos, a realidade não fugiu a esse patamar, logo, permite uma precisa comparação dos desempenhos absolutos e relativos dos candidatos em cada um dos turnos da eleição[11].

Os resultados mostram que Dilma e Serra acrescentaram às votações que obtiveram no primeiro turno qua-

[11] A fatia do eleitorado em disputa pelos candidatos classificados ao segundo turno reduziu-se, a princípio, pelo comparecimento de cerca de 320.000 eleitores a menos, em comparação com o primeiro turno (abstenção de 25%, contra 21,5%). Em compensação a soma de nulos e brancos caiu no segundo turno de modo que o resultado líquido foi um número de votos nominais (6.685.663 válidos) quase idêntico ao do primeiro turno (6.687.901 válidos).

se exatamente 550.000 votos, cada um. Esse rigoroso equilíbrio na captação de votos adicionais no segundo turno contrasta fortemente com a proporção de 3 votos para 1, a favor de Dilma no primeiro turno, permitindo algumas interpretações.

Se fatores de desmobilização objetiva de quadros no segundo turno (resolução, já no primeiro turno, não só da eleição de deputados e senadores, mas também do governador) tiveram influência supostamente neutra, pois afetaram ambas as candidaturas, o cenário nacional da campanha (ofensiva política de Serra, questionando a conduta do PT, do ponto de vista democrático e exploração de temas caros ao eleitorado conservador, como aborto e casamento homossexual, pondo a candidata petista na defensiva) pode ter causado uma migração de votos de Dilma em direção a Serra e assim responder, em parte, por essa relativa redução da vantagem esperada da petista no segundo turno da eleição presidencial na Bahia. Mas em outra parte o mesmo fenômeno poderia ser atribuído a uma virtual definição da maior parte do eleitorado de Marina Silva pelo voto em Serra no segundo turno.

Não se pode mensurar a magnitude de cada um desses dois possíveis movimentos migratórios, mas a incidência de um só pode ser admitida na razão inversa da incidência do outro. A suposição de que o segundo movimento (Marina-Serra) foi mais relevante ganhará argumentos ao se analisar, a seguir, o pleito para governador.

Conexões entre as eleições para presidente e governador

O Quadro 3 revela os números da reeleição de Jacques Wagner, em primeiro turno.

Quadro 3: Bahia, Eleições 2010: resultado para governador

CANDIDATO(A)	PARTIDO (OU COLIGAÇÃO)	Nº DE VOTOS	% SOBRE OS VOTOS VÁLIDOS
JACQUES WAGNER	PT / PP / PDT / PRB/ PSB/PCdoB/ PSL/PHS	4.101.270	63,83
PAULO SOUTO	DEM / PSDB	1.033.600	16,09
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB / PR/ PTB / PPS / PSC / PTN / PTdoB /PTC/ PSDC / PRTB / PRP / PMN	1.000.038	15,56
LUIZ BASSUMA	PV	253.523	3,95
MARCOS MENDES	PSOL	31.705	0,49
SANDRO SANTA BÁRBARA	PCB	4.969	0,08

Fonte: TSE

O primeiro dado saliente é que a votação de Jacques Wagner praticamente iguala, em números absolutos, a obtida pela candidata presidencial do seu partido, quando seria de esperar que, sendo Dilma apoiada também pelo PMDB, sua votação chegasse mais perto da soma dos votos de Wagner e Geddel. O fato de ter tido, na realidade, cerca de 900 mil votos a menos do que esta virtual adição – ao tempo em que a votação de Geddel alcançou um milhão de votos – tenta o analista a considerar, de saída, que o PMDB não casou seus votos com Dilma no primeiro turno. O desempenho da candidata na Bahia teria ficado aquém da expectativa, não só no segundo turno como no primeiro.

Esta seria uma explicação plausível para a votação de Serra ter sido – apesar da debilidade já apontada da sua campanha – maior que a de Paulo Souto, o candidato a governador de sua chapa, e para que a de Marina Silva, praticamente sem campanha no estado, tenha atingido

15% dos votos válidos. Por essa via de interpretação dos números, a restrição da votação de Dilma ao patamar da de Wagner indicaria o cumprimento da ameaça de alguns próceres do PMDB de que, em retaliação à explícita preferência por Wagner, manifestada pela candidata governista, na reta final da campanha, o partido, sentindo-se traído, deixá-la-ia entregue somente ao apoio do campo liderado pelo PT.

Entretanto, como não se trata aqui de matemática, é bom considerar a relevância do que foi dito acima só como uma cogitação, à qual podem ser agregadas outras. Ao lado da retaliação peemedebista, pode ter concorrido também, para restringir a performance de Dilma no primeiro turno, a perda de eleitores presumidos no campo de apoio ao PT, pela eficácia eleitoral da campanha de Marina em todo o país e pela já aludida hesitação defensiva de Dilma face a pressões de áreas conservadoras. Por outro lado, casamentos de Dilma com candidatos da oposição ao governo estadual também cabem nesse cipoal de alianças, formais e informais, que se transformam em ilimitada (e insondável) poligamia ao se cruzarem, na urna, com as motivações de cada eleitor.

Na interpretação dos resultados da eleição estadual é preciso admitir outra hipótese: a de que o fato da votação de Wagner para governador ter quase igualado a de Dilma para presidente significa não tanto um desempenho sub-ótimo da segunda, mas, que a votação de Wagner refletiu uma estratégia de reeleição que incluiu a mobilização de recursos de poder de âmbito estadual para uma forte cooptação de apoios em áreas da oposição baiana. Por esse ângulo de visão, mais até que a campanha de Geddel, a de Wagner pode ter levado eleitores a "casá-lo" com Serra e Marina. Nesse caso, sub-ótimos significativos foram os de Paulo Souto e Geddel – e não o de Dilma Rousseff.

Se tal conjectura é plausível, também o é a consequente conclusão de que Lula, ao abençoar e estimular alianças heterodoxas infinitas de governadores nordestinos da base governista com partidos de tradição à direita, potencializou a votação de Dilma na Região e facilitou, ao mesmo tempo, as reeleições desses governadores, como Wagner.

Esse último efeito desenhou uma cilada quando Dilma não logrou eleger-se no primeiro turno e teve de disputar o segundo com esses governadores aliados já eleitos, diminuindo a mobilização de deputados e cabos eleitorais, fato que pode elucidar parte das razões de Dilma e Serra terem agregado, no segundo turno, votações adicionais equivalentes, apesar da vantagem anterior de Dilma. O esforço de campanha que o PT pôde empreender no segundo turno da eleição presidencial, acenando com o perigo de retorno da "direita", parece ter tido êxito em recuperar eleitores do campo petista que votaram em Marina no primeiro turno. Também parece ter conseguido estancar a perda de eleitores de Dilma para Serra (perda que se presumia maior, no início da campanha para o segundo turno), neutralizando, com as razões do fato de ter um governador já reeleito, o argumento da "competência" do tucano. Mas não parece ter sido bastante para deter a migração de parte virtualmente importante do eleitorado de Marina Silva em direção a Serra. Aí parece estar outra parte das razões desse último ter agregado, no segundo turno, número de votos "novos" equivalente ao da sua concorrente.

Uma análise mais completa do resultado da eleição de 2010 para governador da Bahia será feita mais adiante, quando se tentará compreender outro paradoxo, já mencionado e ilustrado pelos dados do Quadro 3: a vitória de Wagner, em primeiro turno, com larga vantagem, deslegitima enfaticamente a hipótese, sugerida pelo equilíbrio de

forças verificado nas eleições municipais de 2008, de que vigora novo formato, tripartite, de competição política na Bahia. O que os números de 2010 sugerem é, ao contrário, uma chance de retorno da política baiana a uma "situação dominante", não idêntica, mas equivalente à que conheceu durante os anos 90, sob forte hegemonia do carlismo.

Antes, porém, de enfrentar esse aparente paradoxo, resultados das eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa permitirão, também, reunir elementos que ajudem a elucidá-lo. Por isso esses resultados serão analisados agora. Na sequência, virá um novo tópico sobre a eleição para Governador, após o que será encaminhada a conclusão deste trabalho.

Eleições para o senado e suas conexões com o pleito para governador

O Quadro 4 traz os resultados das eleições de 2010 para a representação baiana no Senado Federal:

Quadro 4: Bahia – Eleições 2010: resultado para o Senado Federal

CANDIDATO(A)	PARTIDO (OU COLIGAÇÃO)	Nº DE VOTOS	% SOBRE OS VOTOS VÁLIDOS
WALTER PINHEIRO	PT/PP/PDT/PRB/ PSB/PCdoB/ PSL/PHS	3.630.944	31,00
LÍDICE DA MATA	PT/PP/PDT/PRB/ PSB/PCdoB/ PSL/PHS	3.385.300	28,90
CÉSAR BORGES	PMDB/PR/PTB/ PPS/PSC/PTN/PT-doB /PTC/ PSDC/ PRTB/PRP/PMN	1.583.423	13,52
JOSÉ RONALDO	DEM / PSDB	1.092.850	9,33
J. CARLOS ALELUIA	DEM / PSDB	951.199	8,12
EDVALDO BRITO	PMDB/PR/PTB/ PPS/PSC/PTN/ PTdoB/PTC/PSDC/ PRTB/PRP/PMN	810.261	6,92
EDSON DUARTE	PV	212.551	1,81
FRANÇA	PSOL	18.185	0,16
ZILMAR	PSOL	15.382	0,13
ALBIONE	PSTU	14.088	0,12

Fonte: TSE

Os resultados para o Senado, expostos no Quadro 4, mostram grande compatibilidade com os verificados na eleição para governador. Para começar, registre-se a idêntica configuração das coligações formadas para ambos os pleitos. Os oito partidos que se coligaram no apoio a Jacques Wagner (PT) são, rigorosamente, os mesmos que apoiaram Walter Pinheiro (PT) e Lídice da Mata (PSB), os dois candidatos afinal eleitos para o Senado. O mesmo aconteceu com os doze partidos da coligação de Geddel Vieira Lima (PMDB) para governador: um arco idêntico

ao que sustentou as candidaturas ao Senado de César Borges (PR) e Edvaldo Brito (PTB). E não foi diferente o que ocorreu, simultaneamente, com as candidaturas de Paulo Souto ao governo e as de José Ronaldo e José Carlos Aleluia ao Senado: atraíram para as suas coligações, além do seu partido, apenas o PSDB. Como mostra o mesmo quadro, os demais partidos não se coligaram.

A congruência das alianças reflete a força de gravidade exercida pelas candidaturas a governador e tem como implicação um resultado eleitoral também compatível, nos quais se pode identificar uma grande proximidade entre os percentuais alcançados, nos dois pleitos, pelas três coligações principais. A única discrepância foi a moderada vantagem obtida, na eleição para o Senado, pela dupla de candidatos da coligação liderada pelo PMDB sobre a dupla do DEM, alterando as posições obtidas por ambas as coligações no pleito para governador, no qual houve quase empate entre Souto e Geddel, com ligeira vantagem do primeiro. A vantagem da dupla coligada ao PMDB para o Senado deu-se porque uma das suas candidaturas foi a de César Borges, ex-governador e então ocupante de uma das cadeiras ao Senado, condições que, somadas ao fato de ser um ex-carlista ortodoxo, capaz de colher votos na área do DEM, faziam prever que sua votação fosse bem maior do que efetivamente foi. Ainda que essa colheita de votos no campo político oriundo do carlismo tenha sido escassa e a votação de César tenha ficado muito aquém das previsões, ela situou-se acima do patamar do seu companheiro de chapa e dos dois candidatos do DEM, daí a inversão. Mas é preciso ver que as candidaturas ao Senado alcançaram esses patamares compatíveis com as candidaturas respectivas ao governo, mediante estratégias de campanha diversas e até opostas.

No caso dos governistas, a estratégia foi unificar os discursos e a propaganda das campanhas de Pinheiro e Lídice e colá-las na de Wagner. Além de um padrão de comunicação comum e equitativo no horário gratuito de rádio e TV, o governador se envolveu intensamente na disputa de votos para a dupla, dando à coligação ao Senado um caráter de uma chapa liderada por ele, ligada a Lula e à candidata petista à Presidência. Isso não quer dizer que a campanha tenha sido um mar de rosas. Ensaiaram-se pela imprensa escaramuças entre as campanhas de Pinheiro e Lídice a partir de sinais de que áreas do PT se preocupavam em assegurar ao primeiro uma dianteira, para o caso de César Borges ameaçar conquistar uma das vagas em disputa. Tais escaramuças não foram, contudo, adiante, pela interferência do governador, pelo efeito da propaganda eleitoral equitativa no horário gratuito e, principalmente, quando pesquisas começaram a indicar que o desempenho de César ficaria aquém do esperado.

Por contraste, a campanha da dupla do DEM careceu de qualquer articulação de discurso, ou de estratégia. Ambos os candidatos fizeram voos solos, o que seria mesmo lógico, para evitar um plebiscito, interesse oposto ao do PT, que, por desejar justamente o plebiscito, afinou suas candidaturas pelo mesmo diapasão. Diante disso, as chances de sucesso de qualquer estratégia do DEM eram mínimas, mesmo que ambos os candidatos explorassem com máxima eficiência as suas características específicas, no caso de Aleluia, a de ser um quadro parlamentar de grande prestígio, que mesmo ligado ao carlismo destacava-se por ter posições próprias, claras e coerentes e, no caso de José Ronaldo, a de ser, além de coerente, um ex-prefeito muito bem avaliado de Feira de Santana, que por isso partia de um patamar eleitoral apreciável, naquela região. Porém, as possibilidades de ambos diminuíram ainda mais

diante da ausência de qualquer papel coordenador dessa possível estratégia, por parte da campanha para governador. Isso fez os voos solos parecerem não uma estratégia articulada, mas um salve-se-quem-puder, dando lugar, inclusive, a apelos artificiais, como o de colocar na boca de Aleluia proposições de cunho populista, totalmente desconectadas do seu perfil político.

Na coligação de Geddel, os candidatos ao Senado[12] não mereceram tratamento relevante. Aliás, o plano A de César Borges, principal candidato desse campo, fora compor a chapa de Paulo Souto, terreno onde ficaria mais à vontade para conservar seus votos carlistas tradicionais. Não conseguiu porque a prioridade do PR não foi sua reeleição, mas as dos seus deputados e por isso César teve de compor com o PMDB, único a oferecer ao seu partido a coligação nas eleições proporcionais. Em troca da transferência (duvidosa) de votos e (mais objetivamente) de tempo de TV para Geddel, a coligação admitiu que o foco da campanha de César fosse a sua atuação como Senador e não lhe tolheu, inclusive, a possibilidade de compor com outros candidatos ao Senado. Mas a estratégia do PT barrou-lhe o caminho nas áreas governistas, na medida em que logrou fixar no eleitorado a ideia da vitória completa da chapa de Lula, Dilma e Wagner. E também não foi fácil a César navegar nas águas do DEM, demasiadamente turvas porque ACM Neto – que seria o seu suposto aliado no DEM para tirar votos de Aleluia e José Ronaldo – afastou-se dos pleitos majoritários para cuidar da sua reeleição a deputado federal. Se não chegou a ser hostil a César Borges, ele agiu, no máximo, como Pôncio Pilatos, o que não atendia ao interesse do senador de se infiltrar no seu antigo campo político, que o abandonara.

[12] O então senador César Borges (PL) e o vice-prefeito de Salvador, Edvaldo Brito (PTB).

Eleições proporcionais e suas conexões com as disputas majoritárias

Para não fugir ao foco central deste trabalho, que é usar a análise da conjuntura eleitoral para discutir mudanças no formato de competição política na Bahia, cujo eixo aglutinador é a disputa majoritária pelo governo estadual, as análises sobre as eleições para deputado federal e para deputado estadual deter-se-ão não só na dinâmica específica das eleições proporcionais, mas também nas suas conexões diretas com a disputa pelo governo e nas conexões indiretas que essa disputa acabou estabelecendo também entre as eleições proporcionais e o outro pleito majoritário, para o Senado.

Assim como ocorreu na eleição para o Senado, a composição de coligações para Deputado Federal permite comparação entre diferentes estratégias. O campo do DEM, se já esteve disperso nas eleições majoritárias, nas proporcionais, além de disperso, apresentou-se esgarçado. Os candidatos de cada um dos dois únicos partidos que o compõem – o próprio DEM e o PSDB – desenvolveram suas campanhas aparentemente na ausência de qualquer estratégia de alianças, até porque sequer houve coligações. Se estratégia houve, foi a de cada partido por si, sendo que nenhum dos dois dispunha de estrutura, recursos e candidatos competitivos em número suficiente para atingir um quociente partidário capaz de eleger, ao menos, os seus quadros mais destacados.

No campo liderado pelo PMDB, os doze partidos que se coligaram na majoritária foram distribuídos em duas coligações para Deputado Federal. Uma coligação principal, que elegeu oito deputados, reunia cinco partidos, entre os quais estavam os mais relevantes do campo (o próprio PMDB, o PR e o PSC). A outra coligação reuniu os sete partidos restantes e elegeu apenas um deputado, filiado ao PRP.

No lado governista, a reunião, em chapas únicas, dos candidatos à Câmara e à Assembleia Legislativa foi postulação das legendas aliadas, interessadas em beneficiar-se dos votos de legenda do PT em ambas as eleições proporcionais. No caso do PP, essa postulação foi apresentada como condição para a adesão. Reações em contrário no interior do PT foram contornadas plenamente pelo governador, no caso da eleição para deputado federal, na qual se formou a chapa única. E parcialmente na de deputado estadual, sob critérios que privilegiaram alguns partidos, como será comentado adiante.

Interessado em obter o apoio mais amplo possível, tendo em vista a eleição de Dilma e sua própria reeleição, o governador conduziu as negociações no período da pré-campanha nos moldes de uma circulação de elites. Celebrou um acordo em bases vantajosas para o PP, caçula da aliança governista, que além de ter as duas coligações proporcionais, indicou o vice da chapa majoritária[13] e o suplente do hoje senador Walter Pinheiro[14]. Secundando o PP, o PDT e o PRB foram também contemplados em ambas as coligações proporcionais, sendo que o PDT indicou, além disso, o suplente para a outra cadeira no Senado e ainda obteve apoio de Wagner e do PT para a segunda reeleição consecutiva do deputado Marcelo Nilo[15] à Presidência da Assembleia Legislativa. O PSB, como já

[13] O ex-deputado estadual e ex-governador interino Oto Alencar, quadro egresso do carlismo, Wagner retirou-o do ostracismo, resgatando-o do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas para ser seu aliado preferencial e candidato a vice pelo PP, partido dirigido pelos deputados João Leão e Mario Negromonte. Em 2011, Oto deixou o PP para dirigir o PSD, mais novo aliado do Governo da Bahia, que já detém a segunda maior bancada na Assembleia

[14] Suplência de ouro, pois Pinheiro era um nome bem cotado para candidato petista à sucessão em 2014. Se ele tivesse êxito, o PP teria uma cadeira no Senado até 2018, sem ter obtido um voto sequer para tanto.

[15]Influente aliado de Wagner, ex-PSDB, recém filiado ao PDT com mais outros deputados de partidos independentes.

visto, indicou a ex-prefeita de Salvador Lídice da Mata para a chapa ao Senado, mas teve de se contentar com a coligação para Deputado Federal, restando-lhe, no caso da eleição à Assembleia Legislativa, a alternativa de se coligar com o PSL, minúsculo partido que concentrou sua votação em dois candidatos, ambos eleitos, enquanto o PSB elegeu talvez só um [16]. O PCdoB e o PHS também só obtiveram coligação proporcional com o PT na eleição à Câmara, sendo que o PCdoB disputou com chapa própria a eleição à Assembleia Legislativa, elegendo 3 deputados.

Tendo como pano de fundo esse panorama geral das estratégias adotadas nas proporcionais, serão comentados, agora, separadamente, os resultados dos pleitos para Deputado Federal e para Deputado Estadual.

Eleição para deputado federal

Na eleição para Deputado Federal na Bahia, foram apurados 6.684.011 votos válidos. Com um quociente eleitoral acima dos 170 mil votos, as 39 cadeiras da representação baiana na Câmara dos Deputados acabaram distribuídas entre 11 partidos. O Quadro 5 mostra a distribuição partidária da bancada baiana eleita para a Câmara dos Deputados, agrupando-a não só por coligação formada para eleger deputados federais, como também por coligação da qual o partido participou na eleição para governador. Por ele, se vê que o PT se situou em patamar diferenciado (25% da bancada), ao eleger 10 deputados. Dos outros dez partidos que conquistaram mandatos, apenas o DEM alcançou a marca dos 15% da bancada (6 deputados). O PP e o PDT (4 deputados cada) chegaram aos 10%, cinco outros partidos (PR, PCdoB, PMDB, PSDB e PSC) elegeram de 5 a 8% (2 ou 3 deputados) e o PTB

[16] No momento, o PSB tem dois deputados na AL, pois o primeiro suplente assumiu provisoriamente uma cadeira através de uma liminar obtida para ação que questiona o cálculo do quociente da sua coligação.

e o PRB, 2,6%, com um deputado cada. Os partidos da única coligação governista alcançaram 56,4% das cadeiras disponíveis para a representação baiana na Câmara, e os dos dois campos de oposição obtiveram juntos 43,6 % das cadeiras, destinando-se 23,1% a partidos ligados à candidatura do PMDB a Governador e 20,1% para os ligados à candidatura do DEM.

Quadro 5: Bahia – Eleições 2010: deputados federais eleitos, por partido, por coligação para deputado federal e por coligação para governador

COLIGAÇÃO DE JACQUES WAGNER (PT)	COLIGAÇÃO DE PAULO SOUTO (DEM)	COLIGAÇÃO DE GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB)
COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PT/PP/PDT/PSB/ PCdoB /PRB PT: 10 PP: 04 PDT: 04 PCdoB: 03 PRB: 01	SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL DEM: 06 SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL PSDB: 02	COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PMDB/PR/PSC/PTB/PRTB PMDB: 02 PR: 03 PSC: 02 PTB: 01 COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PRP/PTN/PPS/PSDC/PMN /PTC/PTdoB PRP: 01
TOTAL: 22	TOTAL: 08	TOTAL: 09

Fonte: TSE

A partir do Quadro 5 cabem duas considerações iniciais. Primeira, a de que o melhor desempenho do campo do PMDB face ao DEM na eleição para Deputado Federal é sintoma da melhor estrutura partidária e de maior capacidade de articulação no espectro político baiano, que permite ao PMDB dialogar, na cúpula e nas bases, com forças e lideranças governistas e oposicionistas (DANTAS NETO,

2010c). Por outro lado, a grande votação de ACM Neto (328.000 votos), reeleito como o mais votado na Bahia, indica que em vez de estrutura partidária, o campo do DEM tinha o espólio de uma facção de elite que um dia chegou a se confundir com o conjunto da elite política estadual.

A segunda consideração é a de que o desempenho mais discreto obtido pelas forças governistas (52,9% dos votos válidos e 56,4% da bancada eleita) em relação ao obtido por seu candidato ao Governo (63,8% dos votos válidos) não deve iludir. Parte dos votos obtidos por candidatos oposicionistas em eleições proporcionais foram em dobradinha com Wagner não só por opção aleatória dos eleitores. Vários candidatos (e até partidos, entre os ditos nanicos) fizeram campanha pela reeleição do governador, ainda que seus partidos fossem oposição ou tenham se coligado com ela. Essa prática foi mais frequente entre candidatos a Deputado Estadual, mas não deixou de incidir entre os federais. A Secretaria de Relações Institucionais do Governo estadual não foi, nesse ponto, tão institucional, pois atuou muito para viabilizar esse tipo de apoio informal, cuja magnitude não se mensura. No caso do candidato do PMDB, se a informalidade, por um lado, o prejudicou, em contrapartida foram cedidos tempos de propaganda dos partidos para uso de Geddel, através de coligação de 12 legendas na eleição majoritária. No do candidato do DEM, que não celebrou coligações, nem isso.

No PSDB, havia três candidatos competitivos, dois tentando a reeleição. Um deles terminou ficando de fora, apesar de ter obtido 80 mil votos[17], patamar bem acima do de muitos deputados eleitos por outros partidos ou

[17] Trata-se de João Almeida, ex-deputado de 5 mandatos consecutivos, que por várias vezes esteve na lista dos melhores da Câmara. Os tucanos eleitos foram Antonio Imbassahy (112.000 votos), quadro oriundo do carlismo, ex-prefeito de Salvador e agora presidente estadual do partido, e Jutahy Magalhães, reeleito, com 110 mil votos, para o seu sétimo mandato de Deputado Federal.

coligações. O problema foi a quase indigência eleitoral do restante da lista partidária, que teve menos da metade do número de candidatos permitido por lei, sendo que, além dos três principais, somente dois outros atingiram pouco mais de 10 mil votos e os 20 restantes, em média mil votos, reforçando a imagem do PSDB baiano como partido modesto, de generais sem tropa.

No DEM, a lista de apenas 16 candidatos, menor que a do PSDB, tinha mais candidatos com votação intermediária, mas a de ACM Neto representou 36% do total de todos os demais candidatos do partido. O DEM elegeu seis deputados e a única estratégia visível não foi do partido e sim a individual de Neto, de absorver em prol da sua liderança pessoal o potencial eleitoral de parte da antiga elite política do carlismo, que resistira razoavelmente unida nos municípios, nas eleições de 2008, à política de cooptação do governo estadual e do PMDB do ministro Geddel Vieira Lima (DANTAS NETO, 2010c). Essa conduta centrada na liderança individual conferiu ao deputado grande votação, embora inferior à que obtivera na eleição de 2006. E, por outro lado, ajudou a acelerar o enfraquecimento do partido, pelo desempenho eleitoral sofrível da sua chapa majoritária e pelo tipo de alianças celebradas por Neto com candidatos a Deputado Estadual, aspecto a ser abordado mais adiante.

A coligação proporcional com o PR prejudicou o PMDB, que só elegeu Lúcio Vieira Lima (segundo mais votado no estado)[18] e Artur Maia, ambos para primeiro mandato. O então deputado Colbert Martins – destacado parlamentar derrotado, assim como o tucano João Almeida – teria sido reeleito se o PR não houvesse entrado na coligação para apoiar a candidatura de Geddel. Sem isso os demais partidos, juntos, teriam alcançado um quociente de 6,0, sendo

[18] Irmão de Geddel e presidente estadual do partido

que PSC e PTB elegeriam dois e um deputados, respectivamente (como de fato elegeram), restando três vagas ao PMDB, a terceira delas de Colbert. O PR, por sua vez, se disputasse com chapa própria só teria certeza de eleger um deputado, no máximo dois, e não os três que elegeu. Por isso, César Borges aliou-se ao PMDB, partido que tem na Bahia uma liderança personificada, capaz de atender aos objetivos dos deputados do PR, porque pode fazer os deputados peemedebistas engolirem uma coligação desfavorável, em prol da candidatura do líder.

Outro beneficiado com a coligação celebrada por Geddel, em prejuízo do PMDB, foi o PSC, que, sozinho, elegeria um e não dois deputados federais. O PMDB, se, além do PR, também o PSC não estivesse na coligação, elegeria quatro – além de Colbert, o suplente seguinte, Marcelo Guimarães. Quanto ao PTB, obteve na coligação o que obteria se disputasse com chapa própria. O PRTB não elegeu ninguém e teve votação desprezível.

No final das contas, ocorreu no campo do PMDB o oposto do ocorrido no do DEM. Nesse partido prevaleceram os interesses da campanha de reeleição de um deputado federal, personalidade representativa de uma facção da elite política, deixando relativamente abandonadas as candidaturas majoritárias, carentes de estrutura partidária. Já no PMDB, a lógica da eleição majoritária prevaleceu sobre a da eleição para a Câmara dos Deputados, graças a uma máquina partidária mais organizada e a serviço do projeto político do seu líder. Modos diversos de afirmar, em ambos os casos, lideranças pessoais, a de ACM Neto sobre uma elite política, a de Geddel sobre um partido.

Do lado governista, observando-se os quocientes partidários alcançados por cada legenda, na coligação para Deputado Federal19 conclui-se que a estratégia da cha-

[19] Sem computar os votos nas legendas, os quocientes partidários para Depu-

pa única terminou beneficiando mais claramente o PDT (que sozinho teria dificuldades, mesmo após a divisão das sobras, para eleger até mesmo três dos quatro deputados que elegeu), em seguida o PCdoB (que dificilmente emplacaria sozinho o seu terceiro deputado), mais moderadamente o PP (que com as sobras poderia eleger sozinho os mesmos quatro que elegeu, mas só se conseguisse obter o mesmo patamar de votos que obteve integrando a coligação governista, hipótese improvável). Por outro lado, prejudicou o PRB, cujo quociente possivelmente lhe permitiria eleger, fora da coligação, um segundo deputado pela divisão das sobras[20]. E foi inócua para o PSB e o PHS, porque esses dois últimos, com votações aquém do quociente mínimo, não elegeram deputados federais e também não teriam como fazê-lo fora da coligação.

Resta ver se o próprio PT foi levado por Wagner a ceder votos de legenda para eleger deputados federais de outros partidos, em detrimento de quadros seus. Essa hipótese é frágil porque, observado o quociente partidário, o PT, saindo sozinho, tenderia a alcançar, com os votos nos candidatos, os na legenda (que não se pode mensurar com precisão)[21] e a divisão das sobras, a mesma marca de 10 deputados, só chegando a 11 se recebesse mais de três

tado Federal foram: 8,45 (PT); 3,39 (PP); 2,26 (PDT); 1,99 (PC do B); 1,41(PRB); 0,68 (PSB); 0,24 (PHS).

[20] Seria o pugilista Acelino Freitas (Popó), primeiro suplente da coligação, que, entretanto, já assumiu uma cadeira na Câmara, assim como os dois suplentes seguintes, ambos do PT, em razão das nomeações de Mario Negromonte e João Leão, ambos do PP, para, respectivamente, o Ministério das Cidades e a Chefia da Casa Civil da Prefeitura de Salvador, e a de Zezéu Ribeiro (PT) para a Secretaria do Planejamento do Governo estadual. O saldo líquido desses remanejamentos é que já em 2011 o PRB passou de um eleito para dois deputados em exercício, o PT de 10 para 11 e o PP ficou apenas com 2 em exercício, revelando sua maior vocação para ocupar cargos no Executivo.

[21] O site do TSE informa o número de votos de legenda obtido pelo conjunto dos partidos da coligação, mas não disponibiliza o número de votos na legenda de cada partido.

quartos dos 374 mil votos de legenda dirigidos à coligação. A hipótese também não é sólida quando se coteja, de um lado, o quociente obtido pelo conjunto dos candidatos petistas e os supostos votos de legenda com, de outro lado, as votações dos três primeiros suplentes da coligação, dois deles petistas. É seguro afirmar apenas que o segundo suplente (o primeiro entre os petistas)[22] poderia ter sido eleito se somente o PDT não houvesse integrado a chapa, pois, na sua ausência, a coligação deveria eleger 19 ou 20 deputados. Como o PDT elegeu 4 dos 22 de fato eleitos, sem ele, o vigésimo da coligação seria do PT. Em todas as demais simulações o PT elegeria 10 deputados. Como se vê, o preço, se houve, não foi tão alto, especialmente se considerado que as principais correntes organizadas do partido foram contempladas com a eleição de seus candidatos preferenciais, com maciças votações.

A opção pelo chapão foi, então, segura tanto para os interesses do PT como para os da maioria dos seus aliados. Ao reforçar a sensação de vitória coletiva dos governistas, reforçou também a liderança de Jacques Wagner. Ajudou a consolidar um movimento de circulação de elites na Bahia pós-carlista em bases menos personalistas do que nos campos dos seus opositores. O que não quer dizer que seu principal ator, o governador, tenha acumulado, após as eleições de 2010, menos poder pessoal na política baiana do que qualquer dos seus rivais. Muito pelo contrário, como ficará mais cristalinamente demonstrado na análise, a seguir, dos resultados das eleições à Assembleia Legislativa.

Eleição para deputado estadual

Na eleição para Deputado Estadual na Bahia em 2010 apuraram-se 6.794.430 votos válidos. Dos 63 deputados

[22] Emiliano José, ligado ao ex-governador Waldir Pires, como já dito, já assumiu uma cadeira na Câmara, assim como o terceiro suplente da coligação, Sergio Carneiro, também do PT e filho do senador João Durval.

eleitos, 30 eram novatos e 33 reeleitos. Essa renovação de 47,6% no Legislativo baiano não significa que houve derrota de 52,4% dos seus antigos componentes. Disputaram a reeleição apenas 52 dos 63 deputados que estavam em exercício à época do pleito, sendo 19 derrotados. Logo, o efetivo percentual de sucesso na reeleição foi 63,5%. Se computadas também candidaturas bem sucedidas a Deputado Federal, o percentual de sucesso sobe a 65,5%, pois 40 de 61 deputados da Legislatura anterior tiveram êxito em suas pretensões de permanência na atividade parlamentar[23].

O quociente de 107,8 mil votos fez com que as 63 cadeiras da Assembleia Legislativa se distribuíssem por 16 partidos. Sete deles eram, àquela ocasião, integrantes (solteiros ou coligados) do campo político do PT, seis do campo do PMDB e dois do campo do DEM/PSDB, além do PV, que teve candidato próprio ao governo. A exemplo do ocorrido na eleição à Câmara dos Deputados, o PT situou-se em patamar diferenciado (22% da Assembleia Legislativa). Embora distante da maioria legislativa, o peso relativo da bancada do partido do governador eleito é maior que na Câmara, pois para a AL nenhum outro partido elegeu representação igual ou superior a 10% das cadeiras, e somente seis partidos (PMDB, PP, DEM, PDT, PSC e PR) obtiveram mais de 5%.

O Quadro 6 apresenta a síntese dos resultados eleitorais para a Assembleia Legislativa da Bahia, em 2010. Seguindo o mesmo critério adotado no Quadro 5, os dados estão agrupados, não só por coligação formada para eleger deputados estaduais, como por coligação da qual o partido participou na eleição para governador.

[23] Dos onze deputados estaduais da Legislatura anterior que não tentaram a reeleição, nove candidataram-se a Deputado Federal, sete deles com êxito. Os dois restantes não concorreram a qualquer cargo em 2010.

Quadro 6: Bahia, Eleições 2010: deputados estaduais eleitos, por partido, por coligação para deputado estadual e por coligação para governador

COLIGAÇÃO DE JACQUES WAGNER (PT)	COLIGAÇÃO DE PAULO SOUTO (DEM)	COLIGAÇÃO DE GEDDEL V. LIMA (PMDB)	SEM COLIGAÇÃO P/GOVERNADOR
COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PT/PP/PDT/PRB PT: 13 PP: 06 PDT: 05 PRB: 02[24] COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PSB / PSL PSL: 02 PSB: 02[1] SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL PCdoB: 03	SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL DEM: 05 SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL PSDB: 02	COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PMDB/PSC/PR/PRTB PMDB: 06 PSC: 05 PR: 04 COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PTB/PTN/PTC PTN: 03 COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL: PRP/PTdoB/PPS/ PMN/PSDC PRP: 02 PTdoB: 02	SEM COLIGAÇÃO NA PROPORCIONAL PV: 01
TOTAL: 33	TOTAL: 07	TOTAL: 22	TOTAL: 01

Fonte: TSE

[24] O segundo mais votado do PSB e quarto colocado na coligação com o PSL, Tadeu Fernandes, tomou posse em razão de limi-

Pode ver-se que os partidos governistas alcançaram 52,4% das cadeiras disponíveis e os dois campos de oposição obtiveram juntos 46% das cadeiras, sendo 34,9% conquistadas por partidos ligados à candidatura do PMDB a Governador e apenas 11,1% pelos partidos ligados à candidatura do DEM. A cadeira conquistada pelo PV representa os 1,6% restantes da composição da Assembleia.

Verifica-se que as duas considerações preliminares feitas na análise dos resultados para a Câmara dos Deputados valem, com ainda mais ênfase, no caso dos resultados para a Assembleia Legislativa. De fato, pela primeira consideração – comparação dos desempenhos dos dois campos da oposição – deixa de mostrar-se uma relação equilibrada entre ambos para mostrar-se uma vantagem tal do campo político do PMDB sobre o do DEM, que o cenário sugerido pelos números é quase de uma polarização entre o campo peemedebista (com 22 deputados eleitos) e o do governo (com 33 deputados eleitos). Mantém-se, portanto, com ainda mais evidências, que a melhor estrutura partidária e a maior capacidade de articulação no espectro político baiano, comparadas às do campo do DEM/PSDB, conferiram essa posição ao campo do PMDB.

A segunda consideração – de que o menor percentual obtido pelas forças governistas na eleição proporcional em relação ao obtido por seu candidato ao governo não deve iludir o analista e levá-lo a superestimar a força do campo político do PMDB em eleições legislativas – é aqui ainda mais apropriada, tendo em vista a discrepância (63,8% dos votos válidos para Governador e para a AL apenas 50,8% dos votos válidos e 52,4% da bancada eleita) ser ainda maior que na eleição para a Câmara dos

---

nar concedida a uma ação que moveu contra a proclamação, como eleito, em seu lugar, de um 14º deputado do PT, vigésimo sétimo da coligação PT/PP/PDT/PRB. A ação questiona o cálculo dos quocientes de ambas as coligações e seu mérito ainda não foi julgado.

Deputados. Realmente foi nas eleições para Deputado Estadual que o apoio "informal" a Wagner mais se difundiu, alertando fortemente para a realidade de que os desempenhos das várias coligações e partidos, na arena eleitoral, não encontram correspondência precisa em inclinações dessas mesmas coligações e partidos para apoiarem, na arena legislativa, o governo eleito, ou a ele se oporem. Em outras palavras, o poder de fogo que os resultados eleitorais conferem a coligações do campo do PMDB é mera ficção em termos de indicação de um futuro capital político oposicionista.

Esse ponto é importante para calibrar manifestações de espanto de analistas diante da "incoerência" entre comportamentos de partidos e deputados nas duas arenas. Parte dos apoios que Wagner tem hoje, na Assembleia, de deputados de partidos coligados a seus adversários na eleição de 2010, já foram consumados na sua reeleição e outros estão antecipando alianças eleitorais em 2014, devendo assim ser analisados e não como meros frutos de cooptação na relação Executivo-Legislativo. O foco de pesquisas que buscam explicar porque a coligação vencedora elegeu 33 deputados e depois o governador obteve, na Assembleia, apoio de 45 a 50 deve ser deslocado ou, ao menos, ampliado. Em vez de concentrar a atenção na tecla que preenche os cargos de confiança na máquina administrativa do Governo é preciso voltá-la para apoios políticos e materiais estendidos, pelo Governo estadual, à eleição ou reeleição (passada, ou futura) de candidatos não integrantes de coligações formalmente governistas. Apoios traduzidos, respectivamente, em obras e em fontes de financiamento de campanhas. Aliás, o financiamento de campanhas pode estar, simultaneamente, nas origens tanto de apoios informais de candidatos à reeleição de Wagner como na adesão formal de seus partidos ao campo político da candidatura de Geddel. As campanhas

majoritárias interlocutoras dos candidatos proporcionais tiveram como compensações, a de Wagner, a materialização dos votos e, a de Geddel, algum tempo de TV, além da chance de se difundir imagem de articulador e uma sensação (imaterial) de poder e prestígio eleitoral.

No campo do DEM, assim como ocorreu na eleição para a Câmara dos Deputados, sequer houve coligações partidárias na eleição para a AL e o traço mais saliente foi a desconexão entre eleições majoritárias e proporcionais. Merece registro, contudo, que três dos cinco deputados estaduais eleitos por esse partido – assim como os dois eleitos pelo PSDB[25] – são deputados de primeiro mandato. No caso do DEM, dois destacados parlamentares da oposição na Legislatura anterior (Carlos Gaban e Heraldo Rocha) não se reelegeram; e esse fato, mais que um castigo dos eleitores pela posição política, foi uma sequela do voo solo do deputado ACM Neto. Algumas das dobradinhas de grande visibilidade de Neto estiveram entre as campanhas mais bem sucedidas a deputado estadual, seja no seu partido, seja em coligações no campo da candidatura do PMDB, às vezes, envolvendo até apoio de quadros próximos ao governo[26]. Parte dessas e outras dobradinhas heterodoxas menos votadas atropelaram redutos de tradicionais deputados carlistas, sendo a outra face do processo que bloqueou as reeleições de Rocha e Gaban.

No PMDB, a política de conceder coligações proporcionais em troca de apoio e cessão dos tempos de rádio e TV de partidos aliados à candidatura de Geddel virtualmente custou ao partido do candidato ao menos duas cadeiras na Assembleia Legislativa, uma vez que o PMDB teve votos

[25] Os dois deputados tucanos da Legislatura anterior não foram reeleitos.

[26] Um exemplo foi a eleição de Tom, o mais votado do DEM e sucessor político, na região do Sisal, de Emério Rezedá (PDT), político com ligações governistas; na coligação de Geddel, o caso mais notório foi o de Bruno Reis, jovem candidato pelo PRP que foi a principal dobradinha de ACM Neto.

suficientes para eleger oito deputados em lista própria. Coligado elegeu apenas seis, enquanto PR e PSC, seus principais parceiros na coligação à Assembleia elegeram, cada, um deputado a mais do que, sozinhos, poderiam eleger.

Situação semelhante experimentou o PT, levado, pelos interesses da sua campanha majoritária, a celebrar uma coligação na eleição para a Assembleia com o PP, o PDT e o PRB; os dois primeiros, aliados preferenciais também na eleição para Deputado Federal e/ou na montagem da chapa majoritária e o PRB, partido de quadros ligados à Igreja Universal. Esses três partidos foram beneficiados pelo quociente da coligação com o acréscimo de mais uma cadeira às representações que virtualmente conquistariam em caso de concorrerem à AL com listas próprias. Diferentemente do que ocorreu com a disputa para a Câmara dos Deputados, aqui a conta saiu mais salgada para o PT, que pagou com ao menos duas das três cadeiras facilitadas aos aliados. A outra foi debitada na conta de algum dos partidos que, compulsoriamente ou por opção, disputaram a eleição para deputado estadual com listas próprias, casos dos adversários DEM e PSDB, do independente PV e também do aliado PCdoB, que entre os parceiros do PT foi o menos aquinhoado pela política de alianças do PT na eleição à Assembleia. Quanto ao PSB, outro aliado tradicional do PT, ao ter que celebrar coligação só com o PSL, ficou com as duas cadeiras que teria de qualquer modo, se disputasse com chapa própria e, ainda assim, detém uma delas apenas provisoriamente.

Outras três cadeiras tiveram também seus ocupantes virtualmente alterados por força de coligações formadas por pequenos ou médios partidos entre si, sendo duas formadas no campo de apoio à candidatura de Geddel e a outra no campo de apoio a Jacques Wagner. Três desses partidos, o PTN, o PTdoB e o PSL ganharam uma cadeira a mais do que ganhariam sem coligação, em prejuízo,

também, de partidos que concorreram em listas próprias. No total, portanto, foram oito cadeiras na Assembleia Legislativa, cujos ocupantes e seus partidos são beneficiários diretos do recurso às coligações[27].

O saldo dessa política de coligações proporcionais, seja como meio de troca para obter apoio a candidatos majoritários, seja como estratégias de instrumentalização de partidos minúsculos, fortaleceu a maioria do governo na Assembleia, uma vez que entre os seus beneficiários há seis deputados governistas e apenas dois oposicionistas, enquanto que entre os virtualmente prejudicados estão apenas três suplentes governistas, quatro oposicionistas e um independente. Mas, dentro dessa maioria, os neo-aliados do PT tiveram, na disputa eleitoral pela Assembleia Legislativa, franca primazia sobre aliados tradicionais na obtenção de melhores condições de competição e, dentro de certos limites, o próprio PT, sem perder a condição de principal partido e alvo de atenções prioritárias, arcou com alguns custos eleitorais dessa política voltada à conservação, consolidação e ampliação de sua própria hegemonia. Trata-se de uma escolha estratégica, do governo e do PT, com repercussões posteriores na composição e atuação do Poder Executivo Estadual bem como nas suas relações com o Poder Legislativo.

---

[27] Os quocientes partidários aos quais se chegou numa simulação feita com base nos votos nominais realmente apurados de cada partido e numa estimativa do número de votos nas legendas indicam que, no caso de terem concorrido em lista isolada dos seus partidos, não teriam sido eleitos, no campo governista, os hoje deputados Ângelo Coronel (PP), Paulo Câmera (PDT), Pastor José de Arimatéia (PRB) e Nelson Leal (PSL) e no campo do PMDB, Elmar Nacimento (PR), Vando (PSC), Cel. Gilberto Santana (PTN) e Maria Luiza Laudano (PTdoB), sendo que ao menos dois desses últimos são, de fato, também governistas. Em seus lugares teriam virtualmente chegado à Assembleia os atuais suplentes governistas Carlos Brasileiro e Joacy Dourado, ambos do PT, além de Wenceslau (PC do B); os oposicionistas Beto Gaban (DEM), Sergio Passos (PSDB), Marizete Pereira e Antonia Pedroza (ambas do PMDB) e o independente Marcos Viana (PV).

Conexões da eleição para governador com as eleições municipais de 2008

As alianças eleitorais do PT, PMDB e DEM – os três principais partidos políticos organizados na Bahia até as eleições de 2010 – estiveram, nesse ano, em aparente discrepância com as praticadas por eles próprios nas eleições municipais de 2008. Mas o que à primeira vista pode parecer paradoxos ganha sentido se os dois momentos forem analisados de modo articulado e não isolado, porém considerando as respectivas especificidades das lógicas de pleitos estaduais e municipais.

A política de alianças do DEM na eleição para prefeito em 2008 foi de conservação ou aglutinação, total ou parcial, do espólio carlista em, ao menos, 72 municípios (78% de um total de 92 municípios então com mais de 20 mil eleitores). Em 54 deles (58% do universo estudado) o antigo campo carlista ficara intacto, isto é, a aliança de que o DEM participou envolvia todos os partidos daquele campo (DANTAS NETO, 2010c). Isso indicava forte capacidade defensiva para manter-se como força política relevante nos municípios, mas estreita margem de manobra para buscar novas opções de aliança no plano estadual. Afinal, em apenas 14 daqueles 92 municípios o DEM fizera, em 2008, alianças de novo tipo, em 10 deles com o PMDB. Essa opção foi com o tempo se tornando cada vez mais problemática na medida em que o PMDB passava a desenvolver sua estratégia para tentar passar da condição de fiel da balança entre o PT e o DEM, para a de ser, ele próprio, um novo campo político polarizador, uma terceira via.

É compreensível que o DEM tenha chegado a 2010 numa posição de isolamento em relação aos antigos parceiros do campo carlista. Esses partidos (especialmente PP e PR) estavam reposicionados na política estadual. Era um problema previsível para a campanha de Paulo Sou-

to, do qual derivava o seu desafio de aglutinar as elites municipais do antigo campo carlista que estiveram coesas em 2008, para que PP e PR, ao migrarem para suas novas trincheiras estaduais, não levassem consigo as tropas municipais compartilhadas com o DEM em 2008. Não era previsível, porém, que a antiga elite carlista estadual se articulasse tão mal e o partido, já antes enfraquecido, fosse dilacerado por um salve-se-quem-puder que acrescentou situações subjetivas desfavoráveis aos problemas objetivos, como o insulamento político estadual, a precária aliança nacional e a escassez de recursos materiais e de poder político para uso eleitoral.

Quanto às alianças eleitorais do PMDB em 2008, estas fizeram parte da estratégia de afirmação de um campo político próprio, estando a serviço desse objetivo. Em 26 dos 92 municípios com mais de 20 mil eleitores, o PMDB juntou-se ao DEM e em 20 aliou-se ao PT. Mas em ambas as direções a política foi buscar a hegemonia e não a simples adesão[28]. Os resultados não foram tão visíveis quanto foram essas intenções, pois, como demonstra Dantas Neto (2010c), o perfil de alianças do PMDB em 2008 – se considerados, entre os 92 municípios estudados, os 88 onde houve disputa envolvendo os três principais partidos[29] – transitou entre a equidistância e a ambiguidade, formando alianças pró-governo petista em 34 municípios, alianças oposicionistas com o campo carlista em outros 36 e alianças equidistantes em apenas 18 municípios[30].

---

[28] Nas 26 alianças com o DEM, o PMDB indicou o candidato a prefeito em 14 casos, o DEM em 5 e nos demais o candidato foi de outros partidos; já em suas 20 alianças com o PT, o PMDB indicou o candidato majoritário em 12 delas, o PT em 4 e nas demais, outros partidos. Dados mais detalhados estão em Dantas Neto(2010c).

[29] Em quatro municípios desse porte, PT, PMDB e DEM estiveram juntos em alianças de amplo espectro partidário.

[30] Como assinalava o mesmo estudo: "*nesse ponto reside a dupla condição*

A raiz desse fenômeno não pode ser vista apenas olhando a conjuntura. É mais funda do que a complexidade da então posição do partido, cada vez mais situação no plano federal e cada vez mais tendendo à oposição estadual. O mais relevante é saber por que só em 18 municípios foi possível evitar a escolha, apostando num caminho próprio. Trata-se da pouca densidade da elite política associada ao PMDB. O crescimento do partido entre 2007 e 2008 não refletia a emergência política de nova facção de elite ligada a uma base social, mas a cooptação nominal de prefeitos, fortalecendo, sem dúvida, a estrutura institucional, mas sem garantia de repercussão na eleição estadual.

Em 2010, a estrutura do PMDB ficaria subutilizada, na medida em que era impossível praticar nessas eleições a porção de ambiguidade da estratégia de 2008. Os campos rivais tinham candidaturas próprias. No caso da de Wagner, era forte, tornando suas fronteiras impermeáveis às investidas de Geddel. E a fragilidade material e institucional da de Paulo Souto não pôde ser bem aproveitada porque a aliança nacional do PMDB engessou os movimentos do seu candidato baiano em áreas abertamente oposicionistas. Restou, portanto, a Geddel, direcionar o partido que montou e os recursos que acumulou para realizar apenas a porção equidistante da sua estratégia original, cujos limites as eleições municipais de 2008 já haviam revelado. Em 2010, ele conseguiu, como já visto, atrair o PR, o PSC, o PTB e um elenco de pequenas siglas. Através dessa atração, aumentou o tempo de exposição da candidatura aos canais de comunicação, ao custo, inclusive, de

---

de plasticidade da posição peemedebista. Além de se situar, no espectro político, a meio caminho entre os campos do DEM e do PT – [...] se movimenta nas brechas internas a cada um desses campos, seja potencializando dissensões entre os partidos do antigo carlismo [...] seja explorando contradições pontuais entre o PT e partidos como PC do B e PSB [...]" (DANTAS NETO,2010c).

reduzir o desempenho potencial do PMDB nas eleições proporcionais. Mas faltou carne social bastante para dar consistência e movimentos autônomos ao esqueleto partidário e à musculatura publicitária. A carência de elite e de base social respectiva é o elo que une os perfis discrepantes das alianças do PMDB nos dois contextos eleitorais. À bigamia da noiva de 2008 sucederam, em 2010, múltiplos flertes de uma candidatura que acabou solteira, embora com apreciável dote. E assim uma terceira força se firmou na política baiana, porém sem se converter em terceira via ao poder estadual, nem aproveitar a inviabilização da segunda, no caso, o campo carlista.

No mesmo universo de 92 municípios baianos, as alianças do PT em 2008, a exemplo das do DEM, haviam se dado, na grande maioria das vezes, dentro do seu campo político vigente em 2006. Foi assim em 65 municípios (71% do total do universo). A diferença para o DEM é que, enquanto esse último caminhou na maioria dos municípios com o seu antigo campo completo, o PT só o fez em 28 dos 92 municípios. Em 37 municípios, conservou como aliados só uma parte dos partidos do seu campo de 2006. Essa maior volatilidade da aliança vencedora em 2006, comparada à dos perdedores, é ainda mais curiosa, pois não pode ser atribuída apenas à presença, nesse campo em 2006, de um partido (o PMDB) que perseguiu logo depois uma estratégia de formar campo próprio. A aliança simultânea do PT com seus dois aliados mais tradicionais e fiéis (PCdoB e PSB) também não foi frequente em 2008, limitando-se a 19 municípios. No restante dos 65 municípios onde se adotou alianças semelhantes à de 2006, PCdoB e PSB alternaram-se, de modo excludente, como aliados do PT (DANTAS NETO, 2010c).

Mais curioso ainda é que a aliança simultânea e exclusiva do PT com o PCdoB e o PSB foi uma fórmula que atingiu em 2008 a máxima eficácia eleitoral. Foram 63% de vitórias

nos municípios aonde foi adotada. Quase o dobro da marca alcançada pelo mesmo PT no conjunto dos municípios. Um contraponto prático à tese de que é uma composição eleitoralmente estreita. Sua escassa incidência, entre os casos de aliança observados, alerta para a probabilidade, aventada em Dantas Neto (2010c), de, nas eleições de 2008, a estratégia do governo estadual ter afetado fortemente a do PT, sendo razoável imaginar que os compromissos do governador Jacques Wagner tenham, por vezes, falado mais alto que a racionalidade que levaria o PT a manter e consolidar, nos municípios, o campo político vitorioso em 2006. Assim, a estratégia eleitoral de 2008 seria menos um eco de 2006 e mais um laboratório para 2010.

Esse quadro poderia fazer esperar que, em muitos municípios, neo-aliados tenham substituído o PSB, ou o PCdoB, em coligações com o PT. Mas a observação do número de alianças com partidos ex-carlistas ainda fora da base governista estadual em 2008 não confirma a hipótese, pois, apesar de haver muitas opções[31], nenhuma delas foi frequente e em apenas dez municípios o PT apoiou candidatos de algum desses partidos, sendo menor ainda a incidência de apoios a candidatos de partidos não alinhados. Portanto, como reconhece o mesmo estudo citado, não há suficiente base empírica para sugerir que em 2008 o PT já encontrara algum substituto para a aliança em fase terminal com o PMDB. A lógica municipal ainda teria força para se impor de algum modo e a pouca incidência da fórmula completa e exclusiva PT-PCdoB-PSB parece ter decorrido menos de pressões do Palácio de Ondina e mais de erros de cálculo eleitoral ou de condutas mais realistas do que as do rei, por parte de seções muni-

[31] O PP já se aproximava claramente do governo estadual, assim como várias siglas pequenas. O PR declarava-se independente e partidos não-alinhados, ou neo alinhados, em 2006 (como o PSDB e o PDT) também se abriam ou buscavam modos de aproximação com o Governo.

cipais do PT. Em resumo, subestimou-se a realidade e o peso eleitoral, nos municípios, de uma elite pós-carlista receptiva a alianças compostas entre partidos com trajetória histórica à esquerda.

De todo o modo, mesmo que o PT nos municípios houvesse sido mais ousado e menos sectário em suas querelas intestinas com o restante da chamada esquerda, nada disso teria valor em 2010. O que em 2008 pode ter sido timidez ou miopia política, em 2010 era uma questão de sobrevivência de um projeto hegemônico de poder. A forte presença de neo-aliados nas várias coligações (majoritárias e proporcionais) e o tratamento especial que eles receberam do PT e do Governo, em comparação ao dispensado aos aliados tradicionais, reflete a predominância do objetivo partidário de reeleger Wagner sobre o da afirmação de uma nova elite política no estado, contrastante com a anterior.

Nesse ponto, cabe reiterar o argumento formulado em Dantas Neto (2010c):

> *[...] mantidos ambos [elite e partido] nos níveis de 2008, o PT, ganhando uma em cada três disputas e polarizando em mais uma, consolidou-se como pólo autônomo nos municípios e acumulou cacife para a disputa estadual. Mas nesta, a regra dos 2 turnos torna insuficiente a conquista de uma terça parte. Para manter-se no poder estadual [...] Para pensar em 50% e não em 33, ou 35% de votos, o governo petista tem de pensar-se enquanto campo político e não como partido. Como fazê-lo, se o PMDB se emancipa como facção?*

Para a pergunta já feita em 2008, a resposta foi oferecida pela estratégia eleitoral de 2010, com o tratamento vip recebido, principalmente, pelo PP e também pelo PDT. E prossegue sendo dada, em 2011, com a migração pós-elei-

toral do vice-governador Oto Alencar para o PSD, a rápida transformação desse novo partido no segundo maior na Assembleia Legislativa da Bahia e logo, logo – estima-se – na segunda legenda também em filiação de prefeitos baianos. Em vez de só um peso pesado, o PT tem agora como parceiros três meio-pesados (pela ordem, o PSD, o PP e o PDT), podendo explorar em seu proveito rivalidades que previsivelmente prosperarão entre eles. A cena sugere um equilíbrio instável, que pode ser desfeito já na disputa por prefeituras em 2012, ou, no limite, na sucessão governamental de 2014. Ou não.

Se as contradições entre 2008 e 2010 são apenas aparentes, assim também podem ser as que se insinuam sobre 2014. Em 2010, como em 2008, partido e elite petista, sendo igualmente relevantes, equilibraram-se na explicação do desempenho eleitoral do campo do PT, tendo sido este – além, é claro, do fato nada secundário de deter a máquina administrativa estadual – um diferencial da candidatura do governador em relação às duas principais candidaturas concorrentes. No limite, esse equilíbrio fornece um sentido para a aguda discrepância entre a votação de Wagner e a imagem de tripartição da política baiana sugerida pelos resultados eleitorais de 2008. É a face eleitoral de uma hegemonia que, como contra-tendência ao equilíbrio instável, aponta para a consolidação de uma nova situação dominante na política baiana.

Formato da competição, fluxo de elites, cenários políticos

Retoma-se nesta conclusão o objetivo, declarado na introdução, de projetar cenários políticos relativamente estáveis de articulação entre elites e instituições (partidos) na Bahia pós-carlista. Para tal, admite-se o desenho de um formato dinâmico da competição partidária estadual, que

parte de uma mudança política operada em contexto de competição democrática binária (2006), aponta ao desenvolvimento de uma competição trinária (2008) e depois recua em direção a algo próximo a uma nova situação dominante (2010). Recorre-se também, como igualmente antecipado, ao auxílio de noções teóricas da literatura sobre elites e democracia, às quais se associam os três cenários projetados (circulação de elites, competição de elites, pluralismo de elites). A realidade desses cenários (de algum, alguns, ou todos) não pode ser ainda assegurada, por motivos já frisados, mas a virtualidade de um deles já pode ser discutida após análises sequenciadas de conjunturas eleitorais, que fornecem as primeiras respostas sobre o formato de competição política que se afirma.

Durante o período da pré-campanha de 2010, apareceram três indícios de que a competição estadual assumia o formato de um novo arranjo, ou repactuação, no âmbito de uma elite política, que se renova para seguir manejando, de modo decisivo, as instituições (DANTAS NETO,2010c). O primeiro foi o tipo de prioridade que teve, no campo governista, a reeleição do governador. Ela levou à construção de um arco de alianças muito elástico, cujo objetivo ligava-se à competição eleitoral, mas buscava legitimar-se sob o mote da governabilidade, argumento que se torna discutível quando a ampliação da base governista na AL alcança níveis vizinhos à unanimidade. O segundo indício foi a ocupação de parte do espaço político do DEM pelo PMDB, ocorrida até o rompimento desse partido com o PT e o Governo estadual, em 2009. A cooptação parcial do espólio carlista dissolvia o contencioso bipolar de 2006 e tomava o aspecto de uma luta "interna" entre PMDB e PT, a qual poderia, em seu devido tempo, ser arbitrada por Lula. E era justamente a popularidade do então presidente o terceiro indício de que um eclético

arranjo intra-elite moderaria a competição entre partidos, dando sustentabilidade institucional a um cenário de circulação de elites. O carisma de Lula era salvo-conduto eleitoral para quadros e partidos da elite tradicional que se pusessem ao abrigo do seu guarda-chuva, ao tempo em que legitimava pretensões de novos quadros em ascensão, pelo que promovia a oxigenação social da elite política.

Na fase da pré-campanha ainda havia alguns contrapontos a essas tendências. O formato de competição bipolar, transição de um arranjo de elites para uma competição partidária que nascera em 2002 e chegara ao auge em 2006, encontrava indícios no fortalecimento, nas eleições municipais de 2008, do subcampo formado pelo PT, PCdoB e PSB e, simultaneamente, no bom desempenho do DEM nas mesmas eleições, em Salvador, em alguns dos maiores municípios do estado e em alguns médios, o que ademais frustrava os planos do PMDB de ocupar plenamente o espaço da antiga elite carlista. A chegada de uma terceira força em 2008 convivia com a reafirmação dos pólos eleitorais de 2006, o que ensejava espaço, no horizonte de 2010, aos argumentos do voto útil oposicionista estadual e do voto útil governista nacional, ambos constrangendo o PMDB. Junte-se a isso a formação de algumas alianças por gravidade, determinadas pela eleição presidencial, e tem-se um razoável repertório de indícios de que o formato de competição bipolar poderia prevalecer, dando lugar ao cenário schumpeteriano da competição entre elites em lugar de uma acomodação intra-elite.

Do mesmo modo, ainda na pré-campanha, surgiram indícios de que poderia vingar um formato de competição mais plural, que implicaria no reforço do caráter partidário da competição, circunscrevendo as facções da elite política a uma lógica de grupos de interesse, sem controle estratégico e sistêmico sobre a disputa eleitoral. Nes-

sa direção, atuaria, virtualmente, o efeito competitivo da regra da eleição em dois turnos, que tivera nas eleições para prefeito em Salvador um laboratório de testes bastante sugestivo. Assim como na capital, a disputa entre PT e PMDB feriu-se em muitos municípios, quebrando, a um só tempo, as lógicas da acomodação e da disputa bipolar de 2006, mesmo na ausência da regra da eleição em dois turnos. E, finalmente, a flexibilidade de alianças do governo Lula, na esteira da necessidade de eleger Dilma Rousseff, abria espaço, no interior da base de apoio do Governo federal, para a legitimação de mais de uma candidatura ao Governo estadual. Tudo isso levava a não se descartar o terceiro dos três cenários enunciados na introdução desse texto, o do pluralismo de elites.

Durante a campanha eleitoral, a esquina trifurcada foi se convertendo em caminho único. Persistiram e se aprofundaram dois dos indícios de que o formato prevalecente seria um arranjo intra-elite a sustentar uma circulação de elites. A prioridade à reeleição de Wagner e a popularidade de Lula tornaram-se realidades absolutas e evidentes nos resultados eleitorais. Já o terceiro fator facilitador do cenário (ocupação do espaço político do DEM pelo PMDB) cessou sem se completar de modo a favorecer Geddel, mas atuou o bastante para tirar do DEM a chance de promover real polarização eleitoral.

Enquanto isso, se desvaneceu o cenário schumpeteriano que resultaria de competição partidária bipolar, pela perda de poder de persuasão eleitoral dos argumentos pelo voto útil, pelo efeito combinado do aumento das intenções de voto em Wagner e Dilma e da desestruturação das campanhas do DEM estadual e do PSDB nacional. Quanto ao terceiro cenário, que resultaria de um formato de competição em que elites estariam cingidas a regras de um ambiente institucional pluralista, de voto disperso,

foi bloqueado pela captura, pelo campo petista reforçado com o PP e o PDT, de parte do espólio carlista, inicialmente apropriado pelo PMDB. Nesse sentido, o constrangimento causado a Geddel pela entrada de Temer na chapa de Dilma foi mais um agravante.

De tudo isso resultou o balanço eleitoral feito na seção anterior. O DEM saiu das eleições com uma elite remanescente sem partido relevante, e o PMDB, como um partido ascendente sem elite relevante. Repartem equilibradamente a derrota para o campo político governista, que apresentou combinação mais eficaz entre elite e partido.

As eleições de 2010 apontaram tendências confirmadas ao longo de 2011: confortável maioria legislativa no segundo mandato de Wagner, autonomia alargada do governador na montagem do governo e em todas as decisões relevantes tomadas no âmbito da política baiana. Ficava como questão em aberto se essa autonomia seria usada para conservar ou alterar a estratégia conciliadora que marcou o primeiro mandato; se serviria para continuar restringindo a política baiana a alianças de bastidores, exorcizando contrastes, desmontando o espólio do carlismo, ocupando os postos de governo sem abalar o *status* dos grupos sociais de influência; ou se a partir da legitimação reconquistada passaria a adotar conduta mais contrastante com a da elite antecessora. E sem restringir a disputa à lógica bipolar, usar políticas públicas para projetar novos ganhadores e perdedores, sem que uns e outros sejam simplesmente alijados.

Os fatos pós-eleitorais indicam que a autonomia de movimentos do governador está sendo usada para aprofundar a circulação de elites na Bahia, talvez tendo, como novo ingrediente, aumento do espaço do petismo, de que é sintoma a distribuição de cargos no segundo mandato. Interessante é que a maior contemplação de quadros

partidários convive com crescentes dificuldades do PT em seguir na Bahia a recomendação de José Dirceu após a vitória de Dilma Rousseff: de que o partido volte a atuar como instituição política. A centralização de poder na figura do governador conspira contra isso.

No atual momento, em termos da relação entre partido e governo, a liderança de Wagner assemelha-se menos à de Dilma e mais à de Lula, por mais que a fonte do poder do gvernador não seja o carisma e sim o bom gerenciamento de um complexo condomínio de interesses abrigados em seu partido. Esse é o movimento que falta consolidar para que a Bahia retorne, por linhas oblíquas, a uma situação dominante análoga à que viveu durante os anos 1990. O carlismo era, então, uma elite política que, nas circunstâncias da democracia, transitava para a condição de partido. Os sinais contemporâneos são de que o PT cumpre a trajetória oposta.

Referências

CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. (2002). **Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista**. Disponível em: <http://apicucos.fundaj.gov.br/ observa-nordeste/obed003j.html>.

_____. (2010a) Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? in: H. Cortez & J.L. Spinelli (orgs.): **Nordeste 2008**: o voto nas capitais II. Natal, EDUFRN.

_____. (2010b) Elites, instituições políticas e competição eleitoral na Bahia após as eleições municipais de 2008. In: H. Cortez & J.L. Spinelli (orgs.): **Nordeste 2006**: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste. Natal, EDUFRN.

_____. (2010c) Elites e partidos: A arte das alianças em municípios da Bahia (**Anais** do 7º Encontro da ABCP - Recife). Disponível em : <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010>.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? in: H. Cortez & J.L. Spinelli (orgs.): **Nordeste 2008**: o voto nas capitais II. Natal, EDUFRN, 2010ª.

_____. Elites, instituições políticas e competição eleitoral na Bahia após as eleições municipais de 2008. In: H. Cortez & J.L. Spinelli (orgs.): **Nordeste 2006:** os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste. Natal, EDUFRN, 2010b.

_____. (2010c) Elites e partidos: A arte das alianças em municípios da Bahia (**Anais** do 7º Encontro da ABCP – Recife). Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010>.

HERRMANN, Julian Durazzo. Neo-Patrimonialism and Subnational Authoritarianism in Mexico. The Case of Oaxaca, in: **Journal of Politics in Latin America**, 2, 2, 85-112, 2010.

_____. Challenging subnational authoritarianism gubernatorial elections in Bahia (Brazil) and Oaxaca (Mexico). **Projeto de pesquisa**, 2011.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil - **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** – vol.20, no.57, p.65-81, 2005.

LASSWELL, Harold. **Política**: quem ganha o que, quando, como. Brasília: Ed.UNB,1984.

PARETO, Vilfredo. **Sociologia**. S.Paulo: Ática, 1984. (Grandes cientistas sociais; 43).

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada** – O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ática (Cap.6: tópico 6.7:"A Teoria competitiva da democracia"; Tópico 6.9. "A definição normativa de poliarquia";), 1987.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio:Zahar, s.d. (cap.20-23).

SOUZA, Celina. **The Rise and Fall of Subnational Authoritarian Politics in the Brazilian State of Bahia** (manuscrito), 2011.

Os autores

Maria de Fatima Anastasia

Professora Voluntária/Aposentada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

Professora Adjunta III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG);

Graduada em Comunicação Social pela PUC/MG;

Mestre em Ciência Política pela UFMG; Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Pós-Doutora pela New York University/EUA.

Marta Mendes da Rocha

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG);

Pesquisadora e membro do Conselho Técnico-Científico do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Arleth Santos Borges

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e membro do Núcleo de Estudos Sobre Poder e Política (NEPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ.

Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Professor do Instituto Camilo Filho (ICF) e da Faculdade Santo Agostinho (FSA);

Pesquisador do Núcleo de Estudos Políticos e Eleitorais da Universidade Federal do Piauí (UFPI);

Mestre em Ciência Política pela UFPI;

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.

Cleber de Deus Pereira da Silva

Professor do Departamento de Ciência Sociais e do Mestrado em Ciência Política da UFPI;

Mestre e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.

Adriano Craveiro

Mestre em Ciência Política pela UFPI.

Sara Epitácio

Professora do Instituto Camilo Filho (ICF);

Mestre em Ciência Política pela UFPI.

José Filomeno Moraes Filho

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP) e Livre-Docente em Ciência Política pela UECE.

José Antônio Spinelli Lindoso

Professor Titular de Teorias Sociológicas do Departamento de Ciências Sociais e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

Mestre em Ciência Política pela UNICAMP e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).

Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da UFRN.

Hermano Nepomuceno Araújo

Professor Adjunto (aposentado) de Teoria Política do Departamento de Ciências Sociais, Direito e Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);

Mestre em Ciência Política pela UNICAMP.

José Alberto Saldanha de Oliveira

Professor do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Coordenador do Grupo de Pesquisa História Social e Política da UFAL/CNPq;

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

José Ibarê Costa Dantas

Professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS);

Mestre em Ciência Política pela UNICAMP;

Doutor Honoris Causa da UFS.

Paulo Fábio Dantas Neto

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Mestre em Administração pela UFBA e Doutor em Ciências Humanas/Ciência Política pelo IUPERJ.

Esta edição foi composta nas fontes Palatino Linotype
e Tahoma com miolo sobre papel Off Set 90 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m²,
impressa pela Imprima Soluções Gráficas Ltda - EPP,
para a Editora Massangana, em 2016.

ISBN 978-85-7019-661-3

As eleições de 2010 apontaram tendências confirmadas ao longo de 2011: confortável maioria legislativa no segundo mandato de Wagner, autonomia alargada do governador na montagem do governo e em todas as decisões relevantes tomadas no âmbito da política baiana. Ficava como questão em aberto se essa autonomia seria usada para conservar ou alterar a estratégia conciliadora que marcou o primeiro mandato; se serviria para continuar restringindo a política baiana a alianças de bastidores, exorcizando contrastes, desmontando o espólio do carlismo, ocupando os postos de governo sem abalar o status dos grupos sociais de influência; ou se a partir da legitimação reconquistada passaria a adotar conduta mais contrastante com a da elite antecessora. E sem restringir a disputa à lógica bipolar, usar políticas públicas para projetar novos ganhadores e perdedores, sem que uns e outros sejam simplesmente alijados.

Fundação Joaquim Nabuco
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BRASIL GOVERNO FEDERAL